

revista
**indi
scip
lina**

r n. 15

V. 8, n. 2
dicembre/2022



revista
**indi
scip
lina**

r n. 15

A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFGM / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

EDITORES	Prof. ^a Ana Isabel Junho Anastasia de Sá (IFMG), Prof. ^a Fernanda Dusse (CEFET), Prof. ^a Gisela Barcellos (UFMG), Prof. ^a Luciana Bragança Souza (UFMG), Prof. ^a Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG), Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG), Prof. ^a Natacha Rena (UFMG).
EDITORES DESTA EDIÇÃO	Prof. ^a Luciana Bragança Souza (UFMG) Prof. ^a Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG)
DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO DESTA EDIÇÃO	Prof. ^a Luciana Bragança Souza (UFMG) Orientadora Prof. ^a Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG) Orientadora Andriel Felipe Dias (EA-UFGM) Bolsista Virgílio Muniz de Magalhães (EA-UFGM) Bolsista
PLATAFORMAS DIGITAIS	Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG) Orientador Marcela Marajó Bolsista de pesquisa (EA-UFGM)
CONSELHO EDITORIAL	Ana Isabel de Sá (Arquitetura/ IFMG), Denise Silva Telles (Arquitetura/ IFMG), Fabio Abreu Queiroz (Arquitetura e Urbanismo - Izabela Hendrix), Felipe Sudré (Arquitetura e Urbanismo- UFGM), Frederico Canuto (Arquitetura e Urbanismo- UFGM), Gisela Barcellos (Arquitetura e Urbanismo- UFGM), Hernan Espinoza (Arquitetura/ Universidad Nacional del Ecuador), Isabela Prado (Belas Artes/ UFGM), Janaina Marx (Arquitetura/ Universidad Nacional del Ecuador), Leandro de Aguiar (Arquitetura/ IFMG), Monique Sanches (Arquitetura e Urbanismo/ EM-UFOP), Patricia Azevedo (Belas Artes/ UFGM), Simone Tostes (Arquitetura/ IFMG), Thais Portela (Arquitetura/ UFBA) e Tiago Castelo Branco (Arquitetura e Urbanismo- UFGM).
ENDEREÇO PARA CONTATO	Escola de Arquitetura da UFGM, rua Paraíba, 697, sala 500. CEP 30130-141.
TELEFONE	31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845
CAPA	Virgílio Muniz de Magalhães. Foto: Acervo Jardins Possíveis

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Dez. de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V.
Semestral.
v.8, n.2 (2022).

Indisciplinar / EA-UFGM. – Belo Horizonte (MG)

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

Editorial

A Revista Indisciplinar 15 traz para o debate o tema “COMPANHEIROS MULTIESPÉCIES: COM QUEM CONSTRUIR MUNDOS?”, a partir da discussão sobre os diversos agentes que constroem as cidades, sejam eles humanos ou não-humanos, e os mundos que produzem. Objetivando conhecer e reconhecer esses outros agentes e os espaços de encontros multiespécies, esta edição v.8 n.2 da Revista Indisciplinar apresenta uma entrevista, nove artigos, um ensaio cartográfico e um ensaio gráfico.

A entrevista apresentada na abertura da revista foi realizada no primeiro encontro dos coordenadores da Rede de Estudo de Rios Urbanos Naturalizados - RUN | Ciência cidadã e cocriação como meios de regeneração de rios e minimização de riscos, realizado em Popayan, Colômbia. A rede envolve 15 parceiros Ibero-Americanos de um campo fortemente multidisciplinar que conjuga vários campos do conhecimento como hidrologia, arquitetura, urbanismo, planejamento ambiental, geografia urbana, ciências sociais e humanas, informática, telecomunicações, cruzando conhecimentos científicos com os saberes das populações ribeirinhas. Os pesquisadores responderam, através de uma conversa entre o grupo, a única pergunta: Como construir mundos com a água?

Nos ensaios desta edição, estão presentes variadas reflexões sobre o processo de construção de mundos às margens, seja do planejamento urbano, da cidade formal ou das narrativas hegemônicas, elaborações que se valem do que descartado ou entendido como objeto nesse processo.

No primeiro ensaio gráfico “Isto aqui não é (só) uma placa”, Isabela Prado apresenta o projeto Sobre o Rio, uma intervenção urbana na cidade de Belo Horizonte que indica a presença de córregos sob as ruas da cidade. No segundo ensaio gráfico, Luciana Bragança e Gabriela Resende apresentam os territórios multiespécies daqueles para quem o direito à cidade é uma ficção. A partir das imagens de jardins construídos por moradores de rua como possibilidade de existência nas cidades, os mundos dos Jardins Possíveis são descortinados. O ensaio cartográfico elaborado por Douglas Silveira Martini revela uma experiência cartográfica nas paisagens à margem da BR-386, entre os municípios de Triunfo e Montenegro, a partir da montagem narrativa e visual de histórias e práticas cotidianas de habitantes que se

responsabilizam pelo lixo nas paisagens da região e constroem com ele uma malha comunitária de vínculos multiespécies. No primeiro bloco de artigos, são apresentados territórios multiespécies diversos: a costa marítima, os quintais, os vazios, as cercas dos conventos franciscanos brasileiros. Eliz Tosi Modolo e Rodrigo Gonçalves dos Santos, usando um processo metodológico cartográfico, refletem sobre a influência do mar na produção da cidade costeira e sua paisagem movimento, algo vivo, vivenciado e tensionado por múltiplos processos subjetivos, ecológicos, políticos, sociais e culturais. Rafael Teixeira Vidal investiga a lógica de relações e de parcerias entre “espécies companheiras”, humanas e não-humanas, a partir de levantamentos e análises cartográficas de quintais urbanos na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. Gabriela Amado Chetto Coutinho e Aline de Figueirôa Silva propõem discutir significados associados à vegetação no ambiente urbano, considerando, para além de suas dimensões sanitária e decorativa, seus aspectos simbólicos e também patrimoniais no lugar denominado “Vazio da Mangueira”, localizado no Centro Histórico de Salvador. Retomando a discussão patrimonial a partir da cerca nos conventos franciscanos históricos do Brasil, Maria Angélica da Silva levanta a perspectiva de uma adesão à cidade pós-pandêmica que tracione produção do espaço, sustentabilidade e ecologia urbana, servindo o convento como exemplo de encontro multiespécies.

No artigo manifesto *Vegetar-se*, Maycow Nathan Carvalho Gregório convoca uma transformação na qual o vegetar é a estratégia de aprender “gestos de deserção” do nosso mundo concretado e com isso vislumbrar outras formas de habitar. O autor realiza uma exploração conceitual em torno dessa estratégia, colocando as relações multi e interespécies nas fronteiras do pensamento e das agências sobre a vida, o espaço, o tempo, a subjetividade, a política, a ecologia e os diferentes projetos de mundo.

No segundo bloco, os artigos apresentam propostas metodológicas como possibilidades de conhecer, reconhecer companheiros e construir ou fazer perceptível seus mundos outros, bem como outras cosmopercepções não hegemônicas, que ficam encobertas na nossa forma de fazer, projetar, ver, perceber os espaços. Rogério Lucas Gonçalves Passos realiza um debate sobre a “Guerra das narrativas: a disputa territorial por meio dos mapas da Vila Acaba Mundo” envolvendo o entendimento do território expresso por meio dos mapas,

a partir dos conflitos territoriais expressos entre os mapas oficiais e as narrativas que reduzem os territórios das favelas como estratégias de controle e apagamento. O autor aponta a necessidade de elaboração de um novo mapa para entendimento do espaço social dessa vila e de tantas outras, a exemplo dela, a partir do protagonismo da comunidade. No artigo “A cidade como comum: uma experiência no extremo sul da Bahia”, Fernanda Hellmeister de Oliveira Martins e Herbert Toledo Martins apresentam uma pesquisa sobre o comum a partir da experiência da cidade de Santa Cruz Cabralia, extremo sul da Bahia. Como forma de atualizar esse debate, recorrem às práticas e relações de produção e de reprodução coletivas, cooperativas e autônomas da “Feira Cultural – Encontro na Praça”, construindo mundos outros através dessas formas de se conviver e de relacionar com a cidade. Em “Campo-paisagem: transversalidades em debate”, o grupo composto por Adriana Nascimento, Isabela Freitas Cioni, Mariana Chaves Monti Souza, Paulo Jarbas Cardoso da Silva, Rafaella Anielli Silva Borges, Suzana Helena Ceranto Ribeiro e Vitor Bauschert Braz tece sua proposta dentro dos debates relacionados às distintas cosmovisões da vida, apresentando discussões das noções de “campos”, como fisionomia do Cerrado brasileiro. Apresentam perspectivas complementares sobre a formação da paisagem que buscam romper a dicotomia entre natureza e cultura, impelindo uma aproximação que enfatiza a importância das toponímias como um conjunto indispensável para a compreensão do próprio território.

O debate proposto por essa edição é fechado com o questionamento de Camila Bezerra Nobre de Medeiros no artigo “O direito à não-cidade: uma visão contra-hegemônica”. Buscando evidenciar a importância dos povos rurais para a construção de outros mundos possíveis, a autora levanta a discussão sobre o tema do direito à não-cidade, que abarca os territórios rurais. Nesses territórios, habitam companheiros multiespécies, que vão além da figura humana para englobar também a natureza e seus elementos. Assume-se que este direito não pode estar separado do seu direito irmão: o direito à cidade. Sendo um tema ainda pouco explorado pelo campo da arquitetura e do urbanismo, o artigo pretende discuti-lo de forma preliminar, de modo a fomentar um debate que precisa ser continuado.

Essa é a proposta da revista: expandir o campo dos aliados na construção de mundos onde somos companheiros e agentes

dos espaços da vida e fraturar o universo impermeável da arquitetura e do urbanismo em tempos de colapsos climáticos e catástrofes ecológicas ao reconhecer a existência de outras relações na cidade que incluam os não-humanos. Assim, fraturando também o antropocentrismo fundante dos modos de construir o mundo dessas práticas tão modernas. Esperamos que a revista estimule novos debates e mobilize estratégias propositivas para a transformação do conhecimento acadêmico e para a articulação dos diversos agentes que constroem conosco o nosso planeta.

Editores Revista Indisciplinar



Sumário

- 10** **ensaio gráfico**
Isto aqui não é (só) uma placa
por Isabela Prado
- 35** **ensaio gráfico**
Jardins Possíveis como forma de existir no mundo
por Luciana Bragança e Gabriela Resende
- 66** **ensaio cartográfico**
Lidando com nossas próprias sujeiras: uma narrativa cartográfica
por Douglas Silveira Martini

- 88** **entrevista**
Como construir mundos com a água?
por Luciana Bragança com Equipe RUN - rios urbanos naturalizados
- artigos**
- 112** **Encontros multiespécie entre mar e cidade na Ilha de Santa Catarina**
por Eliz Tosi Modolo e Rodrigo Gonçalves dos Santos
- 152** **Os quintais de São João del-Rei e a presença multiespécie na cidade**
por Rafael Teixeira Vidal
- 188** **Vazio da Mangueira: a dimensão simbólica do verde no ambiente urbano**
por Gabriela Amado Chetto Coutinho e Aline de Figueirôa Silva
- 222** **Subversões patrimoniais: do edificado ao vegetal, de trás para frente, leituras “selvagens” de arquiteturas franciscanas**
por Maria Angélica da Silva

- 248** **Vegetar-se: para um Habitar mais forte**
por Maycow Nathan Carvalho Gregório
- 294** **Guerra das narrativas: a disputa territorial por meio dos mapas da Vila Acaba Mundo**
por Rogério Lucas Gonçalves Passos
- 326** **A cidade como comum: uma experiência no extremo sul da Bahia**
por Fernanda Hellmeister de Oliveira Martins e Herbert Toledo Martins
- 356** **Campo-paisagem: transversalidades em debate**
por Adriana Nascimento, Isabela Freitas Cioni, Mariana Chaves Monti Souza, Paulo Jarbas Cardoso da Silva, Rafaella Anielly Silva Borges, Suzana Helena Ceranto Ribeiro e Vitor Bauschert Braz

- 294** **O direito à não-cidade: uma visão contra-hegemônica**
por Camila Bezerra Nobre de Medeiros

e

n

s

a

i

o

ISTO AQUI NÃO É (SÓ) UMA PLACA

Este ensaio visual apresenta “Sobre o rio”, intervenção urbana permanente na cidade de Belo Horizonte, que consiste na instalação de placas de sinalização que indicam a presença de córregos, afluentes do Ribeirão Arrudas, invisibilizados sob as ruas da cidade. “Sobre o rio” é fruto de uma reflexão poética sobre as relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo, tendo como ponto de partida a relação que Belo Horizonte estabeleceu desde sua fundação e estabelece ainda hoje com os rios e córregos presentes em seu território. Alguns dos elementos a serem destacados são o caráter público e permanente da obra, seu entendimento enquanto um monumento para a cidade, e as características do processo de criação, construção e instalação que levam a uma diluição da fronteira entre a obra de arte e a ação do poder público municipal.

“Sobre o rio” é uma intervenção urbana permanente, composta por aproximadamente 230 placas de esquina, instaladas dentro do perímetro da Avenida do Contorno, que indicam a presença de córregos canalizados que subterraneamente percorrem as ruas de Belo Horizonte: Leitão, Serra, Acaba-Mundo, Mendonça, Zoológico, Barro Preto e Afluente Serra, todos integrantes da Bacia do Ribeirão Arrudas. “Sobre o rio” é um monumento pulverizado, espacialmente desconcentrado, e integrado à paisagem da cidade.

Este trabalho é fruto de uma reflexão sobre relação entre espaço urbano, meio ambiente e indivíduo, particularmente no que se refere à invisibilização dos córregos na cidade de Belo Horizonte. O ponto de partida para a elaboração do trabalho foi a percepção de que os córregos, mesmo quando não visíveis, são parte integrante da cidade e estão ainda presentes no imaginário e na memória de parte da população. Representam, assim, importante patrimônio para a comunidade. Além disso, se fazem fisicamente presentes em momentos críticos, quando as soluções urbanísticas adotadas para conter a força das águas se mostram claramente inadequadas.

O objetivo de “Sobre o rio” foi o de trazer à luz poeticamente a presença dos córregos invisibilizados na área central de Belo Horizonte. Busca-se, com isso, motivar uma mudança cultural na relação que a cidade estabelece com seus cursos d’água,

admitindo que promover o reconhecimento concreto da existência dos córregos junto às instâncias da administração municipal e ao cidadão comum representa o primeiro passo para garantir a preservação desses córregos e para incorporar sua presença nas políticas urbanas.

Entende-se que o impacto mais fundamental de “Sobre o rio” está na mudança de percepção dos indivíduos em relação ao seu entorno, em relação aos espaços urbanos que frequentamos cotidianamente. Os córregos urbanos, uma vez trazidos à luz pelo processo de identificação e sinalização, passam a ser referências geográficas na cidade, e interferem em nossa noção espacial, nossas estratégias de localização e nossa percepção do ambiente. Assim, “Sobre o rio” é um trabalho de arte contemporânea que revela o corpo d’água da cidade e reinsere os córregos na paisagem urbana.



Isto aqui não é (só) uma placa

Por Isabela Prado*

*Isabela Prado é artista visual, mestre em Artes pela Indiana University (EUA) e professora da Escola de Belas Artes da UFMG. Participou de programas de residência artística em diversos países e de exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior. Foi contemplada com o Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2011, com o projeto Entre Rios e Ruas. Em 2016, publicou o livro Lição: se essa rua fosse um rio. Artista finalista do Prêmio Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas 2019. Autora do projeto de intervenção urbana Sobre o rio (2018-2021)..



Rua
Mato Grosso
831 a 755

Avenida
Amazonas
a

Barro Preto
Córrego do Barro Preto
Bacia do Ribeirão Arrudas

1110



AMAZONAS

Mendes

Nova York

Nova York

Nova York

Nova York



Rua
Professor Moraes
358 a 360

Avenida
Getúlio Vargas
809 a 923

Acaba-Mundo
Córrego Acaba Mundo

Bacia do Ribeirão Arrudas









Rua
dos Timbiras
1125 a 1125

Avenida
Afonso Pena
1700 a 1700

Acaba-Mundo
Córrego Acaba-Mundo
Bacia do Ribeirão Arrudas

Mendonça
Córrego do Mendonça
Bacia do Ribeirão Arrudas

FAIXA DE FERRO
PARA ONIBUS



 **VEÍCULOS DE CARGA**
Acima 5t:
2ª a 6ª 7h às 20h
Sábado 7h às 15h

Rua
Antônio de
Albuquerque
1185 a 1135

Rua
da Bahia
2500 a 2626

Zoológico
Córrego do Zoológico

Bacia do Ribeirão Arrudas



Rua
Padre Belchior
312 a 248

Leitão
Corrego do Leitão
Bacia do Ribeirão Arrudas

MERCADO CENTRAL
MOMA 1929





Avenida Francisco Sales
1527 a 1445

Praça Doutor Lucas Machado
6

Serra
Córrego da Serra

Bacia do Ribeirão Atubas



jardins como forma de existir no mundo

por Luciana Souza Bragança
e Gabriela Rezende*



***Luciana Souza Bragança** é Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG. Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - EA - UFMG. E-mail: lubraganca@gmail.com

***Gabriela Rezende** é artista e arquiteta urbanista formada pela Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: gabiropaamarela@gmail.com



A pesquisa Jardins Possíveis[1] começou despretensiosamente com uma coleção de imagens de jardins nas cidades elaborada por Luciana. Essas coleções são compostas por temas diversos com abordagens sensíveis e reveladoras dos jardins nas cidades. Depois se transformou numa pesquisa da qual Gabriela foi bolsista e contribuiu com várias das imagens apresentadas.

Na pesquisa o tipo do jardim engloba espaços domésticos não hierarquizados, espaços públicos plantados coletivamente além dos espaços de plantio de flores, e vasos. Os jardins escolhidos, conceituados como Jardins Possíveis são aqueles onde, de alguma forma, as pessoas se engajam pessoalmente e constroem uma relação com os não-humanos. Nessa abordagem a interpretação do conhecimento, significação cultural, manejo e usos tradicionais dos elementos da flora, da convivência com os animais e as relações ecológicas são um modo de entender as relações de afeto entre os diferentes seres e também entre eles e seu lugar e como essas relações criam mundos cosmopolíticos[2].

O possível será assim a chave para reconhecer e descobrir no território a convivência entre esses seres vivos reconhecendo e inventando formas de coexistência no nosso mundo urbano. Apesar da forma expansiva com a qual a urbanização doméstica e coloniza os outros mundos que não os modernos - sejam esses humanos, animais, das plantas, dos rios, das montanhas - haverá sempre outros possíveis dentro de outras cosmopolíticas não modernas. Os jardins foram a forma proposta de visibilizar alguns desses outros possíveis que se desenvolvem nas casas, nas áreas remanescentes, nas praças, nos parques entendidos como artefatos multiespécies [3] que r-existem [4] nas cidades, construídos em reciprocidade pelos não-humanos e os humanos, num processo de dupla afetação. Esse processo se constitui quando nenhum dos atores estabelece uma hierarquia de forças preponderante, mas sim quando os dois são contaminados pelas diferenças e proximidades. Por meio dos afetos constituídos, das características dos não-humanos, pelos tempos naturais respeitados os não-humanos ganham também agência e essa se manifesta nesse processo de dupla afetação.



O relacionamento de humanos e não-humanos na cidade a partir dos jardins foi se tornando uma porta de entrada para questionar como outros viventes podem criar o lugar humano no urbano e como o humano e o não-humano tem limites variáveis. Para além de relações culturais, a princípio de domínio dos humanos, estamos intimamente ligados a outros seres por nossos corpos. Essas fronteiras também são definidas diferentemente em cada cultura. Dentro mesmo da nossa cultura variados lugares, culturais e religiosos, também nos abrem entendimentos de como é possível conceber elos com o mundo ao redor.

Uma dessas coleções, que será apresentada aqui, aborda os moradores da rua que carregam seu pedacinho de jardim debaixo do braço ou plantam em espaços públicos como forma de legitimar sua existência e seu espaço. Os companheiros multiespécie seguem juntos no percurso dessas pessoas pelos espaços da cidade criando lugares de existência como a casa e o jardim porque são famílias e amigos. Numa concepção clássica de jardim ele é considerado um microcosmo do infinito, a representação de um mundo, de uma cosmologia (MONGIN 2013). Quais são os mundos desses moradores da rua e seus companheiros que sobrevivem nas margens?

A aqueles a quem a o direito à cidade é uma ficção, estar junto a sua “pimenteira”, ao seu “comigo ninguém pode” é uma proteção divina corporificada em um vaso transportado. As bananeiras, as parreiras são os jardins produtivos, as flores são a possibilidade de beleza e prazer. A existência da planta marca o lugar exato de sua conexão com a urbanidade. “Eu sou e estou porque tenho comigo um pedaço ampliado do que eu sou e como sou. Eu sou natureza no espaço”. E o humano e o não-humano juntos constroem Jardins Possíveis, o lugar daqueles a quem o lugar de existência é negado.

Ao tomar uma distância analítica, nos deparamos com outras formas de habitar a cidade. Formas essas em que natureza e cultura não tem fronteiras tão rígidas e que talvez sejam exemplos relevantes para reavaliarmos nossa prática da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo.

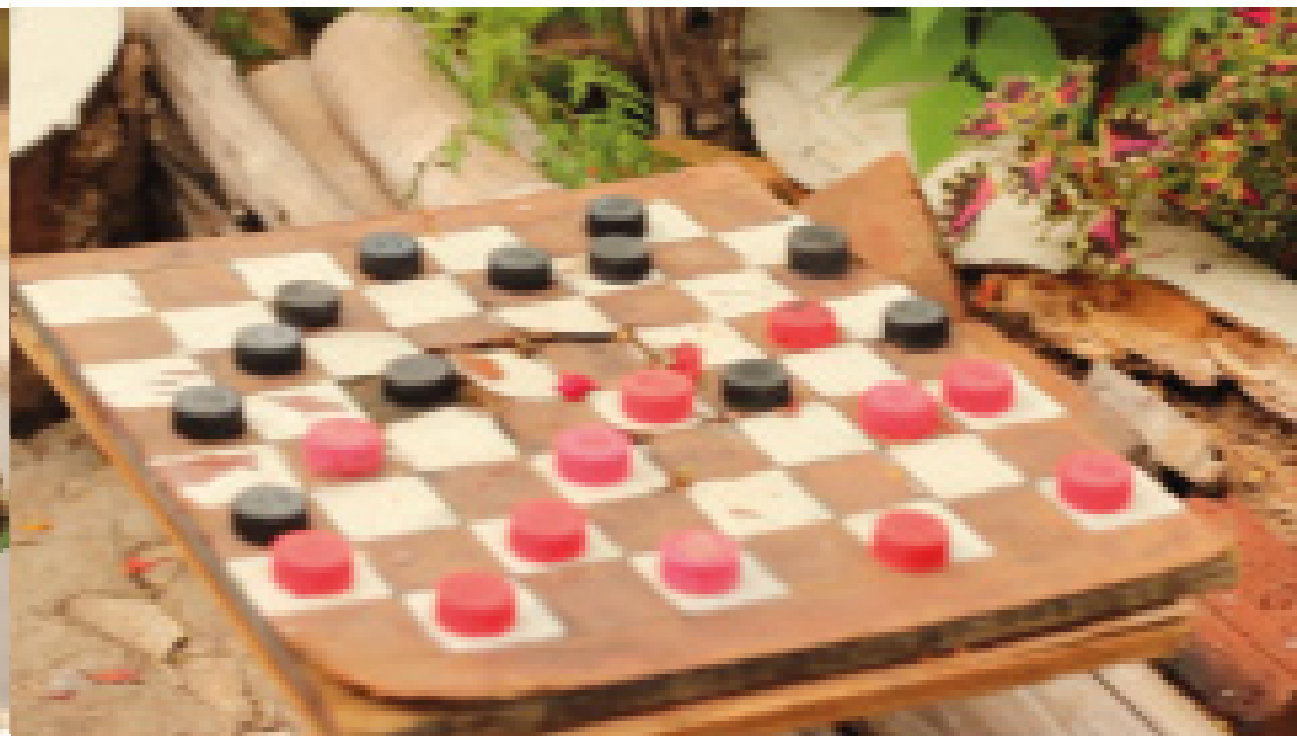
Contribuição: Yasmin Guimarães

























Notas:

1: A pesquisa Jardins Possíveis foi financiada pela Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): projeto 23853 - UFMG/REITORIA/PRPQ/PESQUISA E EXTENSÃO, subprojeto 407, coordenação: Luciana Souza Bragança.

2: Stengers (2011) propõe a cosmopolítica como forma de ampliação e de pensar que tipo de círculo político seremos capazes de constituir se pudermos pensar as coisas e a política para além dos elementos humanos habitualmente a ela associados numa postura claramente animista. Nas comunidades animistas em que os elementos não-humanos são portadores de alteridade e certo encantamento (STENGERS, 2017) o que acontece nas relações não é exatamente o domínio e sim a dupla afetação e portanto a relação multiespecífica tem relevância.

3: Os estudos antropológicos multiespécies têm como um dos pontos de partida que a dicotomia entre natureza e cultura e entre humanos e não-humanos, que deve ser ultrapassada. A referência para essa crítica à dicotomia moderna para a pesquisa foi Bruno Latour. O termo multiespécies será desenvolvido a partir de Anna Tsing que coloca a questão da interdependência entre as espécies como central. A autora afirma serem as relações humanas “uma relação entre espécies” (TSING, 2019, p.184). As práticas humanas, tanto culturais quanto históricas, não podem ser consideradas autônomas, esse pensamento teria alimentado nossos ideais de controle sobre as outras espécies e seu próprio encerramento no termo natureza. Assim a autora propõe o termo multiespécies para caracterizar espaços onde os diferentes estão juntos.

4: Na abordagem do autor Walter Mignolo, que pensa a partir do espaço latino americano e sua herança colonial “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, pois não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (MIGNOLO, 2004)

Referências

BRAGANÇA, Luciana Souza. **Jardins possíveis**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BRAGANÇA, Luciana Souza; REZENDE, G; SOUZA, L. **Cartografias Afetivas de jardins possíveis**. In: V ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4. Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios, 2018, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: FAUFBA, 2018. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/enanparq-v.php>. Acesso em: 08 jul. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.

MONGIN, Olivier. **Les jardins front la ville**. Rio de Janeiro: Fundação Total, 2013.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017.

STENGERS, Isabelle. PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da Natureza**. São Paulo: Editora UNESP, 2011

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

e

n

s

a

i

o

Lidando com nossas próprias sujeiras: uma narrativa cartográfica

Por Douglas Silveira Martini*

* **Douglas Silveira Martini** é Arquiteto e Urbanista (UFRGS) e Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). E-mail: douglassmartini@gmail.com



Seu Zé chegou à região de Triunfo depois de algum tempo tentando trabalhar nas indústrias dos bairros Floresta e São Geraldo, em Porto Alegre/RS. Sua esposa e viúva, Dona Carine, me conta que o casal, que já havia migrado nos anos 50 da zona rural de Santo Antônio da Patrulha para uma vila da periferia da zona norte de Porto Alegre, costumava passar os dias de verão acampando próximo ao Rio Jacuí. Ela me conta que começou a sentir que os dias de férias no rio não estavam sendo suficientes para descansar da vida na cidade grande. Certo dia, então, ela decidiu que não voltaria mais para Porto Alegre: iria vender o pouco que tinham e *“ficar ali acampada esperando o Nego buscar a mudança”*. Para ela, não havia possibilidade de negociação. A partir da mudança, o casal passou a vivenciar os desafios de habitar uma nova paisagem, vivendo da pesca, da agricultura de subsistência e de bicos de todo tipo: *“foi tudo muito difícil. anos sem luz, comendo lambari, traíra, pirão dia e noite e ainda tinha as enchente (...) fomos ter nossa primeira geladeira lá no fim dos anos 80”*.

Na mesma conversa, em meio a comparações entre os modos de vida da cidade e do campo, o que me chamou atenção foi o fato de que Seu Zé e Dona Carine, após alguns meses de trabalho nas obras de construção do III Pólo Petroquímico e nas cozinhas industriais do empreendimento, respectivamente, viveram boa parte de suas vidas sustentando seus 6 filhos *“sem patrão”*. Em nossa conversa, Dona Carine me pontuava com frequência que, ao longo dos anos, o casal *“se virava”*: *“tentamo de tudo”, “sem ninguém mais pra mandar”, “sem dever satisfação pra ninguém”*. Histórias de quem abandona a vida nas grandes cidades para *“se virar”* na região – com bicos e trabalhos de todo tipo, ao mesmo tempo vivenciando uma nova liberdade ao experimentar outras práticas de agricultura – são mais comuns do que eu imaginava. No final dos anos 80, na mesma época em que o casal comprou a primeira geladeira, Seu Zé começou a trabalhar como catador de lixo, percorrendo as estradas da região todos os dias com sua carroça e seu companheiro Tostado. Dona Carine me conta que:



(...) ele trabalhou uns 10 anos com a carroça, tirando lixo, mas foi porque o pessoal começou a reclamar que não tinha lixeiro, aí ele começou a carregar com a carroça pra ajudar e fazer um troco (...) ele vendia prum cara lá de Eldorado do Sul que buscava de vez em quando. Buscava papel, plástico, ferro, vidro e alumínio. Tudo que tinha valor ele vendia, aí ele tinha um depósito também aqui no pátio e ele guardava o que achava que ainda ia usar.

A frente do pátio e o quintal da Chácara Santo Antônio foi se transformando em um galpão de triagem a céu aberto, me conta Dona Carine. Por todo canto, haviam sacos com latas de alumínio e garrafas PET, além de resto de móveis, tocos de madeira, peças descartadas e cacarecos de toda natureza que seu falecido marido pretendia utilizar para alguma coisa. Além de catador de lixo, Seu Zé também era observador de pássaros, pescador, jardineiro e poeta. Nas árvores da chácara, sempre se viam placas com frases de humor, de motivação e de crítica social. Enquanto escuto essas histórias, penso na imagem de um quintal maior do que o mundo, como descreveu Manoel de Barros em “O apanhador de desperdícios”. Já a paisagem, a partir dessa linha de reprodução da vida com os trabalhos com os descartes, me leva a pensar, retomando Tim Ingold (2015), nos termos de um mundo de materiais, que incluem a terra, as pedras, as árvores, os restos de móveis, o alumínio, os rios, os animais, etc. Em um mundo de materiais, lembra o pensador, “onde quer que a vida esteja acontecendo, eles estão incansavelmente em movimento – fluindo, se deteriorando, se misturando e se transformando” (Ibidem, p. 61). Para o autor, “em um mundo onde há vida, a relação essencial se dá não entre matéria e forma, substância e atributo, mas entre materiais e forças” (INGOLD, 2012, p. 26).

Indo ao encontro destas práticas, o geógrafo Max Liboiron, em sua trajetória de pesquisas nos Estudos do Descarte (Discard Studies), nos leva a refletir sobre as relações que estabelecemos com o lixo em diversas escalas e contextos situados, construindo conhecimentos em uma perspectiva anticolonial sobre o que ele entende por descarte e poluição e como essas práticas, em relação com a terra, estão atualizando as formas

de colonialismo. Em uma análise sobre as práticas modernas de poluição, ele defende que narrativas que sustentam os nossos modos de descartar e de viver com o lixo hoje foram construídas sob o argumento de evolução civilizacional. Os outros povos que vivem mais próximos dos seus próprios descartes e resíduos são considerados “menos civilizados”, sendo inclusive classificados como “coprofílicos”, e precisariam, em uma conjuntura de políticas de globalização sustentável, adotar padrões externos de gestão dos seus descartes. Entendo que essas fabricações políticas sustentam, por exemplo, a hegemonia de uso do plástico, mobilizadas por uma relação íntima entre Estado, ciência e mercados e ignorando a possibilidade de incorporar em nossa vida o que Vilém Flusser (1972) chamou, nas décadas de 60 e 70, de “antropologia coprológica” ou filosofia do lixo.

O pensador, naturalizado no Brasil, ensaiou um conjunto pioneiro de reflexões sobre consumo, durabilidade, patriarcado, tecnologia e ecologia que convergem para a centralidade do lixo em nossas vidas. Estas reflexões tratam não apenas do lixo material, mas também do lixo cultural e todo o mundo do tornado não-coisa, os restos inconsumíveis, em sentido amplo, que seriam “partes determinantes da condição humana”. A partir das reflexões do pensador sobre paisagem e lixo, entendo que não exista realmente um fora para descartar e sacrificar, sobretudo porque na ficção da modernidade que objetiva um dualismo entre natureza e cultura, produz-se um terceiro mundo próprio do lixo, que já nos assombra e que vai cada vez mais nos fazer prestar contas, como já começamos a sentir nesses tempos do Antropoceno. Hoje, a indústria petroquímica – incluindo o complexo do III Pólo Petroquímico do Sul que Seu Zé ajudou a construir – é responsável por grande parte dos insumos disponíveis no comércio de todo mundo e pelo desenvolvimento produtivo e tecnológico de economias cotidianas de consumo e descarte de energia fóssil, em especial com o predomínio massivo das embalagens de plástico, material produzido nas indústrias de Triunfo/RS.

Outro casal de vizinhos, Seu Carlos e Dona Neusa, que habita entre as localidades da Vendinha e da Fazenda Quadros, têm muito a compartilhar sobre um outro lado desse mundo do lixo. O casal de idosos até pouco tempo fabricava produtos de

limpeza caseiros, reaproveitando as garrafas de refrigerante como embalagem e vendendo nas estradas da região com sua Kombi. Atualmente, dedicam todo seu tempo ao Shopping da Sucata, empreendimento onde fazem a coleta de diversos materiais descartados, como ferragens industriais, lixo reciclável, eletrodomésticos estragados, restos de obras e outros cacarecos. O local, que conta com 3.000m² de área, foi construído a partir do uso de lixo e objetos reciclados, contrastando com as “arquiteturas brutais” que compõem parte da paisagem da região. Por todo lugar que olho durante minha visita, vejo mensagens e palavras de fé compartilhadas com Deus. Esta fé é confirmada por Seu Carlos, que diz frequentemente que “uma coisa” lhe dizia para construir em tal e tal forma, revelando táticas e maneiras de fazer (CERTEAU, 1994) para além das práticas de construção modernas e das pré-fabricações que modelam os pavilhões industriais da região.

Nessa prática do casal, que já conta com diversos colaboradores, tudo é reutilizado. O contraste entre os modos de resolver a vida com as outras economias do desenvolvimento metropolitano se estendem pela presença forte das linhas de religiosidade, articulada em saberes arquitetônicos situados e em sabedorias da sucata. Ao habitar em meio à sujeira debaixo do tapete do desenvolvimento metropolitano, o lixo e os restos tornam-se materiais de subsistência vernaculares, quase convertendo-se em um bem comum entre vizinhas e vizinhos. Ao adentrar o Shopping da Sucata, vejo o “Globo da Terra”, uma estrutura esférica de 3 pavimentos cuidadosamente construída com 4 mil garrafas, na qual dizem estar “os segredos de tudo que existe na Terra”, podendo ser acessada por um passaporte de 5 reais. Essas bricolagens espetacularizadas competem com os outdoors de grandes marcas na rodovia em frente, dando forma a outras paisagens metropolitanas que nos obrigam a perceber, ao percorrer a rodovia, os restos e descartes oriundos das ecologias de consumo de plástico que compartilhamos. O Shopping da Sucata, de fato, inscreve uma paisagem singular que “nenhum engenheiro conseguiria fazer”, como explica Carlos, com orgulho.

Além das arquiteturas, os artesanatos com sucata e com resíduos descartados também apareceram em minha caminhada.

Eliseu é o dono de um brique rural de todo tipo de coisa, local que funciona também como seu atelier no qual esculpe peças singulares em pedaços descartados de eucalipto, tudo em estilo “campeiro” e “rústico”. A loja-atelier – toda decorada com peças antigas de carro e velharias industriais – vende, sob encomenda, placas de madeira de identificação e de humor, placas de sítios, porta-espertos, bancos de jardim, mesas, tábuas de cortar, rodas de carreta reformadas, etc. Foi algo próximo disso, suponho, que Michel de Certeau (1994) estava pensando quando apontou a “sucata” como prática de dissimulação que, a partir dos restos da ordem dominante efetiva das coisas, se mobiliza “pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber-fazer pessoal” (Ibidem, p. 87-8). Segundo o autor, é nos golpes dessas artes dissimuladas da sucata que reside a tenacidade de uma cultura popular que não se deixa capturar, uma cultura que se pratica de modo relacional, desviante e tentacular.

A partir do momento que a caminhada de lutas contra o Aterro Industrial de classe I e II me fez prestar a atenção aos modos que a gestão pública lida com as sujeiras e os descartes do desenvolvimento metropolitano na paisagem, passei a perceber que esse conjunto de práticas de experimentação e invenção narradas aqui envolve, sobretudo, uma arte de ter cuidado com o mundo, como fala Isabelle Stengers (2015). De fato, as principais reclamações de vizinhas e vizinhos que participaram das articulações contra o projeto é o fato de estarem recebendo o lixo industrial de outros municípios; de estarem cada vez mais virando local de descartes e de receberem lixo vindo de outros habitantes. Como disse Lúcia dias antes da organização de uma assembleia importante do projeto: *“pra cá vêm os restos que eles não conseguem lidar”*.

Atento às possíveis maneiras de meus vizinhos e vizinhas lidarem com as suas próprias sujeiras, fui identificando diversas práticas que envolvem o mundo dos resíduos e, entre elas, a prática da compostagem. Neiva – uma das filhas de Seu Zé e de Dona Carine que apresentei no início deste ensaio – é, além de artesã habilidosa, uma amiga sensível e atenta aos problemas ecológicos das paisagens que habita. Em uma das visitas ela me mostra as valas de compostagem situadas no fundo da chácara,



BRASIL

SUL

construídas por seu pai e que ainda tenta usar: são valas parecidas com grandes floreiras de concreto, com perfurações de onde saem canos que levam o acúmulo de água para um açude. Nessa composteira, um tipo de “arquitetura de descarte” – que é comum, embora sempre diferente, nas propriedades rurais da região – todos os restos orgânicos do dia a dia são incorporados e misturados. Além disso, alguns vizinhos de Neiva e de sua mãe aparecem no portão quase diariamente com restos de alimentos, baldes de grama cortada e hortaliças amareladas, resíduos orgânicos que são usados para alimentar as galinhas ou destinados à composteira, compondo uma malha de vizinhos composteiros/compositores que tratam seus próprios resíduos orgânicos.

Donna Haraway (2016) entende que, em nosso tempo, os humanos também são agentes geológicos, nos convidando a pensar em formas de permanecer implicados com os nossos próprios problemas, incômodos, ruídos, barulhos e sujeiras. Além de nos apresentar o projeto *Crochet Coral Reef* – uma iniciativa colaborativa feminista de arte, artesanato e ciência, cujo objetivo é reunir mulheres para crocheter corais junto a peças de lixo –, a bióloga nos convida a pensar alternativas ao Antropoceno, ao humanismo vigente e ao pós-humanismo que alguns insistem em defender, afirmando que “somos húmus, não Homo, nem antropos; somos composto, não pós-humano” (Ibidem, p. 55 - Tradução minha). Afinal, de um ponto de vista da problemática da decomposição e da reutilização de resíduos, nossos corpos são resíduos como todos os outros e “os seres humanos não estão em uma pilha de compostagem separada” (Ibidem). A autora, em sua filosofia do húmus, defende que:

Criaturas - humanas e não-humanas - tornam-se umas com as outras, compõem e decompõem umas às outras, em todas as escalas e registros de tempo e de coisas em emaranhados simpoiéticos, na mundanização e desmundanização do desenvolvimento evolutivo ecológico. [4] (HARAWAY, 2016, p. 97 - Tradução minha)

Sob esta perspectiva, a prática de compostagem de minhas vizinhas pode ser apreendida como uma malha comunitária de vínculos multiespécies que envolve bactérias, plantas, legumes, galinhas, minhocas, peixes, vizinhas e vizinhos. Essas histórias da paisagem são contadas por Neiva com orgulho, ainda que, de vez em quando, causem algum sofrimento para as minhocas: nos finais de semana, algumas delas são utilizadas por amigos e parentes para a pesca no rio Jacuí. Neiva me conta que, há quatro décadas, as minhocas eram inclusive comercializadas por ela e pelas irmãs para pescadoras e pescadores “de fora” que passavam e o dinheiro era utilizado para a compra de materiais escolares da família. Saudosamente, Neiva relembra que a chácara contava até mesmo com uma plaquinha de “vende-se minhocas”.

A partir dessa pequena malha de histórias diversas de “responsabilidade” (HARAWAY, 2016) com os resíduos nas paisagens de estudo e diante do “tempos das catástrofes” que fala Isabelle Stengers (2015), arrisco brincar com um trava-línguas sobre as práticas de compostagem: composteiras compõem composições. A compostagem, enquanto uma “ecologia de práticas”, é uma maneira de “lançar nossa sorte a algumas maneiras de viver e morrer e não outras” (STENGERS, 2014). Habitar o mundo é, sobretudo, “se juntar ao processo de formação”, como nos lembra Tim Ingold (2012, p. 31). Esses conhecimentos populares experimentados e experienciados nas objetividades situadas das vizinhas e vizinhos da região são conhecimentos produzidos e reproduzidos porque houve, nesses processos, a criação de um vínculo que antecede a busca por respostas demandadas pelas lacunas de conhecimento.

As narrativas da paisagem apresentadas me mostram que se, por um lado, vejo a governança de limpeza urbana alicerçada em indicadores padronizados de um planejamento urbano e regional que nega, deposita ou “afasta tudo aquilo que não se quer ver” (FUÃO, 2015, p. 63), com seus aterros industriais, ferros-velhos, lixões, espaços de destinação final e todo o aparato disciplinar de “alternativas infernais” do capitalismo (STENGERS e PIGNARRE, 2011), por outro lado vejo o lixo nas paisagens de estudo transformado de objeto a coisa viva, atentando a seus efeitos sobre um mundo em comum. Enquanto o Estado organiza

e arquiteta projetos para lidar com o descarte de indivíduos cada vez mais usuários e consumidores, parte das vizinhas e vizinhos da região se organizam e se misturam com as suas próprias sujeiras. Para quem vive em relação de pertencimento com a terra, para quem cuida e cultiva os seus próprios alimentos, não há o “direito de não ter cuidado” dos modernos que fala Isabelle Stengers (2015). Os trabalhos com os restos e descartes da sociedade presentes nas histórias de Seu Zé, Dona Carine, Neiva, Eliseu, Carlos e Dona Neusa carregam uma dimensão ética e estética inventiva, uma objetividade parcial de quem prefere, ainda que sem ter muita escolha, não fechar os olhos ou dar as costas as ruínas do mundo como o conhecemos e experimentar maneiras de permanecer implicados com esses problemas e com as respostas possíveis, como uma boa ciência pode ser (HARAWAY, 1995).

Assim, ao instaurar novos regimes de uso e de valoração para os resíduos a partir de práticas de cuidado, cultivo e de atenção, meus vizinhos recriam e se organizam contra uma política estatal como a do Aterro Industrial na qual uma “alternativa infernal” é repetidamente proposta. Nessas linhas de vida, meus vizinhos e vizinhas lançam novas perguntas sobre a paisagem, se arriscam em novas economias, se compõem e decompõem em novas “ecologias de práticas” e alternativas ao desenvolvimento sustentável capitalista.







Notas:

2: Coprofilia diz respeito a pessoas com interesse psicopatológico por fezes, de um modo geral.

3: A Braskem, empresa com sede em Triunfo, é uma das 10 maiores produtoras de plástico do mundo, segundo o Plastic Waste Makers Index de 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/m70Q>> . Acesso em: 13 Abr. 2022.

4: Critters- human and not - become-with each other, compose and decompose each other, in every scale and register of time and stuff in sympoietic tangling, in ecological evolutionary developmental earthly worlding and unworlding.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 22a ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. (1a edição: 1994).

FLUSSER, Vilém. A consumidora consumida. Revista Comentário, Ano XIII, 13(51), 3o Trimestre, 1972.

FUÃO, Fernando. Lixivia (i) mundi. Inscritos no lixo. 2015.

HARAWAY, Donna J. Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene. Duke University Press, 2016.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes antropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

_____. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Editora Vozes Limitada, 2015

LIBOIRON, Max. Pollution is colonialism. Duke University Press, 2021.

STENGERS, Isabelle. Tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac & Naif, 2015.

_____. Gaia, the urgency to think (and feel). Os Mil Nomes de Gaia, 2014.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. Capitalist sorcery: breaking the spell. Palgrave, 2011.

e

n

r

i

t

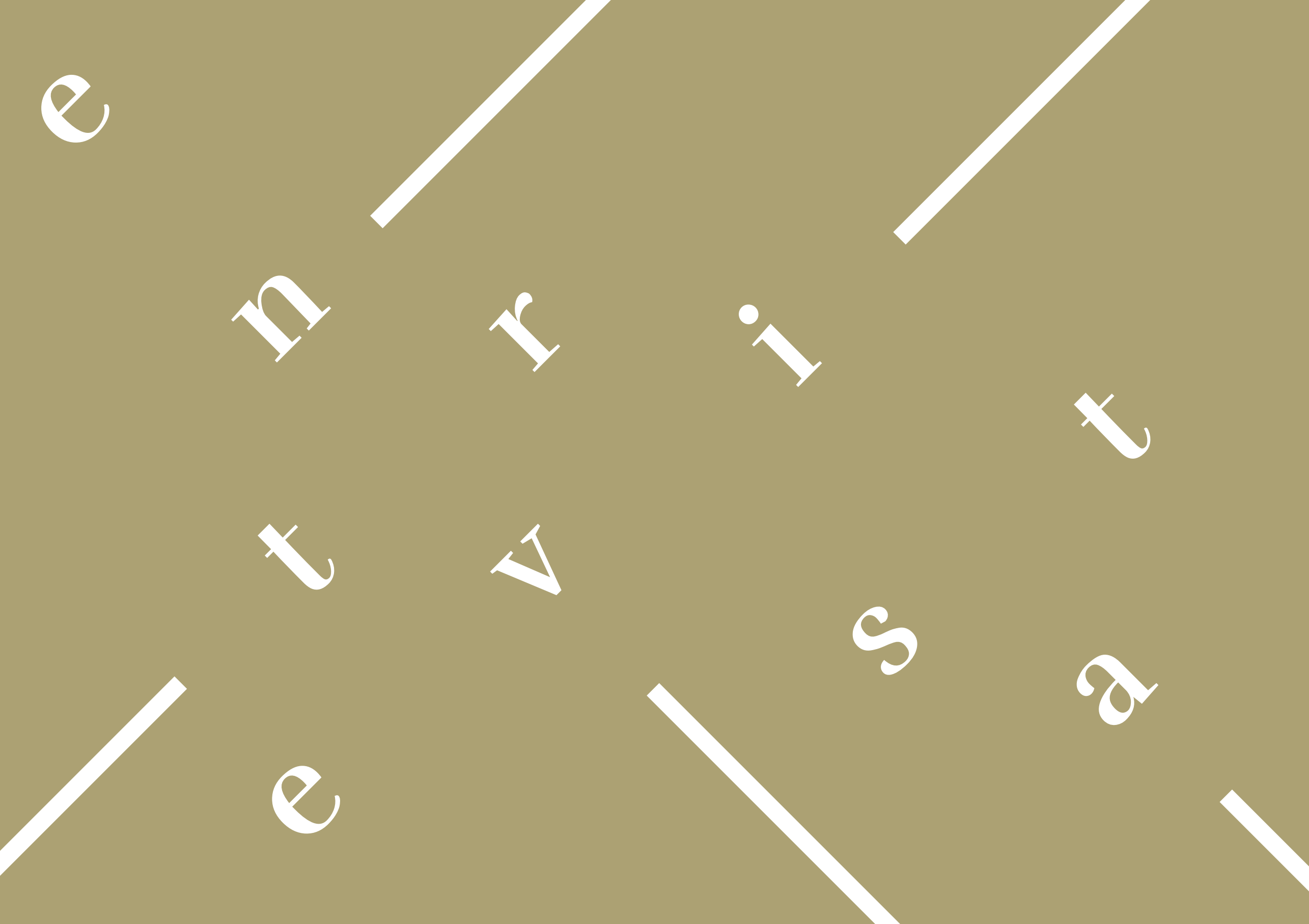
t

v

s

a

e





Como construir mundos com a água?

por Luciana Bragança*

***Luciana Souza Bragança** é Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG. Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - EA - UFMG. E-mail: lubraganca@gmail.com

Carlos Smaniotto Costa, Claudia M. Hernández Bonilla, Diego Martín Ríos Zaburlín, Gabriela Claudia Pastor, Gustavo Adolfo Gómez Agredo, Manoel Antonio Rodrigues Alves, María Nieves Dalponte, Marluci Menezes, Nagayamma Tavares Aragão e Natacha Cabrera.



Foto: Reunião durante o evento do RUN.

A água é um elemento essencial para nosso planeta. A bacia hidrográfica, como território da água, é assim uma unidade essencial para a vida e o pensamento sobre o espaço. Pensar como se relacionar com a água e como entender e respeitar sua agência no território foi a motivação para o desenvolvimento da entrevista/conversa apresentada a seguir.

Importante ressaltar que essa entrevista/conversa foi realizada no primeiro encontro dos coordenadores da Rede de Estudo de Rios Urbanos Naturalizados - RUN | Ciência cidadã e cocriação como meios de regeneração de rios e minimização de riscos, realizado em Popayan, Colômbia em outubro de 2022. A rede RUN, financiada no âmbito do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo - CYTED, tem por ambição, justamente, pesquisar rios e pessoas e desenvolver uma plataforma para a produção e transferência de conhecimento e tecnologias na recuperação dos patrimônios fluviais e naturais, cujas soluções assentem numa perspectiva de ciência cidadã e processos participativos.

A rede envolve 15 parceiros Ibero-Americanos de oito países (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Espanha, Paraguai, Peru e Portugal) somando setenta e um investigadores de um campo fortemente multidisciplinar, que conjuga vários campos do conhecimento, como hidrologia, arquitetura, urbanismo, planejamento ambiental, geografia urbana, ciências sociais e humanas, informática, telecomunicações, cruzando conhecimentos científicos com os saberes das populações ribeirinhas. RUN, aliado a melhorar os conhecimentos para a redução de risco e vulnerabilidade no contexto de rios urbanos, abre a oportunidade de participação da comunidade acadêmica e científica ibero-americana na pesquisa e debate sobre os impactos da urbanização nas políticas de desenvolvimento mais sustentáveis, aspecto determinante na construção de sociedades socialmente justas. A rede de ciência cidadã tem como companheira a água e os rios urbanos.

Estavam presentes os seguintes pesquisadores:

Lisboa

Carlos Smaniotto Costa, coordenador da rede, e **Nagayamma Tavares Aragão** representantes da UNIVERSIDADE LUSÓFONA, CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO & DESENVOLVIMENTO (ULHT-CEIED).

Marluci Menezes representante do LNEC – LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL.

Argentina

Diego Martín Ríos Zaburlín representante do PROGRAMA DE INVESTIGACIONES EN RECURSOS NATURALES Y AMBIENTE, INSTITUTO DE GEOGRAFÍA, FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS, UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES (PIRNA-IG, FFYL, UBA)

Gabriela Claudia Pastor representante do INSTITUTO ARGENTINO DE INVESTIGACIONES DE LAS ZONAS ÁRIDAS - CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS (IADIZA - CONICET)

María Nieves Dalponte representante do LABORATORIO DE INVESTIGACIÓN Y FORMACIÓN EN INFORMÁTICA AVANZADA, UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA (LIFIA)

Brasil

Luciana Souza Bragança representante da ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (EA-UFGM)

Manoel Antonio Rodrigues Alves representante do INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IAU-USP)

Colômbia

Claudia M. Hernández Bonilla, Catalina Muñoz Collazos, Gustavo Adolfo Gómez Agredo, María Manuela Silva Zambrano representantes da UNIVERSIDAD DEL CAUCA

Equador

Natasha Cabrera representante da UNIVERSIDAD DE CUENCA (UCU)

Paraguai

Juan Carlos Cristaldo Moniz de Aragão representante do CENTRO DE INVESTIGACIÓN DESARROLLO E INNOVACIÓN - FACULTAD DE ARQUITECTURA DISEÑO Y ARTE - UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN (CIDI-FADA-UNA)

Perú

Klinge Orlando Villalba Condori representante da UNIVERSIDAD CATÓLICA DE SANTA MARÍA (UCSM)

Os pesquisadores foram introduzidos à proposta da revista a partir da leitura do texto do editorial e conduzidos na conversa por Luciana Souza Bragança coordenadora do nó da Universidade Federal de Minas Gerais. Eles responderam, através de uma conversa entre o grupo, uma única pergunta: Como construir mundos com a água? A conversa foi transcrita, traduzida, revisada para ser apresentada aqui.

Luciana Bragança: Como construir mundos com a água?

Diego Rios: Os humanos estão organizados socialmente e, nesse momento, essas pessoas que atuam e que produzem o espaço, sobretudo nas áreas ribeirinhas, são um elemento que tem influência, ou seja, tem uma dinâmica que gera uma região da margem, e que provoca erosão nos barrancos. Tudo isso deve ser reconhecido, e a partir daí, de forma que de alguma maneira, as sociedades, sobretudo os geógrafos, os estudiosos, tem que se unir.

Eles têm que falar isso: que acreditam que é anormal essa ideia de desastres naturais que não são naturais. E o que é o que se considera como normal, natural? Tem que se considerar como algo que vai estar anormal e ainda mais em tempos de mudanças climáticas. Então, nesse sentido, é preciso pensar que esses excedentes e esses desequilíbrios ambientais vão estar cada vez mais frequentes e mais presentes em nossa sociedade. Nesse caso, as cidades tem que se preparar para encarar essa situação tanto em excesso como em escassez. Têm áreas com mais excesso [de água] e áreas com mais escassez. Parece-me que aqui [na América Latina] o conflito vai ser por excesso.

Gabriela Pastor: Eu vou falar da parte árida da Argentina. Tem mais haver com as precipitações medias da nova cordilheira. Mudar o padrão de chuva trouxe um vendaval. Assim isso iria aumentar como cambio climático, levando o sítio na cidade a sofrer. Seria a rebelião.

Diego Rios: [Construir com água] tenderá a uma possibilidade de reprodução, com montanhas e aquíferos, ainda tímida. Mas parece que no terceiro mundo [construir] com água, parte de também “ver o que não se vê”. Alias muitos padrões de assentamento têm mais a ver com aquilo que às vezes é atribuível aos olhos. O caso da Marlucci, que é sobre a memória do curso d água, que acontece em muitas outras cidades, revela algo que foi relegado, pois muitos desses rios já foram tamponados. Mas aquele córrego da cidade, no seu direito de

existir, de repente reaparece e se junta ao elétrico ou às casas da margem.

Gustavo Gomez: Para nós [a água] é uma oportunidade, como um sistema financeiro, de gerar coisas muito interessantes em torno de processos e sistemas. Como criar um mundo através da água ou com a água? Bem, para nós, a tecnologia sempre traz uma solução. A água é potente e poderosa, produz energia, eletricidade e sistemas limpos. Então a partir disso proponho que água é uma oportunidade, um processo, um ecossistema.

Carlos Smaniotto: Nesse contexto é interessante também pensarmos que uma das palavras chaves que me interessou é a indisciplinaridade da água. Porque a água não é algo previsível, não podemos controlar. E todas as vezes que tentamos [controlá-la] sempre pode acontecer os grandes problemas. Talvez repensar a água como algo que não tenha regra, mas sim [tenhamos] as regras de como construir a cidade do lado da água. Quer dizer deixarmos espaço para água correr, não de forma disciplinada como queiramos, mas de uma maneira que ela possa ir e que possamos ter benefício disso.

Manoel Alves: Aí tem uma questão inclusive simbólica. Pega por exemplo o processo brasileiro de urbanização: todo higienista. Como que os rios importantes de cidades como São Paulo não só são tratados comparados com outras situações. Acho que aí tem muito disso. É cultural. Naquele momento de importação [de ideias], Robert Moses que determina isso. Ele era o urbanista norte-americano com quem Jane Jacobs brigava em Nova York dos anos 1960. Moses, é quem vai determinar o padrão de ocupação, de urbanização de fundo de vale no Brasil que vai caracterizar as cidades brasileiras. E aí é uma consequência, e o que a gente faz pra tentar recuperar [as cidades]?

Agora eu tenho uma dúvida, embora eu entenda a provocação da multidisciplinariedade, inter, trans ou a indisciplinada. Mas no fundo - aí a Luciana pode falar mil vezes melhor do que eu,

conheço o trabalho do grupo, mas não sou membro do grupo Indisciplinar. O que a gente está falando é sobre processo, um processo de transdisciplinariedade é um processo!

Agora não é uma coisa cada uma na sua gavetinha, de uma multidisciplinaridade. Acho que essa é uma das coisas. Ou seja, construir um mundo com a água, num território urbano mas não apenas urbano, significa não se limitar a uma, digamos, área de conhecimento ou algumas áreas de conhecimento, mas sim ter a abertura e a disponibilidade para procurar produzir alguma coisa a partir de uma pergunta. Aí falando um pouco do meu grupo, em que a gente sempre se faz: “o que é o novo? O que é eventualmente o novo?”. Para a gente não rotular uma coisa muito facilmente como algo que seja um avanço que nem sempre isso é.

E acho que a questão colocada hoje “construir o mundo com a água”, seja no território urbano seja a nível territorial, me remetendo a um trecho do editorial [da revista], se ele é de um urbanismo ecológico ou se é de urbanismo antropocênico. Porque ele acaba e ainda inclui a questão dos humanos e não-humanos, que inclui a discussão do conceito de antropoceno que coloca tudo isso num outro patamar. Mas é absolutamente fundamental a gente ter a consciência de que isso é composto, que esse universo é composto por humanos e não-humanos e não apenas da nossa parte. Isso até mesmo em termos de biodiversidade. Você fala de biodiversidade urbana o que é? A biodiversidade abre também uma discussão.

E aí uma coisa que quando ouvindo o editorial [da revista], que é uma coisa que a gente trabalha muito fortemente também, até comentei de onde vem a referência do trabalho que a gente faz, que é muito de patrimônio, patrimônio cultural, memórias, esquecimento, é a relação com a filosofia. Procurar levar a sério e aí quando a Catarina leu o editorial, quando fala de fronteira a gente está falando de água e não sei... Acho que é um ensaio muito legal para ler “A ponte e a porta”, do Simmel, que é bem curto. Um texto de seis ou oito páginas onde ele vai discutir a condição de subjetividade de um moderno, ou da modernidade. É um texto curto, mas extremamente denso e oportuno já que a gente tá falando de água, fronteira, limite.

Marluci Menezes: Não sendo uma especialista da água, quando eu penso na memória, que é o tema que eu venho tentando trabalhar, lembro que a água é vida. E a memória é tentar recuperar a vida, é a vida daquilo que o grupo da Luciana vem estudando, que é o grupo dos não-humanos, mas são seres. Mas é a vida social e a memória ajuda muito. Não sou eu, mas a trabalhar com a questão que eu julgo ser fundamental, que é a questão da conservação e da conservação do patrimônio, seja ele construído, seja ele natural, porque são recursos que não são inesgotáveis, são esgotáveis.

Então temos que cuidar disso porque é a vida, é a vida social, é a vida cultural, é como eu vejo como trabalhar com a água, é poder permitir a vida com qualidade, vida cultural, a vida social, mas também a vida natural. A vida como um todo.

E penso também nos recursos minerais, que nem sequer tem vida, mas temos que cuidar das pedras, dos minerais, temos que cuidar para ter vida. Também são eles que proporcionam ter vida. É também como eu vejo.

Natacha Cabrera: Tenho começado a pensar no que disse Luciana: como planejamos uma área só para os humanos, e não para os não humanos. Temos que entender a cidade como o único sistema complexo. Há um pouco do trabalho que realizamos como arquitetos urbanistas e que precisa de uma autocrítica, isto é, de querer às vezes ordenar tudo. É como se tudo estivesse carregado por uma linha estética, de impor nas cidades nossas lógicas, quando a própria vida, a vida urbana, a vida natural tem suas lógicas. Então, como deixar de ser esse profissional, que quer que sua obra perdure no tempo quando estamos falando de dinamismo? Da vida, da água, da cidade. Como tornar-se um instrumento disso que é mais natural? E trabalhar sobre essa dinâmica do incerto. E eu sempre penso que aí tem um belo trabalho, “uma obra de ouro”, que diz respeito às cidades naturais e onde há duas paisagens. A paisagem natural que faz uma grande analogia com a paisagem cultural e depois a paisagem planejada, como a união dessas duas. Então penso como que, através do planejamento, podemos fazer para não regularizar essas duas paisagens que estão aí. Apoiar [o

planejamento], porém, não sendo aquele que tem a última palavra.

Claudia Bonilla: Acredito também que a pergunta “como construir mundos com água?” seja uma oportunidade muito grande [de responder] a partir da educação. A educação das crianças que são os que vão a ter a oportunidade de gerar essas grandes mudanças, pois são aqueles que vão fazer as políticas no futuro. Por isso, mais à frente, vão ser as crianças que, quando crescerem, terão a oportunidade de mudança se nos tivermos sucesso [na educação]. Educá-los, para que eles tenham essa consciência ambiental da importância do cuidado com os rios, com a natureza, e para que possam fazer muitas coisas pela frente. Porque estamos atualmente diante de uma geração que reclama que o rio transbordou, que levou grande parte da área de suas casas, mas que constrói onde não deveria e não se questiona que, talvez, tenha cometido erros. Bom, isso é algo típico em nossa região, em nosso país.

Aqui há muitas áreas que sempre se alagam. Há uma região que sempre fica alagada, mas é uma região de assentamento informal, é uma área que algumas pessoas pegaram e resolveram morar. Segundo o planejamento urbano não era possível realizar um loteamento nessa área, mas então o que fazer?

Se a gente conseguir ter essa consciência ou oferecê-la, mais na frente talvez consigamos ter uma maior esperança, uma possibilidade maior de que as políticas realmente sejam orientadas e que as pessoas tenham cuidados com o rio. Por exemplo, a gente vai ver o rio Molino. Hoje em dia, o rio Molino aqui na cidade já está sujo, muito sujo, mas, quando vamos à parte da nascente, que não é tão longe da cidade, o rio é muito diferente. Porque, seja por todos os processos de poluição, talvez a gente da cidade só enxerga que o rio está aí [sujo], e ainda não conseguimos integrar o rio em nossas vidas, acredito que a oportunidade é começar desde a infância.

Nagayamma Aragão: Eu ia acrescentar no meio dessa discussão um elemento que é a questão da memória. A memória no caso daqueles que Marlucci abordou, é lógico, numa perspectiva mais sociológica um cadinho ou voltada para aquilo que eu tenho interferência que são as sociedades africanas. A construção da identidade - água é um fator fulcral na construção de identidade. Todos irem buscar a água no poço, o lavar a roupa no mar é um elemento indentitário de uma determinada comunidade, é o resgate. É olhar para essa história, contar essa história e transmitir essa história, tentar encontrar os padrões que efetivamente a ciência tem de preservação, de restauração. No fundo, ao utilizar também a questão da escola para a educação ambiental, é o resgate dessa memória juntamente para a conscientização educacional e a transmissão dessa identidade para um fórum mais amplo de discussão.

Eu acho que a questão da água, pelo menos nas sociedades africanas, é algo que é fulcral, é base. Porque nas sociedades mais religiosas é daí onde vem o batismo. E nas sociedades mais tradicionais é dali onde vem o batismo tradicional, no sentido das práticas culturais tradicionais. Portanto a água para nós, enquanto africanos, é um momento forte de identidade e essa identidade cultural também deveria ser trabalhada no debate mais acadêmico o que não é.

Maria Nieves Dalponte: A partir da minha visão abstrata do mundo, a água é um ator, é um dado, um vector. Então, gostaria de compartilhar com a colega Claudia a possibilidade de fornecer, junto à tecnologia, mecanismos, dispositivos para mudar a cabeça das crianças, pois elas estão mais atraídas e afetadas por tecnologia, porém para os adultos também. A tecnologia, como tal, pode ser útil, serve como uma ferramenta de educação. Parece-me que pode ser explorável e contribuir com a missão [construir mundos com a água]. E se tem a ver com o que eu gosto eu entendo melhor. Em particular, acredito que um enfoque através dos jogos, não da tecnologia digital, mas sim de outro tipo de tecnologia em sentido amplo, mas também através de jogos. Sobre isso tem muitas, muitas propostas, muitas iniciativas que estão pensadas para explicar

essas questões ambientais, em todos os aspectos da vida. E é claro, os que mais entendem os temas tem mais permissões ou vontade de jogar. Mas também se pode aprender. Os jogos são um universo amplo. Tem jogos para explicar muitas coisas também para os adultos. Vem-me à mente, como exemplo, um jogo para aprender outras coisas, e nada tem a ver com a água, mas que certamente pode ajudar sobre o cooperativismo, que é um jogo de tabuleiro que desenvolvemos bem parecido com o monopoly. A ideia desse jogo é trabalhar em equipe para resolver um problema que é sustentar a cooperação. Para solucionar a problemática que tem a ver com a água em certa comunidade, penso que poderia a comunidade, com nossa ajuda, criar e pensar nas regras dos jogos. Porque é muito divertido desenvolver jogos, por exemplo, é um trabalho muito proveitoso em nível de engajamento. Pensa num jogo onde uma comunidade pode explicar uma problemática através dele? Conversar junto, isso também é tecnologia.

Claudia Bonilla: Por exemplo, se começasse a fazer a construção do design do jogo nesse contexto é seria importante que as crianças e todas as pessoas o visualizem. Usar imagens de onde elas moram, é muito mais fácil que se vinculem, e que se apropriem desse conceito. Acredito sim que para representar como construir um mundo com a água é como estamos aqui, ou seja, a interação entre diferentes.

Catalina Collazos: aqui [na rede RUN] é a interação entre as diferentes culturas, não é certo? Então é importante gerar uma base documental dessa interação, conhecer como em outra parte do mundo [outras culturas] lidam com a mesma temática que é o rio. E ao estar na rede percebemos isso. Isso nos fornece a interação. A comunidade do grupo permite construir muito melhor e fortalecer nosso lugar com relação à água.

Tudo que vamos contribuir uns com os outros por estar nessa rede, vai permitir que cada grupo possa construir algo muito melhor a partir de diferentes perspectivas. Então, é certo que, poder produzir todas essas entregas de trabalho que estamos

gerando, vai criar uma base de dados não só para nossas universidades, mas também para qualquer outra pessoa que estiver fora dessa rede e que tem a mesma necessidade.

Entretanto, entender que conseguimos trabalhar juntos e que temos uma base é extremamente importante. Uns dos desafios que tivemos quando começamos com o projeto ao redor do rio Molino, foi que havia muitos trabalhos sobre ele, mas que não estavam documentados e também nada integrados. Então, mais uma vez, cada projeto é como começar do zero, por falta de um processo investigativo que a academia pode oferecer ao ter um processo ordenado, metodológico. Isso permite ter uma construção muito mais ordenada e documentada para as pessoas no futuro. Essas interações são as que vão permitir que nós possamos construir um mundo com água muito mais alegre, muito mais rápido e que cada vez melhor.

Diego Rios: Algo importante também sobre o que se possa refletir é um olhar sobre essas questões relacionadas à educação ambiental e às regras existentes nesse sentido. Na realidade estamos num mundo que está organizado por certas regras. As regras do capital são as que organizam o mundo hoje. O capitalismo, em sua grande maioria, é o que define de qual maneira se produz o espaço, como o construímos, como se distribuem os recursos, etc. Como se produz uma cidade? As regras em como se relacionar com o espaço e o rio, na verdade estão aí. E uma nova forma de se pensar e de se fazer [cidades] não se realiza facilmente. Propor uma nova forma de pensar essa relação com o rio e de poder compreendê-la tem um aspecto rebelde à via capitalista que considera o rio como recurso. Senão vamos todos só fazer parques lineares e seguir feliz. Não, não, não!

Manuel Alves: Isso está diretamente ligado à lógica de produção da cidade. É a lógica do modelo econômico que determina a produção da cidade hoje.

Construir um mundo com água significa uma posição contrária, uma posição de resistência a essa lógica de produção do capitalismo. Sem dúvida nenhuma o urbanismo neoliberal, que propõe o espaço urbano hoje, é a reprodução de capital, literalmente. E os rios urbanos são elementos dessa reprodução.

Carlos Smaniotto: Sim, mas talvez nesse sentido possa até ser bom que o rio seja um elemento. Ele é visível e a gente tem que cuidar, pois nesse momento, como Cláudia disse, os rios estão presentes, passam e não cuidamos deles.

Manoel Alves: O rio sempre será um elemento presente. Ele sempre será um elemento que eventualmente é limite, eventualmente é fronteira e eventualmente é borda. Agora, a maneira como você trata esse elemento – o rio – é que vai determinar as próprias condições de uso e em que medida ele é incorporado nesse território e a esse patrimônio cultural. Você veja em São Paulo, por exemplo, os rios foram tratados como um elemento absolutamente secundário e sem importância. Hoje você tem um tremendo problema de poluição. Historicamente, isso aconteceu. E hoje? Qual é o processo de apropriação que existe em relação a esse elemento? Eu considero que essa é a questão de fundo.

Diego Rios: Sim. Há um autor que se chama Jason Moore que fala sobre o capitoceno. Para ele não devemos falar sobre o antropoceno, mas sim, sobre o capitoceno. Bom, o antropoceno refere-se à humanidade como um foco geral. Mas a humanidade, ou parte dela, teve o mesmo tratamento do não humano, não exatamente, mas semelhante, como exemplo daqui [de Popayán].

Manoel Alves: Outra coisa que o antropoceno coloca, e que alguns autores vão destacar, é que o grande problema da produção da ciência é a cisão entre a ciência e as humanidades. Esse é o ponto clássico [dessa discussão]. Hoje você tem grandes autores trabalhando com isso, pensadores de referência no

mundo ocidental que procuram reverter essa lógica, reverter esse distanciamento que existe entre ciência e humanidades. A noção de antropoceno coloca esse distanciamento como um elemento básico da reflexão.

Marluci Menezes: Para isso [fala anterior] talvez seja importante também pensar, que é tudo uma questão de caminho social. Porque no momento em que as cidades começam a se desenvolver, historicamente, há tendência de separação entre cultura e natureza. Com isso quase que nós “naturalizamos” a não natureza. Isso fica evidente, como um ideal de urbanização, na maneira que se faz essa urbanização e a construção. Porque, na verdade, eu não sei se os elementos fluviais não são importantes. Eles são importantes sim porque nenhuma cidade vive sem água. Não estou a te contradizer, não é nesse sentido.

Eu penso que há uma naturalização no ato de não considerar a natureza, de não trabalhar eventualmente com ela. E que vai implicar trabalhar com a economia, com a ciências, com as humanidades, com as artes. Temos que aprender muito, muito, muito com as comunidades tradicionais. Eu acho que nesse caso são as [comunidades] africanas, são algumas [comunidades] asiáticas e com certeza são as muitas [comunidades] índias que estão aqui na América Latina. Isso, sim, é aprender com esse conhecimento e ceder a ele para que ele possa nos influenciar mais. Porque no fundo, nós abusamos do conhecimento tecnológico, para construir a cidade que construímos que é neoliberal. Eu penso que é neoliberal, mas não é só isso. Está na história da cidade.

Manoel Alves: Você tem um processo histórico, eu concordo plenamente com você [Marluci]. É o reconhecimento do saber, é a ecologia de saberes. Você precisa estar aberto aos diferentes saberes que se colocam e precisa ter a humildade de aprender com uma comunidade.

Marluci Menezes: E precisa respeitar a natureza. O outro. Respeitar a natureza porque a natureza é caótica, o que ordena é a cultura.

Manoel Alves: Precisa enfrentar [esse desafio] como a gente enfrenta nos trabalhos de extensão em São Paulo, na construção de um diálogo com as comunidades. Porque por mais que você fale: olha, estamos aqui para construir juntos, até você quebrar o distanciamento e chegar nessa comunidade é difícil. Quantas vezes, no nosso trabalho em Paraisópolis, agente tentou? Levou dois anos para entrar no território. Quer dizer, há um processo histórico nisso também, na nossa forma de trabalho que é decorrente da nossa própria postura enquanto cientistas. Como conversar com uma comunidade se na verdade a gente não tem um respeito a outros saberes? E isso é fundamental para a gente começar. É a mesma coisa nas ciências: o sul tem algo para ensinar ao norte? Obviamente que tem. Agora estou falando de epistemologia do sul. Temos saberes para reagir a essa visão eurocêntrica e colonialista. Claro que sim. Da mesma maneira acontece conosco [acadêmicos] em relação às comunidades, mas aí nós é que precisamos ter essa humildade. Sabemos que muitos colegas nossos não tem.

Marluci Menezes: Também tem o sul que tem certo complexo de colonização. Quer dizer, eu acho que o sul ainda tem muito a aprender com o norte e vice-versa. Eu acredito, agora eu estou sendo filosófica, que estamos olhando tanto para um high tech que é necessário também aprender com um *low tech*. A baixa tecnologia, baixa no sentido de desenvolvimento científico e tecnológico, tem muito a ensinar. Quem não tem [recursos avançados] precisa usar a tecnologia que tem disponível. Isso inventa novos saberes. É na intermediação entre um e outro, no meio, que se vai se chegar a alguma coisa.

Manoel Alves: Concordo.

Manoel Alves: A gente precisa ter abertura para isso e reconhecer exatamente o que você comentou, seja na nossa relação com a comunidade, seja na relação sul norte.

Marluci Menezes: Precisa de comunicação. Comunicação da ciência.

Carlos Smaniotto: A informação para a política é outro aspecto importante da comunicação e é aqui que há um grande déficit. No nosso mundo acadêmico, ainda não encontramos um meio de colocar os nossos conhecimentos de uma maneira rápida, eficiente e que seja transformado em agendas políticas, em processos políticos que realmente deem atenção às questões ambientais, à questão da água, à questão do solo, à questão da urbanização em si. Para que esse conhecimento entre na política e se transforme em estratégias concretas tem um processo muito demorado mas é o que nós precisamos fazer. Eu penso, como investigador pesquisador, que uma das grandes tarefas nossas é trabalhar politicamente para que os interesses ambientais e sociais sejam implementados. Eu acredito que a informação é uma parte central da comunicação da ciência. Ela é política. Precisamos trabalhar para que [nossa produção científica] seja transformada em políticas e em agendas urbanas o quanto antes.

Manoel Alves: Isso é fundamental. Agora a gente tem a questão central colocada aqui na entrevista e nesse encontro: a questão de construir um mundo com a água.

No nosso meio hoje você tem uma pressão muito maléfica, que confunde produtivismo com produtividade, e não é a mesma coisa. Isso dificulta pensar em comunicação da ciência e em como construir um mundo com água. É a velha discussão: onde publicar? Quantas revistas, jornais importantes tem o objetivo de comunicação da ciência? No fundo, para quem? Como a Marluci colocou antes, quem pensa a comunicação da ciência com a sociedade? Como é que você eventualmente, se dispõe

a aprender com uma comunidade, mas também colabora com essa comunidade e apresenta alguma coisa?

Diego Rios: Precisamos convocar um mundo de Ciência Política. Porque há uma dinâmica que tem a ver com o político e a política. As políticas que as ciências sociais e as ciências humanas mobilizam não atingem as políticas públicas. Todos territorializam o ambiente e nós [acadêmicos] não chegamos a entender como impactar. Como se inserir na agenda da política pública? Essa é a dinâmica necessária.

Carlos Smaniotto: Às vezes como ambientalista, interessado na questão ambiental, é terrível pensar que você está produzindo conhecimento e tem que cortar esse conhecimento em pedaços para alguém que tem poder de decisão possa compreender a complexidade desses argumentos. É frustrante que, para chegar à política pública, tenhamos que retalhar nossas experiências que produzem tanto conhecimento.

Marluci Menezes: Mas passa muito por aquilo que Claudia falou e, de certa forma, Catalina também: a educação é importante, na escola e não só na escola. Penso em uma forma de aprendizagem, e não é só de aprendizagem, mas também de troca, de construção de novos cenários. Com essa troca você começa a imaginar e criar novos cenários com a água. Por exemplo, as crianças desenham isso melhor que qualquer um.

Diego Rios: À medida que os currículos educacionais estão incorporando a questão ambiental, também os filhos estão educando seus próprios pais. A história também deveria ser pensada dessa maneira? O Ambiental, mas do ponto de vista cooperativo, do ponto de vista social, do ponto de vista incidente, para que possamos impactar a política pública e os políticos. As crianças também são lindas e potentes incluídas nas dinâmicas de todo tipo.

Marlici Menezes: Eu proponho também escutar uma pessoa que não está a falar que é a Luciana, a equipe da Luciana e seu trabalho com a arte, com a água, com os jardins para criar o sonho. É muito importante o sonho. Arte é vida, como a água.

Natacha: Acredito em contaminar a academia com certas propostas “ingênuas”, mas que tenham potencial por trás delas, de forma consciente.

Gabriela Pastor: Eu queria falar sobre o editorial da revista que nos foi apresentado e de termos como indisciplinaridade, não apenas ligada à indisciplina, mas ligados ao meio ambiente. Parece-me que, se partimos dessas ideias, termos como as ameaças da água, mudariam de sentido. Em vez de falar dos riscos, da catástrofe, do desequilíbrio e de toda essa condição negativa, isso poderia ser renomeado e ser conhecido por ter outro sentido que melhor impulsionasse nossa saúde. A partir daí, acho que se troca o sentido da água ao deixar de vê-la como um recurso e passar a dizer que se nomeia a ela, explicitamente, como a um ser, um bem comum. Esse bem comum passa a ter outra condição dentro do complexo cenário social, ambiental e até urbano. Outra questão que me parece fundamental é a dos saberes locais. E não acho que seja alta ou baixa tecnologia, são técnicas, tão válidas quanto os conhecimentos científicos construídos a partir da ciência ou dos dados mais duros. Acredito que tudo isso pode contribuir e que, a partir daí, tanto a categoria do problema quanto a dos nomes, podem ter novos sentidos, novos entendimentos para um relacionamento, para a reprodução da vida, que é a questão central de qualquer maneira. É sobre como pensar em um mundo com água e como pensar a relação das vidas. Bem, é uma tentativa.



a

r

i

g

t

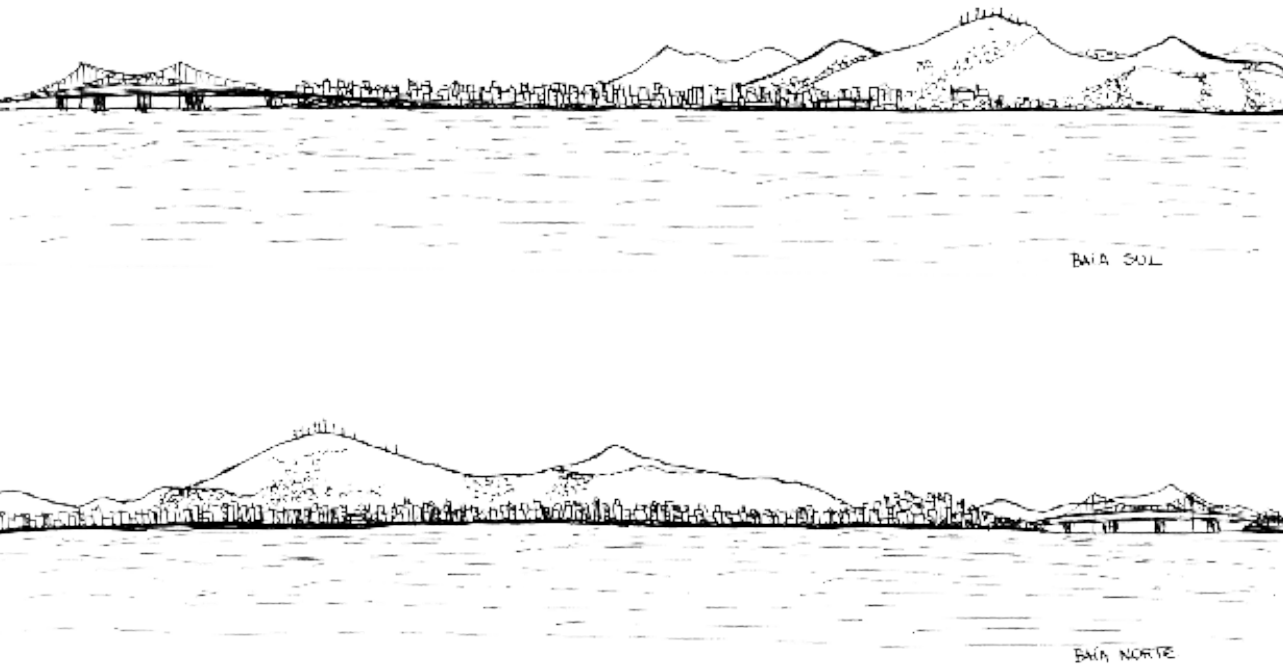
o

s

Encontros multiespécie entre mar e cidade na Ilha de Santa Catarina[I]

Multispecies encounters between sea and city in Santa Catarina Island

Eliz Tosi Modolo e Rodrigo Gonçalves dos Santos*



Resumo

Este artigo se propõe a refletir sobre a influência do mar na produção da paisagem da cidade costeira, seja na sua formação construída bem como nas práticas e modos de vida que se desenrolam em suas bordas. Entendemos a paisagem enquanto movimento, algo vivo, vivenciado e tensionado por múltiplos processos subjetivos, ecológicos, políticos, sociais e culturais. Partindo da consideração de que a borda marítima é o espaço de encontro e confluência do mar com a cidade, de seres marinhos, humanos ou não-humanos, um espaço de encontro multiespécie, trazemos uma reflexão sobre a paisagem marítimo urbana da Ilha de Santa Catarina com uma abordagem imersa e navegante da paisagem. Utilizando o processo metodológico cartográfico buscamos pensar a cidade a partir das suas relações e na sua integração com o mar, adotando a perspectiva do mar e dos navegadores, para compreender a paisagem marítimo urbana e refletir sobre os diferentes territórios que são compostos nessas bordas, incorporando o pensamento ecológico ao processo. Como resultado apresentamos as contribuições do mar para a construção da cidade costeira, mostrando as potencialidades das conexões e encontros entre mar e cidade e também as problemáticas da ruptura brusca entre cidade e mar e seus impactos negativos para os habitantes costeiros. Por fim, encontramos no manejo ecológico da paisagem um modo para lidar com as dinâmicas de borda e seus ciclos e um modo de construir mundos com companheiros multiespécie marinhos, com pescadores artesanais e a confluências de seus saberes.

Palavras-chave: paisagem urbana, cidade costeira, Ilha de Santa Catarina.

Abstract

This article proposes to reflect on the influence of the sea in the production of the landscape of the coastal city, whether in its built formation as well as in the practices and ways of life that unfold on its edges. We understand the landscape as a movement, something alive, experienced and stressed by multiple subjective, ecological, political, social and cultural processes. Starting from the consideration that the maritime edge is the meeting space and confluence of the sea with the city, of marine beings, human or non-human, a multispecies meeting space, we bring a reflection on the urban maritime landscape of Santa Catarina Island with an immersive and navigating approach to the landscape. Using the cartographic methodological process, we seek to think about the city from its relations and its integration with the sea, adopting the perspective of the sea and the navigators, to understand the urban maritime landscape and reflect on the different territories that are composed on these edges, incorporating ecological thinking into the process. As a result, we present the contributions of the sea to the construction of the coastal city, showing the potential of connections and encounters between sea and city and also the problems of the sudden rupture between city and sea and its negative impacts for coastal inhabitants. Finally, we find in the ecological management of the landscape a way to deal with edge dynamics and their cycles and a way to build worlds with marine multispecies companions, with artisanal fishermen and the confluences of their knowledge.

Keywords: urban landscape, coastal city, Santa Catarina Island.

Introdução [2]

Entre mar e cidade existe a borda marítima, uma tênue linha que pode separar ou conectar ambos, um espaço influenciado pelas características tanto do mar quanto da cidade. Um espaço de fruição, fluidez, onde habitam humanos e não-humanos, onde acontecem usos, atividades, práticas marítimas, um espaço multiespécie por excelência. A borda é ora limite, onde a terra acaba e começa o mar, ora espaço de transpasse para além mar, local de início das travessias. Nosso enfoque está no reconhecimento da borda marítima como um espaço singular, espaço de produção de subjetividades, espaço de maritimidade urbana, onde se evidencia o encontro do mar com o urbano, não como opostos, mas como elementos que se configuram mutuamente, um espaço que urge por uma abordagem de análise que abarque a complexidade e imbricações desse encontro, principalmente quando constatamos a intensificação de uma urbanização capitalista nos espaços costeiros em dissonância com a vida marinha e os modos de vida tradicionais à beira do mar.

O Brasil possui 8.698 quilômetros de extensão de costa litorânea contando as suas reentrâncias (SCHERER et al, 2010), ou seja, uma longa borda marítima, sendo que dos 26 estados brasileiros, 17 estados são perpassados pelo mar. Cada vez se torna mais evidente a importância de se estudar o processo de ocupação dos espaços de borda d'água e as paisagens costeiras, analisando as lógicas que estão por trás das dinâmicas de produção desses espaços, visto que na dinâmica de produção urbana atual, muitos processos considerados “dinâmicas da natureza” conflitam com a urbanização vigente. Para este artigo trazemos como recorte de estudo a paisagem que vem se formando na área central da Ilha de Santa Catarina. Com o aumento da urbanização sobre áreas ambientalmente sensíveis, como a área costeira, torna-se fundamental uma abordagem com um enfoque nas paisagens e práticas de resistências presentes que vêm sendo pressionadas e apagadas, uma abordagem que se aproxime pelas bordas e margens: de mar, de cidade, de subjetividades, de discursos.

Como se pensaria e construiria a relação da cidade com o mar se conhecêssemos mais sobre suas dinâmicas? E se navegar fosse preciso para ir em busca de outras perspectivas de cidade? Seria possível uma cidade mais navegável?

Como processo metodológico utilizamos as navegações como prática investigativa cartográfica para imergir nos espaços costeiros de modo a permitir uma aproximação para o reconhecimento da paisagem, tanto do que a constitui enquanto materialidade no ambiente construído, quanto das efemeridades cotidianas presentes nos usos e práticas. Sair das bordas do mundo para ir para o mar, é preciso deixar as certezas em terra e estar aberta aos perigos, aos riscos, ao que viesse, ao mundo como é. As navegações [3] surgiram como uma prática investigativa de apreensão de cidade, na qual utilizamos imersões marítimo urbanas como um modo de experimentar a paisagem costeira. Uma abordagem que parte em busca de deslocamentos que proporcionam outras miradas da cidade, de experiências paisagísticas da cidade (BESSE, 2014), considerando a dimensão corporal imersa (JACQUES, 2012) essencial para apreender por vias marítimas e terrestres, lógicas que atravessam o processo de produção desses territórios de borda d'água.

Nossa reflexão sobre a paisagem envolve articular fragmentos de passado e presente com as potências da paisagem, assim, no tópico “memórias marítimas” contextualizamos a paisagem com a historiografia do lugar, no tópico “navegar a paisagem” imergirmos e somos presença entre mar e cidade no seu cotidiano e em “manejo ecológico da paisagem” nos deparamos com as potências para criar mundos a beira mar, fundamentado no conceito de “cuidado das relações” de Isabelle Stengers (2017) e em saberes tradicionais de manejo de borda como os da pesca artesanal, que tem uma visão intrinsecamente relacionada ao ambiente, dinâmicas naturais, ciclos, estações, clima, tempo.



A ilha

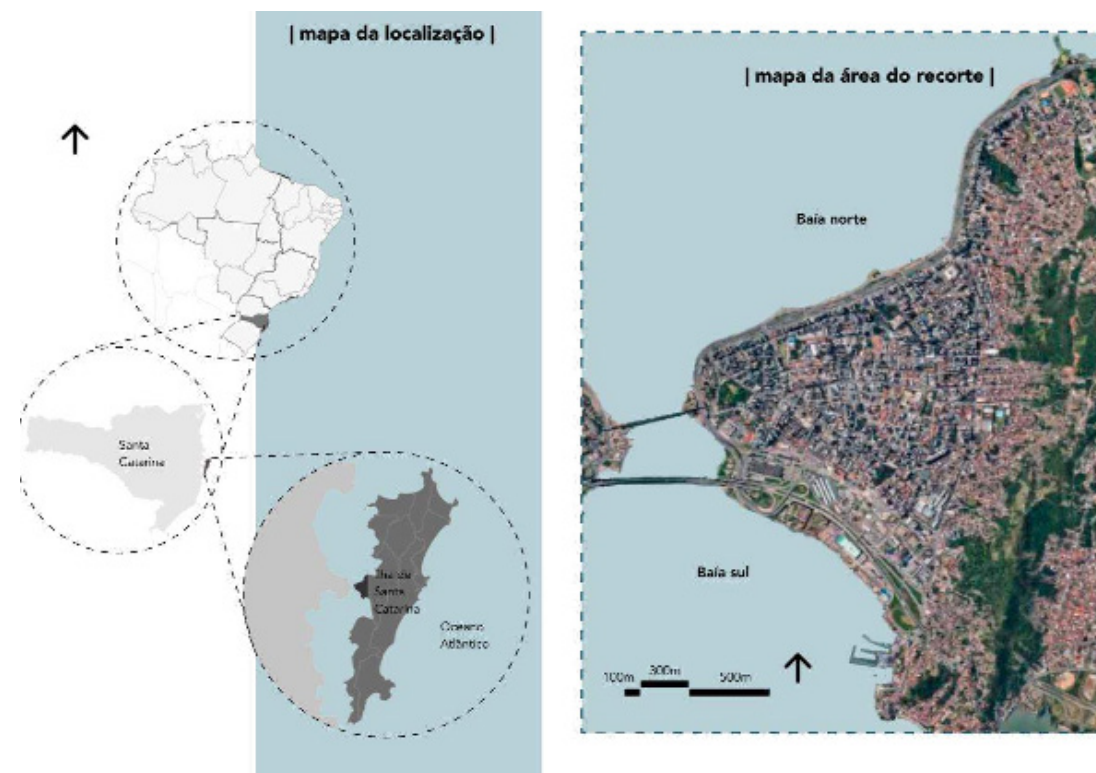
A Ilha de Santa Catarina é parte do município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, localizado na região sul do Brasil. Florianópolis possui área total de 674,844 quilômetros quadrados com uma população de 421.240 pessoas, de acordo com o último censo do IBGE feito em 2010, e possui uma estimativa de que a população atingiu 516.524 habitantes no ano 2021 (IBGE, 2022). A Ilha de Santa Catarina compreende a maior parte do município e possui uma linha de costa de aproximadamente 175 quilômetros.

Do lado leste da Ilha está a costa oceânica voltada ao Atlântico Sul; do lado oeste, as baías de águas abrigadas divididas em duas: baía norte e baía sul. Em busca de um espaço costeiro com diferentes atividades marítimas, variados dispositivos para conexão com o mar e camadas densas de história e memória de discontinuidades marítimas, o território a ser percorrido abarca uma extensão de grande importância paisagística e foi escolhido por suas inúmeras potencialidades. O recorte é a região central de Florianópolis, que engloba as duas baías, norte e sul. Território de encontro do mar com a cidade densamente urbanizada.

Em uma área tão diversa, área mais adensada da Ilha, conflitos de interesses se intensificam e se refletem na configuração da paisagem marítimo urbana. Até a década de 70, o centro da cidade possuía contornos coloniais e muitas práticas de maritimidade que foram diminuindo na medida em que o discurso rodoviarista se expandiu. Algumas práticas marítimas dos habitantes ainda resistem ao modelo de desenvolvimento em vigência e estão presentes na paisagem, mas encontram dificuldades diante das mudanças e avanços de interesses de mercado e discursos que vão de encontro à conservação e manutenção dessas práticas. Das práticas marítimas humanas, encontramos a atividade da pesca artesanal, o remo, a vela, entre

Figura 01: Na série fotografada trazemos uma perspectiva imersa e navegante do momento em que atravessamos as pontes de concreto Pedro Ivo Campos e Colombo Salles por mar em um barco. Fonte: Acervo da autora, 2019.

outras. Também encontramos as práticas da natureza marinha: são vegetações que teimam em nascer no concreto, são os seres marinhos que vivem debaixo d'água e nos surpreendem quando sobem a superfície, são pássaros costeiros que não deixam de cantar e ocupar o espaço aéreo do encontro de mar e cidade, colocando em xeque a transversalidade dos espaços: habitam o céu, a terra e o mar, habitam a paisagem.



Paisagem marítimo urbana

Figura 02: Mapa da localização e da área do recorte no centro de Florianópolis. Fonte: Acervo da autora, 2021.

A paisagem marítimo urbana é o encontro entre a cidade contemporânea – suas dinâmicas, memórias, construções, contradições, habitantes – com o mar, ora considerado elemento

natural ora uma construção social, elemento ondulado, que se contrapõe ao concreto da cidade, ao mesmo tempo em que compõe a cidade, esta que também se compõe de fluxos e fluidez de pessoas, coisas, discursos. Um encontro tecido por espacialidades e influências mútuas, atravessadas por uma variedade de camadas que vão formar uma paisagem em fluxo, dinâmica, processual, paisagem viva, vivenciada e navegável por suas diversas vias.

O termo “paisagem marítimo urbana” foi usado nesse artigo para designar a paisagem singular de borda da cidade costeira, um espaço “entre”, de transição, de costura entre mar e cidade – com as reentrâncias das coisas do mar na cidade, e das coisas da cidade no mar – que vem sendo modificado e estruturado sem o devido cuidado com as suas singularidades. Um espaço que se confunde ao tecido do restante da cidade, mas que, no entanto, deveria ser tratado com mais cuidado, com mais atenção no sentido ecológico e social para além de ser apenas mais um terreno ou espaço “valorizado pelo mercado”, é o espaço do encontro do urbano com a imensidão do mar, com toda sua carga subjetiva, simbólica e profundezas de sentido.

Não é possível definir a cidade apenas em termos de espacialidade, esse fenômeno urbano mudou de natureza na medida em que constata-se que a cidade produz o destino da humanidade com suas segregações, formações e criações em todos os domínios. A problemática urbana é um problema-cruzamento de questões econômicas, sociais e culturais, a partir da apreensão da cidade como meio de produção de subjetividades (GUATTARI, 2012, p. 153).

Por ser um termo transdisciplinar, cada área do conhecimento pode entender o termo paisagem de um modo diferente, nesse artigo, apresentamos alguns modos de abordar a noção de paisagem mostrada por Besse (2014), que conflui com essa paisagem movimento. Uma das concepções que abarca as dinâmicas é a trazida pelo historiador e teórico John Brinckerhoff Jackson que compreende a paisagem como um território

vivido, produzido e habitado pelas sociedades humanas em constante mudança, entendendo a paisagem como “a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidas por um grupo humano nesse lugar” (BESSE, 2014, p. 27). Segundo o teórico, a paisagem não pode ser vista separada da nossa vida cotidiana, fazemos parte da paisagem, tiramos dela nossa identidade, e isso é uma condição determinante do nosso estar no mundo (BESSE, 2014).

Outra perspectiva ou abordagem trazida por Besse (2014) considera a paisagem como um complexo sistêmico, a entende enquanto um suporte físico, um substrato natural não humano onde se desenvolvem territorialidades humanas. Nessa abordagem, a paisagem possui uma substancialidade e uma espessura intrínsecas: é um conjunto complexo e articulado de objetos, um campo da realidade material, é o vento, a chuva, a água, o calor, o clima, as rochas, o mundo vivo, tudo que cerca os seres humanos. Para Gausa (2003), mais que uma superfície horizontal estendida, a paisagem é um suporte para eventos interativos complexos que se desdobram no tempo, envolve movimento, conectividade e trocas.

A teoria da complexidade nos ajuda a compreender o sentido dinâmico da paisagem, pois quebra as fronteiras que constituem os discursos binários e supera a dialética entre humano e natural, entre cultura e natureza, nos coloca enquanto parte de um todo complexo. Não podemos nos separar da natureza, a separação entre o natural e cultural nunca se completa, as fronteiras se imbricam, se somos parte da natureza a vemos de dentro (BESSE, 2014). No livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o escritor e ativista Ailton Krenak (2019) nos traz sua visão de mundo com críticas fundamentais para compreendermos e lembrarmos que nós também somos a natureza:

[...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2019, p. 10).

De acordo com Sandeville, (2005) a paisagem aparece como uma resultante da ação histórica dos humanos em interação e integração com o que chamamos de natureza, ou seja, a paisagem não seria um arranjo formal estático ou igual a configuração territorial, pois ela é dinâmica, instável, processual, um permanente vir a ser, é uma confluência de saberes, vivências, práticas, leituras de vários povos e pescadores.

Memória marítima

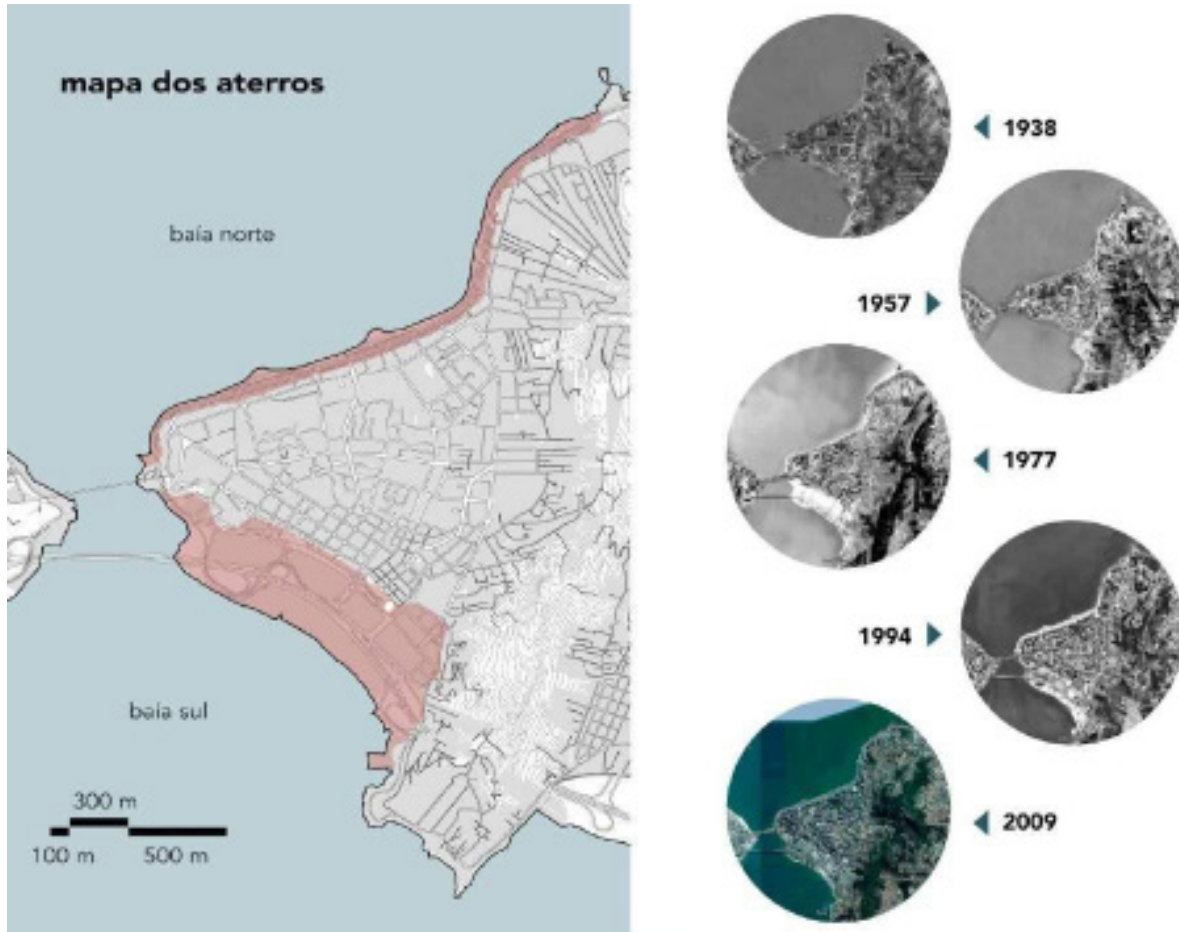
Até a década de 70, a água chegava na beira do centro urbano da Ilha de Santa Catarina, até bem perto das casas, fazia parte do cotidiano da cidade e cidadãos estar em contato com o mar, respirar o cheiro da brisa marinha, ouvir o bater das águas na amurada e nos barcos, sentir a maresia grudar na pele, olhar para a extensão de tonalidades de azul e verde das águas marinhas. “A arquitetura, além de sua objetividade material, é um suporte da memória. Lembranças se combinam na construção de um imaginário coletivo” (SANTOS, 1997, p. 82).

A linha de encontro entre terra e água era tênue e bem costurada na Vila de Desterro, mas as coisas foram mudando depois dos aterros. A água foi afastada da cidade com um aterro de meio quilômetro de terra para separação do mar, mas a memória da água habita cada habitante da Ilha de Santa Catarina. A água em si, o mar mesmo, aquele mesmo mar que foi separado, que está ali meio quilômetro à frente na Baía Sul, encontra-se em quase esquecimento pelos transeuntes que apressados passam pelo centro fundacional, separado por vias rápidas e largas, que tornam qualquer caminho para o mar inacessível, seja pela dificuldade de se atravessar as pistas das vias ou pela falta de qualquer vestígio de urbanidade e maritimidade na beira do mar na Baía Sul.

[...] Cercadas pelo oceano, as ilhas não podem escapar dele, e em grande parte dos casos são habitadas por populações marcadas pela maritimidade. Essa relação com o mar não é, porém, algo dado, imutável, mas uma inter-relação construída historicamente (DIEGUES, 1998, p. 43).

A história da relação da Ilha de Santa Catarina com o mar começa antes mesmo da colonização/invasão europeia chegar por vias marítimas. Os povos originários do Brasil, os primeiros habitantes desses territórios, já estavam em contato intenso com o mar, possuíam habilidades de lida com a pesca para sua subsistência e eram “excelentes navegadores, possuíam canoas escavadas e de cascas de árvores” (ANTUNES DA LUZ, 2014, p. 49), canoas de uso cotidiano e corriqueiro para deslocamento e pesca e segundo o autor “a canoa era o elemento cultural de ligação em nossa linha costeira e junto com a rede de pesca, representavam um importante papel na vida comunitária” (ANTUNES DA LUZ, 2014, p. 28). Todo o processo de ocupação e instalação na ilha deve-se às suas águas: marítimas e fluviais. Segundo Várzea (1984), os portugueses chegaram em 1515 e a ilha passou a ser um ponto de parada para as expedições no sul do Brasil e para os navegadores que iam para o Rio da Prata, que paravam apenas para abastecimento das embarcações, eles não tinham o intuito de permanecer. Só a partir de 1662, que uma pequena póvoa, chamada de Nossa Senhora do Desterro, se estabeleceu na ilha. A efetivação da ocupação foi acontecer em 1738, com a construção de um conjunto de fortalezas na ilha, a chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses e a partir desse momento a ilha passa a ser denominada Capitania da Ilha de Santa Catarina (VEIGA, 1993).

Até o início do século XX, era uma cidade essencialmente marítima, tinha o porto como elemento principal, como porta de entrada essencial na formação da cidade, do traçado urbano linear junto ao mar, onde se concentrava a população (VEIGA, 1993). “Os núcleos de povoação da ilha e do litoral continental foram localizados sempre próximos à orla e do litoral continental e distantes entre si. A localização da linha d’água e do atracadouro, por sua vez, direcionaram o traçado de suas ruas” (SUGAI, 2002, p. 36). Como descreve Santos (1997), a relação com o mar se dava para as trocas comerciais, a chegada e ida de mercadorias e pessoas era toda feita por vias marítimas no porto de Desterro. De acordo com Veiga (1993), até a década de 1940, o porto era visitado periodicamente por navios estrangeiros, no entanto, uma série de fatores desencadearam a diminuição da atracação de navios.



A presença do mar no cotidiano da cidade possuía distintos sentidos aos habitantes, era lugar das mais diferentes formas de relações sociais (FERREIRA, 1998). Para algumas pessoas era lugar de relações comerciais e de transporte por mar, que aconteciam no antigo porto da ilha e nos trapiches. Para outros, a relação com o mar estava associada ao trabalho da pesca artesanal e a catação de frutos do mar, moluscos, mariscos, ostras, berbigões, siris, caranguejos, etc. Ou ainda, o mar era considerado lugar para depósito de dejetos e não era agradável para apreciar, havia até uma rejeição por conta do mal cheiro e acúmulo de lixo (SANTOS, 1997).

É importante compreender que a sensibilidade para o mar variou ao longo do tempo, pois a relação tecida da cidade com o mar é decorrente de uma construção social (CORBIN, 1989). A imagem positiva do mar, o prazer de estar na beira mar ou mesmo o banho de mar e a utilização para o lazer e a contemplação fazem parte de uma recente ressignificação no imaginário coletivo (FERREIRA, 1998). No livro “Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental” Alain Corbin (1989) mostra que para a cultura ocidental europeia (que influenciou na cultura marítima da Ilha de Santa Catarina) o mar nem sempre representou o que atualmente representa, pois variadas imagens repulsivas impediam a emergência do desejo de se estar à beira-mar. Por muitos séculos, o mar estava associado a imagens simbólicas de terror, sendo considerado lugar dos monstros e criaturas de pesadelo, reino do inacabamento e do caos, lugar de mistérios insondáveis, imagens que despertavam repulsa e medo (CORBIN, 1989). Ao longo dos séculos, essa imagem foi sendo modificada e começa-se a valorizar a emoção de se estar no mar.

Segundo Santos (1997), na Ilha de Santa Catarina, desde a década de 1910 se pensava na praia para fins de turismo, em especial banhos de mar, mas como os acessos às praias oceânicas eram precários, as iniciativas de turismo marítimo eram voltadas para as praias próximas do centro, os primeiros balneários da ilha. Na década de 1970 é feito o alargamento da Beira Mar Norte por meio de aterro e inicia-se o Aterro da Baía Sul para a construção da Beira Mar Sul, duas vias expressas que dariam acesso às praias oceânicas. Antes mesmo do grande aterro de Colombo Salles, a cidade já vinha aterrando aos poucos o mar e a orla recebia uma nova configuração.

O Aterro da Baía Sul, na década de 70, acarretou as maiores transformações nos usos e funções da orla marítima com o centro da cidade. Foi anexado um terreno de 600 mil metros quadrados sob o discurso da circulação e da higienização. Todo um aparato técnico, com formas de representação e discursos autorizados procuraram justificar e concretizar a implantação do aterro (SANTOS, 1997). A poluição das águas com lixo, a desativação do porto, a construção da primeira ponte, diminuição das atividades marítimas e o discurso rodoviário de suposta

Figura 03: Na primeira imagem, mapa de Florianópolis com a mancha das áreas aterradas. Fonte: Elaborado pela autora com base em Veiga (1993). Na segunda imagem mapas de Florianópolis com a evolução dos aterros nas bordas. Fonte: < [http:// geo.pmf.sc.gov.br](http://geo.pmf.sc.gov.br) Acesso em 21/01/2021.

modernidade foram fatores que subsidiavam os argumentos para a construção do Aterro.

É importante notar que aconteceram movimentos diferentes na Baía Sul e na Baía Norte com relação ao mar. Enquanto que na Baía Norte desenvolve-se o desejo de estar à beira mar, aumentam os usos e as atividades na praia, na Baía Sul acontece um movimento de desmaritização do centro fundacional da cidade. Na Baía Norte, as casas e chácaras foram construídas voltadas com a fachada para o mar e as construções seguintes, os prédios e condomínios seguem essa lógica que passa a ter uma conotação mercadológica da vista do mar. Outro ponto é que o aterro para o alargamento da Beira Mar Norte e construção das vias de trânsito rápido não rompeu com a relação com o mar em definitivo, há acessos, faixas de pedestre por toda a via que podem dar acesso ao mar. Na Baía Sul, há um rompimento quase definitivo da relação com o mar, com a implantação de uma área enorme de aterro para a construção de vias de trânsito rápido e de um parque urbano que não chegou a se concretizar, formando áreas intersticiais que viraram estacionamentos de carros e ônibus, além de áreas residuais que ainda hoje apresentam-se como um desafio para a definição da ocupação e uso. Nos tempos atuais, a maritimidade é praticamente inexistente no Aterro Sul, com quase nenhum conectivo para acessar o mar, com exceção do remo e da pesca artesanal, que anteriores ao aterro, foram as práticas que resistiram até os tempos atuais (SANTOS, 1997).

Figura 04: Na primeira imagem temos uma panorâmica da Vila de Desterro em 1930 logo após a construção da ponte Hercílio Luz e na segunda imagem uma panorâmica atualizada de Florianópolis. Fonte: primeira imagem <<http://foto-santigasflorianopolis.blogspot.com>> Acesso em 09 de agosto de 2019] e a segunda imagem pertence ao acervo da autora, 2020.



1930



2020

Navegar a paisagem

A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar.
[Ítalo Calvino, em Cidades Invisíveis]

Navegar a paisagem é um modo singular de habitar a paisagem, não como quem faz um passeio ou uma atividade física, mas como uma afronta ao sentir. Percorrer o espaço ativamente, poder ver, sentir, cheirar, ouvir, tatear, experimentar o urbano que já se esqueceu que também é mar, que já foi fisicamente mar e se observarmos atentamente, ainda é feito de mar. Segundo Besse, “habitar um lugar, transformar um lugar qualquer em espaço habitado, é formar hábitos nele, viver nele de modo regular, cotidiano” (BESSE, 2014, p. 130). Navegar a paisagem exige estar na paisagem, estar de corpo inteiro, corpo imerso. Como cartografar uma paisagem água, fluxo, contínua e permeável? Partimos desse questionamento para propor um método de apreensão da paisagem, ancorado em processos metodológicos de cartografia e experiências paisagísticas na cidade.

Cartografar remonta a uma tempestade [...] Tempestade de escolher rotas a serem criadas, construir uma geografia de endereços, de registros de navegação, buscar passagens [...] Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações (GIACOMEL, et al. 2003, p. 91).

A metáfora de Giacomel (2003) traz a cartografia como uma tempestade no mar, um movimento entre mar e navegadora no qual rotas são criadas e é nesse sentido que pretendemos guiar a nossa cartografia navegável, desvelar a paisagem a partir de movimentos, de uma navegação, na qual partimos em busca de uma cartografia sobre as águas.

Barco e bicicleta nos possibilitaram adentrar cidade e mar de um modo corporificado, assim foi realizado o processo metodológico de imersão: movimento e ação de se deslocar pelos territórios costeiros por terra e mar, em um movimento cotidiano de pedalar e remar, anotando impressões e desenhando como modo de expressão. São experiências paisagísticas das quais utilizamos dois dispositivos de deslocamento: em terra usamos uma bicicleta e no mar um barco a remo; ambos com propulsão humana que exigem cuidado e estar atento. Assim, encontramos no deslocamento, um modo de experiência, tatear a paisagem como um modo mútuo de aprendizagem, de apreensão. A paisagem pode nos tocar, com sua brisa, vento, ruídos, odores, calor, frio, fumaça.

Na tentativa de ruptura com a tradição científica, propomos uma cartografia sensível, uma cartografia encarnada no corpo que imerge, como diria Margareth Rago (1998, p. 02) uma cartografia que traz um “olhar feminino e feminista, mais voltado para as pequenas manifestações do dia-a-dia”.

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 03).

Somente quando nos percebemos dentro da paisagem, imersas em suas intensidades e potências, poderemos compreender o que seria a cartografia pelo viés das capturas de intensidades (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Uma mulher no mar, uma paisagem que submerge cartografada revela não só o que atravessa o corpo da cartógrafa, mas um cotidiano da cidade com suas efemeridades e permanências, suas relações e construções, suas subjetividades e concretudes. Seguimos nossa navegação com a ideia de ir ao encontro de uma cidade em que se pode mergulhar, “Uma outra cidade, opaca, intensa e viva se insinua assim nas brechas, margens e desvios do espetáculo urbano pacificado” (JACQUES, 2012, p. 15).

De acordo com Giacomel et al (2003), a cartografia propõe uma discussão metodológica que pode se atualizar uma vez que ocorrem encontros entre sujeito e objeto, a cartografia sustenta uma postura ético-estética e busca acompanhar transformações decorridas no terreno percorrido. Partindo de uma sensibilidade atenta de pesquisadora (KASTRUP, 2007), seguimos, então, essa perspectiva cartográfica proposta por Guattari e Rolnik (2005), na qual buscamos não só acompanhar um processo, um movimento, experimentar o processo e produzir um pensamento rizomático em pesquisas de campo que trabalham com a subjetividade (KASTRUP, 2007), mas também atualizá-la com modos diversos de percorrer um território fluido.

A apreensões por terra e mar aconteceram entre 2018 e 2020, durante a pesquisa de mestrado. Nas figuras seguintes temos os registros cartográficos com desenhos, mapas, fotografias e escritos de diário.

Figura 05: Pesquisadora remando na baía de Florianópolis, próxima à ponte Hercílio Luz, em reforma na época. Fonte: Acervo da autora, 2019.



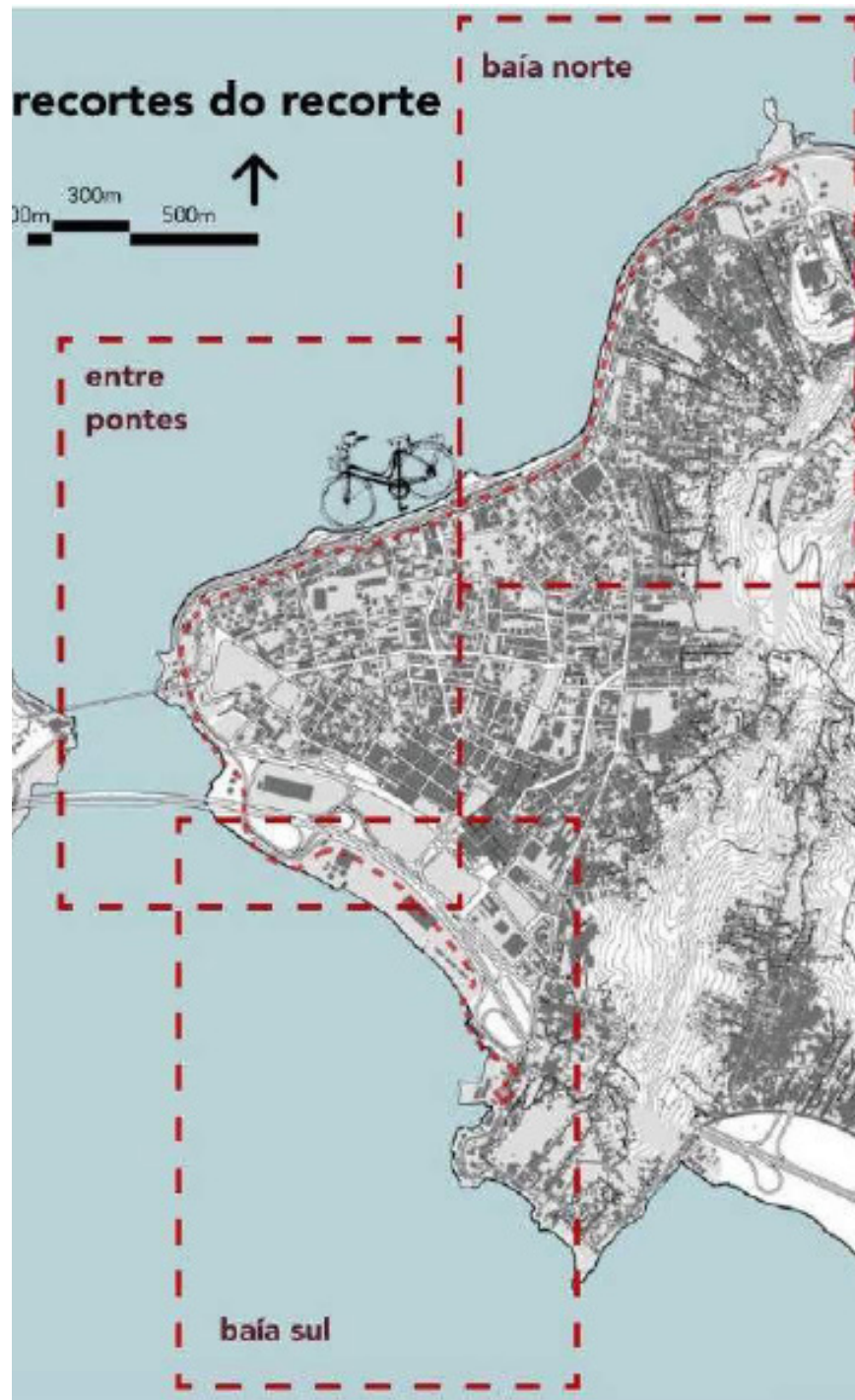


Figura 06: Mapa de recortes do recorte estudado, dividimos em três áreas para os registros cartográficos: baía norte, entre pontes e baía sul. Fonte: Acervo da autora, 2021.



Figura 07: Registros cartográficos da baía norte. Fonte: Acervo da autora, 2021.



Encontros do mar com a cidade

A experiência de navegar a paisagem foi fundamental para compreender aspectos da dinâmica da paisagem e ancorar a cartografia em reflexões sobre as potências marítimas encontradas no recorte analisado. Ao percorrer a paisagem percebemos a existência de habitantes costeiros não humanos, pássaros que atravessam o céu, João-de-Barro, quero-quero, bem-te-vi, sanhaço-azul, canários, pardais, martim-pescador-verde, garças, gaivotas, fragatas, bicudinho, pássaros que habitam o espaço de encontro do mar. É importante perceber a resistência de outros habitantes nesse espaço costeiro para pensar espaços de borda não apenas para humanos, mas projetos que incluam a fauna como parte integrante do sistema. Construir uma borda que permita a permanência e sobrevivência das aves marinhas requer um ecossistema apropriado para elas, água fresca corrente, mangue, restinga, vegetação.

No recorte estudado, encontramos pouca vegetação na borda ou a ausência completa de vegetação em alguns pontos, por ser um lugar muito alterado pelos humanos e por conta da vegetação costeira de restinga consistir em um ecossistema que foi muito destruído e devastado. As restingas e os manguezais cumprem uma função ecossistêmica importantíssima na vida costeira e marinha, além de ser fonte de sustento de muitos habitantes do mar e pescadores. Muito importante social e ecologicamente que projetos paisagísticos para a área possam incluir e reestabelecer a vegetação nativa, especificando espécies nativas ao invés de inúmeras palmeiras imperiais que não agregam nem ecologicamente nem esteticamente.

O encontro do mar com a cidade, quando é um espaço público e coletivo, é um lugar de sociabilidade cotidiana onde acontecem atividades, esportes, caminhadas, corridas, contemplação, respiro. A interação entre as pessoas em um espaço público e coletivo e a interação delas com o ambiente pode ser entendida como uma qualidade do espaço, um elemento que gera e caracteriza a urbanidade (MELLO, 2008). O encontro do mar com a cidade pode agenciar uma infinidade de interações desse ambiente com as pessoas que habitam o local, estabelecendo

Figura 08: Registros cartográficos do entre pontes. Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 09: Registros cartográficos da baía sul. Fonte: Acervo da autora, 2021.

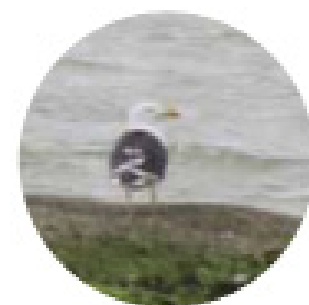
relações sociais, subjetivas e ecológicas, em um processo imbricado em si, que se organiza a partir de usos, práticas, atividades, vivências costeiras.

Na Beira Mar Norte foi onde encontramos maiores registros de urbanidade e também, onde contém mais infraestrutura e equipamentos ao longo da orla, possui condições para que as interações ocorram além de acessos facilitados para se chegar na orla. Há calçadão, ciclovia, algumas árvores, grama, pergolados, mesas e bancos, módulos com equipamentos para alongar e fazer exercícios, parquinho, academia para idoso e o trapiche público. O movimento de pessoas caminhando, passeando, correndo, pedalando, pescando, comendo, contemplando, brincando, jogando bola, remando, acontece nos mais diversos períodos do dia e quase todos os dias com variações na intensidade, sendo que nos finais de semana há feiras e eventos esportivos e com muito mais pessoas circulando.

Figura 11: Urbanidade nas bordas. Fonte: Montagem com fotos da autora, 2019



Figura 10: Habitantes costeiros e a vegetação das bordas. Fonte: Montagem com fotos da autora, 2019.



No Aterro da Baía Sul, a urbanidade é escassa, há poucos ciclistas e pedestres que se aventuram a passar por lá e poucos pescadores que permanecem. Podemos atribuir isso a alguns fatores, que decorrem da sua história de desmaritimização e da sua configuração de orla, na qual constatamos como por exemplo, falta de equipamentos, falta de acessos (faixas de pedestres) do centro fundacional à borda, barreiras físicas como as construções (centro-sul, sambódromo, estação de esgoto, estacionamentos privados) e avenidas de grande fluxo que impedem o acesso direto ao mar, entre outros.

Entre as pontes Hercílio Luz e a Colombo Salles, existe o Parque Náutico Walter Lange, onde ficam localizados os três clubes centenários de remo que funcionam diariamente, Clube Náutico Riachuelo, Clube de Regatas Aldo Luz e Clube Náutico Francisco Martinelli. São resquícios da cultura náutica presentes na Ilha de Santa Catarina, que consideramos um modo de encontro de mar com cidade interessante, pois coloca as pessoas em contato intenso com o mar, cria uma percepção aproximada da baía e suas águas e muda a relação delas com o ambiente. A ruptura do mar com a cidade trouxe consequências negativas para o remo.

A pesca artesanal é uma prática que usufrui do mar de modo mutuamente benéfico, na qual há um profundo respeito ao ambiente de onde vem o pescado, um respeito a seus ciclos e dinâmicas, um modo de vida que precisa do ambiente natural para que possa existir. Também consideramos uma prática de encontro de mar e cidade. Encontramos espaços pesqueiros, colônias de pesca e ranchos onde se guardam os materiais e embarcações em três pontos da área estudada: na Ponta do Coral, debaixo da ponte Hercílio Luz e ao lado do late Clube Veleiros da Ilha – além de pescadores com linhas e tarrafas ao longo do percurso, em pontos diferentes.

Figura 12: Pesca artesanal.

Fonte: Acervo da autora, 2019.

A Ponta do Coral possui casas de pescadores artesanais e é onde existe a Associação de Pescadores da Ponta do Coral. É um espaço costeiro que faz parte da Zona de Amortecimento do Parque do Manguezal do Itacorubi, mas que tem sido alvo de pressão imobiliária para a construção de um hotel de luxo com marina. Ao mesmo tempo, existe um movimento coletivo para que seja implementado na área um espaço para uso público, um movimento para que seja criado o parque das Três Pontas.

Desencontros da cidade com o mar

Quando acontece um choque, uma ruptura, uma desconexão entre mar e cidade, algo que agride o ambiente, os humanos e os seres não humanos, chamaremos de desencontro de cidade e mar, com impactos negativos para todos as habitantes costeiras. O desencontro do mar com a cidade acontece quando há uma quebra da interação desse ambiente com as pessoas que vivem no local, ocasionando uma perda de uso, de relação, de identificação, perda de espaço público, ou um desencontro com o meio ambiente, quando há uma urbanização que rompe com a lógica do mar e dos habitantes costeiras, que quebram suas dinâmicas e ciclos e devastam ecossistemas de borda.

A verticalização na orla é um exemplo, é um fenômeno que se estende às demais cidades costeiras do Brasil, a indústria imobiliária avança a passos largos, pressionando para o aumento do gabarito e do potencial construtivo nos planos diretores das áreas costeiras, objetivando construir prédios cada vez maiores.





Figura 13: Panorâmicas da cidade, verticalização da orla da Baía Norte. Fonte: Acervo da autora, 2019.

A indústria imobiliária acaba se apropriando da paisagem marítima para vender, para fazer marketing, a paisagem vira uma mercadoria. E os terrenos e lotes na frente do mar se tornam “valorizados” e raros, nessa lógica de especulação, a paisagem marítima se torna mera mercadoria, sendo a localização junto ao mar seu principal valor de troca. Dessa forma, surgem os bairros com maior concentração de financeira, que alteram drasticamente a paisagem marítima pautados por uma lógica capitalista neoliberal de reprodução do espaço urbano.

Vemos surgir uma paisagem hegemônica, homogênea, uma barreira, uma muralha de caixotes de concreto e vidros avançando sobre os mares, orlas, praias. A consequência para a paisagem são muitas, desde a percepção visual negativa, a sensação de calor que a selva de pedra reflete, até as sombras na orla que podem afetar a vegetação de restinga e bloquear o vento para o restante das ruas da cidade adentro.

A disputa por terra e localização nos ajuda a entender os processos que acontecem nos territórios de borda d’água. Além da problemática arquitetônica desse tipo de homogeneização da construção, temos, no âmbito social, o processo de

gentrificação da orla, o que ocasiona a expulsão de pescadores e população local. No âmbito ambiental, vemos a retirada de vegetação costeira de restinga e mangue para a construção desses edifícios, o que altera a flora e fauna costeira. A paisagem está à venda, com a privatização de áreas costeiras apenas uma minoria pode usufruir do mar, do acesso ao mar, da localização privilegiada: privatização do uso, da ocupação, do acesso e do visual.

A verticalização da orla acontece principalmente na Baía Norte, um bairro destinado à classe de alta renda, mas ainda assim é possível usufruir de uma orla equipada e pública. Já na Baía Sul percebemos outra dinâmica, as edificações tanto particulares (Centro Sul) como as institucionais estão localizadas na orla, impedindo qualquer acesso ao mar ou orla, sendo necessário contorná-las e passar pela rodovia. Esse fenômeno começa a se expandir para outras áreas costeiras da cidade de Florianópolis, começando pelo processo de privatização de espaços que deveriam ser públicos, como por exemplo, as áreas de marinha e as praias.

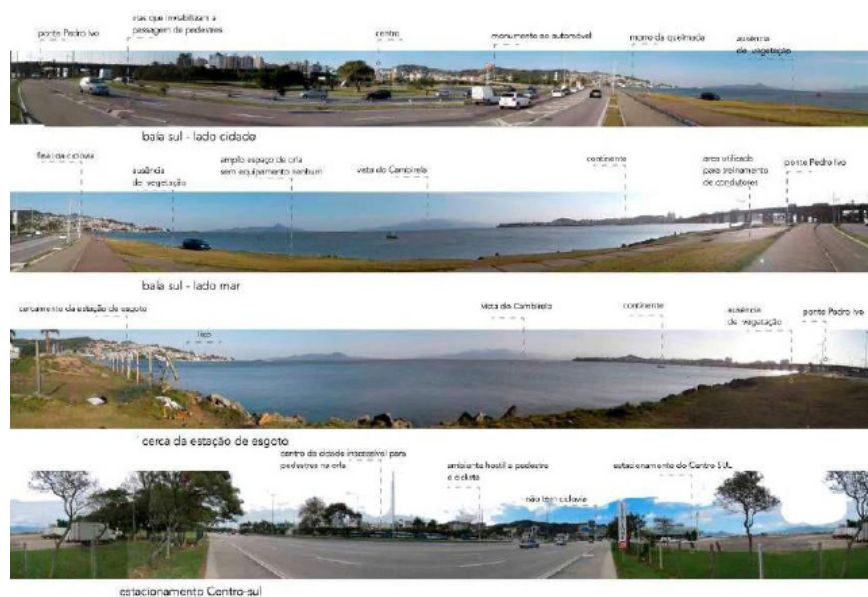
Depois dos aterros, principalmente o da Baía Sul, aconteceu uma mudança nas subjetividades e nos modos de ocupação das bordas, pois antes o mar podia adentrar o cotidiano dos ilhéus, já atualmente, no centro da cidade e na área do aterro precisamos procurar por vestígios de maritimidade na cidade.

Como podemos observar e sentir, as vias de trânsito rápido e as avenidas contornam a orla, formando um grande cinturão, que em muitos pontos impedem os pedestres e ciclistas de terem acesso ao mar. O rasgo que o contorno rodoviário provoca no tecido urbano, acaba por isolar algumas áreas de borda, que não possuem nem faixas de pedestres nem passarelas e ficam confinadas entre mar e rodovia.

Faz parte da cultura rodoviária priorizar os automóveis em detrimento dos sistemas de mobilidade suave, ou seja, as ciclovias e as calçadas são relegadas a segundo ou terceiro plano, quando há plano. Na Beira Mar Norte, há um calçadão e ciclovia na orla que permitem a circulação de pessoas e práticas de atividades no encontro do mar com a cidade. No Aterro da Baía Sul, nem existe beira mar, nem calçadão, tampouco ciclovia

(essa infraestrutura que tem na Beira Mar Norte termina logo após as pontes de concreto, quando começa a estação de esgoto e somos obrigados a desviar para a rodovia disputando espaço com os automóveis).

Ao analisar o contexto histórico, percebemos que a mudança modal do transporte marítimo para o rodoviário ampliou o espaço dos automóveis, criando espaços para pistas, estacionamentos, terminais de ônibus, rodoviária, viadutos. Todo um aparato que contempla apenas quem está motorizado, o espaço ficou praticamente intransponível para pedestres e ciclistas, impedindo ou dificultando que utilizemos o espaço para qualquer outra atividade ou sociabilidade na borda, seja voltada para uma sociabilidade urbana ou marítima.



Acessos ao mar são os caminhos que permitem chegar à borda com segurança: faixas de pedestres, rotas, ruas que possibilitam o acesso dos cidadãos ao mar. Rupturas para o mar são estruturas que impedem ou dificultam esse acesso, seja uma edificação, uma propriedade privada ou uma via de trânsito rápido sem faixas de pedestres. Com esses dois conceitos

| mapa acessos e rupturas |

- Trapiches
- ↗ Faixa pedestres/ passarela
- ⌋ Barreira física
- ⋯ Contato mar

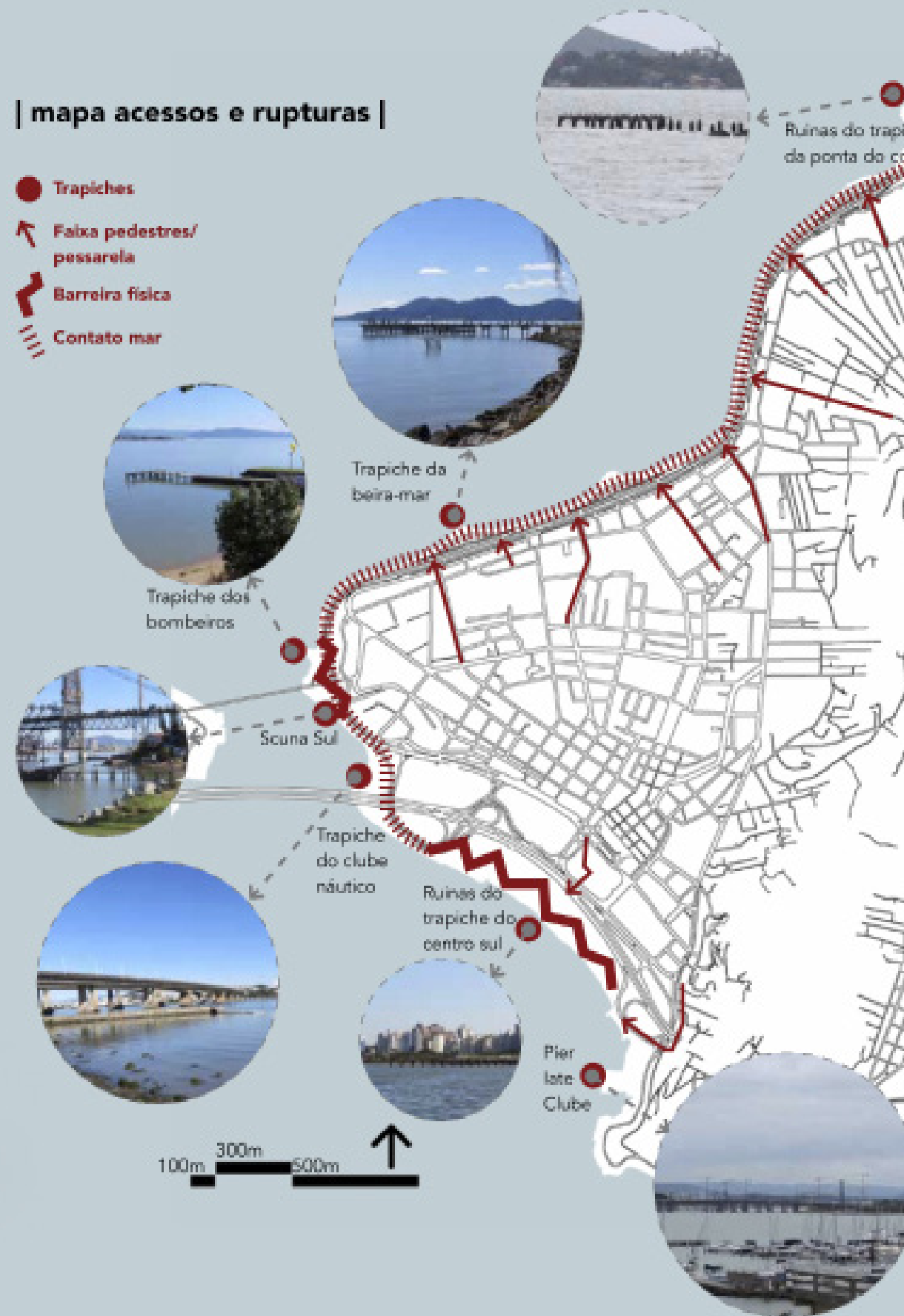


Figura 14: Panorâmica da Baía Sul. Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 15: Mapa de acessos e rupturas do mar com a cidade. Fonte: Acervo da autora, 2019.

elaboramos um mapa que mostra como acessos e rupturas estão presentes na borda do recorte escolhido e como isso influencia na vivência.

Vimos que os acessos e os modos de rupturas com o mar vão influenciar diretamente na urbanidade à beira mar, no uso e nas funções dos espaços costeiros. Temos que enfatizar que a acessibilidade ou sua falta estão também relacionados ao uso do solo e ao sistema de mobilidade do local, e diretamente ligadas a como são orientadas as políticas públicas, leis e planos diretores para a área.

É evidente que apenas fazer acessos a borda d'água para pedestres não seria suficiente, é necessário mais que um lugar de passagem, visto que não há elementos ou equipamentos que atraiam pessoas. Mais que uma costura do tecido do centro ao aterro, é preciso repensar como nos deslocamos pela cidade e construímos possibilidades de ocupar e usufruir, de modo público e coletivo, a paisagem marítima.

Manejo ecológico da paisagem

A filósofa Isabelle Stengers (2017) emprega o termo Gaia ao invés de Terra, e nos propõe pensar Gaia como um ser, e não apenas uma soma de processos gigantescos, um ser que reage por repercussão, não como uma totalidade em harmonia, mas que possui suas respostas próprias. Gaia seria um ser de uma potência tal que não podemos domar, um ser que nos ultrapassa. Segundo Stengers (2017), com as ações humanas “intrusivas em Gaia” tem acontecido uma instabilidade, que a autora chama de desordem climática ou ameaça climática, que seria o custo para o que chamamos de “progresso”.

Ao invés de uma busca por uma harmonia é muito interessante o termo que Isabelle Stengers (2017) traz de “cuidado das relações” que está ligado a um cuidado nas relações entre humanos e as coisas, aos seres não-humanos, à natureza, mas também da relação entre nós mesmos, o “cuidado das relações” como um modo de uma ecologia.

Ecologia no sentido justamente de que não se trata de uma harmonia a reencontrar, trata-se de imaginação a recriar, que nos permita inventar, produzir, criar novos tipos de relação uns com os outros e com aquilo de que nós vivemos e aquilo com o que nós vivemos. [...] Creio que todo grau de liberdade que é reconquistado localmente é importante, mas importante também sobretudo se pudermos narrar isso, quer dizer, se pudermos transformar aquilo que está se passando em todos os cantos numa dinâmica de narrativa, de experiência em uma produção cultural que nós mostre dinâmicas que nós mostrem que nós somos capazes de outra coisa, e que isso não é triste (STENGERS, 2017, 123 e 124).

Félix Guattari (2012), em *Caosmose*, esboça um panorama da crise urbanística como parte da crise que envolve o futuro da espécie humana e outras formas de vida, afirmando ser necessário repensar todo um aparato de como construímos as cidades visto que o “povir da humanidade está intrinsecamente ligado ao devir urbano” (GUATTARI, 2012, p. 150).

Mello (2008) mostra que existem funções urbanas e socioculturais desempenhadas pelas margens que promovem a urbanidade das bordas e funções ambientais e permitem a fluidez dos ciclos da natureza. Muitas vezes as funções ambientais e urbanas conflitam, mas se pensados em conjunto podem coexistir e ainda, o uso e ocupação, feito de maneira associada às dinâmicas naturais, podem ajudar a preservar ainda mais. Pensamento que conflui com o de Diegues (2008), em “O mito moderno da natureza intocada”, que nos mostra que as regiões naturais correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos humanos ao passo que as populações ribeirinhas e pescadores possuem séculos de manejo do mundo natural, que respeitam os ciclos, a fauna e a flora. Segundo o autor, mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. “Expulsar os habitantes dessas áreas contribui

para a perda de grande arsenal de etnoconhecimentos e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural” (DIEGUES, 2008, p. 22).

O manejo da paisagem seria um modo de lidar com os elementos, dinâmicas, seria uma articulação enquanto um exercício, uma prática de aprender com a paisagem os movimentos que precisam ser mantidos e continuar vivos, uma condução de fluxo, tendo a paisagem como princípio. Um manejo consciente para que infraestruturas como aterro, rodovia, viaduto, não venham a ser considerados soluções únicas inquestionáveis, para que a paisagem seja gerida, pensada, de modo consciente, buscando entender os impactos de tais obras no ambiente. Com um manejo consciente e estudado respeita-se as leis dinâmicas da natureza ao invés de priorizar as leis de mercado, as leis que nós humanos criamos para explorar a paisagem a um extremo irreversível.

A função socioambiental da paisagem marítimo urbana visaria promover espaços coletivos e públicos, espaços arejados para a saúde das pessoas e dos animais marinhos, acessos livres e paisagem para todos. A função social da borda marítima também poderia estar relacionada a urbanidade nas bordas, os equipamentos, infraestrutura para mobilidade leve. A função socioambiental da paisagem marítimo urbana no contexto brasileiro de produção de cidades seria pautada no acesso público e democrático à paisagem marítima como direito à cidade, primordialmente, no âmbito social, o direito de permanência nas bordas dos pescadores artesanais e populações ribeirinhas e no âmbito ambiental, a conservação da fauna e flora costeira como fundamentais para a manutenção do ciclo das águas e outros sistemas naturais.

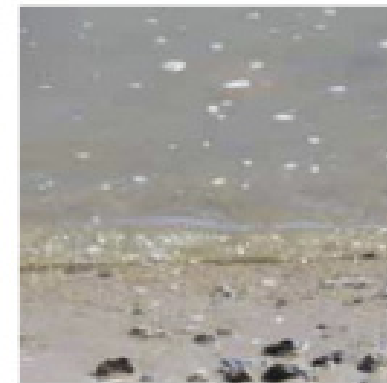
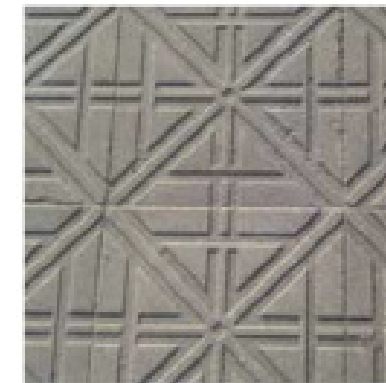
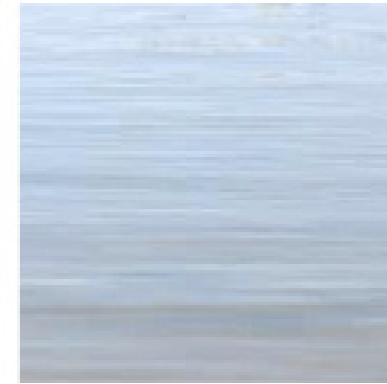
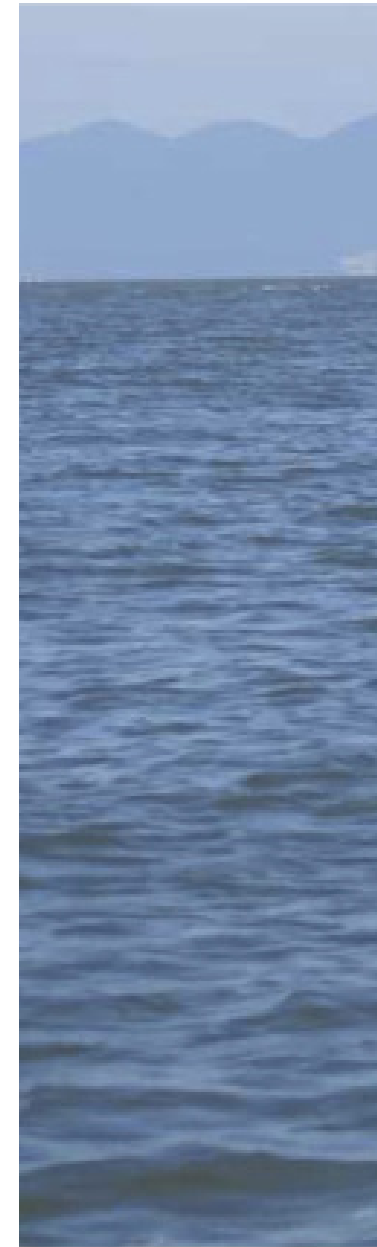


Figura 16: Passado, presente e futuro, temporalidades da borda marítima da Ilha de Santa Catarina. Fonte: Acervo da autora, 2019.

passado:
o mar vinha
até a cidade

presente:
um mar de
concreto e carros

potência:
uma borda
marítima que
pode ser ativada

Conclusão

É primordial refletir sobre uma paisagem que intensifique a vida, que volte nossa atenção aos processos ecológicos. No que diz respeito a paisagem marítimo urbana, é preciso estar atento aos processos naturais, às dinâmicas da natureza, que tem o mar como elemento natural de atenção. Manejar a paisagem de modo a deixar para as gerações futuras uma herança ecológica viva e não um legado de destruição e poluição, uma terra arrasada e um mar desértico. Mostrar possibilidades de uma manejo ecológico da paisagem para uma cidade mais conexa com a natureza, para uma cidade navegável.

Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza (KRENAK, 2019, p. 32).

Imaginar um outro mundo é um dos papéis das arquitetas e arquitetos urbanistas. Temos a capacidade de imaginar parques urbanos costeiros como meio de preservar espécies, de fauna e flora, fazer uma conexão com o mar, para abrandar e mitigar os efeitos da cidade sobre o mar, ter urbanidade nas bordas. Pensar vias para tornar as paisagens marítimo urbanas mais

acessíveis, inclusivas, ecológicas e humanas, com respeito aos ciclos naturais das águas, aos habitantes marinhos e habitantes tradicionais das bordas.

[...] precisamos de exploradores de novos possíveis, de exploradores daquilo que é exigido por uma criação coletiva, precisamos de artistas, de contadores, de mediadores que permitam que essas experiências sejam difundidas, sejam experimentadas em outros lugares, que se produza um novo tipo de ecologia cultural, que não é simplesmente a cultura no sentido das belas artes, mas a cultura prática, a cultura do fazer-com, fazer-com as coisas, e fazer uns com os outros (STENGERS, 2017, p. 124)

Isso inclui construir com e para nossos companheiros multiespécie, construir cidades que priorizem o ecossistema marinho e costeiro, as práticas de resistência de pesca artesanal e saber-fazer de embarcações tradicionais, os transportes marítimos, os habitantes do mar. Para isso, gestores e planejadores urbanos de cidades costeiras deveriam colocar em pauta uma cidade navegável e conectada com o mar.



Notas:

1: O Presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

2: Este artigo tem base na dissertação de mestrado da autora intitulada “Entre mar e cidade: poéticas da paisagem da Ilha de Santa Catarina”, apresentada no programa de pós-graduação da UFSC em 2021, pesquisa orientada pelo Professor Doutor Rodrigo Gonçalves do Santos.

3: A prática investigativa imersa e navegante surgiu durante o ano de 2016, no decorrer do Projeto Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES) intitulado “Mar & cidade: poética, política e peixes”, no qual a autora navegava pela costa da cidade de Vila Velha, ES, em busca de apreender e analisar a paisagem marítimo urbana, com o objetivo de propor intervenções (conectivos marítimo urbanos) nos espaços de transição entre mar e cidade, com foco na relação do mar com a cidade (MODOLO, 2017). A pesquisa se desdobrou na dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UFSC para que fosse aprofundado o tema da paisagem, adotando como recort e de estudo a cidade de Florianópolis, SC.

Referências

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. 1a ed. [Le città invisibili, 1972] São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CORBIN, Alain. Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: companhia das Letras, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 2008.

FERREIRA, Sérgio Luiz. O banho de mar na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora das águas, 1998.

GAUSA, Manuel. The Metapolis Dictionary of Advanced Architecture: City, Technology and Society in the Information Age. Barcelona: Actar, 2003.

GIACOMEL, Angélica et al. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: FONSECA, T.; KIRST, P. (Ed.). Cartografias e devires: a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. - 2 ed. - São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. Micropolítica. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Salvador : EDUFBA, 2012.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MELLO, Sandra Soares de. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RAGO, L. Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) - MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1 9 9 8 Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf> Acesso em 07 de maio de 2021.

SANDEVILLE, E.J. Paisagem. Publicado na revista paisagem e ambiente n.20. São Paulo: fau.usp, 2005.

SANTOS, Paulo Cesar dos. Espaço e memória: o Aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. 1997. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

STENGERS, Isabelle. Gaia. In: Catálogo forumdoc.bh.2017. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/forumdoc/docs/catalogo_20forumdoc_202017_20versao> Acesso em maio de 2021.

SUGAI, Maria Inês. Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição socio- espacial na área conturbada de Florianópolis. Tese (doutorado) Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2002.

VEIGA, Eliana Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: Editora da UFSC e Franklin Cascaes, 1993.

***Eliz Tosi Modolo** é arquiteta e urbanista formada pela UFES e mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de pós-graduação da UFSC. Email: elizmodolo@gmail.com

***Rodrigo Gonçalves dos Santos** é Professor Doutor da Graduação e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFSC. Email: rodriggonca@gmail.com

Os quintais de São João del-Rei e a presença multiespécie na cidade

São João del-Rei's backyards and the multispecies presence in the city

Rafael Teixeira Vidal (IPPUR/UFRJ)*



Resumo

Este texto investiga uma lógica de relações e de parcerias entre “espécies companheiras”, humanas e não humanas, a partir de levantamento e análise cartográfica de quintais urbanos na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. Por meio da investigação, pretendem-se repensar as interações entre tais espécies para além de binarismos de cultura e natureza e de dicotomias espaciais de matriz moderna, como natural e cultural, vazio e cheio, racional e irracional, público e privado. A partir de problematizações históricas e conceituais e da análise de casos dos quintais em São João del-Rei, acredita-se ser viável despertar uma potência de ampliação da leitura sobre a urbanização da cidade face a recursos e relações não exclusivamente antropocêntricos que compõem o espaço. Isso, por sua vez, permite consolidar uma percepção sensível às interações e companheirismos multiespécies, aos seus fenômenos e às suas espacialidades, os quais constroem os espaços da cidade e a experiência do urbano.

Palavras-chave: quintais, urbanização, São João del-Rei, espécies companheiras.

Abstract

This paper investigates a system of relationships and partnerships between “companion species”, humans and non-humans, based on a survey and a cartographical analysis of the urban backyards from the city of São João del-Rei – Minas Gerais. Through this investigation, it is made possible to rethink the interactions between such species beyond binarisms of culture and nature and spatial dichotomies of modern times, such as natural/cultural, empty/full, rational/irrational, public/private. Through historical and conceptual problematization and case analysis of São João del-Rei’s backyards, awakening a potential for the growth of reading about the city’s urbanization in face of the resources and relationships that compose its space, which are not exclusively anthropocentric, is thought to be feasible. By its turn, this allows for a consolidation of a perception which is sensible to the multispecies interactions and partnerships, to their phenomena and to their specificities, all of which compose spaces in the city and the urban experience.

Keywords: backyards, urbanization, São João del-Rei, companion species.

A intensa urbanização das cidades brasileiras, a partir da década de 1950, desempenhou papel estruturante nas políticas de desenvolvimento e afirmação do país que se modernizava e tentava superar sua origem arcaica, rural e rudimentar desde a Revolução de 1930. O processo de urbanização, naquele contexto, teve caráter extensivo, movimentado pelo que se chamou na literatura de “vitalidade” da cidade para avançar por realidades locais a partir de uma centralidade (MONTE-MÓR, 1994). De acordo com Monte-Mór (1994), a evolução física da malha das cidades, sobretudo a partir da virada neoliberal, no final da década de 1970, deu-se por um poder de expansão do fenômeno urbano em direção às suas bordas, racionalizando, pasteurizando e homogeneizando os espaços citadinos à medida em que a urbanização se expandia e “[...] contribuindo para tornar cada vez mais embaçadas as distinções entre campo e cidade” (MONTE-MÓR, 1994, p. 13).

Lefebvre (1969), ao analisar a urbanização industrial de meados do século XX na Europa, evidenciou que ela, apesar de alterar a paisagem e o tecido da cidade por formas e modos de vida mais urbanos e industriais, produziu espaços definidos pelo autor como “ilhas de ruralidade” na cidade – ou seja, aglutinações de natureza, reminiscências de uma vida rural anterior, mal adaptadas às condições urbano-industriais ocasionadas pela expansão da cidade. Isso ocorreu sobretudo no processo de urbanização das cidades francesas. Para Lefebvre (1969), além de a presença de “ilhas de ruralidades” denotar certa resistência aos modos da urbanização industrial, reforça também a presença da natureza, de outras agências, distintas temporalidades, referências e potencialidades de usufruto e apropriação na cidade.

Desse modo, para se debater o urbano sob a inspiração de ambos os autores, é preciso colocar sob a lente de análise não apenas a forma física que compõe a tipologia material da cidade, mas também aquilo que historicamente excedeu sua forma e seu controle físico-material; aquilo que, enquanto crescimento desordenado, contrariou os planos de desenho da ordem material urbana, bem como as ações, os modos de vida e os conflitos de hábitos e de habitantes que não se assimilaram aos modos de vida urbano-industriais. Sob essa ótica, o

fenômeno urbano brasileiro toma ainda mais complexidade, pois passa a ser compreendido por suas ações desmedidas e de baixa qualidade de pensamento e planejamento, cujo resultado, historicamente, foram cidades marcadas por espaços de diferentes urbanidades, distribuição desigual de infraestruturas e reminiscências de natureza dentro de um espaço físico-material e urbano fragmentado.

As cidades brasileiras, portanto, longe de configurarem conjuntos homogêneos, controlados, limpos e regidos pelas relações de sentido do planejamento urbano, lembram o caos – o oposto do ideal de organização da disciplina do planejamento (MONTE-MÓR, 1994). Somadas à urbanização extensiva, também há, na formação da sociedade urbana brasileira, marcas e reminiscências de tempos e espaços aglutinados pela urbanização em sua malha; espaços entre humanos e não humanos, espaços que remetem aos universos rural e natural e a realidades metabolizadas e aglutinadas dentro desse urbano antropizado.

A noção de “ilhas de ruralidades”, conforme proposta por Lefebvre (1969), parece ser produtora para se pensar a urbanização e a produção da cidade no Brasil. Afinal, vestígios de áreas verdes, parques e recursos naturais marcam a paisagem urbana do país: as ilhas de ruralidades das cidades brasileiras resultam de uma urbanização extensiva que se fragmentou enquanto se expandia, criando espaços verdes isolados no território urbano.

Sob tal inspiração e a fim de atualizar os entendimentos acerca dessas experiências urbanas, este trabalho tem por principal objetivo investigar uma condição híbrida, alternante entre humanidade e natureza, em espaços de quintais isolados e presentes na malha urbana de São João del-Rei (Minas Gerais). Nesses espaços, revelam-se interações e companheirismos entre espécies e surgem ações, práticas e hábitos de cultivo e lazer, configurando novos modos de habitar, agenciar e narrar o espaço urbano.

Para fundamentar tal análise, o trabalho debate o processo de urbanização de São João del-Rei desde seu núcleo central colonial até suas franjas urbanas, ocupadas após a década de 1970. Nos primeiros movimentos de ocupação, ocasionados

durante o período colonial, com a expansão aurífera, observou-se, com base em Nestor Goulart Reis Filho (1968) e Roberto Maldos (2000), que os grandes lotes eram divididos entre edificações de casas e sobrados com pomares, hortas e quintais dedicados à produção privada de alimentos para a casa colonial. Essa condição de lotes com grandes áreas verdes de pomares e quintais se manteve mesmo após o declínio do ciclo aurífero, e foi reforçada a partir do início do século XX, devido à cidade desempenhar uma atividade econômica essencialmente agrícola e ao tombamento do centro sanjoanense pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1938.

Além disso, ainda na virada do século XIX para o século XX, uma expressiva leva de imigrantes italianos se fixou na região, ao mesmo tempo em que se construía a Estrada de Ferro Oeste de Minas (1878-1881). Esses imigrantes se dedicavam exclusivamente à agricultura, formando colônias que funcionavam em regime familiar em bairros adjacentes ao centro da cidade. Tais bairros, no decorrer do desenvolvimento e da expansão urbana local, transformaram-se nos bairros Colônia do Marçal, Colônia do Recondego e Colônia do Felizardo.

Mesmo com uma população urbana superior à rural nos anos 1970 – 85% do total da população do município, segundo Daniela Abritta Cota e Ana Carolina Diório (2012) [2] –, a cidade de São João del-Rei, por seus modos extensivos de expansão, incorporou, conservou e fragmentou em sua malha urbana (próxima ao centro e aos bairros periféricos) reminiscências de natureza e de ruralidades em forma de quintais, áreas de preservação e pastagens. Estes são espaços que evidenciam uma presença multiespécie na cidade, ocasionada pela ampla urbanização em direção ao campo. Anelisa Campos (2018, p. 27) os descreve como reminiscências de ruralidades ainda presentes em glebas e lotes urbanos devido ao histórico econômico e cultural fortemente agrícola dos bairros. Este artigo investiga, portanto, esses espaços de quintais, privilegiando suas lógicas de ocupação multiespécie na cidade.

Por meio da análise cartográfica desses quintais urbanos da cidade de São João del-Rei, entendidos como ilhas de ruralidade e natureza na cidade, investiga-se a lógica inter-relacional entre

as “espécies companheiras”, humanas e não humanas, que constrói e cria experiências no espaço da cidade sanjoanense. Tal empreendimento de análise da relação multiespécie, por sua vez, é desenvolvido sob contribuições de autores como Igor Guatelli (2012) e Donna Haraway (2021), que trabalham a expressão de realidades mescladas entre espécies, os “entrelugares”, os elos de relações humanas e não humanas no que se denomina aqui uma urbanização multiespécie: espaços no tecido da cidade; portanto, urbanidades híbridas, sejam rurais-urbanas ou naturais-urbanas.

Em termos concretos, propõe-se uma abordagem entre leituras espaciais e discussões históricas e teóricas cruzadas com uma experiência de um ano de aproximação a quintais da cidade de São João del-Rei. Durante essa pesquisa de um ano, acompanharam-se diversas pessoas em seus processos de gerenciamento de quintais. No total, foram cinco gestores de quintais urbanos totalmente cartografados por Rafael Vidal (2016). Para os limites deste trabalho, porém, destacam-se duas delas: Dona Eliana, que cuida de hortas urbanas no quintal da escola primária Celina Viegas, no quintal de seu pai e no da sua própria casa, sendo todos eles localizados no centro ou imediações do centro de São João del-Rei; e Senhor Carlos [3], responsável por uma rede de três quintais da cidade. A partir do contato e da cooperação mútua semanal com os quintais de D. Eliana e Sr. Carlos (Figuras 1 e 2), buscou-se uma aproximação qualitativa e sensível dos quintais, em prol de compreender suas dinâmicas, práticas e presenças humanas e não humanas e ir além de uma visão objetivada dos seus limites físicos e de uma perspectiva totalizante de mapa e planta-baixa. A metodologia do trabalho privilegia a concretude das relações tecidas na cidade pelos gestores dos quintais nesses espaços dedicados a relações multiespécies.

Essa aproximação teve de se ocupar tanto do limite físico e geográfico desses espaços quanto de suas apropriações e cadeias de relações, as quais interagem com outras redes e formas moventes entre outros lugares. Isso foi necessário para se identificarem as dinâmicas dos espaços dos quintais, os quais, apesar de geograficamente localizados, são também cheios de transbordamentos e deslocalizações de relações ecológicas

entre humano e natureza na cidade. Para tanto, empreendeu-se a metodologia de trabalho participante sob as contribuições de Rolnik (2007) quanto ao método essencial do cartógrafo: o de se fazer uma cartografia que não busca exclusivamente a visão totalizante do topo, mas sim que procura suas intensidades intrarrelacionais, suas expressões, linguagens e redes próprias.

Além disso, não se abdicou do aporte teórico-conceitual, tendo em vista que as potências das relações dos quintais possibilitaram tensionar alguns preceitos do campo da Arquitetura e Urbanismo. Debate-se, ainda, uma bibliografia proeminente no campo, que trabalha as relações entre natural e humano de modo dicotômico ou contínuo – como Doherty & Mostavi (2014) e Marques (2002). Esse debate, à luz da experiência do território vivo e não dualista dos quintais, revelou tensões para as perspectivas e os métodos de trabalho ainda dicotômicos e dualistas no que tange à relação entre humano e natureza na Arquitetura e Urbanismo.

Compreendeu-se que os quintais e a presença multiespécie na cidade de São João del-Rei possibilitam que seja contada uma história do urbano por meio da coabitação, da coevolução e da sociabilidade interespecíficas encarnadas entre espécies que não estão em polos opostos, mas sim são companheiras que produzem a aqui chamada urbanização multiespécie: “[...] formas inseparadas, humano e não humano orgânico e tecnológico, carbono e silicone, liberdade e estrutura, história e mito, rico e pobre, Estado e sujeito, diversidade e esgotamento, modernidade e pós-modernidade, natureza e cultura [...]” (HARAWAY, 2021, p. 12). A esses fatores, acrescentam-se, ainda, cidade e ecologia, de modo a criar urbanidades multiespécies que unem e possibilitam uma leitura menos dualista da cidade.

Tais aproximação e inflexão teóricas a partir da experiência dos quintais de D. Eliana e Sr. Carlos são entendidas como algo que supera divisões, binarismos e setorizações entre universos naturais e humanos, por vezes reduzidos a dicotomias entre o que está dentro e o que está fora, ou do perímetro urbano e do natural. Graças à inspiração da experiência cartográfica e dos quintais trabalhados constatou-se que coisas, naturezas, espécies e lugares não estão divorciados da objetividade linguística,

racional, urbana, humana e cultural. Mas estão fortemente imbricadas entre múltiplas realidades e dimensões – as quais, supõe-se, integram-se numa condição territorial híbrida e multiespécie. Tem-se um quadro urbano em São João del Rei em que, ao contrário do que postulam os preceitos dicotômicos ontológicos, coisas, lugares e paisagens influenciam as formas e alteridades humanas: suas casas, cidades e espaços urbanos.

Os quintais na história urbana

No período colonial, o meio rural, sob o poder da oligarquia agrária brasileira, era predominantemente destinado às produções de monoculturas do café e da cana-de-açúcar, o que gerou uma estrutura que Gilberto Freyre (2003) identificou como “[...] semifeudal: uma minoria de brancos e brancas dominando lavradores, escravos, agregados e vassallos [...]” (FREYRE, 2003, p. 33). Paralelamente a esse sistema, havia, em outra escala, aquele produzido pelas relações dentro da casa-grande, local que abrigava e fomentava toda a estrutura socioeconômica e onde habitavam escravos, lavradores e senhores das terras.

Em Casa-grande & Senzala, Freyre (2003) estuda a contribuição da comunidade rural, do índio e do português para a formação da sociedade brasileira, servindo como suporte para entender os fundamentos espaciais e comportamentais que essas culturas agregaram às noções de espaço e de habitação no Brasil. Em se tratando dos movimentos agrários e suas influências, a casa-grande foi o centro da “coesão da sociedade brasileira”, como definiu Freyre (2003); era ela que traduzia todo o sistema econômico, social, político, religioso e sexual no Brasil. Freyre (2003) disserta sobre os desdobramentos socioculturais que reverberaram no Brasil a partir da casa-grande e das suas espacialidades, constatando que ela contribuía para um “antagonismo equilibrado” das partes socialmente distintas que compunham aquele espaço [4].

Ainda em Casa-grande & Senzala, Freyre (2003) aponta que os limites entre casa e fazenda, privado e público, eram marcados

por hierarquias de pórticos, escadas e salas íntimas; mas, paradoxalmente, também por diluídos espaços semiprivados e semipúblicos, como pátios, quintais, pomares e hortas. Os quintais do período colonial davam suporte a toda a dinâmica interna da casa, desde a produção dos alimentos até as criações de animais e pequenas plantações. Eram utilizados também como locais de passeio e fruição ao ar livre pela aristocracia da época. Os quintais eram, ainda, os locais onde habitava a mão de obra da casa-grande, e por onde passavam os escravos para exercer suas atividades e para retornar à senzala. Cabe observar que os quintais da época tinham forte impacto sobre o arranjo social e espacial, ainda que a literatura sobre quintais brasileiros nos estudos de arquitetura seja limitada.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que, naquela época, o Brasil recebia pessoas de várias nações, que migravam para a nova terra promissora e transitavam nos espaços da casa-grande e senzala, dos quintais e suas mediações. Essa presença também marcou a sociabilidade brasileira. Rolnik (2010) cita um estudo histórico cuja estatística afirma que 80% dos portugueses que vieram para o Brasil eram árabes ou judeus que fugiam da inquisição, ou eram refugiados. Na nova terra, eles ainda se misturaram com as culturas indígenas e africanas. A sociedade do Brasil, portanto, forma-se na fusão de todos esses traços culturais em um corpo social que, possivelmente, carrega heranças repletas de saberes-fazer e de memórias dessas variadas culturas – assim como suas relações com a natureza. Assim, uma vez no espaço da casa-grande e das cidades que se formavam na época, esses indivíduos estabeleceram saberes relacionados ao plantio, ao cultivo, aos animais, à terra, às plantas e também aos próprios hábitos alimentares. Pode-se dizer que os usos e trocas sociais entre essas culturas interpenetradas se especializaram nos espaços da cidade, da casa, dos jardins e dos quintais.

Em face de tamanha heterogeneidade social, o equilíbrio antagonista de Freyre (2003), visto a partir dos quintais, marca a produção de hábitos, culturas e relações com espécies da flora e da fauna brasileiras partilhadas entre senhores e escravos. Os quintais em si influenciavam a vida rural e urbana, transformando-se em espaços de interpenetração de

diversos grupos sociais nas festividades, nos casamentos e nas celebrações que aconteciam dentro deles. O autor avança em sua tese defendendo que a sociedade brasileira existiu de forma coesa e equilibrada graças à estrutura da casa-grande. Por isso, ele vê na tradição desse sistema, que mantinha as diferentes estruturas sociais em convívio, o caminho para retomar valores perdidos com o advento da modernidade no Brasil.

Com o descobrimento do ouro e o início da urbanização no Brasil, os quintais não perderam a força, mas sim se transformaram em casas urbanas com áreas externas – os sobrados. Muitas dessas construções pertenciam a senhores de terras que tinham casas de passeio urbano ou já se arriscavam na vida urbana, confundindo-se nessa época os patriarcados da cidade com os do campo (FREYRE, 2003). Alguns sobrados, pela produtividade dos seus quintais, gozavam de autonomia econômica, possuindo em suas dependências chiqueiro, cocheira, horta, pomar, viveiro e pequenos abatedouros.

Vale notar que os quintais, naquela época de produção aurífera no Brasil, possivelmente representaram a garantia de uma alimentação e nutrição diversa e mais saudável. Com as colheitas e criações nos interiores da casa, eles garantiam à família algo além do que a cultura da extração podia fornecer: alimento. Provavelmente, os quintais foram, na cidade e na casa-grande, um meio de produção alimentícia variada, uma vez que tais locais, heterogêneos em tipos de frutos, animais e hortaliças, eram o oposto do que a produção aurífera produzia: apenas a escassez e a miséria.

Contribuindo para esse cenário, os fazendeiros latifundiários da época investiram na produção agrária de monoculturas, sobretudo do café e da cana-de-açúcar. Carece-se, neste ponto, de um estudo acerca da nutrição da época e de o que a comida produzida nos quintais fornecia de partilha e qualidade de vida entre senhores e escravos. No entanto, é possível trabalhar a hipótese de que estratégias de alimentação e de domesticação, os saberes das cunhãs [5] e as formas de lidar com as variantes ambientais dos quintais das casas coloniais tenham sido vetores de urbanização na época. Nesse sentido, a expansão urbana possivelmente se deu em paralelo à criação

de casas com quintais para se criar porcos, galinhas e plantas alimentares em cidades auríferas como São João del-Rei, onde não predominava a agricultura, devido a toda a mão de obra estar voltada para a exploração do ouro. Ou seja, criavam-se esses espaços de naturezas domesticadas para que se avançasse no empreendimento colonizador.

Para o presente trabalho, deve-se destacar essa importância da presença dos quintais para o empreendimento colonial, bem como os usos e as práticas sociais delegadas a esses espaços. É preciso analisar, sobretudo, suas contribuições para a construção da cidade, compartilhada entre humanos e não humanos. Esse ponto será mais debatido no próximo tópico, dedicado aos quintais especificamente de São João del-Rei.

Como os campos da Arquitetura e Urbanismo e da História Urbana carecem de estudos sobre quintais, a iconografia de pintores da virada do século XIX se encarrega de desvelar a espacialidade e a presença dos quintais na formação da sociedade e da cultura brasileiras. A evolução dos espaços dos quintais pode ser percebida na iconografia dos pré-modernistas brasileiros, como Arthur Timótheo da Costa [6], que representou os quintais das casas, as domesticidades, criações e plantas que transbordavam para os limites da cidade, produzindo registros de momentos de contemplação desses espaços banais e cotidianos. Por serem pequenas naturezas no espaço urbano, os quintais também ajudavam a compor o ideal de natural que a época atribuía ao Novo Mundo, enquanto um lugar exuberante e inesgotável. Essa grandiosidade da natureza, presente até nos vilarejos e cidades, impressionava os pintores, que retrataram cenas de quintais verdejantes como um valor da genuína modernidade brasileira. É possível afirmar que a experiência cotidiana com os quintais, locais cheios de heranças, de temporalidades humanas e não humanas e de aspectos culturais e espaciais brasileiros, está exemplarmente contida nos registros de artistas como Arthur Timótheo.

Contribuindo para esse cenário, os fazendeiros latifundiários da época investiram na produção agrária de monoculturas, sobretudo do café e da cana-de-açúcar. Carece-se, neste ponto, de um estudo acerca da nutrição da época e de o que a

comida produzida nos quintais fornecia de partilha e qualidade de vida entre senhores e escravos. No entanto, é possível trabalhar a hipótese de que estratégias de alimentação e de domesticação, os saberes das cunhãs e as formas de lidar com as variantes ambientais dos quintais das casas coloniais tenham sido vetores de urbanização na época. Nesse sentido, a expansão urbana possivelmente se deu em paralelo à criação de casas com quintais para se criar porcos, galinhas e plantas alimentares em cidades auríferas como São João del-Rei, onde não predominava a agricultura, devido a toda a mão de obra estar voltada para a exploração do ouro. Ou seja, criavam-se esses espaços de naturezas domesticadas para que se avançasse no empreendimento colonizador.

Para o presente trabalho, deve-se destacar essa importância da presença dos quintais para o empreendimento colonial, bem como os usos e as práticas sociais delegadas a esses espaços. É preciso analisar, sobretudo, suas contribuições para a construção da cidade, compartilhada entre humanos e não humanos. Esse ponto será mais debatido no próximo tópico, dedicado aos quintais especificamente de São João del-Rei.

Como os campos da Arquitetura e Urbanismo e da História Urbana carecem de estudos sobre quintais, a iconografia de pintores da virada do século XIX se encarrega de desvelar a espacialidade e a presença dos quintais na formação da sociedade e da cultura brasileiras. A evolução dos espaços dos quintais pode ser percebida na iconografia dos pré-modernistas brasileiros, como Arthur Timótheo da Costa, que representou os quintais das casas, as domesticidades, criações e plantas que transbordavam para os limites da cidade, produzindo registros de momentos de contemplação desses espaços banais e cotidianos. Por serem pequenas naturezas no espaço urbano, os quintais também ajudavam a compor o ideal de natural que a época atribuía ao Novo Mundo, enquanto um lugar exuberante e inesgotável. Essa grandiosidade da natureza, presente até nos vilarejos e cidades, impressionava os pintores, que retrataram cenas de quintais verdejantes como um valor da genuína modernidade brasileira. É possível afirmar que a experiência cotidiana com os quintais, locais cheios de heranças, de temporalidades humanas e não humanas e de

aspectos culturais e espaciais brasileiros, está exemplarmente contida nos registros de artistas como Arthur Timótheo.

Os quintais de São João del-Rei e suas espécies companheiras

Tratar a formação dos quintais de São João del-Rei é, antes de tudo, um grande desafio. Não foi identificada nenhuma obra que analisasse a origem e a evolução histórica desses espaços, ainda que a cidade tenha sido objeto de diversos estudos de história urbana e de patrimônio histórico e cultural [7]. Face à limitada base bibliográfica dedicada ao objeto deste estudo, tomou-se um cuidado especial no trato das visitas de campo e no contato com os usufruidores dos quintais e deu-se atenção especial ao levantamento das relações em torno do objeto, privilegiando sua multiescalaridade e multitemporalidade.

De imediato, é importante ressaltar um aspecto primário dos quintais: apesar de se situarem nos interiores dos lotes e das casas, exigindo uma penetração na vida privada de seus proprietários para serem acessados, suas relações não se estabelecem apenas entre a casa e o lote ou entre o lote e a cidade, mas também nas relações intersticiais entre sujeito, casa, lote, cidade, paisagem e entorno. Ou seja, entre o quintal, a casa e a rua; entre o primeiro quintal e o quintal da vizinhança; entre o avanço da vegetação para além do espaço edificado, irrompendo a paisagem urbana. Sob tal constatação inicial, pode-se dizer que, em São João del-Rei, os quintais se revelam detentores de naturezas que ultrapassam as escalas dos lotes, compondo parte da vida urbana. Eles estão resguardados pelas construções e, entre elas, existem como organismos internos às casas, afirmando-se como espaços construtores da cidade. O estudo dos quintais traz à luz trocas entre interior e exterior: usos e práticas privadas que transbordam para o urbano.

Os quintais são tomados como ilustradores dos espaços da cidade que comumente contêm relações ecológicas, expressões de fauna e flora urbanas em constante interação com a humanidade. Vistos num primeiro momento, são lugares

formados por forte presença natural, juntamente com traços de movimentação antrópica, como hortas e domesticação de animais, formando um meio mesclado e híbrido de relações dentro do espaço urbano, com variados elementos constituintes. Movida por essas forças naturais e antrópicas, a malha urbana de São João del-Rei se forma de maneira muito particular quando se analisa a heterogeneidade dos espaços: são marcados pelos contrastes e limites entre casas próximas às betas [8], pelas ocupações urbanas que fecham parcelas de pequenas fazendas e até mesmo pelas áreas de preservação das duas serras (Lenheiros e São José) que circundam a cidade.

Quadras e adensamentos urbanos sanjoanenes se estenderam ao encontro das serras, florestas e encostas que compunham a geografia do território, pois, como afirma Maldos (2000, p. 3), “[...] áreas envoltórias, áreas naturais foram entregues sem planejamento e organização para atender a objetivos pessoais”. A cidade passa a ter como condicionante em sua urbanização os próprios fatores naturais que incorpora em sua malha urbana historicamente extensiva e fragmentária (COTA; DIÓRIO, 2012). Dessa forma, a topografia onde se implanta a cidade, os modos de urbanização por aglutinação de sistemas naturais do seu entorno, o contato com os limites das serras e a expansão ao longo do Córrego Lenheiros criam uma condição em que lotes e quadras sanjoanenses incorporam em si grandes porções de terras. Estas, por sua vez, muitas vezes são compostas por áreas verdes, reminiscências de natureza dentro da cidade, quintais e, até mesmo, pequenas chácaras. Tem-se, logo no início da urbanização colonial [9] da cidade, portanto, uma ocupação linear de espaços que acompanha o curso do rio e se ramifica em quadras curtas, lotes estreitos e profundos, estendendo-se até os limites das serras que circundam a geografia de São João del-Rei.

Nestor Goulart Reis Filho (1968) identifica esse tipo de quadra e ocupação em seus estudos sobre as primeiras práticas de assentamentos urbanos no Brasil e aponta, ainda, para a expressividade dos quintais no tecido das cidades coloniais.

As quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, com um grande vazio constituído pelos quintais, na parte interior. Os telhados das casas, de duas águas, que as lançavam para a rua e para o interior dos lotes, coroavam o conjunto e, algumas vezes, formavam uma segunda linha de continuidade. Internamente, porém, as dimensões das quadras sendo grandes, estendiam-se os quintais em vazios surpreendentes, que contrastavam, de modo violento, com a aparência de concentração das vias públicas (REIS FILHO, 1968, p. 148).

A intensificação da vida urbana na época pós-colonial movimentou a cidade de São João del-Rei, expandindo-a em função do capital do ouro e da vontade política de modernizar a cidade. Em decorrência disso, e considerando a afirmação de Maldos (2000, p. 3), a cidade deixa em sua malha urbana grandes loteamentos com profundos terrenos cheios de massas verdes, alguns “inclusive com saída para rua de trás”. Vale ressaltar, também, que sistemas de escoamento de água, passagens de servidão e becos ainda se formavam a partir dos quintais de São João del-Rei até a virada do século XX (MALDOS, 2000, p. 3).

O que é certo é que o conjunto formado pelos quintais de São João del-Rei em cada lote de quadra aponta para a necessidade de uma investigação que leve em consideração a presença natural na cidade e suas relações enquanto meios singulares de coabitações humanas e não humanas. Portanto, para o estudo da formação desses espaços, torna-se fundamental analisar não apenas a formação do lote pela via da história urbana, mas também o modo como ele se comporta em conjunto, pois isso pode explicitar aspectos ainda presentes nas formas, nos hábitos, nos limites e na própria inserção da urbanização na cidade de São João del-Rei. Isso é relevante sobretudo se for considerado que boa parte desse tecido urbano composto por quintais, ilhas de natureza e resquícios de sistemas naturais ainda se encontra presente no centro da cidade, devido às práticas de preservação do seu núcleo antigo empregadas por

órgãos oficiais desde 1938, as quais impedem o aumento de áreas construídas.

Segundo Cota e Diório (2012), foi a partir da segunda metade do século XX que a cidade reforçou seu crescimento urbano extensivo, disperso e fragmentado, sendo ampliada a ocupação das extremidades a partir do centro tombado. Ainda de acordo com as autoras, a partir da década de 1960 se observa também o processo de expansão e consolidação de periferias fragmentadas e irregulares em áreas de preservação ambiental ou paisagística, o que hoje é classificado pelo Plano Diretor (Lei nº 4.068/2006) como Zona de Proteção Paisagística (COTA; DIÓRIO, 2012, p. 12).

A tendência de produção do espaço marcada pela extensão do tecido urbano e pela descontinuidade e dispersão espacial em São João del-Rei se consolidou ao longo da sua evolução na década de 1970. O caráter extensivo da urbanização brasileira, segundo Monte-Mór (1994), foi observado no caso de São João del-Rei por Cota e Diório (2012) no que concerne ao “(...) avanço do tecido urbano sobre o antigo espaço rural, redefinindo-o e reintegrando-o ao sistema urbano-industrial” (p. 2). As autoras apontam, adicionalmente, que em São João del-Rei há uma tendência de produção do espaço marcada pela extensão do tecido urbano, ocasionada pela expansão do espaço urbano estruturada sob a incorporação, o loteamento e a especulação rentista de terras rurais próximas ao tecido urbanizado.

Essa urbanização por avanço sobre áreas verdes e rurais adjacentes e ao longo do leito do Córrego Lenheiros se consolidou historicamente como uma prática de produção do espaço urbano fragmentado e extensivo em São João del-Rei, como também observa Anelisa Campos (2018). É importante notar que, segundo Campos (2018, p. 27), embora bairros adjacentes ao centro tenham apresentado adensamento urbano, há ainda áreas com características rurais, devido ao histórico econômico e cultural fortemente agrícola dos bairros em que a agropecuária sempre foi uma das atividades mais importantes.

Essas condições espaciais híbridas entre rural e urbano, de meios técnicos e reminiscências rurais, de ilhas de natureza e espaços verdes e de ruralidades no tecido urbano, nos termos

de Lefebvre (1999), foram constatadas em campo durante o ano de pesquisa que resultou neste artigo. Retomando o diálogo com Campos (20018), apesar de a urbanização extensiva de São João del-Rei alterar a paisagem e o tecido da cidade por formas e modos de vida mais urbanos e industriais, por outro lado, produziram-se espaços de aglutinações de naturezas – ou seja, ilhas físicas e culturais de ruralidades, reminiscências de uma vida rural pretérita, mas, paradoxalmente, presente e permanente. A presença desses espaços em formas de ilhas de vegetação, quintais, chácaras, entre outros, denota certa coexistência das temporalidades e das referências pretéritas e rurais com os modos da urbanização industrial.

Nos quintais de São João del-Rei, tanto do centro quanto da periferia urbana, há uma profusão de sinais, indícios e símbolos que constroem a paisagem da cidade e apontam para interações humanas e não humanas. Pela perspectiva da rua, por exemplo, a longa linearidade do lote forma corredores de vegetação, como uma reserva vegetal não edificada e em contato com outra reserva, de outro quintal. Nessa relação, ambos, apesar de individualmente administrados, tornam-se um só elemento entre público e privado, devido à conexão das massas vegetais. As forrações de capim braquiária na frente das residências de bairros abrem espaço para pequenas criações de vacas, cavalos e outros animais de médio e grande porte dentro da cidade.

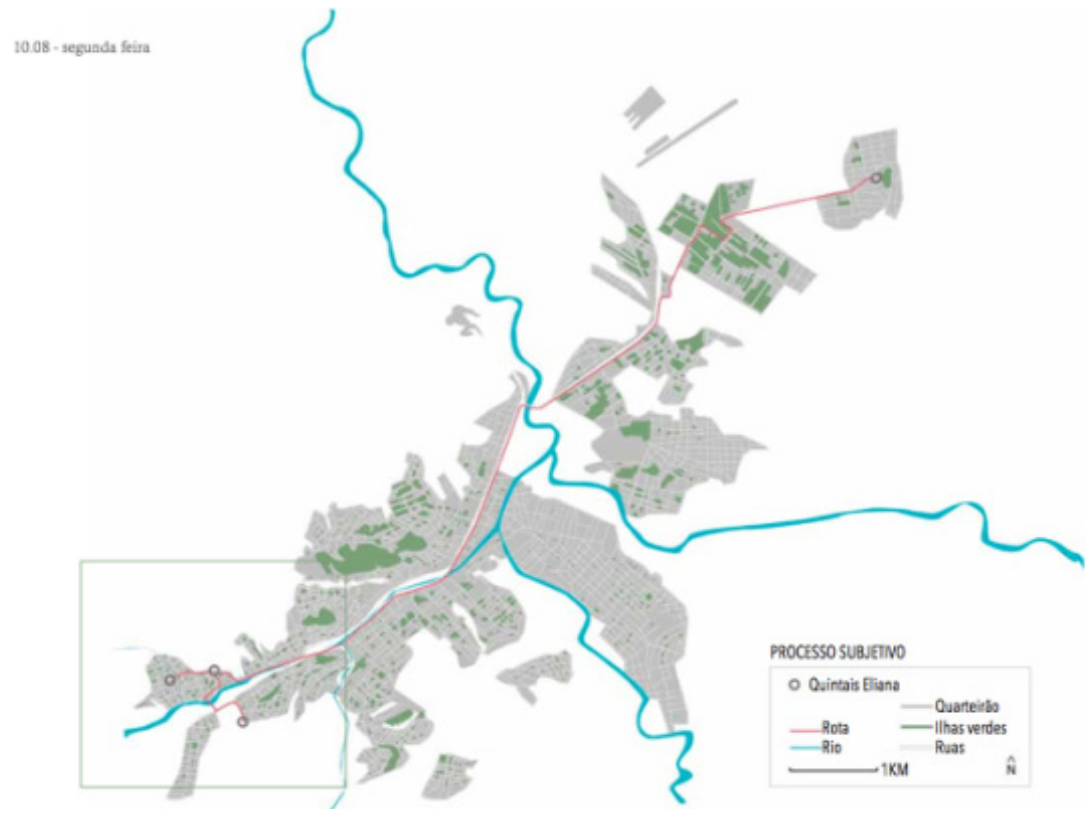
Essa indefinição entre privado e público, coletivo e individual, natural e humano, possibilitada pela continuidade entre espécies vegetais, indica, apesar da presença de cercas ou muros, que economias de troca de cultivo são praticadas por donos de quintais. Essa prática de troca, cooperação e trabalho, pautada por relações de reciprocidade e organizada além dos marcos administrativos e jurídicos, ainda permanece viva na experiência dos quintais de São João del-Rei – e, como se discute adiante, tensiona as definições de espaço privado e público e de micro e macroescala, sobretudo quando analisadas pela continuidade de massas verdes, trocas humanas e ecológicas. Foi, portanto, por meio dessas evidências que foi conduzida a aproximação dos quintais da cidade, observando seus usos, objetos e naturezas e as relações que transbordam deles para a cidade.

Como a metodologia de investigação e produção de conhecimento enfocou os modos como esses usufruidores se apropriam do espaço e as suas produções – a microescala da ação na construção de dinâmicas urbanas mais complexas –, o contato com D. Eliana e Sr. Carlos foi construído em proximidade com cada um deles individualmente, num sistema de cooperação com suas rotinas, a fim de se obterem intimidade e proximidade com suas formas subjetivas de lidar com seus respectivos espaços de quintais.

Percebeu-se, com os envolvimento práticos e a presença diária, que Sr. Carlos e D. Eliana representam rupturas com algumas noções estabelecidas na ordem urbana, tais como as de privado e público e de micro e macroescala. Seus cotidianos abrem caminho para um possível método de atuação do arquiteto e do urbanista diante desses movimentos espontâneos. O impacto que D. Eliana e Sr. Carlos conseguem promover em suas vidas e na vizinhança é aqui destacado como uma outra dimensão de processos e ações dentro do espaço – aqueles processos de relações entre espécies capazes de desenhar práticas e espaços extraordinários à ordem e ao desenho urbano racionais.

O trabalho de D. Eliana atinge centenas de pessoas. A partir do quintal em que ela trabalha com mais sete agricultores urbanos, além da colaboração de voluntários em associação informal há cinco anos, observam-se resultados significativos dentro da cidade, como a distribuição de alimentos orgânicos e frescos para a Creche Celina Viegas. Na Figura 1, com desenho de D. Eliana e fotos de seu quintal, estão cartografados sua rede de quintais e o levantamento de sua produção nos quintais em que trabalha.

Essa área possui forte relevância na paisagem local e hoje representa para a cidade a força de mudança dos movimentos sociais – neste caso, uma mobilização para a produção de comida orgânica e o abastecimento da creche do bairro. O impacto gerado pelo trabalho de D. Eliana e seus colaboradores atinge atualmente centenas de pessoas e obtém resultados concretos dentro da malha da cidade: além de a produção ser responsável pelo fornecimento de alimentos frescos e orgânicos para a Creche Municipal Celina Viegas, há também



QUINTAL CELINA VIEGAS



Figura 1: Fragmento do livro Cartografia dos quintais. Fonte: Vidal (2016).

uma parcela considerável que é distribuída para a população vizinha, como mapeado por Vidal (2016). Por essa razão, D. Eliana foi nomeada conselheira popular do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) de São João del-Rei, onde articula e defende politicamente seus processos subjetivos e sua forma de se apropriar da cidade através da sua visão de comida orgânica e de agricultura urbana e agroecológica, advinda do seu quintal.

Sr. Carlos, por sua vez, gera impacto quantitativamente menor. Entretanto, o que torna sua aproximação do espaço urbano importante como processo subjetivo é a sua habilidade de se apropriar de seu quintal e de estabelecer relações de troca e interdependência com outros quintais. Além de administrar o quintal de sua própria casa, quando vê um espaço vago na vizinhança, ele negocia com o dono o uso para plantio e produção de comida a partir desse pedaço de terra, retribuindo posteriormente parte da colheita como presente. A dimensão da troca de presentes é crucial para o entendimento do sistema de valores e relações multiespécies a partir dos quintais: ao invés do pagamento em dinheiro, sobressaiu-se entre os usuários a troca de dádivas objetificadas em sementes selecionadas, cestos de frutas, animais vivos e abatidos. Durante o ano em que foi realizada a pesquisa que resultou neste trabalho, o Sr. Carlos, por exemplo, produziu uma base alimentar mais diversificada para toda a sua família e, como ele mesmo diz, “sempre sobra algo”, e parte de sua produção é compartilhada e trocada com os vizinhos. Nessa lógica, ele desenha, com seus circuitos de apropriação, uma rede de relações afetivas, econômicas e de nutrição dentro do espaço urbano, contando com relações não humanas para estabelecer um sistema de valores muito singular, próprio dos quintais. A cartografia dos quintais de Sr. Carlos, bem como sua rede e produção de quintais, está registrada na Figura 2.

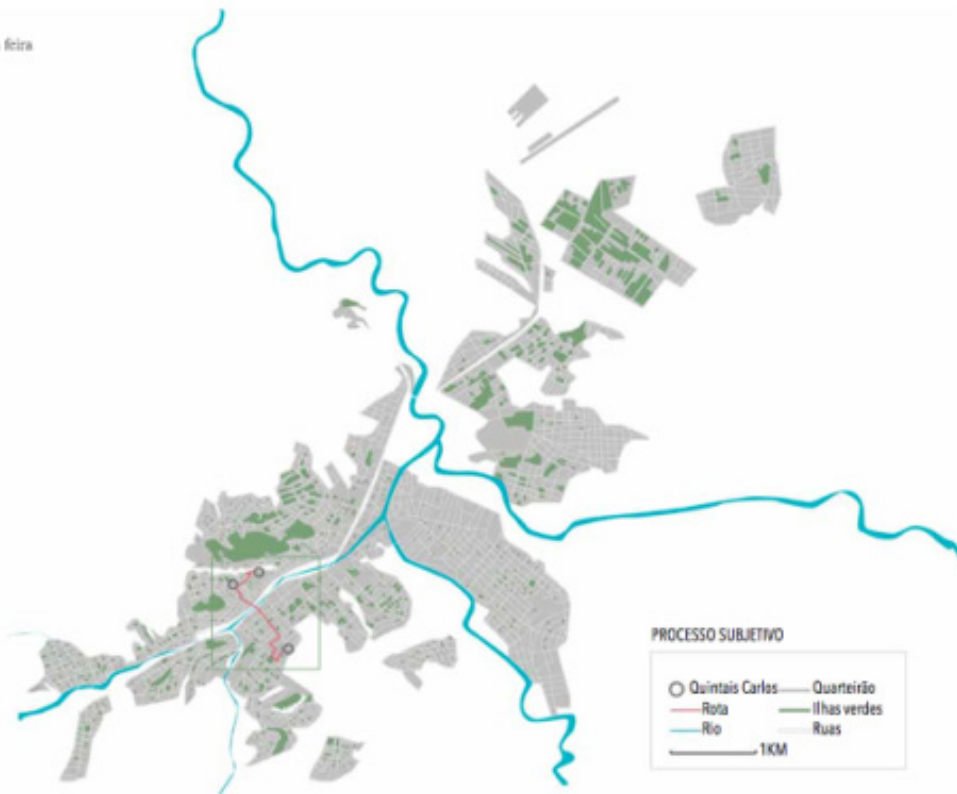
Mais uma vez, a relação de reciprocidade e dádiva entre produtos e produtores dos quintais é evidente. Além disso, esse usufruidor representa relações mais sutis e moventes entre natural e humano, uma vez que em suas travessias pela cidade, entre quintais, ele deposita sementes, mudas variadas e cuida de plantas preexistentes na paisagem. Assumindo

que essas relações podem tocar vastas questões acerca do espaço urbano, tenciona-se aqui que as noções de cheio/vazio, natureza/cultura, natural/urbano, lote/limite, privado/público, ora vistas como matrizes opostas em suas condições espaciais e de organização de elementos são, em verdade, meios interligados por redes de trocas, saberes e identificações mútuas, que depositam na cidade relações importantes para a construção da vida urbana. Como exemplo, a produção de ovos e galinhas “caipiras” do Sr. Carlos em seu quintal residencial é considerada exemplar pela vizinhança e, desse modo, sua prática social e ambiental no urbano alimenta a venda e a troca de ovos por outros produtos, a oferta de serviços e produtos do mercado agropecuário da cidade – como rações, remédios, gaiolas, comedouros, dentre outros –, a troca de saberes ligados à produção de animais e certo contato com a cultura rural (base da sociedade sanjoanense) dentro da cidade.

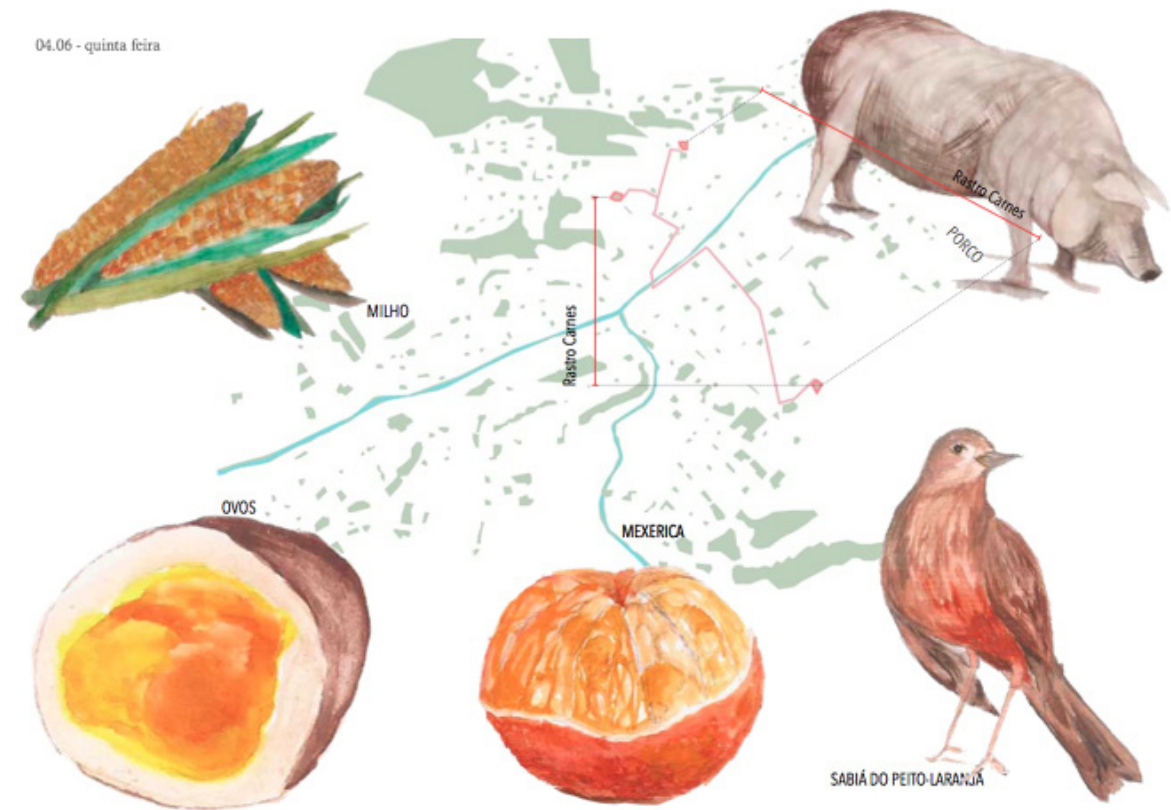
Essas relações esgarçam os binarismos ainda predominantes no pensamento arquitetônico e urbanístico de herança moderna. Em função de constatações como esta, espaços de concentração multiespécies, como os de quintais, parecem oportunos para a superação das dicotomias fundantes da experiência moderna na disciplina da Arquitetura e Urbanismo. As acepções dicotômicas e contínuas revistas neste trabalho a partir de Maldos (2000) e Marques (2002) ainda reverberam em estudos contemporâneos do campo, como no livro seminal *Urbanismo ecológico*, de Gareth Doherty & Mostavi (2014). Em tal organização de artigos que tratam de urbanismo ecológico, relações entre cidade e natureza, ecologias humanas e urbanas, a maioria dos autores convida a um tipo de êxodo dos modos de vida urbanos e da própria cidade em direção à natureza, ao campo e às paisagens naturais remotas, como uma forma de saída para as crises alimentares, espaciais e sociais presentes na cidade industrial. A natureza e o humano, nos casos dos artigos do livro, aparecem predominantemente como realidades opostas e binárias, além de relacionados a uma visão romântica do meio natural como uma cura para as mazelas e crises humanas.



04.06 - quinta feira



04.06 - quinta feira



QUINTAL SR. CARLOS



Figura 2: Fragmento do livro Cartografia dos quintais. Fonte: Vidal (2016).

Figura XI

A despeito dessa predominância de um pensamento dicotômico na disciplina e em livros influentes no campo, como os analisados em Maldos (2000) e Doherty & Mostavi (2014), acredita-se que, no contexto brasileiro, não é nesse movimento unidirecional binário que se constrói um meio socioambiental produtivo e vivo. Todavia, de acordo com Lefebvre (1999), é possível uma reconciliação com a natureza a partir de um movimento de políticas e planejamentos espaciais que deem outras significações ao natural, bem como brechas para que a natureza e a humanidade sedimentem seus movimentos no espaço, coabitando-o, como acontece nos quintais. As relações de companheirismo entre espécies significativas nos quintais de São João del-Rei, como as criações de plantas e animais e as redes ecológicas humanas e não humanas, revelam um tipo de relação não binária que poderia estabelecer um outro entendimento dos movimentos entre cidade e natureza, vistos agora como mais híbridos, íntimos e dotados de companheirismo.

Em contraste com o pensamento dito moderno ou lógico, que seria derivado de uma formulação de vida baseada no estabelecimento de categorias distintas e opostas, como as de coisas e pessoas, cultura e natureza, técnica e matéria, as relações multiespécies a partir dos espaços de quintais permitem uma nova compreensão para o urbano e a cidade, baseada em sua experiência material, humana e, sobretudo, relacional, superando modelos essencialmente funcionalistas e desvinculados da experiência real. Para além de uma apreensão racionalizada e idealizada do espaço social, muito marcada pela herança modernista do pensamento urbano e arquitetônico, o que se coloca a partir da experiência espacial de usuários como D. Eliana e Sr. Carlos e suas interações significativas com não humanos é que o ato de apropriação e de uso não ocorre de modo linear e desassociado do mundo vivo e natural; ao contrário, vale-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da natureza para a constituição de uma corporalidade específica no espaço, para a constituição de hábitos e linguagens de sociabilidade urbana. Essas práticas vão além dos dualismos modernos e abrem espaço para novas leituras para a produção do urbano, que integram corpo, sociedade e natureza, evidenciando que os humanos não constroem seu mundo apenas por meio

da racionalidade objetiva e cultural, mas também por meio do corpo e do conjunto dos organismos moventes em participação na sociedade e na subjetividade.

Essas leituras menos dualistas a partir dos quintais são cruciais para a compreensão dos processos de construção do urbano, por permitirem a contribuição de experiências que conjugam corpo, linguagem (sociedade) e a trama movente do mundo natural. Donna Haraway (2021, p. 32), em diálogo sobre as domesticações, explora a estreita relação entre pessoas e cachorros, ligados pelo que a autora chama de “alteridade significativa”, ou seja, relações mútuas entre homem e natureza, “[...] por meio das quais os parceiros se tornam quem são através da carne e do signo”. Em outras palavras, trata-se de relações que se tecem entre coabitações e convivências de signos culturais e agências biológicas, fala e gesto, metáfora e razão.

Ao pleitear uma história da coabitação, da coevolução e da sociabilidade multiespécies encarnada, Haraway (2021) contribui para a compreensão dessa vida que se forma e perfaz o urbano mais ligado às relações natureza-cultura que não estão em polos opostos. Tanto D. Eliana quanto Sr. Carlos e suas respectivas “alteridades significativas” – plantas, cachorros, galinhas, porcos, hortaliças, sementes, pássaros, dentre outras naturezas – unem formas inseparáveis, o humano e o não humano, o orgânico e o racional, o limite e a liberdade, o micro e o macro, o cheio e o vazio, o público e o privado, o sujeito e a alteridade, a natureza e a cultura, nas práticas propiciadas pelos quintais. Das suas relações de companheirismos multiespécies despontam elos entre mundos que se espacializam por meio de forças e relações para além de dicotomias. Sobretudo, desvelam relações complexas de continuidades entre humanidade e natureza que deveriam pautar projetos arquitetônicos e planos de gestão, dentro de um paradigma político-ecológico urbano – paradigma esse em que a ideia de urbanização seria baseada nas relações espaço-tempo, corpo-lugar, animado-inanimado, aproximando-se de elos, relações multiespécies entre humano e natural que se alteram no tempo em virtude de suas trocas, mutualismos e impregnações, que se espacializam e produzem o urbano.

Os quintais de São João del-Rei, que a princípio remetem a funcionalidades previsíveis de cheios e vazios, público e privado, humano versus natural, representado pelas árvores e pelos animais, transbordam-se, portanto, em redes de relações multiespécies da micro à macroescala, potencializando processos simbiogênicos de natureza-cultura no urbano. O encontro dessas experiências multiespécies na cidade, além de uma forma de superação de leituras binárias na disciplina da Arquitetura e Urbanismo, é também uma via possível de politização das práticas entre espécies e humanos usufruidores de quintais urbanos, pois estes se tornam espaços de mediações entre o nível micro – ligado a aspectos da vida cotidiana – e o nível macro – ligado às grandes questões urbanas. São espaços que abrem brechas para outras transformações espaciais, como a prática de agricultura e de cultivo de ecologias e diversidades na cidade [10].

Outro aspecto da “alteridade significativa” na produção dos espaços de quintais urbanos em São João del-Rei é a criação de cães, gatos e plantas ornamentais nos quintais. Assim, eles representam uma parcela de natureza privada que exprime as estratégias espaciais para formas subjetivas de entreter, de se ocupar, de fazer parcerias com espécies domésticas ou, até mesmo, em um viés romântico, de apreciar a natureza. Para Haraway (2021), a domesticação, além de ser um processo de coabitação que envolve agências de muitos tipos e histórias, remete a uma relação não necessariamente de “fofura e sentimentalismo”. O relacionamento multiespécie é multiforme, de longa duração, histórico e precisa ser encarado como uma coevolução, uma adaptação mútua (HARAWAY, 2021). E, acrescenta-se, é também uma forma de produzir o espaço urbano: uma urbanização multiespécie.

À medida em que esses processos subjetivos-biológicos acontecem no espaço, relações são desenvolvidas e, por consequência, uma rede de afetos humanos e não humanos se abre para novas articulações dentro do urbano multiespécie. Inspirado nelas, o papel do arquiteto residiria na tentativa de promover uma interação-articulação entre o definido e o não definido, o desenho e o não desenho, as macro-organizações e setorizações espaciais e o engendramento de microssistemas

ecológicos. Esse trato com a produção do espaço urbano multiespécie chega aos processos profissionais da Arquitetura e Urbanismo como forma de trabalhar a ecologia das relações humanas e não humanas intimamente ligadas ao espaço.

Considerações finais

Viu-se que o modo de urbanização extensiva deixa fragmentos de outras urbanidades com sistemas de organização muito específicos no tecido da cidade. Alguns desses fragmentos, como os quintais, carregam a presença da natureza na cidade e na coconstrução do espaço urbano, com seus companheirismos entre espécies. Retomando Lefebvre (1969, p. 105), esses fragmentos possuem processos que não se satisfazem em modos acelerados, funcionalistas e racionais de vida, mas sim são formas de construir o urbano por “[...] atividades criadoras, de obras (e não apenas de produtos e bens consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”. Ao tratar espaços de natureza remanescentes na cidade, constata-se que os quintais são intrínsecos ao contexto da vida urbana, às ecologias urbanas e que estão diretamente relacionados à formação da cidade de São João del-Rei, bem como à sua vida social, ao lazer, às domesticações e às suas interações entre espécies.

A cartografia e a análise dos quintais possibilitaram o entendimento do processo e da evolução do tecido urbano de São João del-Rei. Ficou evidenciado o quanto ele foi extensivo, fragmentário e disperso, o que deixou rastros de ruralidades e naturezas na cidade em forma de parcelas de áreas verdes privadas (quintais, chácaras, hortas, entre outros) e públicas (parques, áreas de preservação de serras, cachoeiras, praças etc.).

Quanto mais o trabalho mapeia e debate o impacto dos quintais e seus entornos na produção da cidade e do urbano, mais são reveladas apropriações, marcas e relações muito específicas no espaço: de trocas de saberes, afetos e alimentos, elos entre

humano e natural que constroem sistemas de valores pautados em interações e companheirismos entre e multiespécies. Tais processos de relação com o espaço carregam em si a possibilidade de superação de binarismos e funcionalismos na construção do conhecimento no campo da Arquitetura e Urbanismo, tarefa a ser mais explorada em outro trabalho.

De todo modo, como os quintais e a presença multiespécie na cidade revelaram como sistemas de valores e interações por redes, construídos por movimentos muito específicos na cidade, são produzidos e produzem o urbano no espaço – ora por materializações, ora por saberes e trocas imateriais – foi necessário apontar que essa relação multiespécie percebida e aqui explorada abre também caminho para novas críticas a conceitos presentes no planejamento urbano e na arquitetura. Ainda que o objetivo do trabalho consista em evidenciar as trocas multiespécies a partir dos quintais urbanos, objetivo atingido com o levantamento e a exploração cartográfica e vivencial, foi indispensável apontar críticas aos dualismos entre natureza e cultura ainda presentes no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Tomar partido de sistemas entre espécies no urbano, como os quintais de São João del-Rei, gera uma experiência sensível aos variados componentes que formam o espaço. Os usos e apropriações de habitantes como D. Eliana inscrevem no espaço relações muito específicas, entregues às condicionantes e fatores do ambiente, não exclusivamente antropocêntricos. Os sujeitos que gerem quintais se apropriam do espaço urbano a partir de hábitos como sementeiras, plantios e trocas de saberes na cidade, produzindo, a partir desses processos intersubjetivos e não antropocêntricos, diversas redes, relações e lógicas do que se chamou aqui de urbanização multiespécie. A experiência dos quintais estudados revelou transbordamentos de manejos de espécies da natureza (para além da humana) no espaço urbano e as formas com que a interação entre espécies se liga à vida cotidiana e a própria produção da cidade: as ecologias presentes nas formas físicas do município, a partir dos quintais e da flora e fauna urbanas – aquelas vistas na paisagem de São João del-Rei – coexistem com uma força antrópica, mas não necessariamente antropocêntrica, uma vez que a agência das

espécies não humanas guia a produção de espaços e hábitos culturais.

A potência de trabalho desses atores urbanos ligados aos quintais foi apontada inclusive em seu aspecto político, no que concerne à possibilidade de gestores de quintais, como Dona Eliana, tornarem-se conselheiros em espaços oficiais de decisão, como o COMSEA. Com isso, reivindicam-se novos paradigmas para a produção da cidade e do urbano, ligados à produção de comida, às redes ecológicas e ao lazer vivencial e ambiental. O trabalho de Sr. Carlos revela, também, trocas de reciprocidade, ligadas não exclusivamente à moeda, mas a afetos e saberes.

Este trabalho, portanto, tem forte influência da escala da cidade de São João del-Rei. Apesar de a cidade evidenciar problemas socioambientais de grande alcance, como os impactos causados pela expansão urbana, o ritmo de vida local ainda não é pautado pela aceleração elevada do tempo e pela imposição brusca do modo urbano pós-industrial de metrópoles. No entanto, acredita-se que, com os caminhos teóricos e metodológicos deste trabalho, criaram-se estratégias que aprimoram a percepção de como se estabelecem as relações naturais e humanas e de como a urbanização multiespécies se dá em outros contextos, como o de cidades de maiores escalas. Uma urbanização multiespécie que se efetivaria nos interstícios urbanos de cidades, nas brechas, nos lugares entre humano e natureza, nos espaços residuais aparentemente sem uso das cidades, nas sobras, como quintais, enfim, nos espaços urbanos que estariam sempre abertos ao constante processo de múltiplas apropriações e relações humanas e não humanas e, sobretudo, de interação entre espécies – um espaço sempre em processo, nunca estável.

Notas

2: As autoras ainda apontam que a população urbana do município de São João del-Rei estava acima da média do estado de Minas Gerais e do Brasil como um todo na época. O estado possuía 53% de sua população em área urbana, e o país, 55%. Esses dados apontam uma tendência de urbanização extensiva em São João del-Rei, ou seja, um avanço da malha urbana em relação ao território rural, incorporando-o ao tecido urbano, ainda que de maneira dispersa e fragmentada.

3: Nomes fictícios, para preservar anonimato dos usuários, que preferiram não revelar sua identidade.

4: “Equilíbrio dos antagonismos” é a tese defendida por Freyre (2003) em *Casa-grande & Senzala*. Trata-se de um sistema que incluía senhor de engenho e escravo num só espaço, num reflexo da unidade e da coesão da sociedade brasileira na época. Para o autor, entender as condições políticas e socioeconômicas do Brasil seria retomar as investigações acerca dessa estrutura tradicional. Para o desenvolvimento posterior à tese de *Casa-grande & Senzala*, ver Freyre (2006).

5: “Cunhã”, do tupi, significa “mulher jovem indígena ou cabocla”. Na história da ocupação colonial do Brasil, elas tiveram papel preponderante para a sobrevivência dos povos que aqui viviam, graças aos seus conhecimentos sobre plantas, métodos de higiene pessoal e culinária. Freyre (2003) explora a figura das cunhãs como principal protagonista da vida na casa-grande. Para maior aprofundamento do papel das cunhãs na formação territorial e social do Brasil, ver João Azevedo Fernandes (2016).

6: Arthur Timótheo da Costa (1882-1922) foi um artista negro crescido e formado no Rio de Janeiro – RJ. Trabalhava na Casa da Moeda, realizando ofícios de desenho e pintura. Teve seu trabalho como artista reconhecido e entrou na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e foi condecorado com bolsa de estudos na Europa, quando sua obra ganhou ainda mais projeção.

7: Maldos (2000), Abritta Cota & Couto (2012), Vidal (2017), entre outros.

8: Reminiscências de galerias de exploração aurífera.

9: Falar em urbanização no período colonial abre um debate intenso e atual acerca da existência ou não de uma prática de planejamento urbano e territorial no período do Brasil colonial. Para tal debate, ver Fania Fridman (2017). A autora, apesar de reconhecer os métodos de ocupação dispersa dos portugueses colonizadores, aponta também práticas que evidenciam uma geopolítica de ocupação do território baseada no poder da Igreja e da coroa.

10: No ano de 2016, o quintal de D. Eliana passou a receber os subsídios do programa DAP-Urbana, do Governo Estadual de Minas Gerais, para apoio a organizações produtoras de orgânicos dentro do espaço urbano. Devido aos esforços dos hortelões urbanos, de D. Eliana e dos subsídios da DAP, a produção alimentar no quintal se expandiu e o quintal passou a fornecer alimento para outras escolas além da Creche Celina Viegas.

Referências

CAMPOS, Anelisa. Sistema de Espaços livres como instrumento de reabilitação urbana do bairro Colônia do Marçal. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2018.

COTA, Daniela Abritta.; COUTO, Euclides de Freitas. Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbano em São João del-Rei, Brasil: apontamentos sobre a atuação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. In.: Disegnarecon, v. 5, p. 95-102, 2012. Disponível em: <<https://disegnarecon.unibo.it/article/download/3302/2680>> Acesso em Maio de 2022.

COTA, Daniela Abritta; DIORIO, Ana Carolina Dias. Crescimento urbano na “pequena-média” São João del-Rei, MG: Notas preliminares de uma pesquisa. 2012. São João del-Rei transparente. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3419683-Crescimento-urbano-na-pequena-media-sao-joao-del-Rei-mg-notas-preliminares-de-uma-pesquisa-1.html> Acesso em: 02 de Janeiro de 2022.

DOHERTY, Gareth.; MOSTAFAVI, Mohsen (Org.). Urbanismo Ecológico. (Trad. Joana Canedo) São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

FERNANDES, João A. De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2016.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. (51a edição) São Paulo, 2003.

FREYRE, Gilberto. Sobrados & Mucambos. (16a edição) São Paulo, 2006.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

GUATELI, Igor. Arquitetura dos Entre-lugares – Sobre a Importância do Trabalho Conceitual. São Paulo: Senac, 2012.

HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa. (Trad. Pê Moreira) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LEFEBVRE, Henri; O direito à cidade. (Trad. Rubens Eduardo Frias) São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri; A Revolução Urbana. (Trad. Sérgio Martins) Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MALDOS, Roberto. A formação urbana da cidade de São João del-Rei. 2000. Disponível em: <<http://www.saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/605>> Acesso em: 13 abril. 2022.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. São Paulo: Terra Livre, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. De; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. P. 169-181.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução Urbana no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1968.

ROLNIK, Suely. Corpo-cidade. 18 de novembro de 2010. Bahia: Revista Redobra. Entrevista com Pedro Britto. Acessada em fevereiro de 2022 em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/r8/trocas-8/entrevista-suely-rolnik/>.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. 500 anos de casa no Brasil / Francisco S. Veríssimo e Willian S. M. Bittar - Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIDAL, Rafael Teixeira. Quintais brasileiros: um caminho para educação vivencial do patrimônio socioambiental. In.: TOLENTINO, Átila; BRAGA, Emanuel (Org.). Educação patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017.P.42-53.

VIDAL, Rafael Teixeira. Cartografia dos quintais: presença rudimentar na cidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2016.



***Rafael Teixeira Vidal** (IPPUR/UFRJ). Bolsista de doutorado em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos em Território e História Urbana (GESTHU).

Vazio da Mangueira: a dimensão simbólica do verde no ambiente urbano

Vazio da Mangueira: the symbolic dimension of greenery within the urban environment

Gabriela Amado Chetto Coutinho e Aline de Figueirôa Silva*

Abstract

Este artigo propõe discutir significados associados à vegetação no ambiente urbano, considerando, para além de suas dimensões sanitária e decorativa, seus aspectos principalmente simbólicos. A reflexão ancora-se no texto “O verde na metrópole”, publicado como apêndice de uma edição posterior do clássico livro de Camillo Sitte, “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, de 1889, dialogando com outras referências bibliográficas. Adota-se como caso de estudo o lugar denominado “Vazio da Mangueira”, também chamado de “Terreno da Mangueira”, localizado no Centro Histórico de Salvador. Assim, conclui-se que, ao moldarem o topônimo popular “Vazio da Mangueira” e dele se apropriarem, os moradores do bairro Dois de Julho expressam o potencial simbólico da vegetação, bem como as contradições entre o abandono das construções históricas e as demandas locais por moradia, equipamentos públicos e a defesa da função social da propriedade. A análise deste caso evidencia o potencial das plantas como agentes de produção da dinâmica da cidade, a partir da interação com os seres humanos, ressignificando um espaço livre residual. A vegetação protagoniza um vazio deixado pela ausência humana, para, então, resgatar e redefinir a presença humana num determinado recorte da cidade de Salvador.

Palavras-chave: vegetação; valor simbólico; cidade; Salvador.

Resumo

This article aims at discussing meanings associated with vegetation within the urban environment, considering, in addition to its sanitary and decorative dimensions, its major symbolic aspects. The reflection is anchored in the text “Greenery within the city”, published as an appendix of a later edition of the 1889 classic book by Camillo Sitte “City Planning according to Artistic Principles”, by dialoguing with other bibliographic references. The place named “Vazio da Mangueira”, also called “Terreno da Mangueira”, located in the Historic Center of Salvador, is adopted as a case study. Thus, the authors conclude that, in shaping the popular toponym “Vazio da Mangueira” and appropriating it, residents of the Dois de Julho neighborhood express the symbolic potential of vegetation as well as the contradictions between the abandonment of historic buildings and the local demands for housing, public facilities, and the defense of the social function of property. The case study highlights the potential of plants as agents of production of city dynamics, through human interaction, thus re-signifying a residual open space. The vegetation plays a protagonist role in a void space left by human absence, in order to rescue and redefine the human presence in a certain area of the city of Salvador.

Palavras-chave: vegetation; symbolic value; city; Salvador.



1 - Introdução

Os espaços verdes localizados nos grandes centros urbanos sob a forma de parques, praças e reservas, entre outras tipologias, são histórica e constantemente evocados em sua dimensão sanitária enquanto elementos indispensáveis para estabelecer melhores condições ambientais e de conforto térmico, de drenagem e recobrimento do solo, além de contribuírem para a qualidade de vida dos habitantes. A dimensão decorativa também é outro aspecto atrelado à importância da vegetação, ao qual se recorre no intuito de ativar a valorização visual e a ornamentação urbana.

Tais valores e aspectos vêm, ao menos desde o século XIX, sendo mobilizados nos discursos e práticas de intervenção urbana, lastreando projetos de criação ou remodelação de praças, parques, jardins e outros espaços públicos difundidos na cidade pós-industrial. No entanto, o verde no ambiente urbano pode suscitar outros significados, além de seus atributos utilitários e ornamentais. Um deles diz respeito à sua dimensão simbólica, atribuída ao longo do tempo através da interação do ser humano com a natureza. Essa interação é capaz de produzir memórias individuais e coletivas, relações carregadas de valores subjetivos e afetividades que marcam o ambiente urbano e as manifestações sociais que nele ocorrem.

A partir desse olhar, propõe-se, então, discutir significados associados à vegetação no meio urbano, considerando, para além de suas dimensões sanitária e decorativa, seus aspectos principalmente simbólicos. A reflexão ancora-se em apontamentos trazidos pelo arquiteto Camillo Sitte (1992) no texto “Overde na metrópole” [1], anexado a seu livro “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, originalmente publicado em 1889, porém articulados às ideias apresentadas pela arquiteta Roseli D’Elboux (2018) em seu trabalho “Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas”. Toma-se, então, como caso de estudo o lugar denominado de “Vazio da Mangueira” no Centro Histórico da cidade de Salvador.

No contexto das transformações produzidas no espaço urbano como decorrência da era industrial, particularmente aquelas sentidas na configuração dos espaços públicos e na verticalização das construções, Sitte (1992 [1900]) analisa os atributos, benefícios e significados da vegetação – categorizada em “verde sanitário” e “verde decorativo” –, abrindo caminhos para a compreensão social do verde no ambiente citadino.

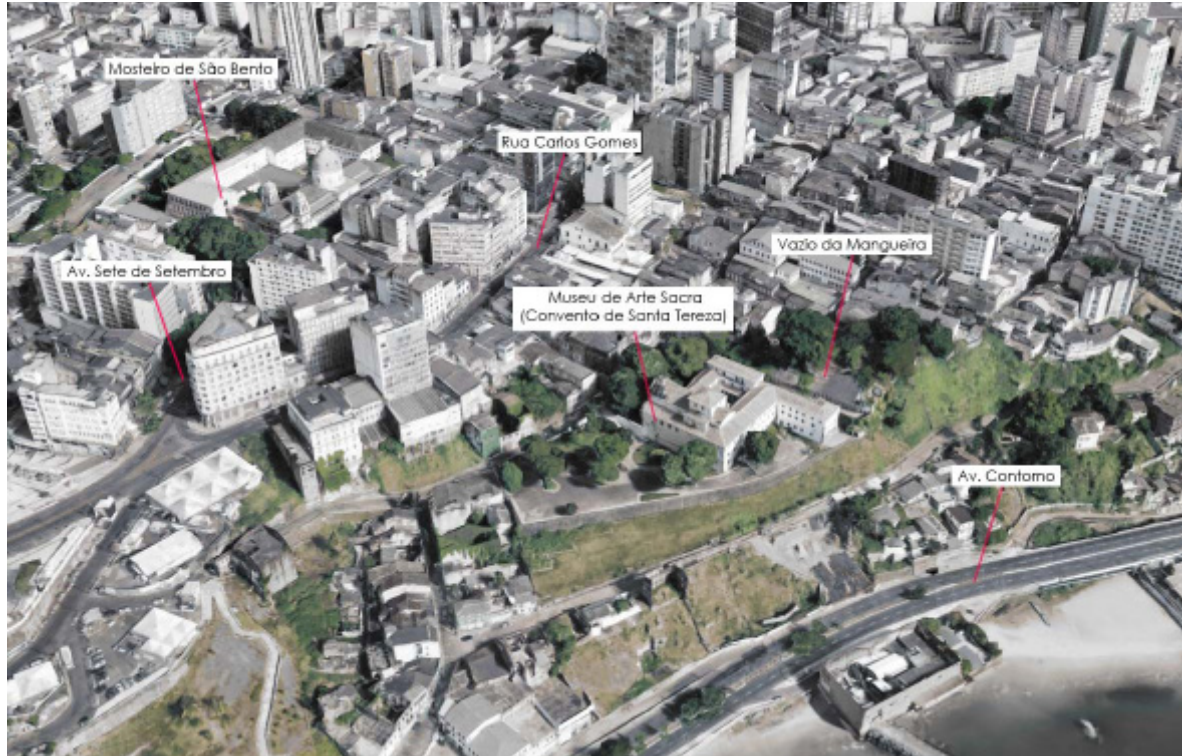
Por sua vez, a partir de uma abordagem historiográfica, D’Elboux (2018) investiga, nas cidades de Lorena e São Paulo, como a presença de indivíduos de figueiras-bravas [2] ora produziu alterações na dinâmica local de uso dos espaços públicos ou a demarcação do traçado urbano, ora catalisou práticas sociais vinculadas à apropriação simbólica por parte de moradores e viajantes.

De ambas as obras, deduz-se o conceito do verde enquanto suporte de memória, que, no presente artigo, por analogia aos termos moldados por Sitte (1992), chamou-se de “verde simbólico”, dialogando e expandindo os conceitos trazidos pelo autor, ao tratar do “verde sanitário” e do “verde decorativo”.

Com isso, o artigo sugere a utilização de três categorias depreendidas a partir das referências trazidas, enquanto vieses de análise da vegetação no ambiente urbano: o verde sanitário, o verde decorativo e o verde simbólico [3]. Em seguida, apresenta-se o caso do Vazio da Mangueira, assim denominado pela população local, portanto subvertendo a própria noção de vazio [4], posto ser um vazio urbano vegetado, situado no bairro Dois de Julho, este por sua vez localizado na vizinhança do Centro Histórico de Salvador. Porém, o Vazio da Mangueira localiza-se, a rigor, na parte do bairro que se situa dentro do perímetro tombado pelo Iphan (Figura 1). Um dos poucos redutos onde o verde permanece no miolo [5] da cidade, tão profundamente adensado ao longo de sua história urbana, o caso é abordado sob o viés da dimensão simbólica da vegetação.

O Vazio da Mangueira reflete, então, a interação entre a população e a vegetação, e evidencia o potencial das plantas como agentes de produção da dinâmica da cidade. O encontro do indivíduo humano com o indivíduo arbóreo foi capaz de construir

memórias coletivas urbanas e engendrar novos significados atribuídos a um espaço livre residual, como visto a seguir.



2 - O “Verde Sanitário” e o “Verde Decorativo”

A partir das primeiras décadas do século XX, o modelo de urbanização que norteou o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras desencadeou um processo de expansão para novos eixos de crescimento e contribuiu para o adensamento e a verticalização das áreas centrais, continuado nas décadas subsequentes e aprofundado pelo uso do automóvel.

A falta de planejamento urbano – tanto para as novas franjas da cidade, quanto para os centros antigos – provocou uma escassez de infraestrutura verde [6] e espaços livres em proporções ideais em relação às superfícies construídas, além de outros efeitos problemáticos relativos à vida urbana. Conseqüentemente, os centros tradicionais das grandes cidades brasileiras, de maneira

geral, são áreas muito adensadas e carecem de espaços verdes e coberturas vegetadas.

Figura 01: Vista aérea do Bairro Dois de Julho e entorno, com destaque para o Vazio da Mangueira em vermelho, imagem editada pelas autoras. Fonte: Mapeamento Cartográfico de Salvador. Disponível em: <<http://mapeamento.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Exceções pontuais a esse modelo de ocupação do território são os quintais e jardins privados, localizados no interior dos lotes dos antigos sobrados (CASTANHEIRA, BONTEMPO e DOS REIS, 2018); assim como as antigas cercas ou roças pertencentes aos conventos e mosteiros erguidos no período colonial, e expandidos ao longo do tempo, compostas por jardins ornamentais e hortas, espaços de meditação e cultivo dos religiosos (OLIVEIRA, 2007).

O caso do centro de Salvador é emblemático nesse sentido, sobretudo por se tratar do berço fundacional do país, produto de umas das primeiras experiências do urbanismo português em solo brasileiro, sobreposto ao relevo acidentado do sítio onde a cidade foi implantada. A posição estratégica de primeira capital do Brasil gerou um acúmulo de funções – administrativa, comercial, portuária, residencial, religiosa e militar –, o que estimulou o processo de ocupação e concentração de atividades na área central desde sua fundação, como mostrou Milton Santos (1959), em que pese a existência de grandes propriedades formadas por igrejas e suas construções conventuais ou monásticas.

Em Salvador, fragmentos ou remanescentes de espaços verdes, a exemplo daqueles pertencentes a ordens religiosas [7], sobreviveram à passagem do tempo e a intervenções urbanas posteriores e resistem até os dias atuais, servindo de pano de fundo e emoldurando antigos monumentos arquitetônicos, mas também contribuindo para a redução do impacto causado por dispositivos de publicidade, fiação e outras perturbações visuais e exercendo relevantes funções ambientais.

Esses e outros benefícios sanitários e ecológicos atualmente ligados à cobertura vegetal nos espaços urbanos são amplamente conhecidos. Alguns exemplos são: a regulação térmica, devido à sua capacidade de reduzir as temperaturas em função da evapotranspiração e da produção de sombra; a facilitação do escoamento superficial das águas pluviais e a redução dos impactos da água no solo, auxiliando a drenagem; a melhoria da qualidade do ar e a atenuação da poluição atmosférica, por funcionar como uma espécie de filtro de poluentes; e a redução

de ruídos, ao atuar como barreiras físicas à passagem do som (AMATO-LOURENÇO et al, 2016).

Antes, porém, já na passagem do século XIX ao XX, por exemplo, o arquiteto Camillo Sitte (1992), argumentava que o verde na metrópole preenchia – ou deveria preencher – significados e funções diversas e complementares, atingindo o caráter de “verde sanitário” e “verde decorativo”, ao afirmar que:

Não há dúvidas quanto à importância de tais interrupções na grande massa de edifícios de apartamentos através da manutenção de amplos espaços abertos, essenciais para a saúde, mas não menos importantes para o êxtase do espírito, que encontra repouso nestas paisagens naturais espalhadas em meio à cidade (SITTE, 1992, p. 167).

Nessa perspectiva, a ocorrência de concursos de “Embelezamento de Varandas com Flores” em diversas cidades europeias, ao longo da década de 1890 (SITTE, 1992, p. 165), evidenciavam o movimento de inserção de vegetação enquanto elemento decorativo na composição da paisagem urbana, ainda introduzida em praças, parques e jardins públicos e em avenidas alargadas e amplamente arborizadas, embora criticadas por Sitte em alguns aspectos.

Planos urbanos do início do século XX, elaborados com base na tradição europeia e referenciados principalmente na experiência de Haussmann, em Paris, tendo uma diversidade tipológica de espaços verdes como elementos propulsores, almejavam a modernização e o embelezamento das cidades brasileiras.

Avisão utilitarista acerca da importância do verde no meio urbano atravessou o século XX e chegou ao XXI, ancorando diferentes discursos, práticas, correntes e conceitos, como o paradigma do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade urbana, tendo como marco o relatório Brundtland, de 1987, e as recentes discussões em torno da noção de infraestrutura verde. Santos e Enokibara (2021) apontam que a locução infraestrutura verde pode se referir a estratégias integradas para manejo de águas

pluviais (jardins de chuva, biovaletas), tipologias de espaços livres (parques, praças) ou a práticas diversas (arborização urbana, agricultura urbana), de acordo com diferentes autores ou campos disciplinares. Desse modo, se a pretensa elasticidade dada ao termo aponta uma abrangência de possibilidades de abordagens e contribuições profissionais, em qualquer caso, revela-se o protagonismo da vegetação no desempenho de funções ecossistêmicas e provimento de áreas de recreação urbana.

Contudo, ao abordar o papel das plantas na metrópole, Sitte (1992, p. 171) as associava às “chamas da poesia” na paisagem urbana, artifício capaz de elevar o cotidiano ao “universo do sublime”. Para o autor, a interação entre o indivíduo e a natureza provocaria sensações que enriqueceriam a experiência do ser humano no ambiente citadino, uma vez que:

A poesia e a arte são o alimento espiritual de todo ser humano, necessárias como o pão de cada dia. É esta a suma importância do poético, do fantasioso ou, como se diz hoje, do pinturesco na construção urbana (SITTE, 1992, p. 171).

Segundo Collins e Collins (1986, p. 64), a importância da natureza, no livro de Sitte, referia-se, aparentemente, “às funções naturais da cidade: o ambiente do homem como ser social e artisticamente sensível”. Para os autores:

A questão não era meramente de esgotamento sanitário ou fluxo de tráfego, como outros haviam insistido, mas de como planejar o crescimento da cidade de forma que fosse psicologicamente e fisiologicamente adequada às necessidades das sucessivas gerações de habitantes – especificamente para suas reuniões ao ar livre, seus passeios, para satisfação da contemplação individual, etc. (COLLINS e COLLINS, 1986, p. 64).

É nesse sentido que a visão de Sitte acerca da importância da vegetação e dos espaços livres nas grandes cidades não deve ser resumida às suas funções ambientais – ainda que essas fossem questão de primeira ordem –, mas também a seu caráter compositivo, considerando suas relações com vias, fachadas e monumentos no agenciamento urbano, e seu caráter social, na promoção do bem-estar psicológico e fisiológico dos moradores. Collins e Collins (1986, p. 68) afirmam que “arquitetura e natureza, cheios e vazios eram, para Sitte, os elementos primários para fazer da cidade aquela totalidade que ele sempre aspirou: uma combinação de todas as artes visuais”. Comentam, ainda, a contribuição das ideias do arquiteto acerca da vegetação, constantes no apêndice “*O verde na metrópole*”:

Fosse para desempenhar um propósito higiênico ou decorativo, ele considerava que o ordenamento de árvores e arbustos era uma questão de gosto sensível e não de conformidade geométrica. (...) Ele também especulou sobre os modos pelos quais as plantas poderiam melhor oferecer recreação e contemplação aos habitantes da cidade moderna (COLLINS e COLLINS, 1986, p. 67).

O “verde decorativo” ou, em última instância, a função estética da vegetação transcende, portanto, suas propriedades intrinsecamente ornamentais para atingir efeitos psíquicos positivos sobre o estado anímico do ser humano, a exemplo do que argumentou Zygmunt Pióro (1978, p. 195) nos anos 1960 e 1970 acerca das “áreas verdes urbanas” [8]. Ao relacionar o que chamou de “papéis” dos espaços verdes – biológico-climático; social; estético; e econômico-técnico – pontuou que:

A vida em um quadro sem beleza tem uma influência nefasta no equilíbrio psíquico do homem; árvores verdes e gramados têm um efeito repousante para o espírito e desenvolvem no homem o gosto pelo belo. As emoções sentidas ante uma bela paisagem, de linhas bonitas, áreas verdes e água, estão

entre as experiências mais fortes e mais enriquecedoras da personalidade (PIÓRO, 1978, p. 195-196).

O autor amplia as dimensões stricto sensu sanitária e decorativa, se não utilitárias, da vegetação no meio urbano, e desloca sua importância para os efeitos que provoca sobre o estado anímico do ser humano, atingindo a ordem do psíquico e do espírito, do sensível e do subjetivo. Portanto, para além das duas categorias apontadas por Sitte (1992) e reconhecidas por Pióro (1978) e que se pode compreender como sanitária-ecológica e decorativa-estética, as plantas no ambiente urbano expressam-se em sua dimensão simbólica, quando incorporadas à vida e ao cotidiano das pessoas. Nesse contexto, servem de suporte material para a constituição de memórias coletivas vinculadas à interação de um grupo de pessoas com o lugar onde estão inseridas, e as ancoram no tempo e no espaço, assim como um casarão antigo ou um artefato arqueológico, devido à sua capacidade de encarnar lembranças e informações.

3 - O “Verde Simbólico”

Espaços verdes inseridos no meio urbano se constituem, então, enquanto elementos físicos fundamentais da paisagem das cidades. Juntamente com as construções, os arruamentos e os espaços abertos, as áreas vegetadas ou indivíduos arbóreos isolados compõem ambiências relevantes para as práticas sociais e para a dinâmica urbana, bem como para a construção de sentimentos de pertencimento e identidade local, de representações e estímulos à imaginação.

O próprio Sitte (1992, p. 169) subverte a função utilitária do verde, associada à cura de moléstias unicamente pela inalação de oxigênio, chegando a afirmar, por exemplo, o efeito positivo das plantas sobre o “melancólico indivíduo metropolitano”, considerando-lhe “um doente em parte imaginário, em parte real, sofrendo da nostalgia e da saudade da natureza ao relento”.

A cura do cidadão metropolitano se consubstanciaria, portanto, na “visão sobre o verde, na representação da terna e cara mãe natureza”, cabendo ao construtor urbano comprometer-se com essa questão (SITTE, 1992, p. 169). Na visão do autor:

(...) basta a possibilidade da mera sugestão, de um simples olhar sobre folhagens ou mesmo sobre uma única árvore, transpondo com seus galhos vigorosos a altura do muro e assim enchendo de vida uma rua inteira; ou então o quadro formado por uma tília robusta em um tranqüilo recanto de uma praça, talvez junto a uma fonte rumorejante; ou ainda um amplo campo gramado e florido distante do tráfego, defronte à ala lateral de um imponente edifício monumental (SITTE, 1992, p. 169-170).

A partir daí, abordando o motivo da árvore isolada, Sitte (1992, p. 170) perpassa exemplos em que um indivíduo arbóreo ou palmeira, em uma praça ou cidade, evocava impressões e efeitos sobre a imaginação, ao tempo em que, quando retiradas, poderiam provocar danos consideráveis, de modo que tais plantas remanescentes eram “resquícios da história e da poesia populares”. Nesse sentido, sobre a relação entre pertencimento, memória coletiva e identidade pode-se dizer que:

O sentimento de pertencimento está relacionado à aproximação, bem como da ligação com o local. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo constrói e é construído, planeja e se sente parte de um projeto, modifica e é por ele modificado. (...) Há uma relação significativa entre a construção da memória e a construção da identidade. Sinteticamente, a memória legitima a identidade. Ela é um referencial que norteia a construção de identidades (DA SILVA, 2013, p. 204-205).

Portanto, a partir de sua dimensão simbólica, os elementos vegetais podem se tornar marcos paisagísticos referenciais de tempo e espaço e testemunhos de manifestações culturais ou, até mesmo, dispositivos catalisadores de novas práticas sociais e objeto de representações. Tornam-se, assim, símbolos da memória urbana.

Em certos casos, a vegetação pode exercer um papel importante para a história de algumas cidades, “adquirindo significados tanto simbólicos, ligados à memória coletiva, quanto físicos, no que tange à definição do desenho de alguns logradouros” (D’ELBOUX, 2018, p. 6). No referido artigo “Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas”, a autora recompõe pedaços da história das cidades de Lorena e São Paulo a partir de registros documentais e subjetivos a respeito de antigos indivíduos de figueiras-bravas, alguns desaparecidos, outros ainda existentes (D’ELBOUX, 2018).

Documentos oficiais, cartões postais, poemas, matérias de jornal, entrevistas, gravuras e pinturas, fotografias, mapas, além de depoimentos orais de antigos moradores são as diversas fontes de pesquisa que a autora utilizou para recuperar a influência que essas árvores exerceram na conformação física e na dinâmica urbana, em diferentes escalas de aproximação, nos casos apresentados. Dessa maneira, as três dimensões do verde aqui consideradas – sanitária, decorativa, simbólica – aparecem explicitamente no trabalho em questão.

D’Elboux (2018) imputa às árvores a condição de protagonistas da paisagem das localidades onde se encontravam, quer pelo caráter orientador geográfico, oriundo de seu grande porte; quer pela sombra agradável propiciada por suas imensas copas, proporcionando pouso e estadia prolongada e confortável em logradouros públicos; ou, principalmente, pela relação de afeto que os habitantes com elas desenvolveram. A autora demonstra, ainda, que as figueiras-bravas se tornaram símbolos culturais por meio da materialização de memórias coletivas e registros de práticas sociais tradicionais.

Através dos casos apresentados, o artigo em questão busca evidenciar que o verde simbólico pode ser muito significativo para os arranjos espaciais e sociais do ambiente urbano.

A presença marcante das árvores no imaginário coletivo reverbera a ponto de se tornarem símbolos de cidades, estados ou países, figurando em bandeiras e brasões oficiais, como é o caso do pau-brasil (considerado Árvore Nacional pela Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978). Essa importância também encontra rebatimentos na legislação, como por exemplo, a Lei nº 9.743/1988, que declara as espécies de ipê amarelo imunes ao corte no estado de Minas Gerais (CASTANHEIRA, BONTEMPO e DOS REIS, 2018).

Nesse sentido, a “Figueira das Lágrimas”, um dos exemplares paulistanos trazidos por D’Elboux (2018), é um caso emblemático do valor simbólico da vegetação no ambiente citadino. A árvore, cuja história “se misturava à própria história da cidade de São Paulo” (D’ELBOUX, 2018, p. 30), uma vez que já era centenária em 1861, recebeu a alcunha poética pela qual é popularmente conhecida em virtude das práticas tradicionais que se desenvolviam em torno de sua presença. Sua localização, próxima à saída da cidade de São Paulo, foi determinante para torná-la referência como parada e ponto de descanso para viajantes, atraídos pelo conforto proporcionado por sua sombra. Entretanto, a nomenclatura Figueira das Lágrimas advém, sobretudo, da tradição de despedidas saudosas que aconteciam sob sua copa. As lágrimas de estudantes e trabalhadores que migravam para outras cidades, ou de mães e esposas chorosas, que se despediam dos homens que partiam para o campo de batalhas [9], então lhe batizaram.

A importância da Figueira das Lágrimas para a população local ficou evidente com a intensa mobilização pública que ocorreu no início do século XX contra a tentativa de corte da árvore devido ao avanço da urbanização nas regiões periféricas da capital paulista, colocando em risco sua permanência. Os esforços que foram capazes de poupá-la da derrubada se organizaram em torno de discursos pautados no resgate da memória da figueira, por significar “a materialização da memória local” (D’ELBOUX, 2018, p. 30). Apesar dos esforços efetivos para sua preservação, que inclusive encontraram rebatimentos legais de proteção municipal e estadual [10], a velha figueira encontrava-se consideravelmente debilitada. Entretanto, atualmente existe um exemplar-filha, que está crescendo ao lado da árvore

original. Assim, alguns desses aspectos são explorados a seguir, no caso do Vazio da Mangueira, localizado na área central de Salvador.

4 - O Vazio da Mangueira no Centro Histórico de Salvador

4.1 - O sítio físico e o frontispício da cidade

O Vazio da Mangueira corresponde a um espaço livre significativamente vegetado e arborizado, com uma área de aproximadamente 4.000 m², resultante do arruinamento de três casarões históricos e da conjugação com seus quintais, localizados na Rua Areal de Cima, em Salvador. Situado na porção tombada do bairro Dois de Julho, portanto no limite da poligonal do Centro Histórico de Salvador, ao lado do antigo Convento de Santa Teresa (hoje Museu de Arte Sacra da UFBA), o terreno surge como uma grande massa verde que compõe o conjunto paisagístico do frontispício [11] da cidade, em razão de sua lateral oeste estar voltada para a Baía de Todos os Santos.

Esse terreno com sua massa vegetal, ao qual a população local deu o nome de Vazio da Mangueira, ocupa a meia encosta, isto é, uma cota intermediária entre a Cidade Alta (onde está o Centro Histórico) e a Cidade Baixa (onde está o bairro do Comércio), nas quais se subdivide a centralidade de Salvador, ambas separadas fisicamente pela escarpa ou encosta. A Cidade Alta e a Cidade Baixa são conjuntos urbanos muito distintos no que tange à tipologia e gabarito das construções e ao traçado viário, bem como às atividades historicamente praticadas em ambas.

Apesar das divergências acentuadas da tipologia edilícia e configuração urbana e paisagística, a carência de espaços vegetados é um ponto em comum entre ambos os conjuntos. Por um lado, a escarpa íngreme os separa geograficamente, mas por outro lado, é o componente do relevo que os une, através das ladeiras da Preguiça, Conceição, Montanha, Misericórdia, Taboão, Pilar e Água Brusca, elevadores e planos inclinados,

e da extensa superfície verde parcialmente não edificada. Esse elemento provoca um contraste profundo com relação à paisagem construída da área central e contribui para melhor equilibrar a presença de espaços livres nessa região da cidade (Figuras 2 e 3).



Figura 02: Frontispício de Salvador, 1900, imagem editada pelas autoras, vendo-se, em vermelho, o que se chama de Vazio da Mangueira. Fonte: Portal Salvador Antiga. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo19/panorama-baia.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2022.



Figura 03: Frontispício de Salvador, 2019; destacando-se a vegetação, tanto de recobrimento da encosta como a arborização do Museu de Arte de Sacra da UFBA (antigo Convento de Santa Teresa) e, em vermelho, o Vazio da Mangueira. Fonte: Projeto Normas e Critérios de Intervenção no Centro Histórico de Salvador, UFBA/Iphan. Acervo da Superintendência do Iphan na Bahia.

É importante ressaltar que, apesar de o decreto municipal nº 701 de 4 de março de 1948 proibir edificações na área da escarpa, no intuito de preservar a paisagem da cidade, fortemente estruturada pelo frontispício (SANTOS, 1959), atualmente, a área possui trechos ocupados por moradias informais provocadas pelas demandas habitacionais ou pelo avanço de construções

ligadas ao setor de turismo e lazer, como bares e pousadas, além de ser alvo de propostas e empreendimentos ancorados na exploração imobiliária da vista para a Baía de Todos os Santos.

O bairro Dois de Julho, predominantemente residencial, onde está o Vazio da Mangueira, localiza-se dentro dos limites da Área de Proteção Rigorosa (APR) delimitada pela Lei Municipal nº 3.289/1983, que resultou dos estudos e do processo de tombamento do Centro Histórico de Salvador pelo Iphan em 1984 [12], com o objetivo de constituir um instrumento de proteção do entorno da área tombada (SPHAN, 1983a; SPHAN, 1983b). O bairro sofreu alterações edilícias a partir das décadas de 1930 e 1940 no âmbito das grandes reformas higienistas e de embelezamento da área central, mas não escapou ao processo acentuado de degradação física que incidiu sobre muitos imóveis em decorrência do esvaziamento pelo qual passou o centro de Salvador. Apesar do alto índice de adensamento urbano e da escassez de espaços verdes, é notória a existência de muitos imóveis e terrenos vazios, subutilizados, arruinados ou ainda ocupados por estacionamentos de veículos.

Comovisto na Figura 1, evidencia-se a concentração de vegetação na falha geológica, com destaque para o Vazio da Mangueira, o Museu de Arte Sacra da UFBA (antigo Convento de Santa Teresa), a Igreja e Mosteiro de São Bento e seu largo homônimo, redutos verdes em meio ao ambiente intensamente construído, portanto ambos correspondendo aos remanescentes das antigas roças conventuais antes referidas.

Observa-se que o Vazio da Mangueira (Figura 3) configura-se como um espaço livre já consolidado desde o arruinamento de alguns casarões [13] ao longo tempo, fato que se pode atribuir a dois fatores principais:

- A concentração de investimentos públicos na área do Pelourinho e adjacências, que atraiu os investimentos privados, sobretudo ligados ao setor turístico desde a realização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador pelo Governo do Estado nos anos 1990. Desse modo, a área estudada foi levada ao ostracismo por parte do poder público, agravando-se seu processo de degradação física.

- Leis de proteção e tombamento que restringem os parâmetros para as intervenções arquitetônicas na área, principalmente em função do impacto sobre o frontispício, o que dificultou tentativas de ocupação do terreno por investidores privados [14].

A combinação desses fatores produziu um ambiente muito peculiar, no coração da cidade de Salvador, de modo que é importante salientar a relação que o Vazio da Mangueira estabelece com a paisagem da qual faz parte. Ao se analisar esta relação tanto a partir da vista superior quanto a partir de sua inserção no frontispício (Figuras 2 e 3), o conjunto se insere como uma grande massa verde em meio à ocupação caracterizada pelo casario antigo. As copas das árvores se sobrepõem às edificações e configuram uma marca visual expressiva deste conjunto na paisagem (COUTINHO, 2016).

4.2 - Referência e pertencimento

Assim como nos casos apresentados por D’Elboux (2018) referentes ao estado de São Paulo, é possível debruçar-se sobre o Vazio da Mangueira a partir das três dimensões do verde então suscitadas, porém aqui enfocando sua dimensão simbólica. O próprio nome – e o nome próprio – cunhado pelos moradores, como atores sociais, simboliza a predominância do simbólico sobre outras dimensões, refletindo os valores por eles atribuídos. A nomeação ocorreu durante a realização de oficinas organizadas no âmbito do “Plano de Bairro 2 de Julho” [15], em 2016, pelo grupo de pesquisa “Lugar Comum”, vinculado à Faculdade de Arquitetura da UFBA (COUTINHO, 2016).

O plano teve como um dos objetivos identificar e elaborar coletivamente propostas para os vazios urbanos da localidade (REBOUÇAS, 2019). Durante a realização das oficinas, o Vazio da Mangueira apareceu como um dos espaços livres com potencial para solucionar alguns problemas locais (Figura 4) relacionados principalmente a demandas por áreas de lazer, equipamentos culturais, habitação de interesse social, implantação de uma

Figura 04: Registro de uma oficina realizada no âmbito no Plano de Bairro Dois de Julho em 2016, na qual moradoras-participantes apresentaram as propostas para a área do Vazio da Mangueira. Destaca-se a presença da mangueira que nomeia o Vazio, cuja imponência e importância é representada por sua proporção em relação aos outros elementos do desenho. Fonte: Blog do Plano de Bairro 2 de Julho. Disponível em: <<http://planodebairro2dejulho.blogspot.com/2016/10/cartografia-social-no-bairro-2-de-julho.html>>. Acesso em: 27 set. 2022.



Figura 05: Modelagem 3D da proposta coletiva para o Vazio da Mangueira elaborada por ocasião das oficinas. Fonte: Blog do Plano de Bairro 2 de Julho. Disponível em: <<http://planodebairro2dejulho.blogspot.com/2016/10/cartografia-social-no-bairro-2-de-julho.html>>. Acesso em: 27 set. 2022.





horta coletiva, além da criação de um centro comunitário, uma cooperativa e uma creche em um dos casarões desocupados. A preservação da mangueira, elemento vegetal que confere identidade à área, também foi um dos pontos-chave das propostas [16] (Figura 5).

A imponente mangueira se firmou por meio do reconhecimento coletivo como elemento principal deste “vazio urbano” ressignificado, inscrevendo-se popularmente na toponímia local por parte de alguns moradores (Figura 6). Apesar de ser um terreno privado, eles conseguiam acessar e interagir com o lugar durante um determinado tempo – o suficiente para produzir no imaginário local uma referência de área verde incrustada no miolo do bairro. De fato, adentrar este espaço é se deixar conduzir por uma realidade extraordinária. A vegetação se estabelece de maneira espontânea junto às ruínas dos casarões com vista para a Baía de Todos os Santos como uma resposta da natureza à ausência da atuação formal e oficial no lugar (Figura 7).

O impacto produzido pelo contraste entre o interno e o externo é marcante e, apesar do aspecto desordenado transmitido pela autonomia vegetal, o lugar revela-se como um ambiente acolhedor, capaz de “elevar os problemas cotidianos ao universo do sublime” (SITTE, 1992, p. 171) (Figura 8). Os frequentadores o transformaram em uma espécie de refúgio, mas não como portal de escape da realidade, pelo contrário: o local já foi palco para a invenção de outras realidades, como cenário de peças de teatro, ponto de encontro e ensaio de grupos artísticos (COUTINHO, 2016).

A construção da identidade e da noção de pertencimento ao lugar é elaborada no processo de apropriação do espaço. Neste caso, a apropriação ocorrida no Vazio da Mangueira é um registro do espírito artístico-boêmio característico do bairro, famoso pela presença de centros culturais, grupos de teatro e de capoeira, coletivos de arte e bares noturnos. Nas proximidades do terreno, por exemplo, existe o Centro Cultural Casa Preta, o Espaço Caixa Cultural e a primeira residência do poeta Castro Alves, depois Colégio Estadual Ypiranga, além do Centro Cultural Que ladeira é essa?, na Ladeira da Preguiça.

Figura 06: Na página anterior, a Mangueira que estrutura o Vazio, 2015. Fonte: Foto de Gabriela Amado Chetto Coutinho.

Figura 07: Conjunto de construções históricas arruinadas e abandonadas localizadas na Travessa Aquino Gaspar e cujos fundos fazem divisa com a Rua Areal de Cima, onde se estruturou o Vazio da Mangueira, notando-se a marcante presença vegetal. Imagem vista a partir do Museu de Arte Sacra da UFBA (antigo Convento de Santa Teresa), tendo ao fundo a Baía de Todos os Santos, 2021. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva.



O engajamento da população se manifestou de maneira notória, mais uma vez, quando o “Terreno da Mangueira” [18] foi a leilão, em outubro de 2018, com lance inicial estimado em três milhões de reais (REBOUÇAS, 2019) [19]. Os moradores, em articulação com outras organizações sociais de luta pelo direito à cidade no centro de Salvador, se posicionaram publicamente contra a venda do terreno, em uma ação de resistência ao avanço da especulação imobiliária no bairro Dois de Julho. Através da produção de cartazes e de um vídeo-manifesto, divulgados em redes sociais, a população questionou a destinação do terreno. Os moradores o reivindicaram como um “espaço público, comunitário, social e aberto à toda a população”, conforme um dos cartazes então produzidos (Figura 9). O vídeo [20], por sua vez, evoca o caráter cultural do bairro como condição fundamental para a apropriação do espaço urbano do bairro 2 de Julho. As imagens da interação da população com as ruas no entorno do terreno revelam a relação de intensa proximidade entre as pessoas e o “Vazio da Mangueira” (Figura 10).

Figura 09: Cartazes que se contrapõem à venda do Vazio da Mangueira, também denominado de Terreno da Mangueira, 2018. Fonte: Página do Facebook da Articulação do Centro Antigo de Salvador. Disponível em: <<https://www.facebook.com/>>



Terrenos vazios no Bairro 2 de Julho _ A que será que se destinam?

Figura 10: Frame do vídeo Terrenos vazios no Bairro 2 de Julho_A que será que se destinam?, no qual a população participa de um espetáculo itinerante nas ruas no entorno do Vazio da Mangueira, 2018. Fonte: Página do Facebook da Articulação do Centro Antigo de Salvador. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s9N-23g7GvA>>. Acesso em: 27 set. 2022.

5 - Considerações finais

Para além dos benefícios sabidamente sanitários da vegetação no meio urbano, já amplamente propalados desde o século XIX e ainda hoje revistados em discursos e práticas urbanísticas e paisagísticas ditos ambientalmente sustentáveis, buscou-se demonstrar que a componente vegetal possui a capacidade de produzir significados sociais e simbólicos em um contexto cultural específico, caracterizando-se como elemento importante na memória e no estabelecimento de vínculos afetivos dos indivíduos com seus lugares. Ou seja, para além de seus já conhecidos atributos ecológicos e ornamentais, a presença do verde no ambiente urbano também contribui com o fortalecimento da identidade local, além de catalisar atividades cotidianas de lazer e recreação.

É o caso do exemplo aqui explorado: o Vazio da Mangueira evidencia o potencial das plantas como agentes de produção

da dinâmica da cidade, capazes de ressignificar um espaço livre residual a partir da interação entre indivíduo arbóreo e indivíduo humano. Essa denominação surge local e pontualmente como topônimo popular e representa o potencial simbólico da vegetação e das contradições entre o abandono edilício e a demanda por moradia, equipamentos públicos e a defesa da função social da propriedade no bairro Dois de Julho, imputados a uma massa vegetal arbórea que ocupa, protagoniza e se apropria de um vazio deixado pela ausência do humano, para, então, resgatar e reprogramar a presença humana num determinado recorte urbano de Salvador.

***Gabriela Amado Chetto Coutinho** é arquiteta e urbanista pela UFBA, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e Membro do Grupo de Pesquisa “Jardinar: paisagem, arquitetura, cidade” (CNPq). Fez intercâmbio acadêmico na Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Granada, Espanha. Atuou em escritórios de projeto e acompanhamento de obras de restauro em Salvador e atualmente é servidora pública do órgão de Defesa Civil do Município de Salvador (Codesal). E-mail: gabriela.coutinho@ufba.br

***Aline de Figueirôa Silva** é professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e Líder do Grupo de Pesquisa “Jardinar: paisagem, arquitetura, cidade” (CNPq). Arquiteta e Urbanista e Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Fez estágio doutoral na Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Garden & Landscape Studies Program, da Harvard University. Autora do livro “Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil, 1872-1937” (Recife, Cepe Editora, 2010) e Coorganizadora do livro “Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil” (Recife, Editora UFPE, 2013). E-mail: aline.figueiroa@ufba.br

Notas

1. O artigo “Grossstadtgrün” foi acrescentado como apêndice à quarta edição alemã, de 1909, de seu livro “Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen”, originalmente publicado em 1889. Segundo Csepely-Knorr (2012, p. 142; 144), o artigo “Grossstadtgrün”, em sua tradução livre para “City Green”, data de 1900. De acordo com Collins e Collins (1986, p. 67), as ideias desenvolvidas por Sitte nesse texto, traduzido pelos dois autores como “Greenery within the city”, “tiveram pouca influência na Alemanha mesmo depois de sua morte, já que o periódico para o qual as escreveu era desconhecido e o ensaio não estava largamente disponível até que seus filhos o publicassem como um apêndice à edição de 1909 do livro”. Ainda segundo Collins e Collins (1986), a edição francesa trouxe alguns fragmentos do apêndice já em 1902, ao passo que os leitores de língua inglesa não conheciam o material em sua forma original até então. O livro de Sitte traduzido ao português como “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos” (SITTE, 1992) traz o referido apêndice sob o título “O verde na metrópole”. Em inglês, o livro foi publicado como “The Art of Building Cities” ou “City Planning according to Artistic Principles”, sendo este último título adotado na versão de Collins e Collins (1986), bem como no presente texto.

2. A autora considerou as figueiras estudadas indistintamente como figueiras-bravas porque o gênero *Ficus*, ao qual pertencem, conta com cerca de 800 espécies. Em estudos realizados no Brasil, foram identificadas 76 espécies distribuídas no território nacional e 25 espécies apenas em uma região próxima à cidade de Lorena, de modo que as muitas denominações das espécies de figueiras pouco contribuem para a discussão proposta no texto (D’ELBOUX, 2018).

3. Free translation by the author Não é pretensão deste artigo – nem cabe em seu escopo – apresentar uma revisão bibliográfica sobre os trabalhos que analisam o referido livro de Camillo Sitte, seus rebatimentos no campo dos estudos urbanos e práticas de intervenção nas cidades, na Europa ou alhures, desde seu aparecimento em 1889. Contudo, cabe notar que alguns autores que se debruçaram sobre diferentes interpretações e aplicações

dessa obra enfatizaram outros aspectos e capítulos do livro ou do próprio apêndice “O verde na metrópole”, nele publicado. Dentre eles, apenas para citar alguns, estão: a comunicação “O Terreiro de Jesus como Experiência Barroca” (não publicada) de Daniel Paz (2011), que busca caracterizar os percursos por duas praças contíguas, o Terreiro de Jesus e o Largo do Cruzeiro de São Francisco, e seus arredores imediatos, no Centro Histórico de Salvador, como uma experiência barroca; a tese “A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre”, de Inês Martina Lersch (2014), que analisa o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre, entre 1896 e 1930, na difusão de ideias sobre construção de cidades e urbanismo produzidas na Alemanha a partir de meados do século XIX, bem como traz uma súmula da discussão sobre as duas dimensões – sanitária e decorativa – do verde nas cidades; e o recente artigo “E se Camillo Sitte visitasse o Rio de Janeiro?”, de Claudio Antonio Santos Lima Carlos (2016), que examina a ruptura provocada pelo sistema viário sobre a leitura morfológica de antigas construções, o Portão da Quinta da Boa Vista e a Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, relacionando-as à reflexão sobre a conservação urbana e à luz do capítulo 2 do livro de Sitte, em que o autor discute o isolamento dos monumentos. Já a historiadora Aparecida Vaz da Silva Bahls (1998), autora da dissertação de mestrado “O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)”, ao documentar a criação e o uso dos espaços públicos ajardinados da capital paranaense, utiliza algumas reflexões de Sitte acerca do papel dos espaços verdes urbanos frente às transformações operadas pelo urbanismo moderno, parafraseando o título do livro para intitular seu próprio trabalho. Assim, a nosso ver, esses exemplos, ainda que pontuais, reforçam a escolha pelo debate, neste artigo, sobre o verde a partir do texto anexo ao livro de Sitte, bem como o viés de análise proposto, isto é, a dimensão simbólica da vegetação nas grandes cidades.

4. A propósito do termo, em sua tese de doutorado “O centro da cidade do Salvador”, publicada em português em 1959, o geógrafo Milton Santos aborda os “espaços construídos” e os “espaços vazios”, incluindo neste último conjunto as vias, as praças, os terrenos vazios não edificadas ou resultantes de

demolições, as antigas roças conventuais e a encosta, que denomina de “escarpamento de falha” entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Portanto, a apropriação da noção de “vazio” no presente artigo se coaduna com a perspectiva de Santos (1959) e não se refere, *stricto sensu*, ao parque edilício desocupado, arruinado ou subutilizado, mas à junção entre um terreno vazio abandonado e delimitado por construções abandonadas e a massa vegetal que compõe e protagoniza esse mesmo vazio, no qual se destaca um indivíduo de mangueira.

5. Em Salvador, existe uma organização territorial que sugere a subdivisão da cidade em três macrorregiões, além do centro tradicional, correspondentes a três vetores de expansão urbana, que partem da região central em diferentes direções: a orla atlântica, o subúrbio ferroviário e o miolo (CORSO, 2014). Porém, o termo “miolo” é utilizado no presente artigo para se referir ao centro tradicional da cidade.

6. Apesar das diversas possibilidades de conceituação, a expressão infraestrutura verde “pode ser definida como uma rede de espaços verdes interconectados que conservam valores naturais de um ecossistema e que provêm benefícios às populações humanas. Pode ser composta por parques, florestas, praças, hortas comunitárias e outras formas (...) públicas ou privadas. Nas cidades, incluem-se também a arborização urbana e os tetos verdes” (AMATO-LOURENÇO et al, 2016, p. 113).

7. São exemplos: o Convento de São Francisco, o Convento do Carmo, o Mosteiro de São Bento e o Convento de Santa Teresa (atual Museu de Arte Sacra da UFBA).

8. O texto trata-se de um capítulo do livro “Manual de pesquisa social nas zonas urbanas”, organizado pelo demógrafo e cientista social Philip M. Hauser para a Unesco. Originalmente desenvolvido nos anos 1960, o trabalho foi publicado em português em 1978.

9. Durante a Guerra do Paraguai, a árvore demarcava oficialmente “o limite até onde os soldados podiam ser acompanhados de suas respectivas famílias” (D’ELBOUX, 2018, p. 31).

10. Na década de 1980, a árvore foi incluída no Cadastramento de Espaços Arborizados Significativos do Município de São Paulo, cadastrada como Exemplar isolado, nº 59. Em 1952, a Figueira das Lágrimas foi tombada pela Sociedade Geográfica Brasileira e também está protegida pelo Decreto Municipal nº 30.443/1989, que a torna “imune ao corte pela sua beleza e raridade” (D’ELBOUX, 2018, p. 40).

11. Devido à falha geológica, Salvador tem uma escarpa que alcança 70 m de altura acima do nível do mar. Essa formação geológica faz com que a cidade tenha uma espécie de “fachada frontal”, quando vista da Baía de Todos os Santos, a qual se chama de frontispício. Este é um dos principais elementos constitutivos da paisagem da cidade e, portanto, um dos atributos protegidos pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador. Este processo incorporou dois conjuntos remanescentes da cidade antiga tombados em 1959: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Subdistrito da Conceição da Praia e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo, tratando-se, portanto, da redelimitação do Centro Histórico de Salvador pelo Iphan em 1984.

12. A área denominada de Vazio da Mangueira inclui-se na poligonal já protegida pelo tombamento de 1959 e rerratificada no processo de redelimitação do Centro Histórico de Salvador em 1984.

13. Não foi possível precisar o momento exato em que os casarões foram abandonados, entretanto, o estado em que se encontram (restando apenas resquícios das fachadas frontais) é uma evidência que aponta para um processo de arruinamento instalado há, no mínimo, 30 anos, como se vê nas fotos dos estudos de 1983 para a redefinição da poligonal de tombamento do Centro Histórico de Salvador.

14. Até o ano de 2018, pelo menos, o terreno onde se localiza o Vazio da Mangueira era de propriedade da TX Salvador SPE Empreendimentos Turísticos Ltda. (da Brazil Hospitality Group) (REBOUÇAS, 2019). No início dos anos 2000, o grupo tentou

implantar um empreendimento hoteleiro de alto luxo, porém, diante das exigências feitas pelo Iphan em relação ao projeto arquitetônico, a iniciativa não se viabilizou (COUTINHO, 2016). Atualmente, o terreno segue fechado.

15. A localidade denominada de “Dois de Julho” não era reconhecida formalmente como bairro pela Prefeitura Municipal de Salvador até o ano de 2020, quando ainda integrava o bairro Centro (SALVADOR, 2017). Um dos documentos produzidos no âmbito do projeto foi o “Relatório sobre a delimitação do 2 de Julho no Projeto do Plano de Bairro”, visando “compor justificativa para solicitação, à Câmara de Vereadores de Salvador, de delimitação do Bairro 2 de Julho no Projeto de Lei nº 363/17, que dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador” (FERNANDES, 2017, p. 1).

16. O processo de realização das oficinas foi registrado em um blog elaborado pela equipe do grupo de pesquisa “Lugar Comum”. Disponível em: <<http://planodebairro2dejulho.blogspot.com/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

17. Coutinho (2016) frequentou o local durante a participação em algumas etapas do referido Plano de Bairro e o desenvolvimento de seu Trabalho Final de Graduação, que consistiu em uma proposta de intervenção no local para promoção de habitação de interesse social.

18. Publicações feitas pela página do Facebook “Articulação do Centro Antigo de Salvador”, em 2018, se referem ao Vazio da Mangueira como “Terreno da Mangueira”, entretanto, neste artigo, optou-se por manter a nomenclatura atribuída inicialmente pelos moradores.

19. Apesar do lance inicial, a venda do terreno pelo atual proprietário, o TX Salvador SPE Empreendimentos Turísticos Ltda., não se viabilizou devido à ausência de interessados (REBOUÇAS, 2019).

20. O vídeo traz imagens da peça itinerante “O Segredo da Arca de Trancoso”, encenada pelo Grupo de teatro Vilavox, sediado no Centro Cultural Casa Preta, localizado nas imediações do Vazio da Mangueira. Disponível em <<https://www.youtube.com/>>

watch?v=s9N-23g7GvA>. Acesso em: 27 set. 2022. Por sua vez, a Casa Preta também organiza anualmente o “Arraiá da Areal”, festa junina típica aberta à população, que ocorre na Rua Areal de Cima e adjacências. Disponível em: <<https://casapreta.art.br>>. Acesso em: 27 set. 2022.

Referências

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando; MOREIRA, Tiana Carla Lopes; ARANTES, Bruna Lara de; SILVA FILHO, Demóstenes Ferreira da; MAUAD, Thais. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. *Estudos Avançados*, v. 30, p. 113-130, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt>>. Acesso em: 14 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100008>.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

CARLOS, Cláudio Antonio Santos Lima. E se Camillo Sitte visitasse o Rio de Janeiro? *Revista CPC*, n. 22, jul.-dez. p. 92-117, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119482/122082>>. Acesso em: 21 set. 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p92-117>

CASTANHEIRA, Eduardo Cunha; BONTEMPO, Sandra Lemos Coelho; DOS REIS, Patrícia Carolina Guimarães. A arborização e vegetação urbana enquanto elementos constituintes da paisagem cultural do bairro Santa Tereza em Belo Horizonte. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX, 3., 2018. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2018. Disponível em: <<http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/edicoes-anteriores/edicao-2018>>. Acesso em: 13 mar. 2022. p. 95-118.

COLLINS, George R.; COLLINS, Christiane Crasemann. Camillo sitte y el nacimiento del urbanismo moderno: construcción de ciudades según principios artísticos. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

COLLINS, George R.; COLLINS, Christiane Crasemann. Camillo sitte: The Birth of Modern City Planning: With a Translation of the 1889 Austrian Edition of his City Planning According to Artistic Principles. Mineola: Dover Publications, Inc., 1986.

COUTINHO, Gabriela Amado Chetto. Vazio da Mangueira – Proposta de Habitação de Interesse Social para o Dois de Julho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2016.

CSEPELY-KNORR, Luca. Urban Landscapes for Social Betterment – English and German influences on Hungarian Urban Space Design Theory. In: EUROPEAN COUNCIL OF LANDSCAPE ARCHITECTURE SCHOOLS (ECLAS) CONFERENCE, 21., 2012. *Anais eletrônicos...* Warsaw: Warsaw University of Life Sciences – SGGW, 2012. Disponível em: <<http://eclas2012.sggw.pl/web-eclas12.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 139-144.

D’ELBOUX, Roseli Maria Martins. Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas. *Anais do Museu Paulista*, v. 26, n. 3, p. 1-46, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/151034>>. Acesso em: 30 out. 2018.

DOI <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e10>.

DA SILVA, Michelle Nascimento. Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. *Iluminuras*, v. 14, n. 34, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332588162_Identidade_Pertencimento_e_Sociabilidade_no_espaco_urbano_observacoes_sobre_a_percepcao_dos_usuarios_do_bairro_Cidade_Baixa_em_Porto_Alegre>. Acesso em: 14 mar. 2022. DOI:10.22456/1984-1191.44388

FERNANDES, Ana. Relatório sobre a delimitação do 2 de Julho no Projeto do Plano de Bairro. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2017.

LERSCH, Inês Martina. A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. O patrimônio paisagístico nas cidades luso-brasileiras: um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto. Tese (Doutorado em Arquitectura Paisagística, Artes e Técnicas da Paisagem), Universidade de Évora, 2007, v. 1 e 2.

PAZ, Daniel. O Terreiro de Jesus como experiência barroca: configuração, percursos e efeitos visuais cenográficos atuais no Terreiro de Jesus em Salvador, Brasil. Comunicação apresentada no Congresso Luso-Brasileiro do Barroco, Bom Jesus, Braga, 2011. (Não publicada).

PEREIRA, Gilberto Corso. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório das Metrópoles, 2014. p. 141-73. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17348>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PIÓRO, Zygmunt. Pesquisas sobre a implantação e a administração urbanas. In: HAUSER, Philip Morris (Org.). Manual de pesquisa social nas zonas urbanas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Unesco, 1978. p. 185-207.

REBOUÇAS, Thais de Miranda. O bairro e o Plano: Estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no Bairro 2 de Julho, em Salvador, Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2019.

SALVADOR. Lei nº 9.278 de 20 de setembro de 2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: <[\[n-9278-2017-dispoe-sobre-a-delimitacao-e-denominacao-dos-bairros-do-municipio-de-salvador-capital-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias\]\(https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria-9278-2017-dispoe-sobre-a-delimitacao-e-denominacao-dos-bairros-do-municipio-de-salvador-capital-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias\)>. Acesso em: 13 mar. 2022.](https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/927/9278/lei-ordinaria-</p>
</div>
<div data-bbox=)

SANTOS, Maria Fernanda Nóbrega dos; ENOKIBARA, Marta. Infraestrutura verde: conceitos, tipologias e terminologia no Brasil. Paisagem & Ambiente, v. 32, n. 47, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/174804>>. Acesso em: 27 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.174804>

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SITTE, Camillo. A construção da cidade segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.

SITTE, Camillo. O verde na metrópole, [1900]. In: SITTE, Camillo. A construção da cidade segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992. p. 165-183.

SPHAN. Centro Histórico de Salvador: SEC espera enviar dossiê à UNESCO ainda esse ano. Boletim do SPHAN, n. 23, mar.-abr., 1983a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_23.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SPHAN. Centro Histórico de Salvador: SPHAN cumpre exigência da UNESCO e amplia área tombada. Boletim do SPHAN, n. 26, set.-out., 1983b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_26.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Subversões patrimoniais: do edificado ao vegetal, de trás para frente, leituras “selvagens” de arquiteturas franciscanas

Subversões patrimoniais: do edificado ao vegetal, de trás para frente, leituras “selvagens” de arquiteturas franciscanas

Maria Angélica da Silva*

Resumo

Os conventos franciscanos históricos do Brasil são, em sua maior parte, tombados como patrimônio nacional. Eles se encontram no centro de metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, mas também em locais menos conhecidos, porém de expressivo impacto cênico como Igarassu em Pernambuco, Marechal Deodoro e Penedo, em Alagoas ou Paraguaçu e Cairu no Recôncavo Baiano. O valor destas edificações usualmente é ressaltado pela longevidade e razoável manutenção das mesmas, pela sua fatura barroca e expressividade arquitetônica e cidadina. O que se pretende mostrar é que possuem outros atributos quando submetidos a novas leituras patrimoniais. Suas marcas que chegaram do passado, o habilitam a suscitar outras inteligências no manejo do entorno e da tecnologia construtiva. Funcionado como micro cidades, possuíam a sua própria área de provisão de subsistência: as cercas. Este quintal dos conventos chegava a ter oito vezes a área do edifício. Com o passar do tempo, foram diminuídas e agregadas ao tecido urbano, virando ruas, comércio e praça. Porém seus remanescentes podem figurar como um contraponto de respiração e de lugar propício a outros seres no cotidiano urbano. Objetos de estudo por mais de uma década, os conventos apresentam-se aqui para serem observados pelos fundos, como objetos patrimoniais invertidos. Ao privilegiar a cerca, alcança-se uma outra força do monumento. Em tempos pós pandêmicos, onde cabe uma aguda revisão do lugar da arquitetura e urbanismo, pretende-se que possam ser revisitados em busca de um outro tipo de adesão às cidades pós pandêmicas. Uma adesão que tracione produção do espaço, sustentabilidade e ecologia urbana, servindo o convento como modelo de encontro multiespécies.

Palavras-chave: patrimônio, cidade pós pandêmica, franciscanismo, selvagem, multiespécies

Abstract

The historical Franciscan convents of Brazil are, in its majority, listed as national heritage. They can be found in the centre of metropolis as São Paulo, Rio de Janeiro and Salvador, but also in less known places but of high scenic impact as Igarassu in Pernambuco, Marechal Deodoro and Penedo, in Alagoas or Paraguaçu and Cairu in the Recôncavo Baiano. Usually the value of these buildings is stressed by their longevity and reasonable maintenance, by their Baroque style and architectonic and urban expressivity. The aim is to show that they have other attributes. From their past, arose other intelligences for the management of their surroundings and of their constructive technology. Operating as micro towns, they had their own areas destined to provision of subsistence, named fences. These backyards could reach eight times the area of the building. As the time pass, they decreased in area and were integrated into the urban fabric, turning into streets, commercial areas, squares. However, the remains can be seen nowadays as a breath counterpoint and as a propitious place for housing other beings. Subjected for study for more than one decade, the convents are presented here to be observed from their backyards, as inverted heritage: by privileging the fences, it is possible to reach other attributes of the building. In post pandemic times, when it is necessary a deep revision of the role or architecture and urbanism, the aim is to revisit those heritage in search for another possibilities of urban adhesion. An adhesion that brings together production of space, sustainability and urban ecology, serving the convent as a model of multispecies encounter.

Keywords: heritage, post pandemic city, Franciscanism, wild, multispecies



Adentrando por Arquiteturas do Silêncio

Nunca poderemos estar materialmente separados da matéria do mundo: todo ser vivo se constrói a partir dessa mesma matéria que desenha as montanhas e as nuvens. A imersão é uma coincidência material, que começa debaixo da nossa pele. (COCCIA, 2018, p. 42)

Vamos penetrar em um espaço pouco usual, esquecido mas muitas vezes invocado no âmbito da ficção, como na literatura e cinema, quando se quer criar uma atmosfera de solidão e mistério. Na contramão do nosso cotidiano, propõe-se adentrar em conventos. Em conventos especiais: antigos e franciscanos. Caminhar por suas estruturas brancas, até hoje, figura como passar em um portal que separa não só espaços, mas tempos. Quase um avançar por territórios do anacronismo, quando partimos de contextos de franca adesão à aceleração e à pressa, atributos dos quais eles se configuram como uma experiência às avessas.

O que são os conventos? O que são estas casas discretas, fechadas, moradias silenciosas de frades cada vez mais vazias? Frades que hoje optam, em geral, por uma vida ativa, por uma missão cotidiana, atuando em geral nas periferias e áreas menos privilegiadas das cidades. Como estes mesmos frades, em especial os que não moram em residências comuns, mas nos edifícios históricos tombados, veem este patrimônio que se faz casa para eles hoje? Uma casa constrangedora? Uma herança de irmãos de outros tempos, a se manter apenas por isso? Uma obrigação política, cultural e social, na medida que se tornaram bens tombados?

Talvez nos conventos pudessem reverberar as palavras de Foucault:

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis,

degraus e escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas de repouso e moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que contraespaços. (FOUCAULT, 2013, p. 19-20).

O convento poderia ser visto, nos dias de hoje, como estes contraespaços? Talvez do ponto de vista dos seus moradores e de sua função social, que, dependendo do ponto de vista, pode ser qualificada até mesmo como obsoleta frente a uma sociedade expressamente laica. Mesmo considerado como monumento, e assim patrimônio comum da sociedade, vai ao reverso do futuro pois então é preciso que seja mantido “intacto” a guardar uma memória que ficou para trás, o que também o descola do presente.

De fato, levando-se em conta inclusive os primórdios da fraternidade franciscana, se deduz que seria bastante perturbadora a Francisco, seu criador da Ordem que entra para a história humana como alguém que viu a pobreza como dádiva, qualquer discussão sobre o valor de tais arquiteturas...

Os conventos franciscanos históricos do Brasil são em número de 28 e a maior parte deles é patrimônio nacional. Alguns fizeram parte da primeira leva de tombamento do antigo SPHAN e assim, venceram as décadas, livrando-se ou pelo menos retardando a assim da condição de ruína. Do total, apenas em sem 9 deles se mantenha mantém a vida franciscana[1].

Acompanharam também um outro esforço institucional do atual IPHAN, que ao longo das últimas décadas, buscou aproximar o patrimônio da vida comum. Isto ocorre quando sua política passou a contemplar não só majoritariamente os monumentos vinculados estritamente à obra edificada, mas os bens de natureza intangível. A instituição olhou então para os mestres, colheu saberes considerados periféricos e ainda ligados ao

Figura 01: Porta de acesso aos fundos de um convento nordestino.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem



mundo artesanal, que foram tomando a cena e se confirmando como mostras de uma noção de bem cultural muito mais aderente às comunidades e minorias. Neste quesito também, os conventos franciscanos somaram contribuições pela sua proximidade da religiosidade popular, por seus ritos e celebrações bem assimilados à práticas comuns como o culto a Santo Antônio, mas que também se mostra expresso em outros substratos, inclusive dentro dos conventos. Destacamos aqui até mesmo as igrejas conventuais, que misturam silenciosamente na sua arquitetura e bens integrados, diversas fontes de expressão de fé. Apesar da prevalência das irmandades nomeadas como de São Francisco, os conventos não deixam de guardar espaços de honra para os seus santos Beneditos, através das irmandades ditas dos negros, e de apresentar esculturas contaminadas por faturas indígenas e africanas bem como figurações pertencentes a culturas do Oriente.

Em tempos pós-pandêmicos porém, outras frentes de indagação se abrem no sentido de se passar a ouvir de forma mais premente o alerta os espaços habitados frente à crise ambiental e climática. É justamente o ato mais simples, o respirar, que a pandemia e o clima atingem de frente, além de todos os seus outros efeitos negativos, que se mostrou comprometido pela pandemia, cruzando os ares, infectando os humanos sem conhecer barreiras nacionais.

O ato de respirar, atmosférico, se irmana ao silêncio que povoa os conventos. Buscando a vibração do ar, se sente a brisa, os sons que a cidade não deixa emergir existir. Nos ambientes das casas franciscanas, o silêncio inspira e abafa levemente o que é barulho. Pois, na quietude, o respirar pode existir inclusive sonoramente. “Respirar significa estar imerso num meio que nos penetra com a mesma intensidade com que nós o penetramos”. (COCCIA, 2018, p. 17) Assim, o respirar já aponta para um caldo que une todos os seres vivos na condição de multiespécies.

A atenção ao respirar, além de nos transportar para o foco da pandemia, assim como o silêncio, nos transporta para pensar e imaginar tempos e lugares outros. Acende no nosso cérebro memórias anticidade, memórias que nos imergem na natureza.

Mas de que natureza falamos? Na questão do patrimônio denominado natural, embora por décadas tenha havido um esforço de preservar os denominados “santuários”, onde se buscou manter zonas de floresta, montanhas, desertos e rios, vistas ou almeçadas como intocadas, caberia uma revisão quando pensamos pela via das multiespécies. Pois a noção de santuário exprime excepcionalidade e o conceito de multiespécies, ao contrário, abole limites pois se faz pondo em continuidade os inúmeros seres, dos visíveis aos invisíveis, dos bem vindos, aos temerários.

Esta mesma postura convida a revisitar, para além deste “patrimônio natural”, toda uma trajetória de construção de uma noção mais geral de monumento onde, entre todos os seres, se sublinhou a obra humana e não necessariamente, os pactos que ela teve que realizar com o que se vem se chamando de meio ambiente. Assim, nos processos de tombamento dos conventos, suas áreas verdes, sempre presentes, receberam pouca ou nenhuma atenção enquanto bem a preservar. E dentro delas, não importou observar residir ali uma grande inteligência da arquitetura sem pedra ou tijolo, ou seja, a realizada pelos pactos com a topografia, com os ventos, com a luz. E só por ser mais livre da ordem humana, pôde ser morada privilegiada de inúmeras formas de existência viva, da fauna à flora, do ar às águas, terra e vegetação.

A revisão do conceito de antropoceno chega assim para também recolocar o que é natureza, qual é o lugar do espaço habitado na dimensão de Gaia, ou de Pachamama ou outros nomes que o planeta vai receber, quando a terra se torna mãe, provedora e fecunda. Significa abrir a ideia da casa comum, noção cara aos franciscanos de hoje, que vai se desdobrando abrindo para outros entendimentos, incluindo o multiespécies.

Natureza

No âmbito dos estudos que revisitam possibilidades de reatar natureza e cultura, há necessidade de pensar o sentido de ambos os termos. A intenção de ligar ambos, ou melhor, de sobressair o primeiro ao invés do segundo, em um dos livros de Reich, vem através do contraste estabelecido entre campina e palco.

Observado dessas campinas, sob estrelas resplandecentes em céus infinitos, o espetáculo no palco parece estranho. De algum modo, os céus infinitos nas noites silenciosas não parecem estar em harmonia de modo algum com o espetáculo dentro do teatro ou o tema da apresentação. Tudo que pertence ao espetáculo parece longínquo, irreal e muito fora de lugar se visto do lado de fora do prédio do teatro. (REICH, 2003, p. 182)

De fato, a teoria que Reich construiu não enxerga nos humanos algo que os separe das galáxias e auroras boreais. Idealmente, só há a campina. “Não há mais barreira de nenhuma espécie entre o organismo humano e seu ambiente cósmico que é e sempre foi necessariamente sua origem. É esquecer o espetáculo no palco e se concentrar nesta identidade surpreendentemente palpável entre funções vivas e não vivas”. (REICH, 2003, p. 182)

Se nos movemos para um outro cenário de reflexão, podemos ver ecoar conclusões semelhantes. Por exemplo, hoje, no Brasil, quando Ailton Krenak nos fala que somos natureza, as barreiras desmanchadas por Reich se confirmam, através de um outro tipo de saber e como resultado de uma busca totalmente outra. E em uma escala de valoração que positiva mais quem é visto próximo da natureza que da cultura, se retomamos brevemente a esta oposição que queremos abolir, o selvagem passa a ser meta. Diferente de uma apreciação moral que hierarquizou sempre o civilizado como objetivo a conquistar, é o selvagem que agora descortina paisagens futuras. A árvore já foi pedra, o rio nuvem, e nós, peixes. A expressão da vida é selvagem (youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI). Portanto, natureza “não o que precede a atividade do espírito humano, nem o oposto da

cultura, mas o que permite a tudo nascer e devir, o princípio e a força responsáveis pela gênese e pela transformação de todo e qualquer objeto, coisa, entidade ou ideia que existe e existirá”. (COCCIA, 2018, p. 22)

E outros autores que trilham caminho semelhante, vão enfatizar as políticas de despossessão e apagamento dos ancestrais destas terras (TAVARES, 2020). Estas tiveram também como consequência a ruptura de um aprendizado cosmológico de práticas que faziam os humanos coexistentes com a terra e céus.

O selvagem não é o mergulhar no universo da barbárie. A nave selvagem seríamos nós. Por isso, um ciclo de estudos sobre a vida, proposto por Krenak e outros pensadores da contemporaneidade com o propósito de expandir o conhecimento sob várias formas em suportes como cadernos, conversas, ciclos de leitura, audiovisuais se denominou “Selvagem”. A plataforma se apresenta como “uma experiência de articular conhecimentos a partir de perspectivas indígenas, acadêmicas, científicas, tradicionais e de outras espécies”. (<http://selvagemciclo.com.br/>).

Mas o local onde preferencialmente habitam os humanos, a cidade, estaria em atrito com este encaminhar teórico. Aceleradora do consumo e sorvedouro de energia, a aceitar este ponto de vista de uma natureza em nós, a cidade precisaria ser urgentemente repensada por todos, e certamente, em termos profissionais, pelos arquitetos e urbanistas. A cidade surgiria então como um objeto urgentemente não a destruir mas a transformar. Sonhar então com a A cidade como um jardim a ser enchido de coisas vivas, nas palavras de Krenak ?(<http://youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI>).

Nesta enorme produção edificada, que ele enxerga como um amontoado de concreto, estão também os edifícios de feição patrimonial que caberiam participar deste repensar. Na imbricação que as temporalidades fazem entre si no que se denomina “monumento”, poder-se-ia realizar um certo descamar, propondo a criação de uma outra visada, extraindo contribuições diversas para se pensar o contemporâneo.

Pobreza Franciscana

Poder-se-ia iniciar este roteiro de leitura ao inverso do patrimônio edificado franciscano vendo o convento menos como um depósito de arte barroca mais como um marco a favor da simplicidade e do despossuir. Ou seja, o inverso do que executa a cidade, fonte de acúmulo e de desejo de crescimento constante. A intenção da Ordem dos Menores de se pautar pelo pequeno, pelo humilde, pelo pouco, poderia instruir quando a intenção é questionar o consumo, a acumulação, o lixo?

Sabe-se que Francisco, na história humana do ocidente, foi um dos personagens mais emblemáticos no que se refere à conclamação, pela à pobreza. O descarte do consumo incluía, nos primeiros tempos, inclusive o de rejeitar a própria casa (SILVA, 2019).

Pela verdade das ações, por buscarem uma vida livre e simples, Francisco teve muitos seguidores, e assim, se fez alvo das forças majoritárias e estruturais da igreja como das políticas papais que buscavam constranger os menores a se inserirem na oficialidade, canal que as instituições de domínio buscam operar. E nestes caminhos, o aceite da casa acabou acontecendo.

Sabe-se que desde Francisco, o franciscanismo foi sempre plural. Desde a criação da Ordem ao mosaico que se foi construindo com o passar dos tempos e que a dividiu em várias. E uma das polêmicas centrais girava em torno da posse. Aceita a casa, por exemplo, os frades abdicaram do direito à propriedade, mantendo apenas o simples direito do uso das coisas. (AGAMBEN, 2014, p. 115)

Nesta questão, esteve o convento num epicentro. Pois do viver em casebres ou nos abrigos providos pela natureza, da rejeição de qualquer bem como o homem de Assis pregava, dentre outros fatos da história franciscana, muitos franciscanismos se configuraram.

Ser frade significava ser fraternidade. O hábito enquanto veste e o convento enquanto casa teriam a força de construir este

viver fraterno. Entre estas correlações, entre o corpo individual e o corpo coletivo, habitar conventos significava

compartilhar não apenas um lugar e uma veste, mas sobretudo um habitus “e o monge é, nesse sentido, um homem que vive de acordo com o ‘habitar’, ou seja, seguindo uma regra e uma forma de vida. Contudo, é verdade que o cenóbio representa a tentativa de coincidir o hábito e a forma de vida em um habitus absoluto e integral, em que não fosse mais possível distinguir entre veste e modo de vida. (AGAMBEN, 2014, p. 27).

A outra atitude de novidade ao tempo medieval foi os frades não se manterem fechados nas suas casas conventuais, mas se exporem ao mundo. Portanto, voltaram as costas ao modo secular de viver recluso, negaram os monastérios que se colocavam longe da cidade, acomodando-se em penhascos e outras regiões afastadas. E o lugar franciscano se tornou a urbe (VAUCHEZ, 2013). A isto se somou a inquietude de estar a caminho pela vocação missionária e do deambular que vem do medievo até os nossos dias e que explica os frades chegando ao tempo da expansão ultramarina, na China, na África e presentes nas embarcações de Cabral aportando no Brasil, celebrando aqui a primeira missa.

Foi assim que brotaram naquelas terras recém acessadas uma das arquiteturas de volume mais avantajado que se consolidou, no coração de povoados, vilas e cidades ao mesmo tempo que tais locais surgiam. As casas conventuais se construía ali, demoradamente, a depender de esmolas saindo da condição de palha e ramagem para se constituírem de pedra, madeira e cal.

Sabemos que, ao se completarem as obras, as igrejas franciscanas internamente refulgiam pelo ouro. Mas de fato, os menores souberam construir um ajuste entre os espaços voltados à celebração divina e os espaços da vivência. Os primeiros, sim, poderiam ser suntuosos, vistosos aos olhos dos fiéis, sob o argumento de ali ser um espaço de louvor. E tal fato se faz presente desde a grande basílica de São Francisco

Figura 03: Pés de um frade. Cairu, Bahia.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



em Assis, edificada para receber o corpo do santo, ornada pela sua amplidão volumétrica e no interno, pela riqueza do trabalho sobretudo escultórico e pictórico realizado pelo correr de centenas de anos, tornando-a um estupendo patrimônio da humanidade. Mas a moradia dos frades propriamente, embora imensa também se apresentando em grandes proporções e anexa àquela naquela basílica, visto ser uma sede da Ordem, se apresenta simples. Esta é a parte não visitada e não divulgada destedo chamado sacro convento de Assis, cujo adentrar do público é impedido pela prática da reclusão. Mas posta a possibilidade de visitáadentrá-la, relativiza-se o descompasso entre carisma franciscano e arquitetura magnifica tantas vezes criticada (SILVA, 2019). Ocorre o mesmo nas casas no Brasil, onde as igrejas como a de Salvador e Recife, se contrastam com o lugar privado dos frades, sempre austero.

Os locais de vida comunitária traduzem o cotidiano simples, com o abrigo individual dos uso pelos frades das pequenas celas, do refeitório e de profundis para a comida partilhada, do claustro como lugar da vida coletiva e do fazer dos empreender depequenos ofícios domésticos como costurar, barbear-se etc. É usual no convento a presença da enfermaria, da botica, da escola, garantindo a vida privada e autônoma e nos tempos de colônia, o compartilhar destas funções com os habitantes dos locais onde se instalavam os conventos.

Na decoração, o vislumbrar do que entra pelas janelas: céu, vegetação e sinais da cidade. O convívio com as plantas é cotidiano e por vezes, até fabricado. Fala-se de “uma vegetação de pedra esculpida” (BAZIN, 1983, p. 166) distribuída por vários cantos do convento em arranjos de frutos, flores, videiras e aqui e ali, pássaros. Mas há um repositório já demarcado para as plantas e animais vivos, tão a gosto de Francisco, como dizem os filósofos da Ordem nos dias de hoje: “O homem franciscano tem clara consciência de estar no mundo e de viver uma natureza concreta, com coisas, seres animados e inanimados e com animais. Sua relação com esse mundo é também vital e afetiva. A natureza para Francisco é o horizonte para uma festa”. (MERINO; FRESNEDA, 2006, p. 221)

Figura 04: Ruínas no Convento de Paraguaçu, Bahia.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

As cercas e o selvagem

Como se viu, conventos franciscanos guardam a peculiaridade de terem sido edificadas mantendo ao lado e fundos grandes áreas vegetadas e que em geral não são de acesso público. O que acontece quando o monumento é lido a partir destas áreas ocultas, destinadas aos animais, plantas, águas? O que revelam, em que podem colaborar quando a intenção é incluir “fraternidades” mulitespécies, aproveitando o mote franciscano?

As cercas participam ativamente desta possibilidade, visto que estavam ali demarcadas para manter a plenitude da vida conventual. De fato, era o chão que ditava as normas construtivas do convento. A topografia instruía a locação dos volumes, e outros dos seus atributos como a fertilidade das terras, e a qualidade de seus rasgos, - os ribeiros e riachinhos, - iam realizando o continuar do desenho arquitetônico. E a obra prosseguia muito conexa ao que a mãe concedia: argila e pedra para as paredes, lenho para o telhado e aberturas.

Portanto, considerando tais fatos e a importância deste construir enraizado, o convento dita aqui não a lição do que passou e ficou para trás, mas, aponta para uma leitura invertida, na qual o que era passado pode ser futuro.

Como comentado, muitas áreas de cercas foram subtraídas, mas a maior parte dos conventos as mantêm parcialmente e poderiam oferecer outros incentivos para moradores e visitantes. Poderiam tornando-se se tornar hortas, pomares ou, de uma perspectiva menos funcionalista, apenas jardins do selvagem.

Convidando a uma visita ao convento a partir de seus fundos, deixaríamos o adro usualmente atrativo, estaremos de costas para a entrada principal do edifício, onde fica a igreja e a portaria. Iremos atravessar a passar pela chamada porta do carro, por onde, no passado, entravam e saíam doações e mercadorias.

Da cerca, a visada do convento se torna muito mais complexa e monumental. Pois para a cidade, em uma sábia estratégia de



implantação arquitetônica, ele se camufla e exercita toda uma habilidade perspetiva de sumir na paisagem, deixando apenas a igreja em evidência.

Da cerca é possível apreciar o conjunto de janelas que vaza o edifício conventual em todas as suas faces. Pois ele se abre para dentro mirando a vegetação e através dela, vê ao longe. Vê o que está próximo, certamente, mas a visão ao longe era importante para “conversar” à distância com outros edifícios, inclusive outros conventos quando situados em localidades próximas. Também isto fazia parte da estratégia de sobrevivência em tempos em que os gestos urbanos no Brasil eram ainda muito tímidos e reinava uma mata floresta temida e considerada cheia de ardis.

Então a cerca significava construir este parênteses. Separar uma parte da área outrora vista como desarranjada e caótica de floresta para se tornar um lugar para a companhia de árvores, e outras plantas previamente eleitas. Assim, se garantia a manutenção do que se fazia necessário ao dia a dia. Havia o lugar para o boi, o cavalo, a galinha. Mas há quem advogue que deveríamos nos importar mais com a parte vegetada do que com os esses nossos “irmãos” animais.

A planta encarna o laço mais íntimo e mais elementar que a vida pode estabelecer com o mundo. O inverso também é verdadeiro: ela é o observatório mais puro para contemplar o mundo em sua totalidade. Sob o sol ou sob as nuvens, misturando-se à água e ao vento, sua vida é uma interminável contemplação cósmica, sem dissociar os objetos e as substâncias, ou, dito de outra forma, aceitando todas as nuances, até se fundir com o mundo, até coincidir com sua substância. Nunca poderemos compreender uma planta sem ter compreendido o que é o mundo. (COCCIA, 2018, p. 13)

Da fachada principal, o terreno desce. E a cerca se veste progressivamente de uma folhagem cada vez mais densa. No fundo, em geral, corria um ribeiro ou havia uma lagoa.

Estudos mostram como eram estas áreas e como funcionavam, comprovando esta instalação que garantia privacidade ao convento ao mesmo tempo que era fonte de água potável e provia acesso a portos para as canoas, por onde se fazia o transporte e a circulação de pessoas e mercadorias [2].

De cima, a olho de pássaro, nos conventos, o verde prevalecia sobre a argila dos telhados, provendo-a a casa seráfica não só de recursos de subsistência para a comunidade, mas também como forte componente de edificação do convento, colaborando no manejo de suas águas, na provisão de espaço de acesso livre à aos recursos denominados naturais material construtivo etc.

Há de se sublinhar também o valor das cercas como local de isolamento espiritual. Ali se davam inúmeras práticas ligadas ao mundo religioso, oferecendo para as atividades de contemplação, o intimismo que as áreas vegetadas permitem. Ecoando saberes milenares, mas também advertências do presente e da ciência: “fazer da natureza e do cosmos os objetos privilegiados do pensamento significava afirmar implicitamente que o pensamento só se torna filosofia ao se confrontar com esses objetos”. (COCCIA, 2018, p. 22)

Casa e Cidade

Se se continua a escovar o edifício numa tática a contrapelo, ecoando Benjamin, o que mais se poderia observar da casa conventual, que nos fale sobre o mundo da fraternidade dos seres humanos e não humanos? O que poderíamos colher acerca de se produzir uma arquitetura colada ou em diálogo com o lugar?

Acredita-se que a leitura do monumento a partir dos elementos da natureza já provoca uma outra compreensão sobre de que é feita a arquitetura e os modos de habitar.

Mas navegando pelo site do Selvagem, retomamos a questão da cidade, onde os conventos estão. Vamos encontrar uma afirmativa surpreendente de que a cidade se tornou um latifúndio

([youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI](https://www.youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI)). Esta bela metáfora constrói uma grande inversão. Em vez de cosmopolita e diversa, a metrópole se monotoniza, visto que, tudo que é estranho ao cimento, ao tijolo, ao asfalto, é expulso para seu exterior. E até mais, cabe estender esta demanda ao rural, externo a ela, seja organizando-o sob seus interesses seja ao extrair dele o alimento que não lhe apraz produzir, seja demandando o a ênfase ao agronegócio.

Mas as cidade na condição antiga de polis, ou seja, as cidades que não cresciam soberbamente, segundo Krenak, não eram uma doença. ([youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI](https://www.youtube.com/watch?v=DfcUX9UJaXI)). Portanto, não se trata de destruir a cidade mas de transformá-la em uma “flecha regenerante”, nos apropriando novamente das palavras do Selvagem.

Repensar a vida pós pandêmica atual demandará, portanto, um esforço de todos os campos do conhecimento, voltados para aquele que se tornou o seu principal locus: a cidade. Dentre a pedra e o vegetal, o pêndulo patrimonial no Brasil e no mundo funcionou voltado usualmente para a obra edificada. Mas, quando nos tornamos natureza, quando diz-se que o pássaro pode ouvir a prece humana e o lobo dialogou com um santo, a casa pode ser entendida de uma outra forma. Casa e cidade foram sempre gestos de construir barreiras. E de hierarquizar o vivo e o não vivo. Podermos preconizar uma vida mais sã vivendo Viveremos um dia sem elas?

Apesar de tudo, não conseguimos nos libertar da nossa obsessão pela casa. Não conseguimos nos libertar do nosso amor por espaços bem organizados, limpos, que sejam nossos, exclusivamente nossos e não dos outros. Não conseguimos nos libertar do nosso amor por fronteiras nítidas, pela oposição entre um espaço interno e um espaço externo: continuamos a preferir o interno, a gruta, as entranhas da terra, à exposição ao sol, ao vento, à chuva, ao mundo. A casa é o arquétipo da fronteira, não apenas porque ela inclui os primeiros muros que construímos, utilizamos, habitamos, mas porque é através dela que compartilhamos

Figura 05: Visada do convento para a cidade de Penedo, Alagoas e para o rio São Francisco.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



a humanidade entre o próximo, o íntimo, o inseparável e o resto. É graças à casa que há um eu e um você, e é através da casa que o eu aprende a não se separar mais de certos “outros”, a amalgamar-se, a familiarizar-se. Não conseguimos deixar a casa, abandonar a ideia de que haveria uma relação natural ao espaço, imediata e originária, não artificial e não acidental. Nunca vamos conseguir nos libertar da ideia de que há um lugar onde não estamos expostos aos perigos, onde somos naturalmente protegidos, onde somos naturalmente nós mesmos. (COCCIA, 2020, p. 139-140)

Então há um longo caminho a percorrer, várias proposições a serem feitas, vários ensaios a serem realizados. Deixando o palco, atravessar a campina, promovendo relações amistosas com todas as outras forças que constroem a cidade: os céus, a atmosfera, as plantas, o clima etc. Apontar a erva daninha como o caminho para uma fraternidade dos viventes, sem origem, sem fim, apenas meio. “O rizoma é uma antigenealogia.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, v. 1, p. 28), Adotar uma leitura recíproca onde tudo que é vivo interage e compõe a multiplicidade das formas da vida. “As matilhas, as multiplicidades não param portanto, de se transformar umas nas outras. Os lobisomens, uma vez mortos, transformam-se em vampiros”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 4, p. 34). E retornando a Coccia, podemos pensar o esforço multiespécies no sentido apontado por Deleuze e Guattari, mas ascendendo a uma escala cosmológica, onde tudo é transformação, ou melhor, metamorfose.

Nós sempre nos estabelecemos sobre a vida dos outros, e, inversamente, cada um é sempre o solo de outros seres vivos. Cada um vive do corpo do outro. Cada um tirou seu corpo de outrem. Como se, desde o início, a Terra fosse um corpo formado pelos corpos de todas as espécies, em que cada um vive da vida dos outros e todas as espécies são inseparáveis. (COCCIA, 2020, p. 192)

Notas

1. Embora este número possa parecer pequeno, cabe lembrar que em Portugal, onde os conventos masculinos históricos chegaram quase a 2 centenas até o século XIX, hoje existe apenas um convento histórico habitado por frades (SILVA, 2019). Sobre os conventos franciscanos históricos com maiores detalhes sobre seu conjunto, ver também SILVA, 2017.

2. Sobre as cercas e seus significados, bem como para acompanhar o processo de sua devastação nas casas franciscanas do Nordeste, ou seja, da Província de Santo Antônio, consultar ALVES, 2017. Sobre a mesma questão acerca dos conventos do Sudeste, Província da Imaculada Conceição, ver MARX, 1984.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Altíssima pobreza. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALVES, Náide. Patrimônio invisível: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste brasileiro. (Dissertação de Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado da Universidade Federal de Alagoas). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.
- BAZIN, Germanin. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- COCCIA, Emanuele. A vida das plantas: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.
- _____. Metamorfoses. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs. 2ª ed. Editora 34: São Paulo, 2011-2012, 5v.
- FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- KRENAK, Ailton. A vida é selvagem. In: Cadernos SELVAGEM: publicação digital da Dantes Editora, Biosfera, 2020. Disponível em: <<http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2020/12/CADERNO12-AILTON.pdf>>. Acesso em: maio de 2022.
- MARX, Murillo. Seis conventos, seis cidades. (Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- MERINO, Antonio; FRESNEDA; José y Martinez. (Orgs.). Manual de filosofia franciscana. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- REICH, Wilhelm. O Éter, Deus e o Diabo: a superposição cósmica. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SILVA, Maria Angélica da. Como conventos desenham cidades: de Portugal para o Brasil, percursos da casa franciscana. In:

Oculum Ensaios, Campinas: POS URB PUC Campinas, n.14, p. 403- 421, 2017.

SILVA, Maria Angélica da. In via: Francisco, os franciscanos e seus lugares no mundo. In: Revista Antíteses. Londrina: UEL, v.12, n. 24: 147-174, 2019.

TAVARES, Paulo. Memória da terra. Brasília: Ministério Público Federal, 2020.

VAUCHEZ, André. Francisco de Assis: entre história e memória. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

***Maria Angélica da Silva** é professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Arquiteta pela UFMG, mestre em História Social da Cultura pela PUC RIO, doutorado em História (UFF/Architectural Association School, Londres). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Évora, Portugal e Alma Mater de Bolonha, Itália. Desde 1998 é bolsista PQ/CNPq e líder do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. <http://lattes.cnpq.br/0004923271744434>. E-mail: mas.ufal@gmail.com

Vegetar-se: para um habitar mais forte

Vegetate yourself: for a stronger dwelling

Maycow Nathan Carvalho Gregório*

Resumo

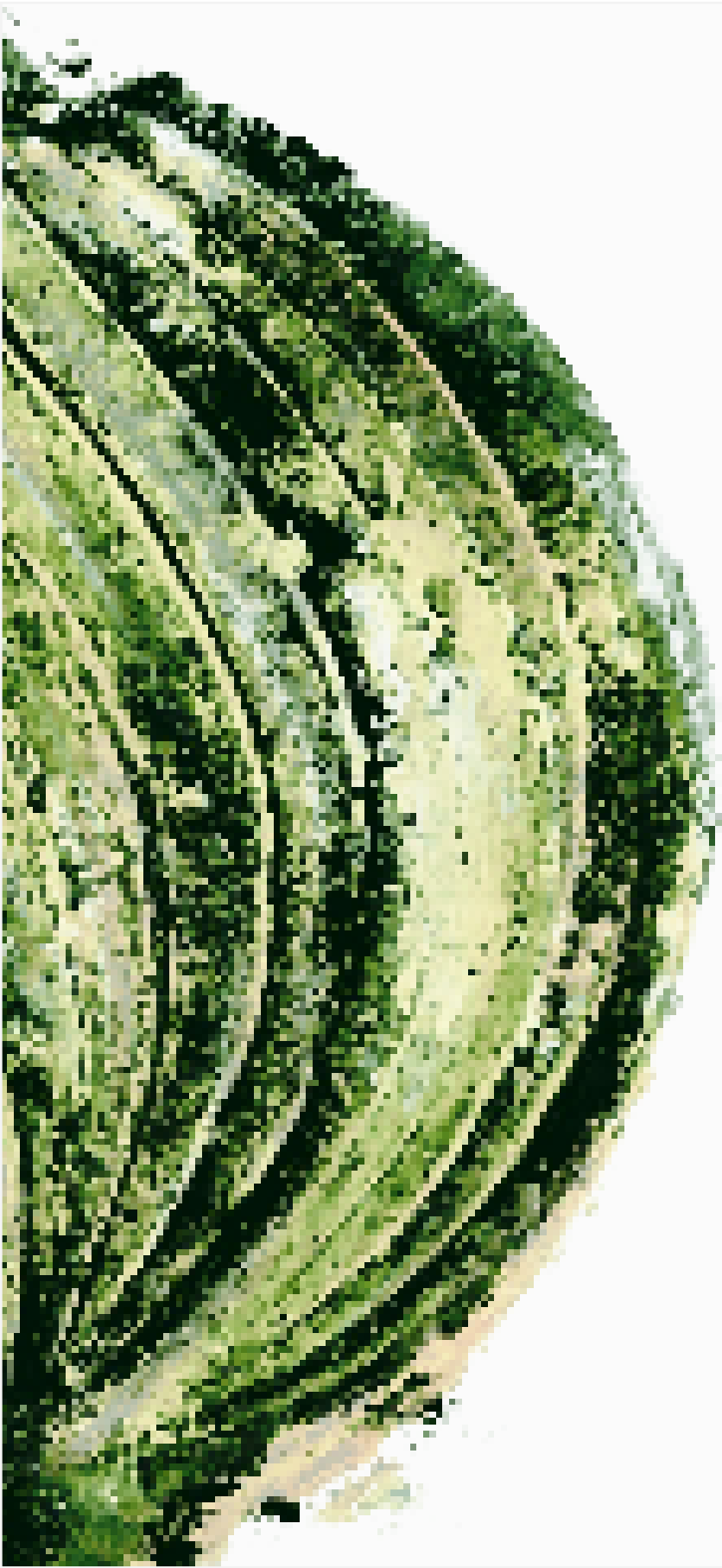
Este artigo tem como proposta uma incursão (exploração) conceitual em torno da noção de vegetar-se, buscando compreendê-la como uma estratégia vital por meio da qual é possível construir um habitar mais forte, cujas relações multi e interespecies se colocam nas fronteiras do pensamento e das agências sobre a vida, o espaço, o tempo, a subjetividade, a política, a ecologia e os diferentes projetos de mundo. O objetivo foi de refletir sobre essas relações e seus desdobramentos a fim de identificar pistas que possam contribuir com a apreensão de outras perspectivas e qualidades sócio-espaciais, socioculturais e socioambientais para a construção subjetiva, teórica e prática do projeto e da produção da arquitetura e das cidades. Para tanto, foi realizado um mapeamento a partir de pesquisa bibliográfica, sob consulta de fontes primárias e secundárias, e o desenvolvimento posterior de análises e sínteses. Tal empreendimento parte do princípio de que as plantas são agentes construtores de realidade e que comunicam suas expertises por meio do modo como vivem. O exercício de pensar com a vida vegetal, entendendo um pouco do abismo que nos separa, pôde oferecer meios de discutir e criticar o terreno por meio do qual nos movemos: o capitalismo imperial e mais especificamente umas das suas manifestações, a produção do habitat encarnada nas cidades e metrópoles. O conhecimento crítico construído com base nessa relação possibilitou o desenho de ferramentas conceituais que tomam a metáfora das plantas para desarticular esse terreno, ensinando-nos com gestos de deserção outras formas de habitar que buscam um desenvolvimento mais integrado das necessidades e capacidades materiais e imateriais dos humanos.

Palavras-chave: vegetar-se, habitar, ecologia, projeto.

Abstract

This paper proposes a conceptual incursion (exploration) around the notion of vegetating yourself, seeking to understand it as a vital strategy through which a stronger dwelling, whose multi-relationships and interests are possible as in the frontiers of thought and agencies on life, space, time, subjectivity, politics, ecology and the different. It was a reflection on these bands and their developments in order to identify what can contribute to the understanding of other perspectives and socio-spatial, socio-cultural and socio-environmental objectives for the subjective, theoretical and practical construction of architecture and cities. . To this end, a mapping was carried out based on bibliographic research, under consultation of primary and secondary sources, and the subsequent development of analyzes and syntheses. Such an undertaking is based on the principle that plants are agents that build reality and that they communicate their knowledge through the way they live. The exercise of thinking with plant life, understanding a little of the abyss that separates us, can offer challenging and critical means of production to the terrain through which we move: imperial capitalism and more specifically one of its manifestations, the habitat embodied in cities and metropolises. The critical construction with the possibility of basing the design of conceptual tools that teach how to articulate this metaphor of plants, with the gestures of plants of plants for other forms of inhabiting that seek a more integrated development of the capabilities and resources and intangibles of materials and intangibles of human materials.

Keywords: vegetate yourself, to dwell, ecolog, project.





“Transformação é o nome do jogo. Vegetar é uma estratégia.”

[Vegetar o pensamento: manifesto e hesitação (OLIVEIRA, 2020, p. 11-12)]

O contexto contemporâneo é marcado por mudanças ontológicas, epistemológicas, políticas e ambientais em todos os setores das sociedades, ainda que empresas, corporações, dirigentes, grupos políticos, técnicos e especialistas ignorem as suas evidências. Tais transformações também incidem sob a forma de uma crítica, ampla e multifacetada, do modelo civilizacional moderno, capitalista, hegemônico, patriarcal, colonial, dominante e ocidentalizado (industrial e pós-industrial). As formas de acumulação, expropriação e espoliação capitalistas, que são realizadas por meio do crescimento e do desenvolvimento dos assentamentos humanos, das paisagens e dos espaços urbanos e rurais, sobretudo com as transformações das cidades e dos modos de vida, representam algumas das problemáticas que estão no cerne desse modelo. Ações antrópicas relacionadas à urbanização, ao extrativismo, à mineração, ao desmatamento e à produção agropecuária – em que pese o monocultivo latifundiário em escala industrial, mecanizado, altamente tecnológico e que faz uso indiscriminado de pesticidas, fertilizantes e sementes transgênicas – modificaram profundamente o habitat terrestre. Uma lista enorme de problemas, ameaças e riscos socioambientais decorre dos arranjos [1] que são constituídos em torno dessas ações, impactando populações inteiras, povos tradicionais, os ecossistemas como um todo e, sobretudo, produzindo a iminência de catástrofes combinadas em função do aquecimento global (MARQUES, 2015; LATOUR, 2020a; MARRAS, 2020).

As dinâmicas sócio-espaciais (as mais diversas) colocam em xeque (ao mesmo tempo) esse modelo de desenvolvimento e as suas hierarquias tradicionais de raça, gênero, família, espécies, saberes, modos de relação com o tempo, a memória, o corpo, a terra e seus ecossistemas, o invisível, o sublime, o sagrado etc. A esse respeito, Pelbart (2019, p. 16) qualificou o atual momento como um tipo de movimentação em curso comparada à das “placas tectônicas”, fazendo referência ao que Nietzsche denominou de “transvaloração de todos os valores”, o que implica mudanças (sem volta) nas nossas formas de sociabilidade e de existência, quer dizer, mudanças profundas de base e de sustentação da vida. Para Latour (2020b, p. 18),

existe um novo modo de perceber a condição humana, o de uma “universalidade completamente perversa” em que é possível sentir o solo ceder. Os processos migratórios em curso, de agentes humanos e não humanos (vírus, bactérias, gases atmosféricos, animais, plantas, rios etc.), cujas dinâmicas vêm sendo afetadas pelos impactos da dita civilização industrial, combinam-se de maneiras complexas e exigem esforços da humanidade para apreendê-los e lidar com seus efeitos (COSTA, 2020).

Algumas das diferenças sobre a discussão desse panorama hoje e os debates realizados em décadas anteriores é que o neoliberalismo pavimentou as condições políticas, culturais, econômicas e jurídicas para intensificar ainda mais o reacionarismo dos *fronts de modernização*. Além disso, a pandemia pelo Covid-19 nos atravessou e sacramentou a insustentabilidade global (tanto a escala como a velocidade das transformações) dos nossos modos de vida, de sociedade, de crescimento, de política, de relacionamento com os outros, de expropriação da natureza e das espécies (incluindo o próprio homem) e do próprio ritmo que determina o espaço e tempo (marcado predominantemente pelo ritmo da economia). Nesse quadro, cada ser vivo é acometido por certo “grau de sequestro, extorsão, extração, predação, apropriação, vampirização da existência coletiva e individual”, sujeitado pelo homem e suas atividades, culminando no esgotamento da própria vitalidade do mundo (PERLBART, 2019, p. 18).

Tal esgotamento, engendrado pela acumulação capitalista predatória, desregulamentada e que se quer *ad infinitum*, marca o que se chama de Antropoceno [2] com o testemunho de um processo global de devastação ou, como aponta Latour (2020b), uma profunda erosão do solo comum. Os efeitos desses fenômenos revela a “profunda e sensível interdependência ecossistêmica de esferas tradicionais e teoricamente divisadas, como hidrosfera, atmosfera, geosfera, e biosfera” (MARRAS, 2020, p. 38) [3]. Das alturas do céu às entranhas da terra tudo se conecta. Não há barreiras ou fronteiras que possam eliminar os efeitos combinados das mudanças climáticas e do que pode ser observado em relação ao Novo Regime Climático (LATOUR, 2020a) e/ou ao colapso ambiental (MARQUES, 2015).

Não é possível olhar para essa conformação da realidade (da vida) sem um certo “assombro”, pois exige como ponto de partida “as vidas que supostamente merecem viver e das que são condenadas a perecer” (PELBART, 2019, p. 14) [4]. A extensão dessa fronteira é maquinada e operada sob uma lógica sistêmica que abarca as espécies como um todo. O planeta e os ecossistemas vivem sob os riscos socioambientais diretamente ligados às atividades humanas que, além de serem equivocadas e destrutivas, dizem respeito a um projeto de mundo e de humanidade que trazem consigo uma intencionalidade (MCDONOUGH, 2013a). Até o presente momento, o projeto modernizador realizado por meio da *metrópole global integrada* tem sido “o projeto e o resultado da histórica colonização ocidental que entregou nas mãos do capital no mínimo um planeta” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 26). A metropolização do espaço-tempo é famigerada como um dos principais eixos tecnológicos de realização da acumulação de capital (CONSELHO NOTURNO, 2019). Mudar essa intencionalidade humana é também mudar de projeto e implica criar outros modos de fabricação, transformar e metamorfosear o estado de hoje em outra coisa. Isso passa pela mudança e a reinvenção do pensamento, dos valores e das práticas. Em última instância, trata-se de criar outro ethos com o propósito de integrar o espaço e tempo às diversidades e pluralidades sociocultural e socioambiental, em co-criação com a natureza, em “coabitação, coevolução e socialidade interespecífica” (HARAWAY, 2021, p. 12).

Se na primeira década do milênio Stengers (2015, p. 8-9) já alertava sobre ser este (o conhecimento das problemáticas da realidade e a iminência de uma vida bárbara) um saber comum tão evidente que deveria nos levar a “arrombar a porta”, isto é, “questionar a capacidade daquilo que hoje se chama de desenvolvimento” (a perspectiva de crescimento, identificada com o progresso), agora trata-se mais de demolir toda esta casa, implodir a sua estrutura e torná-la escombros. No entanto, a autora lembra que é preciso reconhecer a diferença abissal entre o que se conhece e o que nos mobiliza, a fim de superar uma vida em suspensão, apática e inerte. Tratar a crise global (que é política, social, ecológica, ambiental, econômica, cultural e do conhecimento) [5] e construir um futuro que não seja bárbaro

são imperativos de urgência e emergência (STENGERS, 2015). É mais claro e nítido que as dinâmicas sócio-espaciais, ou geosociais como identifica Latour (2020b; 2020c), evidenciam o fracasso das promessas de prosperidade e de emancipação anunciadas pela modernidade e o projeto de globalização, e que jamais chegariam a beneficiar a todos pelo simples fato de que “não existe mundo compatível com todos os nossos projetos de desenvolvimento” (LATOURE, 2020b, p. 102).

Nesse contexto, em que somos forçados a pensar e transformar coletivamente o que entendemos por vida, subjetividade e política, Pelbart (2019, p. 17-18) sugere que sejam apreendidas e fabricadas *estratégias vitais* – não antropomórficas, mas em intimidade com o reino vegetal e animal – para lidar com o “*assalto à existência na sua mais íntima e pública dimensão, corporal e anímica, libidinal e artística*”. O desafio é justamente “arrancar a vida de sua camisa humana, demasiado humana (cientificista, organicista, determinística, finalizada, antropológica)” (PELBART, 2019, p. 28). Nessa esteira, é possível observar o interesse renovado pela vida vegetal em diferentes áreas do conhecimento em função do lugar central que as plantas ocupam no debate contemporâneo acerca da crise ambiental, climática e ecológica em curso. Além disso, ela oferece o testemunho das suscetibilidades do sistema Terra, iluminando tanto as questões referentes à degradação quanto da regeneração (MARRAS, 2020). Esse interesse também resulta da necessidade de exercitar a alteridade que se faz urgente na ação e no pensamento de conectar-se com o(s) outro(s), incluindo os não humanos num planeta que abriga uma diversidade de seres vivos [6]. As plantas e o mundo vegetal são tomados aqui como agentes de potência, capazes de comunicar formas e mecanismos outros de organização e de produção do espaço e do tempo, com impactos diretos sobre as relações constitutivas do *habitar* e do *habitat* dos demais seres vivos.

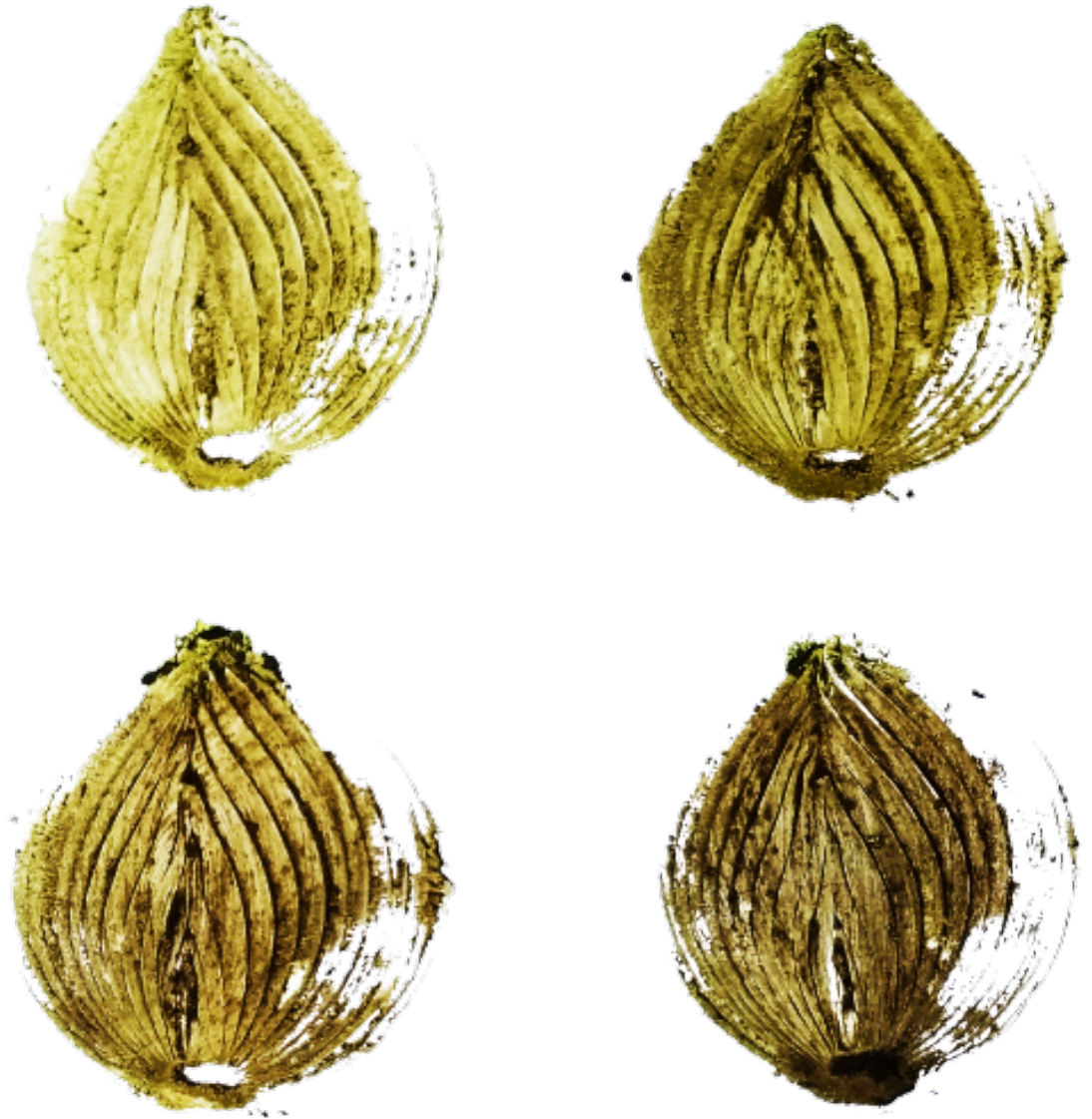
Nesse sentido, o trabalho aqui proposto busca explorar a noção de vegetar-se (OLIVEIRA et al, 2020) como uma estratégia vital por meio da qual é possível construir um habitar mais forte (CONSELHO NOTURNO, 2019), cujas relações multi e interespecíficas se colocam nas fronteiras do pensamento e das agências sobre a vida, o espaço, o tempo, a subjetividade, a

política, a ecologia e os diferentes projetos de mundo. O objetivo é refletir sobre essas noções e seus desdobramentos a fim de identificar pistas [7] que possam oferecer outras perspectivas e qualidades sócio-espaciais, socioculturais e socioambientais para a construção subjetiva, teórica e prática do projeto e da produção da arquitetura e das cidades. Para tanto, foi realizado um mapeamento a partir de pesquisa bibliográfica, sob consulta de fontes primárias e secundárias, com o desenvolvimento posterior de análises e sínteses.

De maneira geral, o trabalho é um convite aos arquitetos, urbanistas, designers e planejadores urbanos, a tentarem compreender, no registro do discurso silencioso das suas práticas teóricas e profissionais, uma ordem possível que não se exprima em termos estritamente humanos, um lugar em que a centralidade da espécie humana é questionada e que se procura pensar com o outro, exercitar a alteridade e transpor a intencionalidade humana de domínio. Entende-se que é necessário e possível uma desnaturalização da espécie humana no seio da razão e, com isso, também a desnaturalização das relações sócio-espaciais que constituem as paisagens urbanas e os modos de vida nas cidades de maneira apartada da natureza. Sendo assim, é importante apreender, por meio do emaranhado conjunto de relações que os seres vegetais estabelecem com o mundo, as concepções e padrões que apresentam e utilizam para qualificarem suas existências, configurando princípios de organização e fabricando estratégias, astúcias e engenhosidades que ainda serão descobertas. O trabalho a seguir é também uma tentativa de iniciar um diálogo a respeito desses elementos.

Vegetar o Pensamento, as Práticas e o Projeto

A história natural revela como a perspectiva antropomórfica (dominante) orientou a assimilação da fisiologia vegetal por meio da fisiologia animal com base nos interesses (valorativos) da própria constituição da espécie humana. No século XIX desenhou-se os princípios de reversibilidade do modelo



antropomórfico que, de modo geral, incidia sob a configuração de uma estrutura hierárquica na qual o animal era tomado como modelo do vegetal, e o homem como modelo do animal (OLIVEIRA et al, 2020; PIMENTA, 2020). Essa assimilação recobria uma “analogia entre técnica humana e forma natural, como se os seres vivos fossem produtos de uma arte, máquinas concebidas, desenhadas ou fabricadas por uma inteligência” (PIMENTA, 2020, p. 31). Tal mentalidade contribuiu com o condicionamento e a modulação do pensamento, dos saberes e dos fazeres de modo a identificar o homem como a medida de todas as coisas. Dessa forma, o conhecimento sobre os reinos naturais é tensionado, ao longo da história, pela perspectiva antropomórfica, pela reversibilidade do seu modelo e pela (des)hierarquização das espécies (PIMENTA, 2020).

Segundo Oliveira et al (2020), é possível diferenciar dois paradigmas do pensamento que se fazem evidentes a partir do interesse renovado pela vida vegetal: o da *cegueira vegetal* e o da *virada das plantas*. A relação entre esses paradigmas não é, necessariamente, dicotômica. A forma como estão expostos aqui (QUADRO 1) tem apenas o objetivo didático de mostrar o conjunto de princípios que orientam a agência de cada um. Além disso, busca-se evidenciar o modo como o segundo se realiza: na *qualidade de crítica e alternativa* ao primeiro. Por outro lado, esses paradigmas também dizem respeito ao modo como apreendemos, ou podemos apreender, a natureza e as relações interespecies.

A *virada das plantas* ocorre entre a pluralidade de perspectivas, vozes e formas de engajamento com as plantas (outras linguagens, teorias, práticas, caminhos conceituais e éticos). Nela, procuram-se meios de realizar alianças com os diversos seres que conformam o cosmos, sem que o humano reclame qualquer excepcionalidade. Ao mesmo tempo, questiona-se: “com quem e de que modo aprender a revisar os vínculos com as plantas?”; “seguir dobrando uma natureza mais e mais excessiva e indeterminada (e por isso tão perigosa quanto auspiciosa) ou desenvolver artes de dobrar-se com ela?” (OLIVEIRA et al, 2020, p. 11). Como afirma Oliveira et al (2020, p. 11), “ao modo das plantas, há pressa em vegetar”, elas “são trilha e morada de outros seres”.

Quadro 01: Paradigmas e padrões acerca da vida vegetal. Fonte: Organizado pelo Autor (2022) com base em

paradigma da cegueira vegetal	paradigma da virada das plantas
desvaloriza a vida vegetal	reconhece a centralidade da vida vegetal para a continuidade da vida e das espécies
compreende o mundo vegetal e a natureza como recursos a serem explorados ou protegidos	compreende os mundos vegetal, animal e de outros não humanos como sujeitos sencientes
reduz o mundo vegetal à paisagens objetificadas e associadas	responsabiliza o mundo vegetal pela dinâmica, a vitalidade e a multiplicidade de relações socioecológicas entre espécies, entre espécies e coisas, e entre coisas
caracteriza o mundo vegetal a partir da inércia, apatia, fixidez, imobilidade, ausência de consciência, sentidos e palavras	caracteriza o mundo vegetal a partir da vitalidade, da combinação de solidez com flexibilidade, dos fluxos, conexões e comunicações rizomáticas, da senciência e modos outros de linguagem
baseia-se no modelo de <i>plantation</i> de (des) fazer o mundo, conforme o modo de vida capitalista	baseia-se em modelos complexos de promoção da diversidade social e biológica, conforme o modo de vida dos povos tradicionais
desenvolve-se por meio de saberes estáticos	desenvolve-se por meio de saberes não estáticos (em constante experimentação, transformação e invenção)
compreende a organização social com base numa arquitetura centralizada, hierárquica, homogênea, linear	compreende a organização social com base numa arquitetura cooperativa, distribuída, polinuclear, adaptativa, heterogênea, complexa

A estratégia de vegetar-se diz respeito ao modo como pensamos, fabricamos, construímos e habitamos o mundo. Também trata-se de uma “aposta de resistência feita de alianças rizomáticas com formas agroflorestais do passado, do presente e dos futuros possíveis – nunca sem a destacada presença feminina.” (OLIVEIRA et al, 2020, p. 12). O primeiro aspecto desse desafio é deixar de usar as plantas somente pelo que elas produzem, mas antes aprender com elas. Em a *Revolução das plantas* e a *Planta do mundo Mancuso* (2019; 2021) mostra como o mundo vegetal desenvolveu relações ecossistêmicas muito diferentes dos animais, indicando um outro modelo de modernidade com soluções para inúmeros problemas da humanidade e que vão desde a relação com matérias-primas, autonomia energética, táticas de resistência, até estratégias adaptativas. As plantas possuem presença, corporeidade, materialidade, semiótica e vivência. Estão inseridas em processos, abordagens, emergências, diferenças, especificidades, espacialidades, temporalidades e historicidades que se relacionam ao corpo da tecnociência.

Na prática, o homem sempre utilizou uma determinada arquitetura (um cérebro central que governa e órgãos que executam os seus comandos) para “reproduzir os fundamentos da organização animal na fabricação de seus instrumentos”, estabelecendo a forma e a estrutura dos projetos que realiza (MANCUSO, 2019, p. 11). Alguns podem, quando muito, chegar a tomar a raiz como representação do seu desenvolvimento, pois ainda preserva um núcleo ou unidade principal pelos quais operam a lógica binária e suas derivações, sem que o pensamento possa (re)conhecer a multiplicidade (DELEUZE e GUATTARI, 2011). Tais modelos reforçam a configuração hierárquica e centralizada das próprias sociedades, com a única vantagem de fornecer respostas rápidas (MANCUSO, 2019) [8].

Enquanto não entendermos qual é a nossa posição entre os seres vivos, a própria sobrevivência da nossa espécie se apoiará em bases incertas. O fato é que os modelos ecológicos ancorados na competição animal se tornaram os modelos pelos quais descrevemos o mundo dos seres vivos, ao

passo que os modelos sustentados em uma visão cooperativa da vida, para a qual há um número enorme de provas, porque vêm do reino vegetal, são ignorados, apesar de, em alguns casos, terem uma força apelativa que parece impossível não as considerar. (MANCUSO, 2021, p. 83)

Não existe um manual de “boas práticas” que possa, efetivamente, reconectar parte da humanidade às relações biodiversas do sistema terrestre. E nem se trata disso. O *vegetar-se* (como *tornar-se*) se fará enquanto práxis, enquanto modo de viver, enquanto forma de territorializar-se, enquanto habitar. As plantas representam um meio para a constituição dessas relações. A forma de se afetar por elas diz respeito não somente ao contato e às vinculações, mas a todo um universo de possibilidades (vivências), cosmologias, representações, movimentos, fluxos e interações, que colocam a humanidade em perspectiva com todos os seres – animados e inanimados, reais e imaginários. Para além da sua atribuição como suporte, a vida vegetal revela uma multiplicidade de agenciamentos capazes de atravessar todas as existências terrestres, de configurar e modular temporalidades e espacialidades – “as paisagens e as plantas carregam a história humana e, através do estudo dessas paisagens, podemos reconstruir a história humana juntamente com a memória das pessoas” (LEVIS, 2022, p. 33). Aqui, as plantas ou a vida vegetal não são um pretexto ou álibi para se discutir outros temas, problemas ou situações. Se tomarmos a noção das espécies *companheiras* de Haraway (2021, p. 20) podemos entendê-las, historicamente, como inseridas em “relacionamentos coconstitutivos”, o que significa dizer que nem elas e nem os demais seres preexistem à *relação*, mas encontram-se em coevolução com toda vantagem e desvantagem, incômodo e prazer, acolhimento e violência, que o nexo “cultura-natureza” possa oferecer.

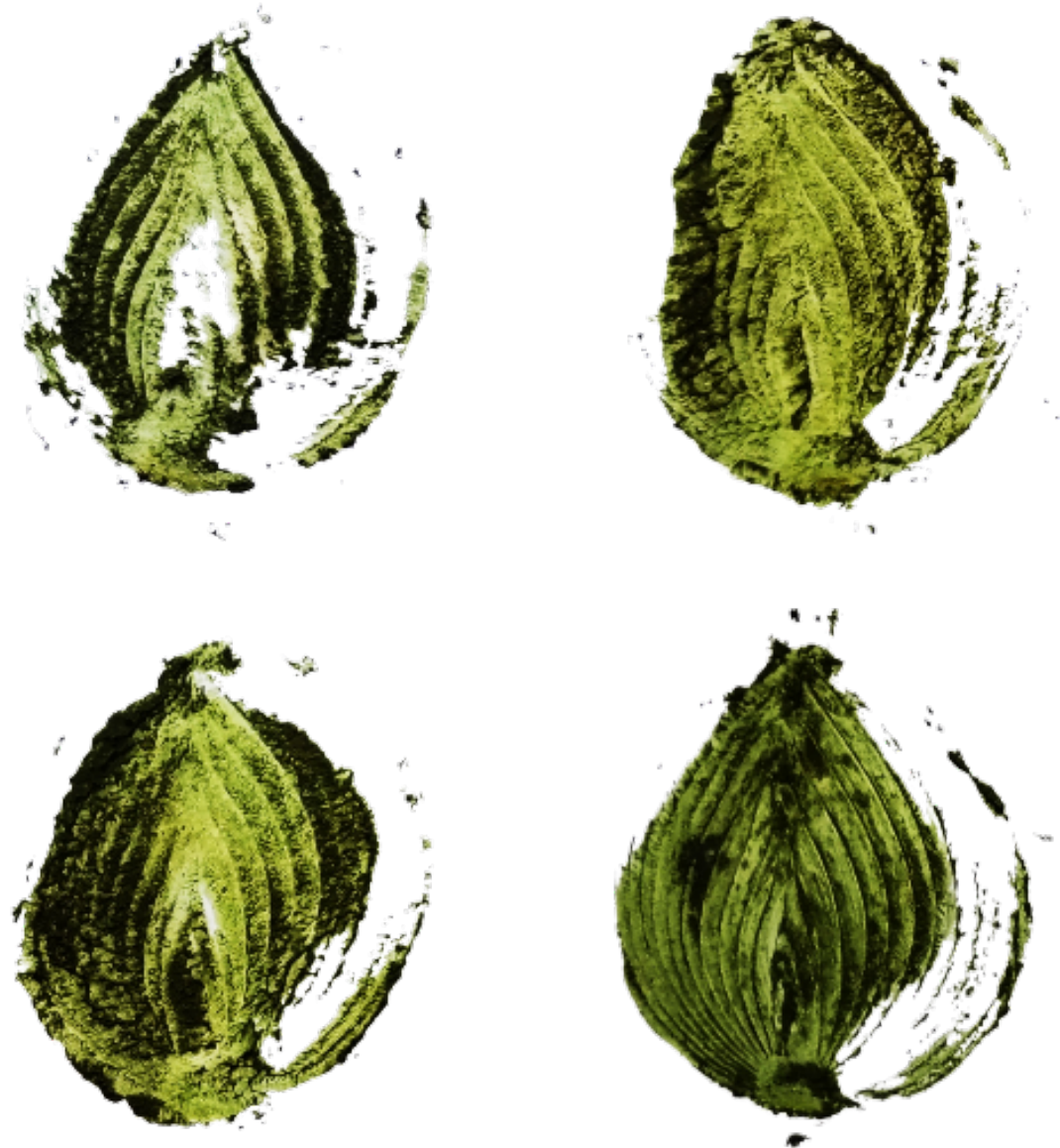
Na sequência, são descritos um conjunto de pistas que podem ser compreendidas a partir dessa estratégia que foi traçada aqui: *vegetar-se*. Mas primeiro, foi destacado uma das finalidades pela qual essa estratégia se realiza como resistência e oposição ao modo de produção das cidades, das

metrópoles e do habitat: *construir um habitar mais forte*. A organização das pistas possui uma orientação difusa (ainda que mediada por conceitos bem determinados), sem qualquer pretensão de validade universal. O que se apresenta aqui são conexões (umas mais fortes, outras mais fracas) feitas a partir de um determinado momento de pesquisa (preliminar, inicial), de entendimento e de exploração das múltiplas abordagens e perspectivas, das relações e conseqüências práticas e teóricas, em torno dos problemas e da temática trazidos aqui. Em última instância, o conjunto das pistas encontra-se em constante modificação, aberto à diversidades (para somar e diminuir), podendo servir de motivo para um mapeamento feito a muitas mãos sobre o que pulula, influencia e define nossos horizontes teóricos, práticos e projetuais no contexto contemporâneo da produção de conhecimento, dos espaços e tempos e das nossas experiências de vida.

Estratégias Vegetais (Vitais) para um Habitar Mais Forte

A expressão “*para um habitar mais forte*” faz referência ao título do livro *Um habitar mais forte que a metrópole* do Conselho Noturno (2019, p. 7) [9] que, por sua vez, faz referência ao slogan autonomista italiano da década de 1970: “*un comunismo piú forte della metropli* [um comunismo mais forte que a metrópole]”. Ao retomar esse *slogan*, o Conselho Noturno (2019) tinha o objetivo de realizar uma reconstituição histórica da autonomia e também propor programaticamente uma atualização contemporânea do comunismo, observando-se o papel da metrópole na organização difusa da sociedade. A intenção aqui não é retomar ou fazer uma releitura do movimento que o Conselho Noturno (2019) realiza, mas assinalar a potência com que abordam a dimensão do habitar como contraponto ao modelo de produção das cidades encarnado na metrópole.

A metrópole é um diagrama gestional e proliferante, é a própria organização dos espaços e dos tempos sob a lógica do capital



cibernético-financeiro, dirigida para o máximo rendimento, controle e eficiência, ao tempo da simultaneidade dos sinais digitais e da retroalimentação contínua de dados. A metrópole é inseparável de “tecnologias e ciências de governo” e da “formação de um mercado e de uma esfera particular de produção”, absorvendo e reagrupando os processos fordistas e toyotistas em uma gestão imperial de novos escravos. (BARBOSA, 2019, p. 14)

Essa crítica à metrópole, que busca compreender o que ela é, o que se passa nela, os sujeitos que nela habitam e os modos de vida produzidos por meio dela, fundamenta-se na ideia de que o seu modelo de desenvolvimento e o próprio poder confundem-se hoje com os ambientes numa escala planetária (CONSELHO NOTURNO, 2019). Como tal, “cada humanoide se torna um usuário de sua cidade-dispositivo, um turista desarraigado contemplando sua própria impotência e morte cronometradas” (BARBOSA, 2019, p. 16) [10]. O resgate da dimensão do habitar realizado pelo Conselho Noturno (2019) trata da possibilidade de reconciliação com a natureza, com a construção de um ethos que compreende a inseparabilidade das *formas-de-vida* dos seus territórios.

Quando um povo é expulso de suas terras, um mundo é destruído. Uma oca indígena é a continuação por outros meios da própria floresta, que devém habitação humana, assim como o iglu não é nada mais que a continuação por outros meios do vento glacial, mas tornado habitável. (BARBOSA, 2019, p. 16-17).

Um *habitar mais forte* diz respeito, em última instância, às formas de desativar o colonialismo [11] que atravessa nossos corpos e maneiras de viver, trata-se de um gesto antibiopolítico (CONSELHO NOTURNO, 2019). As cidades desempenham um papel fundamental, uma vez que as possibilidades de sobrevivência dependem da forma como são pensadas, organizadas, planejadas, construídas e imaginadas (MANCUSO,

2021). Até agora, essas atribuições ficaram a cargo dos arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos, do setor imobiliário, das grandes empresas e corporações ligadas à tecnologias e à comunicação. No entanto, trata-se de um exercício contínuo de todos e para todos. Há algum tempo que Maricato (2014) realiza a defesa a favor de instituir a *alfabetização urbanística* como condição fundamental da experiência, da sobrevivência e da formação dos indivíduos. Tal processo coletivo, permitiria a todos construir soluções contra os rumos ambientalmente predatórios da realidade urbana e rever o corpo técnico e explicativo (ideológico) que a torna objeto e meio para as formas de segregação (sócio-espacial, socioeconômica, sociocultural, socioambiental etc.).

Pimenta (2019, p. 32-36) observa que foi com o advento e o avanço dos processos de urbanização e de realização tecnológica da cidade moderna que o homem (perdido de si mesmo, desconectado da natureza) instaurou brechas e aberturas para a desnaturalização da própria espécie. Esse movimento permitiu que considerasse um ponto de vista extrínseco e uma história para além da sua, inscrita em vestígios e fósseis tal qual o *palimpsesto* das sedimentações geológicas e as sucessões das construções na paisagem urbana. Mesmo assim, a herança cultural nos levou a modelar e produzir cidades a partir da separação entre um *lado de fora* (da natureza ‘selvagem’, perigosa) e um *lado de dentro* (em que a natureza é totalmente removida) (PIMENTA, 2019). Essa cisão se integra à questão dos territórios – de como defendê-los, como viver neles de maneira autônoma, fora do e contra o poder –, e sua superação desponta em vários horizontes revolucionários contemporâneos [12] (CONSELHO NOTURNO, 2019).

No mundo da teoria do planejamento, os humanos são os únicos atores. [...] Às coisas não humanas não se atribui o mesmo status ontológico dos humanos. Em vez disso, são apresentados como objetos materiais passivos a serem manipulados por meio de regulamentações, acordos informais e incentivos, Na ação comunicativa, na legislação e nas teorias do direito à cidade, as coisas não humanas são epifenômenos.

Só o ser humano tem significado teórico.
(BEAUREGARD apud MANCUSO, 2021, p. 56)

Cabe destacar que, embora o processo de urbanização seja compreendido como um fato (fenômeno) social, cultural e tecnológico de grande poder e representatividade da capacidade humana, do ponto de vista biológico sua expansão geográfica (como o processo humano de colonizar ambientes) tem transformado a nossa espécie num organismo especialista [13], capaz de sobreviver apenas em habitats bem determinados (MANCUSO, 2021). De acordo com Mancuso (2021), as cidades representam o nicho ecológico [14] por meio do qual os humanos se especializaram, determinando, assim, um único lugar que lhes permite sobreviver com melhores chances. Se por um lado a especialização humana no meio urbano pode trazer algumas vantagens, como acesso a recursos, eficiência, defesa e difusão da espécie, por outro, ela pode oferecer grandes riscos quando o nicho ecológico (ambiente) não é estável ou deixa de ser estável (MANCUSO, 2021). Nesse caso, é sintomático que as consequências do aquecimento global, por exemplo, coloque em xeque os modelos de assentamentos construídos por meio das cidades e dos espaços urbanos, revelando a fragilidade e vulnerabilidade da nossa espécie ao tomá-los quase que exclusivamente como nosso nicho ecológico. Como tal, é preciso “mudar nossa representação da cidade”, transformá-la em um “nicho ecológico duradouro” (MANCUSO, 2021, p. 70).

Em síntese, as possibilidades de superação do modelo colonial de agenciamento da natureza, dos modos de vida, das formas de organização, produção e reprodução das sociedades (encarnadas nas cidades), especialmente sob a forma e a dinâmica da metropolização dos espaços-tempos, passam por uma estratégia vital: *habitar em comum* [15]. Isso quer dizer um *habitar mais forte*, constituído exatamente na partilha e no entrelaçamento das formas-de-vida (toda forma de vida) com territórios bem determinados, nos quais pode-se “crescer, fortalecer-se, organizar-se, cuidar de tudo aquilo que está ao alcance de suas mãos” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 20). Portanto, em sentido geral, vegetar-se é habitar em comum [16], é habitar mais forte, é redefinir o terreno presente da conflitualidade histórica para o ambiente, o entorno, os

espaços, as cidades, os territórios que se habita e a relação que se estabelece com todas as outras espécies.

Do ponto de vista da produção das cidades, essa estratégia que toma a forma de vida atrelada a um projeto de mundo, não pode ser efetivada com um planejamento *a priori*, isto é, por meio da criação de modelos que se impõem às cidades e aos modos de vida a partir do exterior, do lado de fora. É fundamental aprender com os povos do passado e do presente, das florestas e das matas, dos rios e das montanhas, como se opera a produção da paisagem mediante relações biodiversas entre espécies vegetais e animais. É preciso reconhecer nos processos tecnológicos [17] todas as formas de exploração e dominação sobre todo e qualquer ser e sobre todo e qualquer ambiente, buscando superar os quadros de destruição e, concomitantemente, explorar as possibilidades técnicas do diálogo entre os múltiplos saberes (da ciência, das culturas, dos povos e dos especialistas). É importante olhar as cidades como dinamizadoras de redes de comunicação, de sociabilidades, de práticas sócio-espaciais humanas e não humanas e de elos de conexão interespecies. A vida vegetal pode oferecer as pistas sobre os meios pelos quais essas relações podem acontecer.

Aterrar

Aterrar é uma expressão utilizada por Latour (2020c) para designar um movimento político e transformativo (uma ação reflexiva) de compreensão, investigação e de vivência da realidade com base numa outra visão da natureza. *Aterrar* significa mudar de direção, rumar ao terrestre, definir as relações sociais não somente nos termos da luta de classes mas também em relação à uma geo-logia, quer dizer, em termos geo-sociais seguindo o critério do território e das lutas que nele se expressam. No limite, trata-se de construir outra Política-Natureza com base na conjugação dos interesses geo-sociais (no terreno concreto) e a capacidade de ação-mobilização (LATOURE, 2020c).

Com base nesse chamamento, Latour (2020c) realiza uma crítica sobre a racionalidade científica e o modelo positivista de conhecimento, passando pela divisão entre ciências sociais e naturais e a falsa dicotomia entre questões sociais e questões ecológicas. O autor chama a atenção para a insuficiência da ecologia em realizar uma mobilização social à altura dos desafios, mas também, da mesma forma, para o insucesso dos movimentos sociais (principalmente sob o marco da luta de classes e seu caráter materialista, concreto, empírico, aplicado, marxista) ao não abraçarem as questões ecológicas.

[...] a cartografia tradicional das lutas de classes sociais permite compreender cada vez menos a vida política – com as análises se limitando a lamentar que as pessoas “não seguem mais seus interesses de classe” –, precisamos ser capazes de esboçar um mapa das lutas das localidades geo-sociais como forma de finalmente identificar quais são os verdadeiros interesses nelas envolvidos, com quem é possível se aliar e quem será preciso enfrentar. O século XIX foi a era da questão social; o século XXI, por seu turno, é a era da nova questão geo-social. (LATOURE, 2020c, não p.)

Latour (2020c) argumenta que é imprescindível modificar a visão de mundo e da natureza para lidar com os desafios contemporâneos, o que também significa desempenhar novas funções políticas. Do ponto de vista conceitual, o autor refere-se à terra com letra minúscula para designar “o quadro tradicional da ação humana – os humanos na natureza” –, enquanto ‘Terra’ com letra maiúscula refere-se à “potência de agir”, isto é, o papel político desse processo, ainda que não instituído (LATOURE, 2020c, não p.).

Nessa esteira, um dos primeiros desafios é desconfiar e desmanchar as definições dos modernos acerca da matéria, sistemas de produção, natureza, espaço e tempo, para questionar o realismo nunca implantado pelo progresso, pelo desenvolvimento e pela modernização. Tal momento serve para desmistificar a concepção de natureza (difícil de se politizar) que a tomou como ilusão do global (um horizonte da modernidade), cujo mecanismo de apreensão das coisas parte sempre do distante – “como se elas fossem exteriores ao mundo social

e completamente indiferente às preocupações dos humanos” (LATOURE, 2020c, não p.). Essa concepção, que corresponde à própria declinação do Globo, à invenção dos objetos galileanos, à Terra como planeta do universo infinito e à chamada visão mecanicista, foi elaborada de tal modo que o conhecer se confinou ao conhecer desde o exterior, limitando “a ação humana mediante o apelo a supostas leis de uma natureza objetiva que não poderiam ser questionadas” (LATOURE, 2020c, não p.). Por outro lado, já o Terrestre trata dos mesmos agenciamento só que de perto, “como interiores aos coletivos e sensíveis à ação dos humanos” – tal diferença de perspectiva suscita “uma nova distribuição das metáforas, das sensibilidades, uma nova libido sciendi fundamental tanto para a reorientação quanto para a reinvenção dos afetos políticos” (LATOURE, 2020c, não p.).

Temos de ser ainda materialistas e racionais, só que dessa vez deslocando essas virtudes para o terreno correto. E isso porque o Terrestre não é de forma alguma o Globo; assim, é impossível ser materialista e racional da mesma forma em relação a ambos.

Se o planeta acabou se distanciando do Terrestre, foi por se ter acreditado que a natureza vista do universo poderia pouco a pouco substituir, recobrir, banir a natureza vista da Terra, aquela que abarca, que poderia ter abarcado, que deveria ter continuado a abarcar, desde o interior, todos os fenômenos de gênese. [...] ver a terra a partir de Sirius é apenas uma pequena parte do que temos direito de saber positivamente [...]. A inevitável consequência de tudo isso foi que passamos a notar cada vez menos o que se passava na Terra. Ao adotar a perspectiva de Sirius, arriscamos necessariamente perder de vista muitos acontecimentos, ao mesmo tempo em que criamos muitas ilusões sobre a racionalidade ou a irracionalidade do planeta Terra! (LATOURE, 2020c, não p.)

Nesse sentido, nos planos do conhecimento e da experiência aterrorar também significa superar a confusão entre a visão global (planetária) – “a natureza-universo vista de lugar nenhum” – e o Terrestre, a dicotomia entre o real (exterior, objetivo e conhecível) e o interior (irreal, subjetivo e incognoscível), a cisão entre o objetivo (moderno, progressista) e o subjetivo (arcaico,

ultrapassado), a separação entre humanos e não humanos; observando quais dinâmicas ou fenômenos (vetores) contribuem com tais agenciamentos, representando e visualizando-os de perto, sem perda de rigor, objetividade ou racionalidade (LATOURETTE, 2020c, não p.). Em última instância, aterrar é (re) estabelecer *artesanias com a terra*, em toda e qualquer prática sócio-espacial, cotidiana e científica.

Construir sensivelmente

A arquitetura e o urbanismo modernos, nascidos do espírito desenvolvimentista da modernidade, figuraram algumas visões e projetos com relativa integração da vida cotidiana a um suposto espaço natural (áreas verdes milimetricamente modeladas). Entretanto, o que aconteceu foi uma perda do lugar e da ideia de comunidade em função do próprio modelo capitalista de agenciamento das cidades e da natureza. No contexto da contemporaneidade, o ambiente físico é meramente uma matéria a ser manipulada indiscriminadamente pelos homens, e a arquitetura por sua vez vangloria-se de uma cultura tecnológica que exige máquinas de viver em vez de habitats (HARRIES, 2013).

Harries (2013) tece uma crítica ao papel da arquitetura e urbanismo na relação de desconexão com o ambiente e a natureza, apontando um caminho que deve partir de outra compreensão do que significa habitar, para então estabelecer uma função ética dessas atividades. Esse habitar é distinto (outro) da forma como o tempo e o espaço modernos destinaram ao homem um habitat homogêneo, indiferente ao lugar, quase equidistante, deslocado, referente à razão da ciência e da tecnologia. Para o autor, a objetividade instrumentalizada (baseada na ciência e na tecnologia) operacionalizou um deslocamento do homem corporificado para um puro sujeito pensante, perdido nas contradições das investidas que realizou contra as distâncias, vivendo desabrigado e sendo incapaz de localizar-se, isto é, de constituir o seu próprio ethos (HARRIES, 2013).

De acordo com essa perspectiva, o ato de construir é indissociável do ato de viver. “Construir é ajudar a decidir como o homem vai habitar a terra, ou mesmo se chegará habitá-la ou se ficará vagando pelo mundo sem destino” (HARRIES, 2013, p. 426). Portanto, ambiente e paisagem não são um material (matéria-prima) para manipulação, controle e extração, ou de apropriação por uma plasticidade capitalista, produtivista, imperialista, patriarcal e antropocêntrica. Tratam-se da possibilidade real do homem abrir-se “à linguagem natural do lugar e do tempo”, de reestabelecer o “ethos perdido de ambientes” e, com isso, construir um verdadeiro espaço de habitação e de interação (HARRIES, 2013, p. 427).

Tais mudanças devem, segundo McDonough (2013, p. 437), destituir da prática projetual e dos sistemas de produção a “tirania distante”, que corresponde a todos os mecanismos e relações a nível global que permitem em diferentes localidades a continuidade de processos de destruição da natureza e a perpetuação de uma linguagem industrial do projeto (de mundo), pondo em risco a capacidade de sustentação da vida pela Terra. O ponto de vista ecológico de McDonough (2013a; 2013b; 2013c) assenta-se num conjunto de padrões éticos [18] que tomam a natureza como modelo de desenvolvimento. Eles podem determinar uma outra intencionalidade humana de projetar e fabricar o mundo, baseada no respeito aos sistemas vivos, na interdependência das espécies e seus direitos, nas estratégias de reciclagem dos ciclos naturais, na complexidade e inteligência dos fluxos de energia e no metabolismo criativo da biodiversidade. Esses são elementos que fundamentam um construir sensível.

Nesse sentido, o diálogo entre ecologia, ética, cultura, projeto, construção e produção, deve contribuir para outras articulações (complexas) das interações entre seres, objetos, técnicas, tecnologias e ambientes, que tornem os modos de construir sensíveis à natureza e seus processos naturais. Com isso, deve-se deixar de produzir determinados materiais e eliminar dos sistemas contemporâneos de construção as atividades e os materiais tóxicos; fazer uso de recursos de fontes renováveis; ressignificar as técnicas-construtivas ancestrais e autóctones; constituir outras relações de trabalho, que não dividido e

expropriado, fundamentado na livre cooperação e no saber-fazer; integrar a vida vegetal ao modo de organização dos espaços, sob a determinação de melhorar a qualidade ambiental urbana e doméstica.

Fazer uso da (bio)diversidade

A relação dos humanos com os espaços vegetais, seja qual for a morfologia e a escala dos espaços vegetais (quintal, jardim, canteiro, praça, parque, campo, floresta etc.), resulta de uma série de transferências materiais e imateriais, simbólicas e identitárias, dependentes dos ciclos e atividades metabólicas e do processo contínuo de cuidados (coexistência) em torno desses espaços. Como bem observa Oliveira et al (2020, p. 11), “plantas são trilha e morada de outros seres. Humanos colhem e pássaros bagunçam os frutos. Abelhas fazem festa nas flores. Galhos se comunicam com o vento, raízes com as hifas, sementes pegam carona nos fluxos e asas”.

Essa relação foi historicamente suplantada pelos imperativos da produção capitalista de alimentos e do espaço, com base em modelos de baixíssima cobertura vegetal – nos campos predominam o monocultivo e a agropecuária com sua vastidão de pastagens, e nas cidades sobressaem os *espaços minerais*, as superfícies artificiais, escuras e impermeabilizadas (MANCUSO, 2021). Contudo, comunidades e povos tradicionais ainda vivem e resistem mantendo estreita relação com o entorno que habitam, com as plantas que cultivam, com o manejo das florestas e das águas. Por outra parte, comunidades e grupos urbanos vêm buscando fortalecer cada vez mais as práticas agroflorestais, a produção comunitária por meio de hortas urbanas e o cuidado com jardins.

Observando os diversos modos de viver de grupos indígenas, Emperaire (2020) mostra de que maneira alguns deles tomam a roça como um meio para orientar suas condições de subsistência e estabelecer a completude do bem-estar familiar. Além disso, a dinâmica da roça permite que possam construir, transferir e

difundir coleções de plantas e sementes, fortalecer sistemas de conservação e de variabilidade genética, ao mesmo tempo atribuir aos indivíduos a responsabilidade sobre determinadas espécies como parte de um trabalho e de um pacto coletivos.

Os estudos de Emperaire (2020) traz referências de como se fazer uso da biodiversidade, cuja apropriação não ocorre aos moldes da agronomia, da botânica ou do paisagismo ocidentais. Uma relação biodiversa é fortalecida por meio de um espaço vivido. Isso leva ao questionamento sobre o que se vê, o que se produz e como se constrói. As paisagens guardam mais que catálogos de plantas. Elas comunicam um suporte visual de diversidade, embora não se restrinjam a ele. No caso dos grupos indígenas, o cultivo de manivas [19] por exemplo, determina duas funcionalidades diferentes em suas vidas: “uma é marcador de uma diversidade estética que enfeita as roças, outra, de uma soberania alimentar” (EMPERAIRE, 2020, p. 63).

Outro aspecto relacionado às plantas, mais especificamente aquelas que são cultivadas, é como estas podem se tornar vetores de relações sócio-espaciais, circulando ativamente entre parentes, amigos, conhecidos e não-conhecidos, e estabelecendo uma diversidade em movimento. A circulação das plantas pode desenhar redes não mercantis, não programadas, de grande valor de uso, aberta a todos, sem direitos de exclusão, constantemente ativadas, renovadas e alargadas. Com base nessas atribuições, pode-se entender as plantas como um “artefato”, que faz parte de uma “complexa rede de propósitos, de práticas, que evoca sempre alguma coisa que está além de sua função e de seu aspecto formal”, fundamentalmente integradas à diversidade de regimes específicos e locais de produção e apropriação (EMPERAIRE, 2020, p. 64).

É importante que nós, habitantes das cidades, possamos potencializar estas redes de circulação das plantas, fazer um bom uso da biodiversidade e favorecer todo o conjunto de trocas possíveis. Nesse sentido, também nos cabe destituir as noções que reduzem as plantas a objetos de produção ou a objetos decorativos de cenários, como ocorre no mercado global de alimentos e na comercialização de plantas ornamentais, ou mesmo nas tradições convencionais do paisagismo nas

idades. Do ponto de vista da produção, do planejamento e do desenho das cidades, destaca-se a importância do Desenho Ambiental (FRANCO, 1997) como um meio pelo qual possa se tirar partido dessas redes de circulação biodiversas, prezando-se por desenvolvimentos sustentáveis, participação comunitária, mitigação de impactos ambientais e culturais, manejo, preservação e conservação de florestas, parques, rios, unidades ecológicas etc.

O fazer uso da biodiversidade também pode ser compreendido como uma estratégia de compor com a terra (HARAWAY, 2016; 2021). Essa perspectiva parte dos princípios de reapropriação e de resignificação do conceito de cuidar [21] para expandir os usos ao “âmbito político” e à “ética das relações mais que humanas”, em detrimento do histórico ao qual está ligado e em que o papel do mundo feminino é subjugado, inclusive a identificação da natureza com a naturalização de determinados instintos e afeições (MAIZZA, 2020, p. 224). Tal proposição é de ordem especulativa, não normativa, situada, relacional, e que faz parte de um campo em aberto e interdependente das agências, da ética e das cosmopolíticas (HARAWAY, 2016; 2021; STENGERS, 2018; MAIZZA, 2020).

Entende-se que as relações introduzidas acima instauram modos de ser-viver como projeto político do cuidar. Nelas, abrem-se brechas para “especular sobre como as coisas poderiam ser diferentes não apenas se cuidássemos de uma variedade maior de seres e coisas, mas também se nos envolvêssemos em seus tornar-se”, tomando o cuidado como um “modo afetivo que nos ajuda a imaginar mundos” (MAIZZA, 2020, p. 225), assim como proposto por Haraway (2016; 2021). Sob a ideia de compor, assentam-se experimentos ético-estético-políticos a partir do entrelaçamento mais que humano, que permite que indivíduos, grupos e coletivos pensem e se reinventem para além do “excepcionalismo humano e o antropocentrismo inerente à maneira ocidental, hierárquica, de conceber as relações com outros seres” (MAIZZA, 2020, p. 226). Essas relações (de ligação, associação, conexão, vinculação, união, junção etc.) podem se realizar no uso difuso e generalizado da biodiversidade, nas lutas que giram em torno da agroecologia, da biodinâmica e dos orgânicos, por exemplo.

Haraway (2016; 2021) lembra que pensar com não humanos deve ser sempre viver com, na presença de relações incômodas e na busca de alteridades transformadoras dessas relações. Portanto, “para o mundo existir é preciso prestar atenção nas conexões que fazem com que esse mundo exista” (COSTA, 2022, p. 61). Mas não se trata apenas de estabelecer formas para entender melhor o que está acontecendo ou como as coisas se conectam. Abordagens outras devem procurar instituir agências, lugares, espaços e momentos possíveis de transformação, fora e além das redes de controle e de dominação. Como compor essas relações e suas intermediações, traduzi-las em espacialidades e temporalidades, torná-las ferramentas de luta, de projeto e de conhecimento, são questões-chaves para outra visão e materialidade do desenho de cidades e dos espaços que habitamos. Por enquanto, especulamos em apontar os espaços e tempos cotidianos como categorias por meio das quais é possível orientar-se e compor com o conjunto dessas pistas.

Re-materializar o vegetal

É possível observar na história do melhoramento vegetal um “deslocamento progressivo do foco de atuação, de um conteúdo biológico para um conteúdo informacional” (EMPERAIRE, 2020, p. 66). Até a década de 1950 havia a convivência e o diálogo próximos entre sistemas tradicionais e modernos de seleção, apesar do emprego de técnicas diferentes. De lá para cá, as práticas científicas tomaram o espaço e formaram um campo profissional (dos melhoristas) altamente diferenciado, incorporando avanços da engenharia genética, da biologia molecular, da engenharia genômica e da engenharia biotecnológica (EMPERAIRE, 2020).

O que é mais agudo nesse quadro evolutivo é a forma como o melhoramento foi direcionado para os interesses produtivos. É o caso dos organismos geneticamente modificados (OGM), a partir da identificação e localização de genes funcionais para tais interesses; dos gene drive organisms (GDO) que são uma “ferramenta de modificação genética ajustável” (dirigida)

que permite a “transgênese sobre estruturas genéticas de espécies-alvo” que vivem no meio ambiente e que, no entanto, podem transmitir um gene modificado a um indivíduo, animal ou vegetal; e dos chamados digital sequence information (DSI), representantes da transformação das plantas em “séries de aminoácidos, codificáveis por sua vez em séries numéricas colocadas em bancos de dados, muitas vezes de acesso livre e na base de produtos patenteáveis” (EMPERAIRE, 2020, p. 66-69).

Todos esses elementos trazem para o debate público várias questões e problemáticas a respeito das suas consequências em termos socioambientais, socioculturais e socioeconômicos. Além disso, estabelecem tensões sobre os limiares das fronteiras éticas, o emprego da alta tecnologia (associado aos direitos de propriedade intelectual e aos monopólios econômicos) e a construção de instrumentos jurídicos que vão determinar as condições para o pacto da sociedade em relação a eles.

Não é nosso objetivo tratar ou aprofundar-se nessas questões. Em relação a este último “avatar”, os DSI, Emperaire (2020, p. 68-69) denominou sua condição como a dematerialização do vegetal, cuja natureza passa pela “autonomização dos dados de sequenciamento em relação ao recurso genético, ele mesmo desprovido de sua aparência vegetal”. Nesse sentido, a intenção aqui é apenas abordar a dematerialização do vegetal como um processo de sublimação da própria espécie (inanimada), que é abstraída da sua forma material (amorfa), arrancada do seu ambiente (asséptica) e tornada indiferente às trocas interespecies (vitais, metabólicas, culturais, simbólicas etc.). Como tal, entende-se que a dematerialização da vida vegetal não ocorre somente na atividade científica de alta tecnologia relacionada ao melhoramento vegetal. Toda atividade ou ação humana que opere por meio de um desses fatores contribui, direta e indiretamente, para essa forma de relacionamento com a vida vegetal, em que ela é objetificada como fonte produtiva estando estritamente relacionada a regimes econômicos, científicos e patenteáveis que, ao fim, resultam em situações de expropriação e exclusão.

Dessa forma, re-materializar a vida vegetal significa trazê-la ao convívio da sociedade com toda a sua corporeidade e com toda

sua intensidade de vida, isto é, de interação. Também significa deixar de tratá-la como um dado, como um recurso ou somente como objeto plástico do espaço para elevá-la à potência de sua existência e à potência de corpos que coexistem em condições simbióticas com múltiplas espécies, sem reclamar qualquer regime produtivo. Em última análise, as plantas (cultivadas e não cultivadas) são para o homem e seu habitat um “objeto técnico, cultural e relacional que conecta e está conectado pela sociedade, pelos indivíduos, por espaços e temporalidades” (EMPERAIRE, 2020, p. 75).

Uma vez que se compreende a esterilidade das cidades, no sentido de não permitir a diversidade de outras formas de vida, é possível identificá-la como um problema de fato. Assim, pode-se começar a pensar e articular todas as unidades de espaço e de tempo em que são possíveis fortalecer as redes e vetores de relações sociais com base na cultura, na vida vegetal e de outros seres. No campo da arquitetura da paisagem e do urbanismo alguns esforços em torno da identificação, sistematização e conservação dos chamados espaços livres podem ser muito úteis a esse propósito. No entanto, é preciso avançar para além dos aspectos morfológicos e estabelecer relações concretas entre esses espaços, tecer as aproximações com base em contextos socioculturais e simbólicos (religiosos ou não) e a partir de unidades (de espaço-tempo) em que se tem o maior potencial de experimentações e trocas com as plantas e animais. Deve-se buscar meios para estimular a vitalidade e a própria urbanidade dessas unidades. Os quintais, os terreiros, os jardins e as hortas são, no espaço intra-urbano, “laboratórios de experimentação de manejo, criação de diversidades e manejo de abundância”, agregando valores culturais de diversos grupos e envolvendo a interação entre quem cuida e a vida vegetal (LEVIS, 2022, p. 37). No limite, o desafio é construir essas relações, que são sócio-espaciais, na escala e no território cotidianos, entendendo o potencial de identificação e de fortalecimento da experiência urbana e sociocultural que o espaço, enquanto vivido, habitado e praticado, possa oferecer.

Imaginar e fabular com o mundo vegetal

Uma das provas cabais da reificação do capital e de todos os sistemas que ele engendra é a falta de imaginação, a colonização do imaginário ou a crença de que o único mundo possível é este do presente. Moraes (2017, não p.) lembra que é urgente “pensar em como vamos escapar das armadilhas neoliberais para conseguirmos criar tempos de experimentação e nos implicar em uma nova coreografia que tem menos a ver com ‘sujeitos políticos’ prontos, mas com a feitura de nós mesmos em interdependência”. Nesse sentido, imaginar e fabular constituem um exercício contra-hegemônico de criação de outros mundos possíveis, a partir do aqui e agora, desenhando novos arranjos e possibilidades para a vida cotidiana e friccionando os limites entre o real e a ficção (ANASTASSAKIS, 2022).

Haraway (2016) e Anastassakis (2022) mostram como fabulações especulativas potencializam a construção (diversa e heterogênea) de novos arranjos socioculturais e espaço-temporais, com base em práticas de correspondência – entre o que se vive e o que se guarda como arcabouço, ferramentas, habilidades e técnicas para lidar com o mundo. Pode-se pensar como a arquitetura, o urbanismo e o design se instituem como práticas que, antes de mais nada, contribuam com verdadeiras políticas de reprodução-produção ampliada da vida, envolvendo as diversas formas de cuidado e de modos de organizar e viver o cotidiano. A partir de um campo ampliado, essas disciplinas podem agregar um conjunto de modos de proceder, modos de pensar, modos de fazer, modos de tentar, que auxiliem a criar raízes, fincar-se em um ponto e coexistir com o outro. Segundo Moraes (2017, não p.), pensar outramente implica em “recuperar o projeto antropofágico de pensar com o outro, de se interessar profundamente por aquilo que não é seu e estar aberto a esses atravessamentos”. Tais princípios são fundamentais para “instigar a imaginação conceitual de outro espaço de existência para o humano e sua vegetalidade” (SHIRATORI, 2020, p. 243)

Ao recuperar a ideia de “formas de vida”, Moraes (2017, não p.) afirma não existir um outro mundo para se construir, mas outras relações e modos de vida para serem produzidos nesse mesmo

mundo. Isso implica, do ponto de vista adotado aqui, imaginar e fabular um mundo não só da perspectiva humana, mas de maneira ampliada à vida multiespécie, da qual a vida vegetal possui um papel determinante. Nesse sentido, imaginar e fabular com o mundo vegetal significa permitir (dar passagem) que um “devir-planta” [22] possa instaurar transformações sobre os nossos modos de existência e liberar a humanidade do modelo antropomórfico, criando aberturas à “herborização” (SHIRATORI, 2020, p. 229). Esse processo também permite apreender o “complexo emaranhado de plantas e humanos”, a antropomorfização das plantas e a metaforização vegetal do humano (SHIRATORI, 2020, p. 240), que estão presentes nas mais diversas práticas sócio-espaciais e cotidianas ao longo da história, realizadas por grupos e comunidades tradicionais, autóctones e também por cidadãos.

Essa estratégia, não só compreende as plantas como registro e marca da proximidade e das atividades das pessoas com o ambiente (SHIRATORI, 2020), como também possibilita reativar outros sentidos de comunidade e, com isso, transpor as barreiras do individualismo e construir coletividades com base em territórios e lugares comuns (ANASTASSAKIS, 2022). Trata-se de um processo permanente de negociação: “a profusão e a exuberância vegetais são entendidas como imagens potentes da diferença que não conduzem à contemplação plácida de um olhar neutro ou à plena transparência de um saber não mediado, pelo contrário, são índices de agências humanas e não humanas” (SHIRATORI, 2020, p. 239). A potência em confabular com outros seres reside em desterritorializar o humano, implodir os determinismos das organizações, estruturas, espaços, formas e funções tradicionais. Por outro lado, também permite abrir-se ao conhecimento, ao sensível e à criatividade construídos com o outro, sob a vantagem de estabelecer um ethos socialmente mais rico, mais criativo, mais livre e mais autônomo.

Considerações Finais

No espaço que nos coube aqui pôde-se explorar, conceitualmente, o mapeamento de um conjunto de pistas que estão integradas à uma estratégia que nos parece relevante e indispensável para modificar valores, comportamentos, práticas e projetos acerca do modo como se fabrica e se habita o mundo e do modo como se concebe a natureza e as relações com o outro – as outras espécies e a Terra. Pensar com a vida vegetal, entendendo um pouco do abismo que nos separa, oferece meios de discutir e criticar o terreno por meio do qual nos movemos: o capitalismo imperial e mais especificamente umas das suas manifestações, a produção do habitat, predominantemente marcado pelo espaço das cidades e das metrópoles. O conhecimento e o exercício crítico construídos em torno dessa relação pretendem desarticular noções e práticas instituídas nesse próprio terreno de conflitualidade, por meio de “gestos de deserção” que “só podem ter consistência se acompanhados de outras formas de habitar e de uma defesa sem tréguas dos territórios que, em seu uso, podem tornar-se barricadas e, oxalá, quilombos ou comunas” (BARBOSA, 2019, p. 17).

Outras pistas e outras estratégias poderiam ser elencadas ou mapeadas. Inicialmente foi remontado apenas um quadro inacabado. As sociedades transformam o espaço de diversas formas, estabelecendo interações positivas e negativas, contraditórias em essência, com valor de uso e valor de troca. Cultura e Natureza não são dois polos da existência, mas o próprio Terrestre que se coloca ao olhar do conhecimento e da experiência. A ideia de uma natureza intocada é tão ideológica quanto à noção de que é função (qualidade, destino, instinto, vocação etc.) humana dominar a natureza. Por isso, pode-se destacar uma pista que não foi individualizada ao longo do texto, mas que de alguma forma está presente e que por ora tomamos sua consciência para nos resguardar a compreendê-la em sua amplitude: salvaguardar os povos tradicionais. Tal questão é de suma importância para os objetivos aqui traçados e merece, em momento posterior, uma análise transversal de como a vida dos povos tradicionais estabelece um limiar entre

o passado, o presente e futuro da experiência da humanidade no planeta Terra. São eles capazes de ensinar como conectar-se à natureza, como compor intermediações entre as relações humanas e não humanas, como vegetar-se, como habitar em comum, como habitar mais forte, como aterrar, como construir sensivelmente, como fazer uso da biodiversidade, como re-materializar a vida vegetal, como fabular e imaginar com as plantas, como produzir uma hiperdiversidade, como estabelecer outro ethos. Junto a eles é possível resgatar a ancestralidade, a potência da biodiversidade, o manejo da abundância e também pensar (com o intelecto, o corpo e a alma) como imaginar, criar, adaptar e reconstituir modelos para contextos socioambientais diversos. (LEVIS, 2022).

De maneira geral, a incursão aqui proposta mapeou algumas questões gerais do campo filosófico, político e antropológico do debate contemporâneo com vistas a expandir a imaginação e as ferramentas conceituais. No atual momento, em que se observa uma perda da confiança nas ciências – promovida pelo reacionarismo modernista e sua cegueira e surdez comprometidas com os ideias desenvolvimentistas –, é fundamental realizar o movimento de ir ao encontro destas e outras perspectivas que aproxime o homem de um habitar mais forte que, no limite, deve se realiza com o esforço de pensar e integrar as relações multi e interespecies no campo ampliado das tecnociências, das tecnologias sociais, das técnicas de espaço etc. Existe, invariavelmente, camadas de história, de biologia, de construção (no sentido de abrigo), de política, de práticas e de naturezas-culturas que tornam esse desafio difícil e complexo.

Nesse sentido, vegetar-se nos coloca entre uma multiplicidade de paradigmas, perspectivas e cosmovisões para re-existir e fabricar o aqui e agora. As plantas são agentes construtores de realidade e comunicam suas expertises por meio do modo como vivem. Resta aos humanos entender como apreender e compartilhar desse rico conhecimento que é, a um só tempo, agência, vivência, adaptação, criação, invenção, inovação etc. Tomar a metáfora das plantas aparece, hoje, como um caminho necessário para o desenvolvimento pleno das capacidades materiais e imateriais dos humanos.



Notas

1. De acordo com Marras (2020, p. 37-56), estes arranjos podem ser compreendidos como “fronts de modernização acelerada”, atualmente configurados sob o regime incivilizado do “reacionarismo modernista” e constituídos como “reação antipolítica e anticientífica” contra as pautas e agendas sociais e ambientais. Para o autor, este regime ameaça qualquer garantia civilizatória, instaurando-se com mais força na era da pós-verdade, da proliferação de factoides ou fake news que tendem a tornar a política e a ciência clandestinas. Para Costa (2020), por intermédio de Latour (2020b), pode-se ir além da política da pós-verdade, compreendendo estas dinâmicas no sentido de uma política da pós-política, que é praticada para dissolver um mundo comum, erodir o solo comum.

2. O Antropoceno é uma convenção instituída pela Geologia para demarcar o período em que os humanos passam a ser a grande força de transformação das paisagens no mundo. Existem divergências quanto à essa convenção, uma vez que nem todas as sociedades e grupos humanos foram capazes ou possuíam a intencionalidade de gerar tamanhas mudanças. Nesse horizonte, a noção de Capitaloceno pode demarcar melhor sobre que sociedades esse período faz referência (LEVIS, 2022), que são, genericamente, aquelas integradas à civilização tecno-industrial capitalista (COSTA, 2022).

3. As noções de interdependência e vitalidade pode levar à compreensão do “sistema Terra” como uma “espécie de superorganismo altamente sensível e dinâmico, de evolução complexa, não linear, plena de imprevistos”, em que as espécies (humanos, animais e vegetais) participam de “cadeias de interdependência sensivelmente entresrespondentes” (MARRAS, 2020, p. 38-39).

4. Pode-se observar um conjunto amplo de perspectivas que tentam, em maior e menor grau, dar conta da explicação dos problemas e conflitos contemporâneos, reunidas em torno de noções como Antropoceno, pós-verdade, crise de legitimidade, crise de autoridade, neoliberalismo, capitalismo tardio, biopolítica, necropolítica etc. (COSTA, 2020)

5. De acordo com Latour (2020b), se compreendermos a transformação da natureza em território então não faz sentido tratar esses termos como ‘crise’. Isso implica o desafio “muito mais vital, mais existencial, [...] muito mais direto”, referente à perda dos nossos vínculos, do próprio modo de vida e a “carência universal de espaço a compartilhar e de terra habitável” (LATOURE, 2020b, p. 18).

6. Esse exercício deve passar por remontar na história o lugar de existência e de afeto dos outros que, ao viverem ‘juntos’, agem, interagem, submetem e matam uns para domínio de outros, colocando em jogo as possibilidades de sustentação da vida. Os outros nos ouvem e nos veem, mas estão sem reagir, imobilizados, tamanho o poder de dominação e de destruição dos humanos ou pelo menos uma parte deles.

7. As pistas se referem ao modo de abordagem apresentado por Passos et al (2015) e que diz respeito a uma postura diante dos processos de produção de conhecimento, mais do que qualquer noção de regra ou do conjunto delas sob uma forma predeterminada que acompanha uma totalidade de procedimentos metodológicos. Elas “são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa” (PASSOS et al, 2015, p. 13). As pistas são construídas no marco de uma investigação cognitiva criadora, como prática que engendra subjetividades e mundos. Elas não possuem uma ordem hierárquica, remetem umas às outras, não formam uma totalidade, mas um emaranhado de linhas em conexão, de referências tais quais um rizoma, e que objetivam desenvolver e coletivizar a experiência dos pesquisadores (PASSOS et al, 2015).

8. Do ponto de vista do mundo vegetal, as descobertas que se realizam por meio dele “não são creditadas como dignas de atenção até que sejam validadas no campo animal; ao contrário, os modelos encontrados somente no mundo animal são, pelo mesmo fato, considerados universalmente válidos” (MANCUSO, 2021, p. 82).

9. Conselho Noturno é uma insígnia utilizada para identificar um conjunto difuso de grupos (mexicanos) em torno de um

anonimato. Sua existência é apenas “ocasional”, “seus membros limitam-se a reunir em momentos de intervenção, porque a intervenção é uma consequência da escrita que eles concebem nesta era” (Sobre o conselho noturno – Glac Edições (CONSELHO NOTURNO, 2019).

10. “A metrópole e os estilos de vida que excreta e fagocita podem ser vistos como um lento deslizar da espécie em direção a uma autorregulação sincronizada de seus corpos, em direção a uma atenuação das suas formas de vida até torná-las completamente compatíveis com a eficácia e a produtividade capitalistas” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 32-33).

11. O colonialismo é entendido como uma “progressão contínua de exploração e dominação” da natureza e dos seres, que requer, sempre mais, formas permanentes de ordenamento dos espaços e tempos (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 26). Exclui-se, portanto, a noção do colonialismo como um evento pontual ou como um fato da História pretérita.

12. Esses horizontes referem-se à ampla e difusa realização de lutas heteróclitas ao redor de todo o planeta (CONSELHO NOTURNO, 2019).

13. “[...] os organismos capazes de colonizar ambientes muito diferentes em termos de clima, disponibilidade nutricional, presença de predadores etc. são chamados de ‘generalistas’, ao passo que os demais, aqueles que precisam de ambientes especiais para sobreviver, são os ‘especialistas’” (MANCUSO, 2021, p. 48).

14. Esse conceito foi formulado (primeira vez) pelo biólogo e zoólogo americano Joseph Grinnel, em 1917, para designar as determinações e características fundamentais do habitat de uma espécie e as adaptações que ela realiza nele para se multiplicar e se espalhar (MANCUSO, 2021, p. 49-50).

15. Trata-se de instituir um paradigma do habitar em contraposição ao paradigma de governo. Isto quer dizer ir além de programas políticos e constituintes que procuram por modelos ‘alternativos’ de produção, mas “retirar-se de toda a rede de produção” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 23).

16. Esta estratégia não pode ser desvinculada das lutas heteróclitas a favor de todas as formas de vida e de um movimento real (a nível global) que possa destituir o estado de coisas presente. O Conselho Noturno (2019, p. 21) identificou este processo como uma espécie de “configuração da infraestrutura de todos os espaços e tempos do mundo para a constituição de um megadispositivo metropolitano que anule por fim toda perturbação, todo o desvio, toda a negatividade que interrompa o avanço in infinitum da economia”; e que se afirma, de mil maneiras diferentes, estando indisponível a qualquer “governo dos homens e das coisas, para com o planning como projeção e rentabilização totais da realidade”.

17. A tecnologia é entendida aqui de maneira mais ampla, como um “processo social”, “como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções [...], ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação” (MARCUSE, 1999, p. 73)

18. Tais padrões éticos são traduzidos em princípios que colocam em perspectiva a relação entre projeto e ecologia e as leis da natureza adaptadas ao projeto. Eles funcionam como uma espécie de fios condutores de outra prática projetual e estão explicitados nos Princípios de Hannover [1992] (MCDONOUGH, 2013a; 2013b, p. 439-440; 2013c)

19. As manivas são um tipo de mandioca, conhecidas como mandiocas bravas (característica dada pelo teor elevado de ácido cianídrico). As macaxeiras representam as mandiocas mansas (carás, batatas doces, outros tubérculos e que se integram a categoria frutas). Cada tipo determina um conjunto de relações e exigências ecológicas específicas com continuidades e descontinuidades biológicas, influenciando os modos de viver na roça, o calendário de produção e a organização da paisagem (EMPERAIRE, 2020).

20. Nesse contexto, deve-se ressaltar que as plantas não circulam de modo indiferenciado. Papeis de gênero, parentescos e hierarquias familiares, tradições e rituais, religiosidades

e espiritualidades, localização e engajamento de grupos e comunidades, determinam os modos como as plantas circulam.

21. Segundo Maizza (2020), os novos movimentos em torno desses conceitos vão de encontro com o desejo de algumas acadêmicas feministas em deslocá-los do âmbito exclusivamente humano (especialmente o cuidar), integrando uma das principais linhas do pensamento feminista contemporâneo.

22. “Nem metáfora, nem metamorfose, um devir é um movimento que desterritorializa ambos os termos da relação que cria, extraíndo-os da relação que os definiam para associá-los através de uma nova ‘conexão parcial’” (CASTRO apud SHIRATORI, 2020, p. 229).

Referências

ANASTASSAKIS, Zoy. **Fabular com cupins**. In.: MOULIN, Gabriela et al (Ed.). *Habitar o Antropoceno*. Belo Horizonte: BDMG Cultural: Cosmópolis, 2022, p. 168-189.

BARBOSA, Jonnefer. **Prefácio à edição brasileira: tiqqun de las afueras**. In.: CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019.

CONSELHO NOTURNO. **Um habitar mais forte que a metrópole**. São Paulo: GLAC Edições, 2019.

COSTA, Alyne. **Aqui quem fala é da Terra**. In.: LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. **O Antropoceno é o nosso tempo**. In.: MOULIN, Gabriela et al (Ed.). *Habitar o Antropoceno*. Belo Horizonte: BDMG Cultural: Cosmópolis, 2022, p. 42-67.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

EMPERAIRE, Laure. **Dissonâncias vegetais: entre roças e tratados**. In.: OLIVEIRA, Joana Cabral de (Ed.). *Vozes vegetais: diversidades, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora: IRD Editions, 2020, p. 57-76.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham/London: Duke University Press, 2016.

_____. **Manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

HARRIES, Karsten. **A função ética da arquitetura.** In.: NESBITT, Kate (Ed.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 423-427.

LATOURE, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno.** São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, [S.I.], n. 14, não p., 2020c. Disponível em: <<https://piseagrama.org/onde-aterrar/>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

_____. **Esperando Gaia.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, [S.I.], [S.I.] (seção extra), não p., 2021. Disponível em: <<https://piseagrama.org/esperando-gaia/>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LEVIS, Carolina. **Projetar novos mundos de coexistência.** In.: MOULIN, Gabriela et al (Ed.). **Habitar o Antropoceno.** Belo Horizonte: BDMG Cultural: Cosmópolis, 2022, p. 22-41.

MANCUSO, Stefano. **Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro.** São Paulo: Ubu Editora, 2019.

_____. **A planta do mundo.** São Paulo: Ubu Editora, 2021.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARRAS, Stelio. **O vozerio da pós-verdade e suas ameaças civilizacionais.** In.: OLIVEIRA, Joana Cabral de (Ed.). **Vozes vegetais: diversidades, resistências e histórias da floresta.** São Paulo: Ubu Editora: IRD Editions, 2020, p. 37-56.

MCDONOUGH, William. **Projeto, ecologia, ética e a produção das coisas.** In.: NESBITT, Kate (Ed.). Uma nova agenda para a

arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2013a, p. 427-438.

_____. **Os princípios de Hannover.** In.: NESBITT, Kate (Ed.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2013b, p. 438-440.

_____. **Dos princípios às práticas: criando uma arquitetura sustentável para o século XXI.** In.: SYKES, A. Krista (Ed.). O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013c, p. 165-171.

MORAES, Alana. **Não existe outro mundo para se construir. Existem outras relações e modos de vida a se construir nesse mesmo mundo.** Instituto Humanitas Usinos / Adital, 2017. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572943-nao-existe-outro-mundo-para-se-construir-existem-outras-relacoes-e-modos-de-vida-a-se-construir-nesse-mesmo-mundo-entrevista-especial-com-alana-moraes>>. Acesso em: 08/03/2022.

OLIVEIRA, Joana Cabral de (Ed.). **Vozes vegetais: diversidades, resistências e histórias da floresta.** São Paulo: Ubu Editora: IRD Editions, 2020.

PASSOS, Eduardo et al (Ed.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro.** São Paulo: n-1 Edições, 2019.

PIMENTA, Pedro Paulo. **A voz e o silêncio.** In.: OLIVEIRA, Joana Cabral de (Ed.). **Vozes vegetais: diversidades, resistências e histórias da floresta.** São Paulo: Ubu Editora: IRD Editions, 2020, p. 23-36.

SHIRATORI, Karen. **Vegetalidade humana e o medo do olhar feminino.** In.: OLIVEIRA, Joana Cabral de (Ed.). **Vozes vegetais: diversidades, resistências e histórias da floresta.** São Paulo: Ubu Editora: IRD Editions, 2020, p. 228-243.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_____. **A proposição cosmopolítica.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S.l.], n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

T

***Maycow Nathan Carvalho Gregório** é Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Planejamento Urbano pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná (PPU/UFPR). Estuda sobre projeto, ensino e teoria crítica da arquitetura e do urbanismo, reprodução das relações de trabalho e de formação na arquitetura, produção do espaço cotidiano e metodologias da pesquisa sócio-espacial.

Me. em Planejamento (PPU/UFPR) / maycow.arq@gmail.com

Guerra das Narrativas: a Disputa Territorial Por Meio dos Mapas da Vila Acaba Mundo¹

War of Narratives: the Territorial Struggle Through the Maps of the Vila

Rogério Lucas Gonçalves Passos*

Resumo

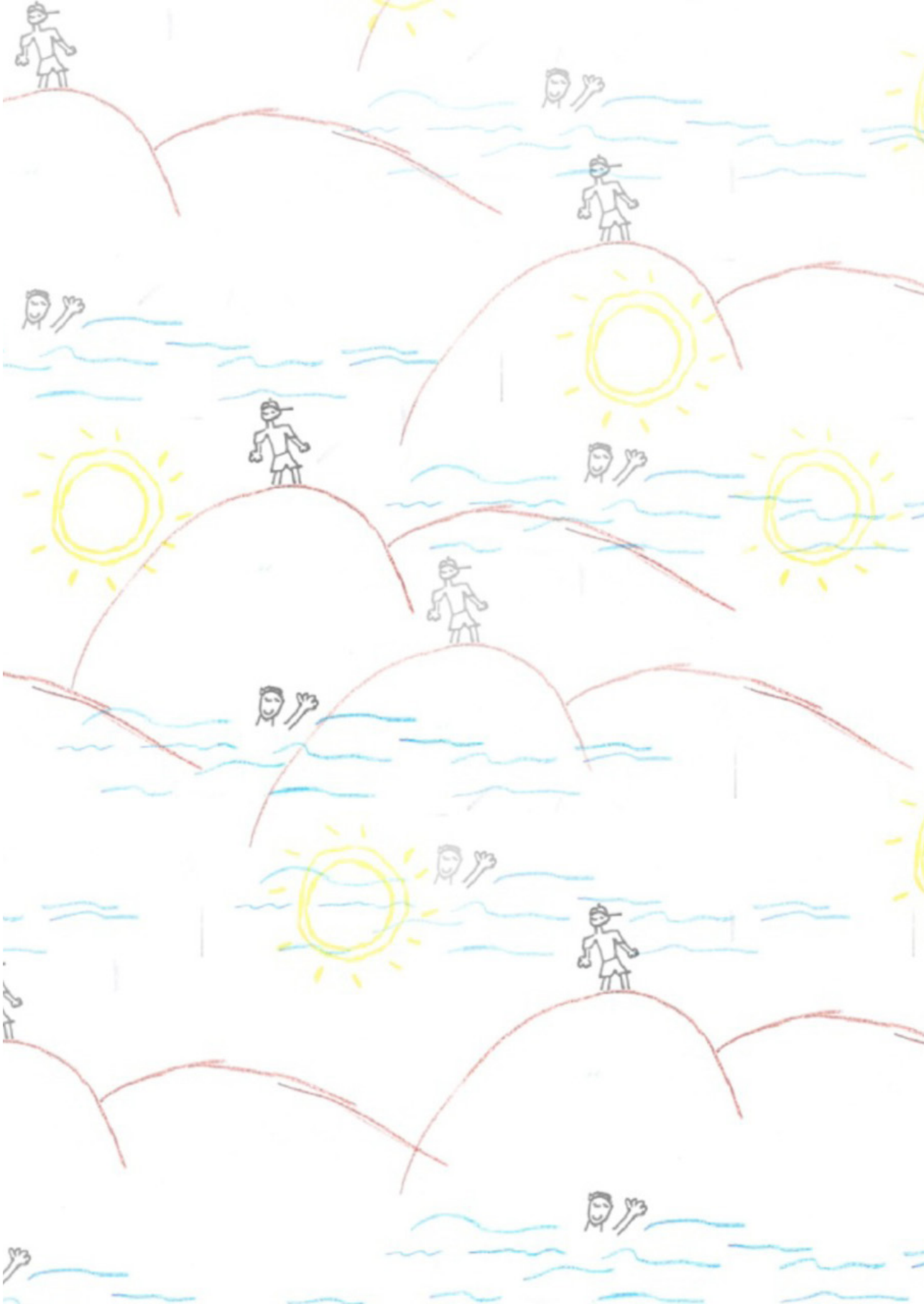
Neste trabalho, buscamos realizar um debate sobre a guerra das narrativas envolvendo o entendimento do território da Vila Acaba Mundo expresso por meio dos mapas. Para isso, apresentamos o contexto histórico do surgimento e formação das vilas e favelas em Belo Horizonte e, na sequência, do Acaba Mundo em si. Ressaltamos os conflitos territoriais existentes, os quais resultaram na redução de seu território, e concluindo com a necessidade de elaboração de um novo mapa para entendimento do espaço social da Vila, a partir do protagonismo da comunidade.

Palavras-chave: cartografia crítica, disputa territorial, favelas, mapas contra-hegemônicos, Vila Acaba Mundo.

Abstract

In this work, we seek to carry out a debate on the war of narratives involving the understanding of the territory of Vila Acaba Mundo expressed through maps. For this, we present the historical context of the emergence and formation of towns and slums in Belo Horizonte and, subsequently, of Acaba Mundo itself. We emphasize the existing territorial conflicts, which resulted in the reduction of its territory and concluding with the need to develop a new map to understand the social space of the Vila, based on the role of the community.

Keywords: critical cartography, territorial dispute, favela, counter-hegemonic maps, Vila Acaba Mundo.



1 INTRODUÇÃO

A configuração das cidades brasileiras expressa as desigualdades da ocupação do solo urbano. Um dos fatores que dificultam o acesso à terra urbanizada, à habitação e aos serviços urbanos é o alto preço dos terrenos dotados de infraestrutura adequada para sua utilização. Com a mercadoria habitação destinada à uma parcela específica da população, geralmente aquela de rendas mais elevadas, os segmentos com menor poder aquisitivo encontram como alternativa a ocupação de espaços desprovidos de serviços públicos e regularidade jurídica. Dessa maneira, como pontua Lopes et al. (2020) as vilas e favelas representam uma possibilidade de realização do viver na cidade para grande parcela da população.

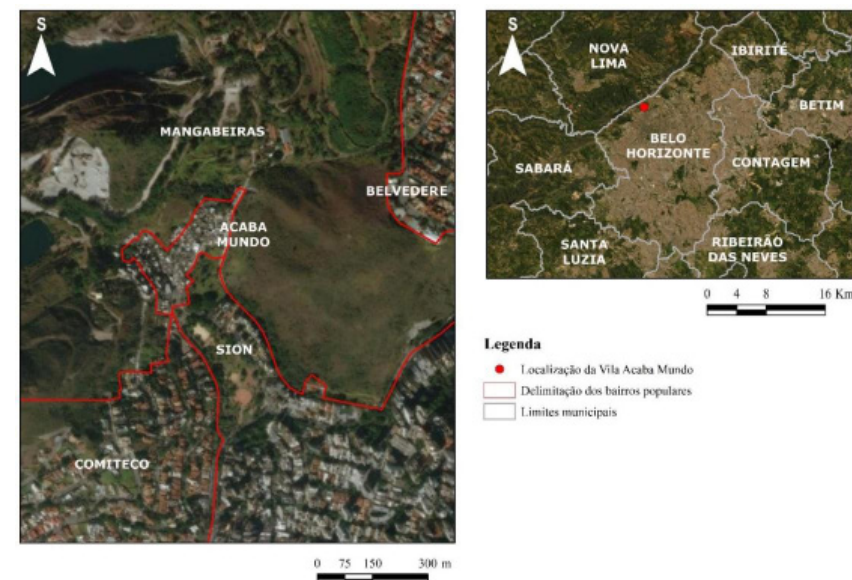
As favelas, antes “invisíveis”, ao serem percebidas foram transformadas em um “problema”, uma vez que eram consideradas como objetos de restrições do aparato regulatório. A urbanização das favelas brasileiras teve início a partir da década de 1980, por meio de um conjunto de práticas originadas em importantes cidades do país sob a responsabilidade de governos locais (LÚCIO CARDOSO, 2007), temática já trabalhada por diversos autores utilizando o caso de Belo Horizonte, como Guimarães (1992); Costa e Arguelhes (2008); Houry (2008); Arruda (2012); Silva (2013); Andrade (2014); Cotta e Silva (2016); Borsagli (2018, 2019), Botelho Almeida (2020) e Passos (2020, 2021).

A parcela da população de Belo Horizonte que vive em vilas e favelas era de aproximadamente 13% em 2010, de acordo com dados do IBGE (2010). Desse modo, compreender e identificar esses locais como espaços específicos, construídos socialmente pela experiência política individual de cada comunidade (ALMEIDA; JÚNIOR, 2013) exige o reconhecimento de suas diferenças em relação à dita “cidade formal”. O estudo de caso aqui trabalhado, a Vila Acaba Mundo (Mapa 1), é considerada pequena em comparação com outras vilas e favelas de Belo Horizonte. Em 2010, a Vila possuía 311 domicílios e 1.173 moradores. O Programa Polos de Cidadania, por meio do Núcleo Acaba Mundo, realizou entre 2016 e 2017, pesquisa, levantamento cadastral e georreferenciamento da Vila e

identificou 582 domicílios e estimou o total de 1.925 moradores (PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA, 2017).

Mapa 1: Localização da Vila Acaba Mundo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021



O Acaba Mundo se consolidou em um processo continuado, formando um único assentamento. Contudo, ao longo dos anos, vários fatores concorreram para a redução da área da Vila, com destaque ao fato de que a cidade planejada e delimitada inicialmente interna à Avenida do Contorno se expandiu rapidamente para além de seu plano original. Com o avanço da “cidade formal” para esses novos espaços, a situação fundiária se tornou cada vez mais complexa, com aumento do interesse pela área e, conseqüentemente, dos conflitos já existentes.

O entorno da Vila se transformou então em uma região valorizada da capital, abrigando boa parte dos segmentos de média e alta renda da população da cidade. Diante do alto valor imobiliário agregado à região após a consolidação dos bairros do entorno, os moradores do Acaba Mundo passaram a enfrentar constantes ameaças à sua permanência no local. Atualmente, a área ocupada pela Vila abrange, efetivamente, a vertente Norte da Serra do Curral, no entorno da cabeceira do córrego Acaba Mundo e seus tributários, conformando um fundo de vale a partir das ruas Correias, no bairro Sion, e Monte Azul, no bairro Mangabeiras, e a área de mineração na porção Sul-Sudeste.

A região ocupada foi objeto de parcelamentos do solo para fins urbanos ao longo dos anos, onde os lotes foram vendidos, penhorados, herdados, mas nunca se cumpriu com a dotação de infraestrutura e com os deveres derivados do registro, sendo que os parcelamentos aprovados tampouco foram implementados. As dinâmicas de posse e de uso e ocupação do solo foram constantemente ignoradas por essa narrativa da cidade formal, o que contribui para o argumento utilizado por requerentes de reintegração de posse, baseado em mapas, os quais são, por sua vez, derivados das normas jurídicas que dão a eles o domínio sobre essas terras. Ou seja, o espaço social vivenciado pelos acabamundenses foi (e ainda é) constantemente negligenciado, por diversos agentes, em função dessas normas, materializadas por meio dos mapas.

Ao dialogar sobre mapas, é importante considerarmos que essas ferramentas carregam, além de informações de localização e descrição, detalhes que contém traços políticos, sociais e econômicos provenientes do seu período de elaboração, estando atrelados a um contexto histórico específico (SCALZITTI, 2011). Desse modo, assim como Harley (2009), propomos que os mapas sejam entendidos como uma forma de saber socialmente construída, sendo importante considerar que, historicamente, esse instrumento foi utilizado como ferramenta de poder e dominação. A partir dessas discussões, propomos a reflexão sobre a guerra das narrativas existente na Vila Acaba Mundo, a qual é baseada em mapas, de modo a discutir a respeito da disputa territorial existente no local.

Destacamos aqui que, com o início dos levantamentos cartográficos na Vila Acaba Mundo, ao apresentar pela primeira vez o mapa orientado para o Norte aos moradores, o primeiro questionamento feito por algumas lideranças foi “por que o mapa está de cabeça para baixo?”. Esse fato é justificado, pois a entrada da Vila é realizada pela Praça Carioca, orientada a Norte da Vila. Assim, a Praça é utilizada como referência natural para os moradores como “a parte de baixo”. Portanto, de forma a criticar a representação e linguagem das cartografias tradicionais e de modo a adotar a visão dos moradores ao máximo, nesse trabalho os mapas aqui produzidos apresentarão o Sul sempre na parte superior. Outro ponto importante a ser abordado a partir dessa

metodologia de representação é o questionamento das relações de poder da cartografia em afirmar um mundo padronizado, como pontua Sales (2016), permitindo novas possibilidades de leitura.

É importante ressaltar ainda que esse modo de representação tem como foco a subversão das convenções cartográficas, uma vez que países tipicamente colonialistas são colocados “na parte de cima do mapa”, como centro do mundo ou região superior. Essa mudança se faz necessária uma vez que entendemos que os mapas representam visões de mundo, não se tratando de “ferramentas neutras e transparentes de mensuração ou descrição do espaço” (SALES, 2016, p. 169). Ou seja, assim como Sales (2016), entendemos aqui que “virar o mapa ao contrário”, mais que um efeito curioso, é uma maneira de contrariar uma representação de mundo que nos é imposta, sendo essa canônica, estabelecida e hegemônica, que, por sua vez, tem ampla influência nas relações de poder que permeiam as formas de conhecimento existentes.

2 AS VILAS E FAVELAS DE BELO HORIZONTE

O surgimento das favelas no município de Belo Horizonte ocorreu de forma simultânea à criação da própria cidade. Em 1897 a cidade foi criada para ser a capital de Minas Gerais, tendo como alguns de seus propósitos polarizar as outras regiões e impulsionar o crescimento econômico do estado. Contudo, o projeto da nova cidade não foi dotado de áreas para absorver os grupos que compunham a mão-de-obra utilizada em sua construção. Esse fator, aliado à valorização do solo urbano, à especulação imobiliária e à ausência de políticas públicas de habitação, fez aumentar significativamente o número de vilas e favelas na cidade.

Inicialmente as ocupações de áreas da cidade por operários não era um problema, uma vez que havia a preocupação em garantir a mão-de-obra necessária à sua construção. Com isso, o poder público não apenas deixou de impedir a ocorrência de invasões, como as estimulou, em especial em áreas próximas aos canteiros de obras.

Entretanto, à medida que o projeto da Nova Capital ia se concretizando, conseqüentemente acarretando a valorização das áreas, a Prefeitura de Belo Horizonte começa a regular a situação das invasões, uma vez que a população pobre não poderia ocupar a parte nobre da cidade (GUIMARÃES, 1992). É possível perceber que, até certo momento, a ilegalidade era tolerada para posteriormente ser condenada, a partir do ponto que o interesse imobiliário alcançava aqueles espaços.

Nos anos 30 surge em Belo Horizonte uma nova concepção de modernização e planejamento urbano com a finalidade (ou discurso) direcionado à contenção da desordem urbana e à promoção do desenvolvimento da cidade. Contudo, dessa vez, esse discurso não estava voltado apenas ao centro da cidade planejada, estendendo-se também à periferia, cuja ocupação, até então, se dera de forma descontrolada. Surge então um novo discurso justificando a necessidade das remoções, pautado na imprescindibilidade da realização de obras de natureza urbanística e de saneamento, focadas em um suposto interesse da coletividade. De maneira simultânea, e pela primeira vez, o discurso higienista começa a associar as vilas e favelas à imagem de “periculosidade”, de modo que essas passaram a ser vistas como “locais de possíveis focos de epidemias e de criminalidade - o ambiente onde prolifera a marginalidade” (GUIMARÃES, 1992, p. 4).

Bonduki (2017) explica que a tendência brasileira pré-1930 era considerar as vilas e favelas como casos de polícia ou problema sanitário, fato esse ainda percebido atualmente. Com isso, em 1930, foram expedidas 1.867 intimações para demolições de cafuas no Barroca, sendo oferecidos, em contrapartida, lotes aos desalojados no Vila Concórdia ou no Morro das Pedras, além de transporte para a realização das mudanças e para o material de construção aproveitável. Dessa maneira, a formação de novas favelas tem continuidade, com destaque nas ocupações da região Noroeste, nos anos 20, e na região Leste, nos anos 30. Em contrapartida, as políticas de remoções e de restrição de construção de moradias para os pobres segue em paralelo (URBEL, 2014).

É importante ressaltar que, apesar de surgirem junto à construção da Nova Capital, esses espaços foram formalmente reconhecidos apenas a partir de 1983. Com a promulgação da Lei Municipal nº 3532/1983, Lei do Profavela, foi estabelecida a criação do então denominado “Setor Especial-4” (SE-4), que compreendia os espaços ocupados por vilas e favelas, com população economicamente carente, incorporando ainda conceitos e diretrizes da Lei Federal nº 6766/1979, reconhecendo, assim, a existência de vilas e favelas consolidadas no município de Belo Horizonte. Por meio desse Setor seriam definidos novos parâmetros e normas específicas em função das condições e características dos espaços, além de que seria criado um fundo para viabilização das intervenções de urbanização e regularização das áreas em questão.

Desse modo, no ano seguinte, foi promulgado o Decreto Municipal nº 4762/1984, que regulamentou o Profavela e determinou a demarcação das áreas enquadradas no SE-4, bem como definiu parâmetros específicos para parcelamento, uso e ocupação do solo nesse setor. Em obediência às condições instituídas pela citada Lei, o Decreto Municipal nº 4845/1984 delimitou as áreas que constituiriam os SE-4 definidos na Lei do Profavela. Este Decreto declarou a 144 favelas e seus 400 a 450 mil habitantes, como áreas de urbanização específica de interesse social (FREITAS, 2015). Dessa maneira, apenas a partir dessa data as vilas e favelas passaram a ser incluídas nas legislações do município, de modo que sua identificação espacial fosse possível. Apesar de reconhecida a localização das vilas e favelas por meio das coordenadas geográficas fornecidas, Passos (2021) explica que somente a partir da LUOS/85 (Lei de Uso e Ocupação do Solo) os espaços ocupados pelas vilas e favelas passaram a ser reconhecidos e representados nos mapas institucionais de Belo Horizonte.

3 A VILA ACABA MUNDO

Situada no coração da capital mineira, a região Centro-Sul reúne grande parte do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Belo Horizonte. Em meio aos quarenta e sete bairros que compõem essa região, encontram-se vinte que são caracterizados como vilas e favelas, dentre eles a Vila Acaba Mundo.

A comunidade está situada entre os córregos Cachoeiras e Carvalho, e os bairros Belvedere, Mangabeiras e Sion, aos pés da Serra do Curral, patrimônio ambiental e paisagístico da cidade de Belo Horizonte.

De acordo com levantamento realizado pelo Programa Polos de Cidadania, no ano de 2017, a Vila era composta por 582 domicílios e estimou o total de 1.925 moradores (PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA, 2017). A localização da Vila Acaba Mundo apresenta grande contraste com os bairros que a circunda, sendo esses caracterizados como região composta por moradores de grande poder aquisitivo. A origem de seu nome – Acaba Mundo – enuncia as características da região quando da instalação de seus primeiros moradores: o fim do mundo. Distante do centro planejado por Aarão Reis, a Vila era considerada um local isolado, ermo e carente de infraestrutura básica como saneamento, iluminação e transporte viário.

Acaba-Mundo — Este recôncavo da serra do Curral foi batizado assim, em tempos imemoriais, em razão da sua natural configuração formada pelas cumeadas altaneiras daquela serra, onde termina a garganta extensa, vindo do arraial, dando a impressão de que realmente ali acaba o mundo... (BARRETO, 1996, p. 270) (grifo nosso)

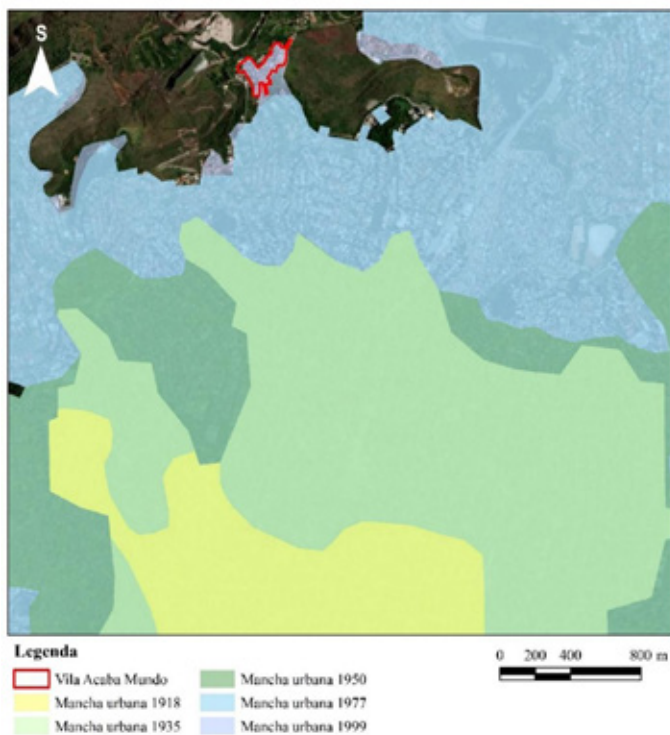
Bittencourt (2019, p. 36) pontua que “a história da ocupação e formação da comunidade se dá principalmente a partir de relatos orais dos moradores”. Materiais cartográficos, trabalhos acadêmicos, parte desses relatos e alguns documentos registram que a ocupação da área começou em algum momento entre as décadas de 1930 e 1940. De acordo com os estudos de Guimarães (1992), o surgimento da Vila é datado do ano de 1935. Algumas narrativas de moradores contam que durante os anos de 1950, foi realizado o loteamento do entorno da Rua Correias. Os documentos oficiais corroboram com a versão, sendo o primeiro loteamento da área datado de junho de 1948. Contudo, o loteamento tal como aprovado, nunca chegou a ser implementado. Desse modo, é possível perceber que, apesar da ocupação da Vila ter se iniciado entre as décadas de 1930 e 1940, no âmbito dos mapas formais, sua existência foi sequencialmente desconsiderada por anos. O próprio

parcelamento proposto para a área não considerou qualquer dinâmica social e/ou ocupação já existente no local (Mapa 2).



Como os loteamentos aprovados para a área nunca chegaram a ser implantados, a comunidade permaneceu isolada até aproximadamente 1970, sendo possível perceber que até o ano de 1950 a mancha urbana da cidade não havia sequer chegado ao local (Mapa 3). De acordo com relatos, a área ocupada pela Vila chegou a se estender por mais de quatro ou cinco quilômetros

e para além de sua área atual, chegando às proximidades da atual Avenida Nossa Senhora do Carmo, com as casas mais separadas umas das outras (Figura 1). Possivelmente esse fato era derivado da ausência de ocupação formal na região, especialmente às margens do córrego Acaba Mundo, à época não canalizado e a céu aberto (VARELLA, 2011).



Mapa 3 - Evolução da mancha urbana de Belo Horizonte de 1918 a 1999, com destaque à localização da Vila Acaba Mundo

Observação: A área da Vila Acaba Mundo está considerando a poligonal de vilas e favelas da base do BH Map.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Figura 1 – Foto aérea de 1951 mostrando o loteamento do bairro Sion. À esquerda, o Córrego Acaba Mundo onde hoje é a Avenida Uruguaí. Nota-se os aglomerados de casas ao longo do Córrego



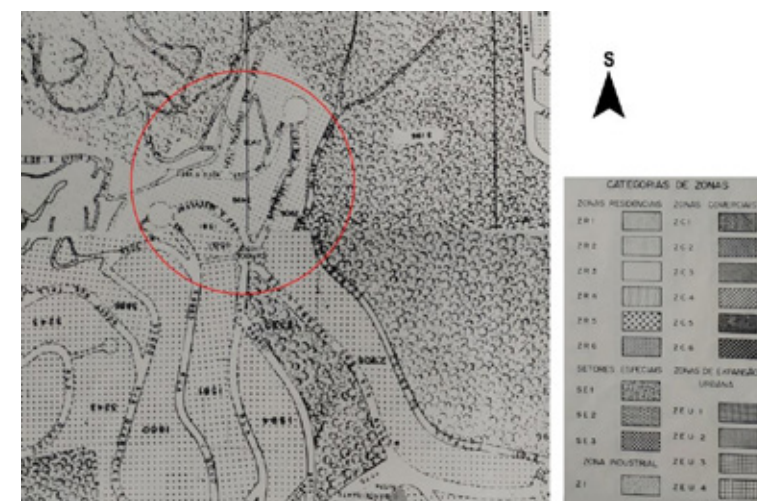
Legenda: 1) Córrego Acaba Mundo em seu leito natural; 2) Casas espaçadas da Vila Acaba Mundo.

Fonte: Adaptado de RIOS INVISÍVEIS, 2020
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Mapa 4 – Lei de Uso e Ocupação do Solo de 76 com destaque do zoneamento da área ocupada pela Vila Acaba Mundo.

Legenda: Destaque para a região ocupada pela Vila Acaba Mundo.

Fonte: Adaptado de BELO HORIZONTE, 1976
Fonte: Adaptado de BELO HORIZONTE, 1976



A primeira legislação de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte, Lei nº 2662/1976, ao definir as zonas de setores especiais do Município, não estabeleciam um zoneamento específico referente às áreas de vilas e favelas, abarcando como setores especiais apenas: áreas interesse ambiental, histórico e áreas de valor estratégico para a segurança pública; áreas destinadas a grandes usos institucionais ou sujeitas à necessidade de controle especial e espaços destinados ao desenvolvimento de projetos especiais. Desse modo, desconsiderando a ocupação existente, a área ocupada pela Vila Acaba Mundo foi enquadrada como zona residencial, sem o estabelecimento de quaisquer diretrizes especiais voltadas à população que habitava o local (Mapa 4). É possível então perceber um interesse na definição de áreas relacionadas à preservação ambiental e histórico-cultural, à implantação de equipamentos públicos e/ou comunitários e à implantação, melhoria e/ou expansão da infraestrutura urbana, desconsiderando as áreas ocupadas pelas vilas e favelas, as quais não recebiam qualquer respaldo pela legislação.

Com a Lei do Profavela e seu decreto regulamentador, as áreas das vilas e favelas de Belo Horizonte foram formalmente reconhecidas. Assim, os espaços antes não representados nos mapas, aparecendo como “áreas de preservação permanente de cobertura vegetal” ou da mesma cor que as zonas mais próximas, passam a ter sua existência legitimada, não sendo mais ignorados. A área da Vila Acaba Mundo formalmente

reconhecida se estendia ao longo da Rua Professor Mello Cançado, considerando ainda áreas verdes utilizadas por moradores. A partir da promulgação da segunda legislação de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte, Lei nº 4034/1985, a área reconhecida da Vila foi alterada sem justificativas aparentes (Mapa 5).



Legenda
 Decreto nº 4845/1984
 Lei nº 4034/1985

No dia 5 de julho de 1990, houve a promulgação do Decreto Municipal nº 6545/1990, o qual estabeleceu a criação do Parque do Acaba Mundo, sendo as obras iniciadas em agosto de 1991. O decreto estabeleceu que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Administração Regional Centro-Sul providenciariam a elaboração e execução de projetos de proteção e recuperação da área para fins ecológicos e equipamentos de lazer. No dia 16

Mapa 5 - Limite da Vila Acaba Mundo de acordo com o Decreto nº 4845/1984 e a Lei nº 4034/1985

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

de outubro de 1992, um mês antes da inauguração da primeira parte das obras de implantação do Parque, ocorrida no dia 28 de novembro de 1992, o Decreto Municipal nº 7400 alterou o nome do parque para Parque Municipal Juscelino Kubitschek. Viegas (2020) explica que a denominação “Parque Municipal Juscelino Kubitschek”, utilizada como narrativa da imprensa à época, teve como justificativa um discurso calcado na defesa de medidas sanitárias e de preservação ambiental, tratando o local como a solução à degradação ambiental e paisagística. Contudo, as melhorias ambientais e paisagísticas propostas não mencionavam as remoções de famílias que compunham a Vila Acaba Mundo e moravam nesses locais. Com isso, no dia 30 de dezembro foi promulgado o Decreto Municipal nº 7516/1992, o qual definiu uma redução da área do Acaba Mundo (Mapa 6).

Mapa 6 - Limite da Vila Acaba Mundo de acordo com o Decreto nº 7516/1992

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021



Legenda
 Decreto nº 7516/1992

Na sequência a área a Vila Acaba Mundo sofreu outras reduções, em maior ou menor grau. Primeiro pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPOUS) de Belo Horizonte, Lei Municipal nº 7166/1996, e, posteriormente, por sua alteração, a Lei Municipal nº 9959/2010. Ressaltamos, contudo, que a área removida da delimitação não se encontrava vazia, mas sim ocupada por moradores da comunidade. É importante destacar que as legislações desconsideraram o perímetro estabelecido pela Lei nº 4845/1984 e pelo Decreto nº 4762/1984, estabelecendo reduções sem que houvesse qualquer divulgação de justificativa ou embasamento para tal (Mapa 7).



Legenda
 Lei nº 7166/1996
 Lei nº 9959/2010

0 20 40 80 m

Mapa 7 - Delimitação estabelecidas para a ZEIS da Vila Acaba Mundo de acordo com as leis 7166/1996 e 9959/2010

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

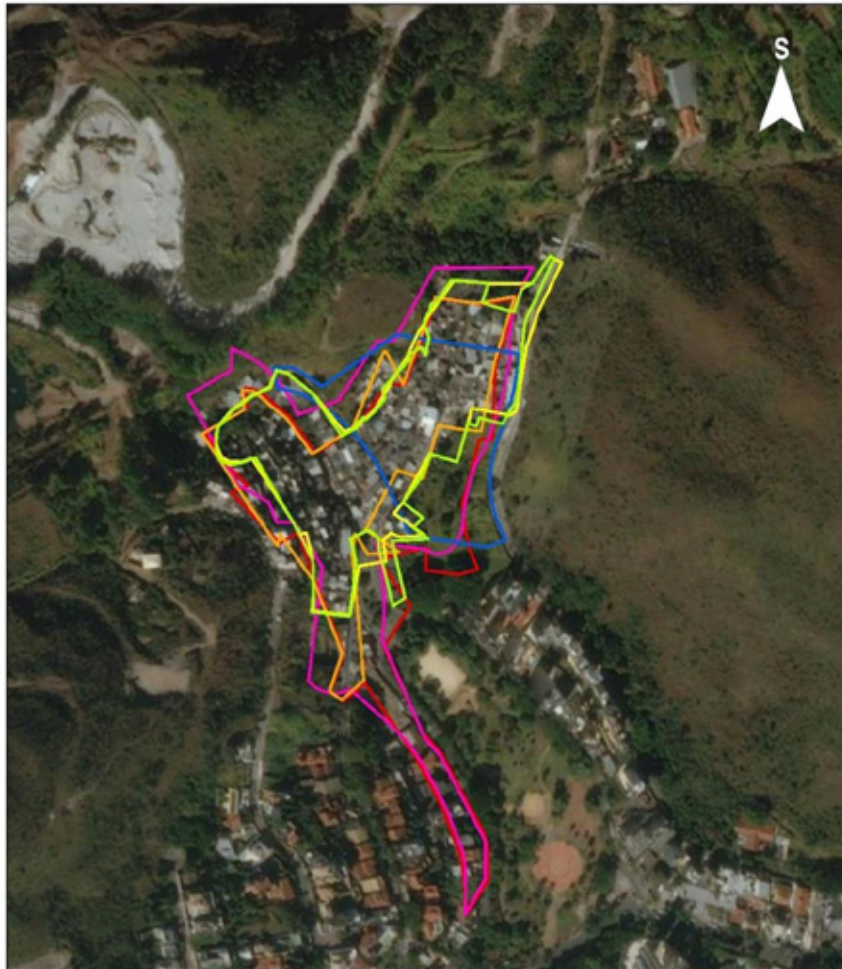
Apesar dos avanços nos mapas oficiais de Belo Horizonte, nos quais houve um maior reconhecimento das áreas de vilas e favelas pelo município, percebemos ainda casos em que houve uma redução da área total da Vila Acaba Mundo no decorrer dos anos. Ainda que a Lei do Profavela tenha definido, em 1985, um limite para o Acaba Mundo, em 1992, com a promulgação do Decreto nº 7516, a área da Vila foi reduzida de 46.566,700 m² para 33.568,25 m², perdendo assim quase 30% de seu território formalmente reconhecido. Viegas (2020) explica que a redução era necessária de modo a impedir que a comunidade crescesse, sendo esse o ponto de partida para o que o autor aponta ser a invasão da Vila Acaba Mundo, onde boa parte de moradores foi removida.

Na sequência, a aprovação da Lei nº 7166/1996 reduz novamente a área da comunidade nos mapas formais do município. No ano de 2000, a partir da elaboração do Plano Global Específico (PGE) da Vila Acaba Mundo, houve um levantamento de dados, diagnóstico setorial e integrado e propostas de intervenções no local. Dentre os produtos gerados, está uma nova delimitação da área de ZEIS definida para a comunidade. Essa delimitação foi de suma importância, vista sua consideração durante a aprovação de revisão do zoneamento para o local em 2010, pela Lei nº 9959. Contudo, ressaltamos aqui que esse levantamento desconsiderou parte das edificações da Vila, fazendo com que a comunidade não fosse inteiramente abarcada pela nova delimitação da ZEIS.

Durante a elaboração do produto final, algumas edificações levantadas anteriormente, durante as fases iniciais do projeto desaparecem, inclusive uma edificação considerada na pesquisa amostral, desaparece da base cartográfica final, sendo sua área desconsiderada na delimitação do limite da ZEIS. Ou seja, os moradores dessa residência faziam parte da comunidade para a geração de dados para a pesquisa, mas eram desconsiderados para definições posteriores.

A partir do mapa de zoneamento referente à Lei nº 11181/2019, é possível perceber que a área de interesse social considerada para o Acaba Mundo é alterada, sendo estendida em alguns pontos e reduzidas em outros. Contudo, dentre numerosas

delimitações estabelecidas institucionalmente (Mapa 8), entendemos que nenhuma delas corresponde ao espaço social da Vila Acaba Mundo, uma vez que todas, em maior ou menor grau, excluem não apenas parte da comunidade, como também da dinâmica socioterritorial existente.



Mapa 8 - Diferentes delimitações definidas para a Vila Acaba Mundo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Legenda

 Decreto nº 4845/1984	 Lei nº 7166/1996
 Lei nº 4034/1985	 Lei nº 9959/2010
 Decreto nº 7516/1992	 Lei nº 11181/2019

É de grande importância ressaltar que, apesar dos levantamentos e definições estabelecidas para a Vila Acaba Mundo por meio

dos mapas formais não levarem em conta a realidade dos moradores e suas dinâmicas sociais, várias intervenções foram propostas utilizando a ferramenta como discurso de legitimação. Com isso, ações judiciais e planos de intervenções urbanísticas são propostos para o local, com base em mapas por vezes reconhecidos como “pouco precisos”. Ainda assim, as propostas apresentadas no PGE preveem a remoção de cerca de 30% dos domicílios mapeados. Notamos então que essas imposições estabelecidas nos mapas e legitimadas pelas normas jurídicas não abarcam “a construção espacial das relações sociais de poder dentro das lutas por reconhecimento, redistribuição e representação, em processos dinâmicas de resistência [...]” (VIEGAS, 2020, p. 19) dos moradores do Acaba Mundo. A partir do contexto de disputa territorial presente na Vila Acaba Mundo percebemos que o problema da utilização dos mapas como instrumentos legitimadores de violentas ações respaldadas pelo Estado, assim como é feito pelo direito (VIEGAS, 2020). Desse modo, notamos que o mapa se tornou um território jurídico em constante disputa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desse trabalho foi possível perceber que ao longo do tempo as vilas e favelas foram, por anos, desconsiderados nas representações cartográficas e nos textos legislativos de Belo Horizonte, fato que, ainda hoje, reverbera em consequências sobre esses espaços. Ao analisar os mapas da Vila Acaba Mundo, percebemos a existência de uma disputa territorial, onde o poder público define o que se enquadra ou não como pertencente à Vila, desconsiderando parte das edificações, dos moradores e das dinâmicas socioterritoriais existentes.

Percebemos então que a partir da criação e da utilização de mapas, a ciência tem se dedicado a construir cenários e legitimar discursos tendo como base as análises espaciais elaboradas, as quais são instituídas como representantes

da realidade, imparciais, precisas e objetivas. Contudo, Souza (2012) explica que a elaboração de um mapa implica em delimitar, restringir, definir e classificar, o que muitas vezes se traduz em uma tendência a estigmatizar, segregar e restringir. Com isso, “o mapa converte-se em um instrumento que legitima e prepara as bases para que um cenário seja reproduzido e aceitado como a realidade” (SOUZA, 2012, n/p). De acordo com Arango (2007, p. 169), é dessa maneira que “a cartografia exerce uma violência simbólica que reforça a violência física com a que se estabelecem as relações hierárquicas no interior do Estado” (tradução nossa), onde “a violência do Estado na cartografia ajuda a definir o que ou quem existe e em que ordem” (ARANGO, 2007, p. 169) (tradução nossa). Percebemos então que não há a produção de mapas neutros ou totalmente fiéis à realidade, como escreve Souza:

Em geral, os mapas elaborados nos âmbitos acadêmicos e científicos são considerados neutros e fiéis à realidade. Entretanto, como nota-se, não são mais que uma visão restrita e totalizadora. Assim, a utilização facultativa destas representações reveste um risco: a percepção da realidade já se encontra assimilada, já passou por uma peneira subjetiva, cruzada por uma ideologia e orientada a certos objetivos (SOUZA, 2012, n/p).

Durante a realização de trabalhos junto aos moradores do Acaba Mundo, percebemos, muitas das vezes, que havia ainda dificuldades referentes à leitura, utilização e interpretação dos mapas, mesmo que apresentássemos uma representação “mais simples”. De acordo com Chappuis e Golbéry (1997) apud Joliveau (2008), os usuários das ferramentas cartográficas convencionais costumam ter uma mesma dificuldade geral de “ver” um mapa. Os autores explicam que, mesmo se ele é muito simples, contendo apenas um indicador em símbolos proporcionais, ainda há dificuldade em dirigir-se a pessoas que não sabem utilizá-lo, sendo esse um forte empecilho para o uso dessa ferramenta. Desse modo, é necessário refutar a ideia de que a linguagem cartográfica é transparente.

O mapa [elaborado a partir das regras estabelecidas pela cartografia convencional] é, portanto, uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige

uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que é um problema para o objetivo da participação (JOLIVEAU, 2008, p. 50)

Com isso, a partir dos primeiros diálogos em cima das ferramentas cartográficas junto à comunidade, percebemos que para utilizarmos os mapas, seria necessário dialogar sobre como “ler” a linguagem gráfica daquela representação. Almeida e Passini (1989) explicam que ler mapas significa dominar esse sistema semiótico, essa linguagem cartográfica. A partir da leitura de Joliveau (2008), encontramos nas reflexões do autor três pistas de solução para resolver o entrave gerado a partir das dificuldades encontradas: 1) a vulgarização do uso do mapa, 2) formar os mediadores da participação em cartografia, e os cartógrafos na percepção participativa dos mapas, e 3) renovar o próprio mapa.

Os estudos de Viegas (2020) buscaram compreender a identidade coletiva da Comunidade da Vila Acaba Mundo, a qual está entrelaçada com as ocorrências de conflito existentes e da consciência do seu território. Para isso o autor indica que a identificação não deveria ocorrer “por uma verificação substancial dos eventos, memórias, narrativas míticas, símbolos, práticas culturais e religiosas, mas pela exposição das experiências selecionadas pelos agentes nas relações sociais e diante de determinados adversários [...]” (VIEGAS, 2020, p. 76). Durante sua pesquisa junto à comunidade, o autor destaca, a partir de relatos e mapeamentos realizados pelos moradores, que áreas dentro e fora do perímetro da Vila sem ocupação de edificações são utilizadas pela comunidade (Figura 2, Figura 3, Mapa 9 e Mapa 10). Com essa consideração do autor, entendemos então que o espaço social vivido da Vila Acaba Mundo não está restrito às áreas ocupadas por algum tipo de benfeitoria, estendendo-se a uma relação mais ampla com o espaço, principalmente quanto aos recursos naturais. Em diálogo com os jovens da comunidade, Viegas aponta:

Esses jovens mostram no mapa e em indicações espaciais, as trilhas e os recursos naturais utilizados para além da cerca imposta pelas mineradoras, locais frequentemente usados para pescar, pegar passarinho, namorar, para contemplação e lazer. Eles revelam uma Vila

escondida na paisagem, mas vívida enquanto direito e não como transgressão. Mais ainda, relataram uma tensão permanente nessa fronteira, com relator de violência praticada por policiais e seguranças das mineradoras, o que não aparecia nas falas dos espaços institucionalizados. Mostraram uma luta prosaica, numa rotina cotidiana de resistência, que se opera de maneira permanente e constante desde o boicote aos projetos sociais das agências mediadoras até pequenas contravenções (VIEGAS, 2020, p. 77) (grifo do original).

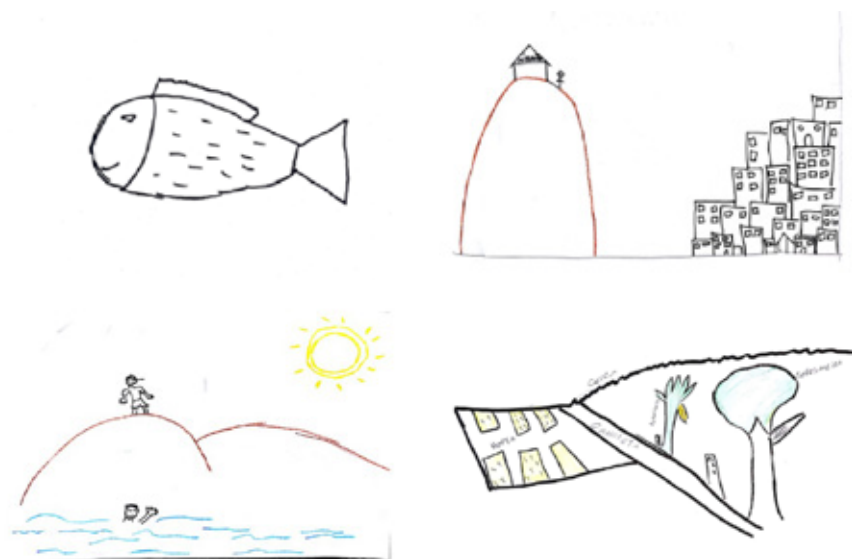


Figura 2 – Banho nos lagos da Mineração Lagoa Seca e escalada nos morros e pilhas de estéreis

Fonte: VIEGAS, 2020, p. 78

Figura 3 – Ícone criado para identificar os locais de pesca

Fonte: VIEGAS, 2020, p. 78

Mapa 9 - Jovens no Mirante para namorar e contemplar a Vila Acaba Mundo

Fonte: VIEGAS, 2020, p. 78

Mapa 10-Representação do quintal de uma moradora da Vila Acaba Mundo feita por seu filho

Fonte: VIEGAS, 2020, p. 59

Durante seus trabalhos junto à comunidade, Viegas (2020) conseguiu ainda que um dos moradores elaborasse um mapa da Vila Acaba Mundo (Mapa 11). Ainda que a realização do mapa esteja centrada em apenas um morador, não estendendo-se ao maior número desses, de modo a abarcar as mais diversas vivências individuais e coletivas, podemos perceber que a representação não se restringe às delimitações estabelecidas para a Vila nos mapas formais. Mais que isso, assim como as representações acima ela incorpora elementos do que hoje é entendido como “entorno da Vila” e/ou “áreas fora dos terrenos dos moradores”, com grande relação atrelada aos recursos naturais existentes no local.

Mapa 11 - Representação da Vila Acaba Mundo feita por um morador

Fonte: VIEGAS, 2020, p. 133



Dessa maneira, percebemos a existência de um tensionamento das relações de poder estabelecidas por meio dos mapas que definem o que é ou não território da Vila Acaba Mundo. Santos (2012) destaca a existência desse tensionamento em três esferas centrais:

[...] no processo de produção cartográfica, em que atores (movimentos sociais, gestores públicos, cartógrafos etc.) disputam a participação na elaboração dos instrumentos de representação cartográfica; no objeto cartográfico, em que se disputa o que se cartografa e como se cartografa; no uso da cartografia, que cada vez mais aparece como instrumento de grupos desfavorecidos (SANTOS, 2012, p. 2) (grifos da própria fonte).

A partir das reflexões apresentadas, entendemos então a necessidade de trabalhar as diretrizes para elaboração de mapas contra-hegemônicos, de modo a subverter a lógica da cartografia científica, que tende a padronizar os mapas e representações, a proposta aqui abordada tem como foco uma ampliação do entendimento sobre as possibilidades do cartografar, demonstrando que a representação não é algo fixo e pré-estabelecido a partir de uma regra. Desse modo, buscamos

relativizar a imagem padronizada de mundo estabelecida por meio de um modelo de representação hegemônico para o entendimento das questões espaciais, que perpassam sobre dinâmicas socioespaciais, relações de poder, enfrentamentos de forças, conflitos, modos de subjetivação, afetos, crenças, história, desejos, vínculos, práticas de resistência, subversão e liberdade.

Ressaltamos que esse trabalho não tem como pretensão apresentar uma rejeição aos mapas, mas sim uma rejeição à autoridade reivindicada através dos mapas elaborados sob a falsa afirmação de representação da realidade de maneira objetiva, neutra e inequívoca. Entendemos, assim como Sales (2016, p. 163), que “[...] os mapas expressam uma forma possível de ver o mundo, dentre as várias existentes”, sendo então necessário compreender que essa ferramenta é um produto cultural e social, que precisa ser entendido em seu contexto histórico específico. É importante considerar ainda que os valores da sociedade responsável pela produção dos mapas influenciam sobre seu conteúdo.

Dessa maneira, com esse trabalho, entendemos a necessidade de elaboração de um novo mapa para entendimento do território do Acaba Mundo, de modo que sua construção seja reflexo do que é a Vila, não estando restrito vinculado a limites formais estabelecidos pelas normativas, restringindo-se a um contexto político-institucional. É necessário considerar que a comunidade esteja envolvida durante todo o processo, sendo necessário ainda protagonismo e autonomia durante sua elaboração. O mapa construído deve ainda estender-se às dinâmicas socioterritoriais, às relações de poder, aos enfrentamentos de forças, aos conflitos, aos modos de subjetivação, aos afetos, às crenças, às histórias, aos desejos, aos vínculos, às práticas de resistência, à subversão, à liberdade e a identidade coletiva dos acabamundenses.

Notas

¹ Este trabalho tem como base os resultados da pesquisa de mestrado de Rogério Passos, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação de Geraldo Magela Costa, intitulada “Os mapas e as normas: da cartografia da exclusão às outras possibilidades do cartografar – o caso da Vila Acaba Mundo”.

³ O Censo Demográfico de 2010 revela que a população residente em assentamentos informais alcançava 307,0 mil residentes em Belo Horizonte e 181,6 mil residentes na periferia metropolitana, distribuídos pelos municípios de Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano (IBGE, 2010).

⁴ Dados governamentais mais recentes (IBGE, 2010).

⁵ Programa transdisciplinar e interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, fundado na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG em 1995. O Programa se divide em várias frentes de trabalho, as quais são denominadas “núcleos”, sendo o Núcleo Acaba Mundo um desses.

⁶ Denominação utilizada pelos próprios moradores, a qual evidencia clara relação de identidade coletiva com o espaço (VIEGAS, 2020).

⁷ Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA e dá outras providências.

⁸ Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

⁹ Cria o “Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA”, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências.

¹⁰ Delimita as áreas que constituirão os Setores Especiais-4 (SE-4) definidos pela Lei Municipal nº 3.532, de 06 de janeiro de 1983 relativas às favelas identificadas neste decreto.

¹² Lei nº 4034/1985: Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte, e dá outras providências.

¹³ Disponível em: <<https://riosinvisiveis.wixsite.com/riosinvisiveis/linha-do-tempo>>. Acesso em: 24 out. 2022.

¹⁴ Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências.

¹⁵ Grande parte das áreas aparecia com a definição de zona residencial, assim como as áreas mais próximas.

¹⁶ Cria o “Parque do Acaba Mundo” e dá outras providências.

¹⁷ Dá o nome de Juscelino Kubitschek a um parque no município de Belo Horizonte.

¹⁸ Modifica o Anexo LXXXIV do Decreto nº 4845, de 08 de novembro de 1984, que delimitou a área da Favela Acaba Mundo, integrante do Setor Especial 4 (SE-4).

¹⁹ Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município.

²⁰ Altera as leis nº 7165/96 e nº 7166/96, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das zonas de especial interesse social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas áreas de especial interesse social, e dá outras providências.

²¹ Maria Fernanda Salcedo Repolês, coordenadora do Núcleo Acaba Mundo do Programa Polos de Cidadania, entende que os constantes ataques enfrentados no território do Acaba Mundo podem ser entendidos como “a invasão da Vila pela cidade”.

²² A elaboração do plano ocorreu em três etapas: I) Fase de levantamento de dados; II) Diagnóstico setorial e integrado e III) Propostas.

²³ A pesquisa amostral foi uma das ferramentas utilizadas como base de dados para a elaboração do PGE. Contudo, ela considerou menos de 10% dos domicílios totais, abarcando 30 dos 371 domicílios totais existentes à época.

²⁴ Aprova o Plano Diretor do município de Belo Horizonte e dá outras providências.

²⁵ De acordo com o relatório do PGE da Vila Acaba Mundo, a base utilizada foi definida como “pouco precisa”, uma vez que a qualidade da foto aérea utilizada foi prejudicada pelas condições naturais de sombreamento e arborização da área, dificultando assim a visualização dos becos e edificações, comprometendo a representação elaborada.

²⁶ Proposta de Cenário 01: 132 remoções, e de Cenário 02: 107 remoções, 35,6% e 28,8% do total de domicílios levantados, respectivamente.

²⁷ No original: “[...] la cartografía ejerce una violencia simbólica que refuerza la violencia física con la que relaciones jerárquicas al interior del Estado”.

²⁸ No original: “La violencia del estado em la cartografía ayuda a definir qué o quien existe y en que orden”.

²⁹ CHAPPUIS, A.; GOLBÉRY, L. Aux cartes cytoens. La démocratie par lês cartes, In: Colloque “30 ans de sémiologie graphique”. Paris, 12-13, décembre, 1997, 27 p.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. (org.). Povos e comunidades tradicionais: Nova Cartografia Social. Manaus, 2013. 172p.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yassuko. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

ANDRADE, Wallace Carrieri de Paula. “O Acaba Mundo já era”: o ocultamento dos cursos d’água no centro de Belo Horizonte (1895/1973). 2014. 129f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2014.

ARANGO, Vladimir Montoya. El mapa de lo invisible: silencios y gramática del poder em la cartografía. Universitas Humanística. Bogotá, Colombia, n. 063, p. 155-179. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26467670_EL_mapa_de_lo_invisible_Silencios_y_gramatica_del_poder_en_la_cartografia>. Acesso em: 24 out. 2022.

ARRUDA, Rogério Pereira de. Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, RJ, 6-1, p. 85-123, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3970523.pdf>> Acesso em: 24 out. 2022.

BAPTISTA, Maria Elisa. A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 97-109.

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva - História Antiga e História Média. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricas e Culturais, 1996.

BITTENCOURT, Tiago Reis. Cidade formal e cidade informal: uma releitura a partir da experiência do Polos de Cidadania na Vila Acaba Mundo. 103f. Monografia (Graduação), Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte. 2019.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017. 352p.

BORSAGLI, Alessandro. A interação rio-cidade: o caso de Belo Horizonte/MG e São José dos Campos/SP. In: Seminário Franco-Brasileiro Riquezas Compartilhadas: o que realizados. Belo Horizonte: Anais Seminário Franco Brasileiro Riquezas Compartilhadas, 2018.

BORSAGLI, Alessandro. Arraial de Bello Horizonte: a ruralidade da nova capital de Minas. Belo Horizonte: Edição do autor, 2019. 136p.

BOTELHO ALMEIDA, Danilo de Carvalho. O éthos urbanístico do Acaba Mundo: estabilização, manutenção e reprodução do modelo de canalização de cursos d’água desde a construção de Belo Horizonte. 2020. 339f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2020.

COSTA, Ana Carolina Silva da; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano e Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. Universitas Humanas. Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 109-137, jan/dez 2008. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/878>>. Acesso em: 24 out. 2022.

COTTA, Francis Albert; SILVA, Marcilene da. Um olhar para a periferia: o processo de favelização na região metropolitana de Belo Horizonte. Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio BH, Belo Horizonte, n. 7, p. 1-15, jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/2250>>. Acesso em: 24 out. 2022.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. PROFAVELA: conquistas e limites do movimento favelado em Belo Horizonte na transição democrática na década de 1980. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 2. ISSN 2317-7721, p. 988-1022, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/29374/24086>> Acesso em: 24 out. 2022.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. In: XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1992, 16p.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], 5. 2009, posto online em 24 abr 2009. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/>>

geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

HOURI, Luciana Felicíssimo. Políticas de produção de moradias e segregação residencial: Belo Horizonte – 1986 a 2000. 2008. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

IBGE. Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais (primeiros resultados). Rio de Janeiro, 2010. 259p. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

JOLIVEAU, Thierry. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, Henri et al (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 45-69. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais).

LOPES, Marcela Silviano Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; COELHO, Matheus Silva; GUINHO, Luiza da Anunciação. Quem ocupa constrói contracondutas. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 26, n. 39, p. 141-182, 31 jul. 2020. Semestral. Edição Especial: Espaço para a vida. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/22684>>. Acesso em: 24 out. 2022.

LÚCIO CARDOSO, Adauto. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. Cadernos Metrôpole, São Paulo, n. 17, p. 219-240, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837795010>>. Acesso em: 24 out. 2022.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. Belo Horizonte, cidade planejada (para a elite branca). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: atualização crítica, 16, 2021, Salvador, BA. Anais Eixo Temático 1: Historiografia e Pensamento Urbanístico. Salvador: 2021, v. 1, p. 548-567. Disponível em: <<http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-16o-shcu/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. Os mapas e as normas: da cartografia da exclusão às outras possibilidades do cartografar. 320f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade

Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte. 2021.

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA. Vila Acaba Mundo: relatório técnico de pesquisa diagnóstica participativa. 49p. Relatório de Pesquisa - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Belo Horizonte, 2017.

SALES, Carla Monteiro. Cartografia, arte e visões de mundo na reprodução do “Mapa Invertido da América do Sul”. Revista Espaço e Cultura. UERJ, Rio de Janeiro, n. 39, p. 157-174, jan/jun 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/1621/showToc>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: Coloquio de Geocrítica, 12, 2012. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>>. Acesso: 24 out. 2022.

SCALZITTI, Adriano. Cartografia: processo histórico de constituição e internalização sociocultural sob a ótica de Vigotski. Revista Ens. Geogr., Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 60-78, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/Scalzitti.php>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2013. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Eduardo. Os mapas e a construção de diferenças na cidade. Institucionaliza-se um discurso segregador? Notícias Arquitetura. ArchDaily. 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-80872/os-mapas-e-a-construcao-de-diferencas-nacidade-institucionaliza-se-um-discurso-segregador>> Acesso em: 24 out. 2022.

URBEL. Revista urbanização e habitação. Belo Horizonte, Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, semestral, 2014.

VARELLA, Renata Versiani Scott. A Vila Acaba Mundo e a construção de mundos possíveis: reflexões sobre uma experiência de luta pela moradia. 106f. Dissertação (Mestrado)

- Curso de Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 2011.

VIEGAS, Daniel Pinheiro. Território e direito ambiental: resistência para além do direito à moradia dos acabamundenses. 203f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte. 2020.

***Rogério Lucas Gonçalves Passos** é Urbanista e Arquiteto, Mestre em Geografia e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Email: rogerpasso@gmail.com

A cidade como comum: uma experiência no extremo sul da Bahia

The city as ordinary: an experience in the extreme south of Bahia

Fernanda Hellmeister de Oliveira Martins, Herbert Toledo Martins*

Resumo

Apresenta-se aqui uma pesquisa sobre o comum a partir da experiência da cidade de Santa Cruz Cabrália, extremo sul da Bahia. O marco teórico que informa o artigo recai sobre duas abordagens e perspectivas teórico-conceituais: o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), e o comum da reprodução social de Silvia Federici (2014). Nesse sentido, busca-se atualizar o debate sobre o comum a partir das práticas e relações de produção e de reprodução coletivas, cooperativas e autônomas da Feira Cultural – Encontro na Praça, movimento que pensa o espaço público através do seu potencial gerador de encontros e trocas, promovendo assim novas formas de se conviver e relacionar com a cidade. A pesquisa é de natureza qualitativa com a realização de entrevistas com participantes que contribuíram com a construção da referida Feira. Os achados da pesquisa indicam que as experiências de produção do espaço baseadas em relações e práticas de cooperação, convivência e apropriação coletiva do uso do espaço público, convergem para a realização do direito à cidade e nos conduz ao caminho de pensar a cidade como um comum.

Palavras-chave: Comum, Commons, Santa Cruz Cabrália, Participação Social, Direito à Cidade.

Abstract

This research is about the common from the experience of the city of Santa Cruz Cabrália, extreme south of Bahia. The theoretical framework that informs the article falls on two theoretical-conceptual approaches and perspectives: the common as a political principle by Pierre Dardot and Christian Laval (2016), and the common of social reproduction by Silvia Federici (2014). In this sense, we seek to update the debate of commons from the practices and relations of collective, cooperative and autonomous production and reproduction of the Feira Cultural - Encontro na Praça, a movement that thinks about the public space through its potential generator of encounters and exchanges, thus promoting new ways of living and relating to the city. The research is qualitative in nature, with interviews with participants who contributed to the construction of the said Feira Cultural. The research findings indicate that the experiences of space production based on relations and practices of cooperation, coexistence and collective appropriation of the use of public space, converge to the realization of the right to the city and lead us to the path of thinking the city as a common.

Keywords: Common, Commons, Santa Cruz Cabrália, Social Participation, Right to the City.



I INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no campo dos estudos sobre o comum, e tem como base empírica a experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça, localizada na cidade de Santa Cruz Cabrália, extremo sul da Bahia. Do ponto de vista teórico, a pergunta motivadora do estudo é saber do que estamos falando quando falamos sobre comum? Nesta perspectiva, seguiremos alinhados teoricamente com a proposta de alguns autores que consideram o comum como um princípio político (DARDOT e LAVAL, 2016) ou, melhor ainda, como verbo (BOLLIER, 2016; SAVAZONI, 2018). Pois, “não há comum sem comunar” (SAVAZONI, 2018, p. 39). Dito de outra maneira, não existe comum sem que haja um fazer-comum por parte de todo um coletivo que conscientemente escolhe produzir de forma interdependente a gestão de um recurso seja ele material, seja ele imaterial. Nesse sentido, a interdependência torna-se aspecto incontornável da produção do comum.

Ao nos aproximarmos do debate teórico é possível perceber que alguns autores fazem uma lista extensa sobre o que poderia ser considerado um comum, e elencar essas possibilidades pode ajudar na inteligibilidade do conceito, mas exclui um fator preponderante da própria concepção dele, o que pode acabar gerando dúvidas. Portanto, antes de mais nada, é preciso reafirmar: só há comum se houver um fazer-comum. Assim, podemos presumir que as praias, os oceanos, o solo, a água, o ar, as florestas, as praças, as ruas, as infraestruturas urbanas possuem um potencial enorme para se tornarem um comum e até o são em alguns contextos específicos, mas não o são por si só. É assim que o comum se configura como uma atividade, pois é só através da ação coletiva, um fazer-comum, que ele se materializa.

Nesta perspectiva, este artigo busca analisar a experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça (doravante Feira); um evento autogestionado por um coletivo de moradores que transforma uma praça pública no centro da cidade em espaço de encontros, convivência, difusão de arte e cultura, e fortalecimento da economia local. Com o relato deste evento,

temos a intenção de demonstrar empiricamente como as práticas de produção da Feira possibilitam atualizar o debate conceitual sobre o comum de uma perspectiva que permite reinterpretar as lutas, resistências e modos de existência em resposta à tendência da nossa época de mercantilização de todas as esferas da vida. Para isso, propomos, ao mesmo tempo, refletir sobre o direito à cidade e a cidade como comum.

A Feira Cultural – Encontro na Praça é um caso eloquente da forma como produzir coletivamente pode contribuir para a emergência de novas formas de resistências e emancipações sociais. Sua produção foi gerida coletivamente através de um processo que mesclava encontros presenciais com interações constantes via grupo no whatsapp. A experiência produziu conflitos e aprendizados, mas acendeu em todos os participantes a chama do movimento em defesa de uma cidade aberta a intervenções. O resultado foi a transformação da narrativa que sempre vinculou ao poder público municipal ou a iniciativa privada a responsabilidade por fazer e promover a cultura e os encontros. A visão de que as praças e ruas a noite não são seguras para as famílias também foi superada pela ideia de que a “praça é nossa, vamos ocupá-la”. É dessa forma, portanto, que enxergamos como processos vivos tal qual a Feira Cultural – Encontro na Praça representam a reivindicação de um comum urbano e a luta por uma cidade como comum.

Para os objetivos do presente artigo, o mesmo está dividido em três seções, além dessa introdução: Na primeira seção, apresentamos o comum a partir de seus sentidos conceituais e políticos no contexto de sua emergência contemporânea. Para tanto, discute-se inicialmente algumas definições de partida que contribuem para uma maior inteligibilidade do conceito. Em seguida, apresenta-se os principais argumentos e conclusões de duas abordagens políticas e perspectivas teórico-conceituais do debate crítico contemporâneo sobre o comum: o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), e o comum da perspectiva feminista de Silvia Federici (2014). Com a seleção de tais abordagens, busca-se expor as principais ideias e conclusões dos autores, compondo assim um quadro

panorâmico das teorias sobre o comum, e apontar caminhos que conduzem o conceito à prática.

Na segunda seção, apresentamos o fazer-comum ilustrado pela experiência da Feira Cultural – Encontro na Praça, um movimento que teve origem em 2017 e que reuniu moradores de Santa Cruz Cabralia e região para criar um evento que envolvesse arte e cultura e transformasse um espaço ocioso da cidade em um local propício para encontros, cultura e fortalecimento da economia local. Nesta seção, investiga-se as potencialidades e ambivalências da produção e sustentação do comum. Neste cenário distópico, de dominação e subordinação de todas e cada forma de vida e de conhecimento à lógica do mercado, compreendemos o comum como uma possibilidade para se apegar e começar a tecer outro modo de vida possível a partir de nossas cidades.

A partir da experiência da Feira identificamos como ela funda um novo arranjo comunitário para a construção da cidade do desejo. Nessa linha, apresentamos na terceira seção a discussão sobre o direito à cidade e a cidade como comum. No final, são apresentadas as conclusões da pesquisa, sem pretensões de encerrar definitivamente o assunto, visto que são muitas as possibilidades de abordagens que o comum nos proporciona.

2 OS DEBATES SOBRE O COMUM

O comum faz parte hoje de um amplo debate nas ciências humanas e sociais, com uma história que começa em Roma; passa pela história dos cercamentos das terras comunais no período Feudal; pela formação da propriedade privada capitalista; e chega aos dias atuais como um princípio político dos movimentos sociais com suas variadas reivindicações. O comum é de natureza polissêmica, polifônica e interdisciplinar, sendo possível identificar abordagens de diferentes perspectivas e áreas disciplinares diferentes, como sociologia, filosofia, antropologia, história, arquitetura, direito, entre outras.

Além disso, é preciso estabelecer também algumas orientações básicas sobre o conceito para que o leitor ou leitora não se perca durante o caminho. A primeira delas é a diferenciação entre comum e comuns. Comum é um substantivo, se configura enquanto um discurso político. Já os comuns são vistos como bens/recursos para além do público e do privado. Essa diferenciação é fundamental, pois não é incomum vermos comum e comuns se confundirem em muitos debates.

Neste sentido, é necessário estabelecer as diferenciações entre cada uma dessas formas de utilizar o conceito. “Comuns” e “bens comuns” foram amplamente utilizados no início do debate teórico fundado por Hardin (1968) e Ostrom (2002), de uma perspectiva totalmente economicista de análise do comum. Autores contemporâneos, mais especificamente Dardot e Laval (2016), tentam definitivamente se afastar dessa redução do conceito a um bem. Para eles o comum se configura enquanto um princípio político e é preciso não confundir o que é comum em razão da sua natureza, tal qual luz ou ar, ou em razão do próprio direito, como o mar, as águas correntes, a praia, a linguagem, as descobertas científicas, as obras intelectuais de domínio público. Para Dardot e Laval (2016), esses exemplos todos são inegavelmente comuns, mas nem por isso são da esfera do comum, já que é apenas pela ação coletiva que os recursos podem realmente se tornar um comum.

Já autores como Hardt e Negri (2016), David Bollier (2016), Federici (2014) conseguem transitar mais entre essas duas esferas que consideram o comum tanto quanto um princípio quanto um bem, alguns deles, inclusive, acrescentam uma terceira via: o comum também pode ser um verbo.

Contudo, o que não podemos confundir, e por isso é importante delimitar desde já, é a relação entre o comum, o público e o privado. O conflito entre o comum e a propriedade privada é algo que está sempre em nosso foco de atenção e faz parte da luta contra a mercantilização de todas as esferas da vida. As privatizações, patentes e copyrights fazem parte dos novos cercamentos e são mecanismos de transformação daquilo que pode ser de todos em propriedade privada. Já a relação do comum com o público precisa ser melhor esclarecida.

É importante manter separado conceitualmente o comum daquilo que é público. O público está sempre vinculado ao Estado e a certos institucionais que regulamentam o acesso a ele. Para Hardt e Negri (2016), apesar de tentador, as relações entre o comum, o público e privado não são triangulares e nem constituem um sistema fechado, com o comum entre os dois. Aqui se considera o comum fundamentalmente autônomo em relação a ambos.

Após termos passado pelas definições de partida iniciais, a pergunta “sobre o que estamos falando quando falamos do comum?” alcança um terreno contemporâneo de práticas e ações atuais. Assim, já é possível afirmar que quando passamos a utilizar a lente do comum conseguimos identificá-lo nas práticas comunitárias presentes nas ocupações urbanas e rurais, nas cozinhas coletivas montadas e compartilhadas para a reprodução dessas lutas, na ética hacker, no movimento do software livre, no ciberativismo, nas produções colaborativas nas plataformas digitais, nas hortas urbanas coletivas que transformam a lógica de mercantilização da vida nas cidades e dão vida a terrenos abandonados, nas ocupações de praças (como a experiência da Feira Cultural - Encontro na Praça de Santa Cruz Cabrália objeto deste artigo), parques, prédios públicos e outros espaços ociosos urbanos, nos movimentos contra instalações de hidrelétricas e nas gestões compartilhadas de recursos hídricos, nas formas de viver em regimes de terra não proprietários, na produção de conhecimento dos terreiros, quilombos e aldeias sobre alimentos, formas de plantio, curas, cuidados coletivos com o outro e com o meio em que se vive, nas manifestações da cultura popular que se mantém vivas graças as práticas coletivas de partilha, no bem viver das comunidades indígenas latino-americanas.

Como é possível observar acima, o debate teórico sobre o comum produz muitas convergências, mas também alguns pontos de inflexão. Aqui nos interessa mais onde os discursos se aproximam e enriquecem o conceito. Abaixo abordamos duas perspectivas sobre o comum que nos ajudam a prosseguir nessa investigação.

3 O COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO DE DARDOT E LAVAL

Considerando que Hardt e Negri (2016) inauguram uma nova perspectiva do comum ao não mais resumi-lo somente aos bens naturais, Dardot e Laval (2016) deram um passo adiante e refundaram de maneira rigorosa o conceito. Em *Comum: Ensaio sobre a revolução do século XX*, Dardot e Laval (2016) fazem uma enorme contribuição para o debate teórico ao realizarem um esforço para construir uma completa genealogia sobre o comum, propondo um diálogo crítico entre os seus sentidos mais variados.

Os autores filósofos propõem uma interpretação própria do conceito que consiste no comum enquanto um princípio político, desvinculando-o do sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria. Assim, o comum não pode ser um objeto, ele está aquém de qualquer objetivação e não pode ser confundido com um recurso. Para Dardot e Laval, o comum seria então o princípio que faz buscar o objetivo: no caso tornar um recurso um comum. O princípio é aquilo que vem primeiro e fundamenta todo o resto. Dessa forma, o comum enquanto um princípio ordena, comanda e rege toda a atividade política. Nesse sentido, o comum nos obriga a imaginar uma nova instituição dos poderes na sociedade. “O comum, tal como o entendemos aqui, significa antes de tudo o governo dos homens, das instituições e das regras que eles adotam para organizar suas relações” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 485). Portanto, o comum é uma decisão, cada comum deve ser instituído através de um fazer-comum que parte dos coletivos que lhes dão vida.

Já está evidente a partir dos subtópicos anteriores que o debate sobre o comum está situado em um contexto de crítica e oposição ao capitalismo. Em Dardot e Laval (2016) ele ocorre a partir da constatação de que o sistema vigente atual está destruindo todas as condições de vida no planeta. Para os autores, a humanidade ainda não se deu conta de um destino comum, em referência a isso e ao famoso artigo de Garret Hardin (1968), eles brincam sobre a existência de uma “tragédia do não comum”.

Essa tragédia não vem do fato de a humanidade ignorar o que a espera, mas de ser dominada por grupos econômicos, classes sociais e castas políticas que, sem abrir mão de nenhum de seus poderes e privilégios, querem prolongar o exercício da dominação por meio da manutenção da guerra econômica, da chantagem do desemprego, do medo dos estrangeiros [...] Ao mesmo tempo que pagamos o preço da ilimitação capitalista, somos atormentados pelo enfraquecimento considerável da “democracia”. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 14).

Quando os autores citam o enfraquecimento da democracia eles se referem a subordinação do Estado às exigências do mercado. Para Tonucci (2017), vivenciamos um momento de euforia com o último ciclo global de protestos, que justamente se manifestavam contrários às forças desumanizadoras e ambientalmente destrutivas do capitalismo neoliberal sob a permissividade do Estado e a serviço da reprodução da desigualdade e da injustiça, para a seguir nos depararmos com o estreitamento do horizonte democrático e a emergência de discursos distópicos e apocalípticos (TONUCCI, 2017, p. 21). Perante a isso, é preciso buscar por forças sociais, modelos alternativos, modos de organização e conceitos que deem esperanças de que existem possibilidades para além do capitalismo.

Para Dardot e Laval (2016), é nesse contexto, ou melhor, nessa busca pelo que pode vir a ser que o comum ganha importância, pois aponta justamente para uma outra direção, dessa vez não mais vinculada às crenças e esperanças progressistas depositadas no Estado, mas sim nas buscas coletivas de novas formas democráticas.

Ao final de sua obra, Dardot e Laval (2016) redigem um programa sobre o que seria uma “política do comum” sob a forma de nove proposições, que podemos resumir como: 1) Adotar o comum enquanto princípio para criar instituições de autogoverno onde as pessoas agem em conjunto e devem ter a possibilidade de participar das regras que os afetam, do governo das instituições nas quais atuam, vivem e trabalham; 2) Rever e criar alternativas contra o direito de uso à propriedade, especialmente quando se trata dos comuns que devem permanecer distantes da esfera

da propriedade, como os saberes coletivos e as sementes, por exemplo; 3) Desvincular o trabalho com e pelo outro do trabalho da lógica capitalista. O trabalho pelo comum pressupõe engajamento, cooperação concreta em grupos livremente constituídos. O trabalho do capitalismo se reduz a um meio de acumulação de capital onde ocorre a cooperação forçada; 4) Instituir a empresa comum, liberando o trabalho do domínio do capital, tornando a empresa uma instituição da sociedade democrática, onde existe escolha individual de consumo, mas em esquemas decididos coletivamente, preferencialmente a nível local, construindo assim uma nova instituição “cívica” do mercado, unindo o autogoverno dos produtores e a soberania dos consumidores; 5) Democratizar a economia, transformando-a em economia social, recusando assim a submetê-la a lei do lucro; 6) Fundar a democracia social a partir do princípio do comum, prevalecendo a participação política direta na decisão e na gestão daquilo que é posto em comum; 7) Submeter todos os serviços públicos ao princípio do comum, tornando-os instituições públicas do comum; 8) Instituir os comuns mundiais, reorganizando toda a sociedade e inventando um “direito comum mundial” de forma que seja possível superar a dificuldade da intergovernabilidade; 9) Fundar uma federação dos comuns de forma a organizar as relações entre as instituições dos comuns.

4 O COMUM DA PERSPECTIVA FEMINISTA

O que nos ensinam as lutas das mulheres ao redor do mundo? O que essas lutas têm a ver com o comum? É Silvia Federici (2014) que nos introduz a uma perspectiva feminista do comum. Para a pesquisadora e ativista associada à tradição radical do Marxismo feminista e autonomista, as mulheres são sujeitas principais do trabalho reprodutivo, logo dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com a sua defesa (FEDERICI, 2014). Além disso, Federici (2017) argumenta que para a transição do feudalismo para o capitalismo foi necessária a livre apropriação de imensas quantidades de trabalho e recursos que são colocados como externos ao mercado, como o trabalho doméstico não

remunerado exercido pelas mulheres, essencial à reprodução social. Em “O Calibã e a Bruxa”, Federici (2017) demonstra que na primeira fase do desenvolvimento capitalista, quando as terras comunais foram cercadas, as mulheres fizeram parte da primeira linha de defesa contra os cercamentos. Como um contra-ataque às mobilizações das mulheres e suas fortes conexões com as terras e o estilo de vida comunal, nesse mesmo período, durante os séculos XVI e XVII, aconteceu o mais violento ataque às mulheres já conhecido: a caça às bruxas. Mesmo quando dedicados ao estudo da “transição para o capitalismo”, os historiadores (na sua grande maioria homens) esqueceram por completo do papel da caça às bruxas nesse processo.

Federici (2014) aponta dados que demonstram ao redor do mundo inteiro o protagonismo das mulheres na sustentação de modos de vida onde o comum sustenta as práticas sociais. A luta das mulheres deixa evidente quem mais resiste à dependência do trabalho assalariado e à subordinação às relações capitalistas. Como bem escreveu a autora, “essas práticas constituem [...] a expressão de um mundo em que os laços comunais ainda são poderosos” (FEDERICI, 2014, p. 152).

No Peru, quando os conquistadores passaram a ter o controle dos povos, as mulheres escaparam para as montanhas, onde recriaram modos de vida coletivos que sobrevivem até hoje [...] As mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Na África, produzem 80% dos alimentos que a população consome, apesar dos esforços do Banco Mundial e de outras agências internacionais para convencê-las a dedicar seus esforços aos cultivos comerciais [...] Também na Índia as mulheres têm lutado para recuperar as matas degradadas e proteger as árvores, unindo esforços para expulsar os madeireiros e bloquear operações de mineração e de construção de represas (FEDERICI, 2014, p. 151).

Nessa perspectiva, Federici (2014) argumenta que a esquerda ainda não formulou propostas para tornar o comum como um princípio organizativo de uma economia não capitalista, assim como não articulou as experiências do comum de modo que as

tornem fundamentos de um novo modo de produção (TONUCCI, 2017).

Federici (2010) destaca a centralidade contemporânea das mulheres pobres na produção de alimentos para subsistência, na criação de associações autônomas de crédito baseadas na confiança, na resistência a grandes projetos de desenvolvimento destrutivos (mineração, barragens, desmatamento, etc.), na luta contra a privatização da terra e de recursos essenciais à vida, e nos esforços de coletivização do trabalho de reprodução como meio de reduzir seu custo e de se proteger mutuamente contra a pobreza e a violência doméstica e estatal. Essas práticas expressam um mundo em que laços comunais são ainda fortes: entretanto, elas não devem ser vistas como “naturais” ou pré-políticas, tampouco como oriundas tão-somente de tradições arcaicas, na medida em que após sucessivas fases de colonização, a natureza e os costumes só resistiram onde as pessoas tem lutado para preservá-los e reinventá-los. (TONUCCI, 2017, p. 86).

A política do comum em Federici (2014) está atrelada a transformação do trabalho doméstico e do espaço da casa, e a criação de formas coletivas de viver que passam pela perspectiva do comum. Com isso haveria uma profunda transformação na vida cotidiana. Na interpretação de Silvia Federici por Tonucci (2017) essa transformação tem o intuito de “recombinar o que a divisão social do trabalho no capitalismo separou e, portanto, de superar a perversa conexão que há entre a reprodução de nossas vidas e a exploração e extermínio de muitas outras vidas no mundo” (TONUCCI, 2017, p. 84). Por fim, observamos que o protagonismo das mulheres na luta pelo fazer-comum apontados por Federici (2014) se aplica no caso da Feira Cultural – Encontro na Praça, posto que as mulheres sempre foram esmagadoramente as protagonistas da produção da Feira.

As duas abordagens expostas até o momento exigiriam uma apresentação muito maior. No entanto, o objetivo aqui foi encontrar os pontos de aproximação entre elas para construir

uma narrativa capaz de responder à pergunta posta lá no início: “sobre o que estamos falando quando falamos do comum?”. Nesse sentido, acredita-se que ao percorrer as perspectivas teóricas escolhidas, conseguimos estar mais próximos a uma resposta do que antes, ao tempo que estamos aptos a adentrar a parte empírica da pesquisa que sustenta o presente artigo.

5 PISTAS DE COMO FAZER COMUM: A FEIRA CULTURAL - ENCONTRO NA PRAÇA

São duas as perguntas que norteiam a construção desta seção lado a lado com os relatos sobre a Feira Cultural – Encontro na Praça: de que modo as práticas de produção da Feira nos permitem atualizar o debate sobre a produção do comum? Como engendrar o debate sobre o direito à cidade e a cidade comum a partir da experiência da Feira?

As cenas, reflexões, embates e debates que atravessam as próximas páginas são frutos do envolvimento pessoal desta pesquisadora com o movimento. Acompanho o processo desde a primeira reunião e participei como co-organizadora de todas as edições da Feira.

As entrevistas foram feitas com as participantes do coletivo Feira Cultural em meio as recomendações de distanciamento social devido a pandemia do coronavírus. Para que isso fosse possível, levando em conta o impacto desse acontecimento nas pesquisas de campo, postei uma chamada no grupo de whatsapp do coletivo convidando aquelas que teriam interesse em participar. É a partir dos relatos produzidos que seguiremos as pistas do fazer-comum.

Era final de abril de 2017 quando reunimos seis pessoas em uma tarde chuvosa no cais do porto de Santa Cruz Cabralia, e depois de algumas horas de conversa, saímos dali com a missão de organizarmos algo que tivesse o formato de uma feira de artesanato, mas que não fosse apenas um lugar de expor e de vender, mas também de promover encontros, de apoiar artistas locais, de ser um espaço que acolhesse crianças, jovens, adultos

e idosos, que incentivasse a convivência na cidade. Era preciso ter atividade para todo mundo. Da conciliação entre tantas vontades surgiu o embrião do projeto Feira Cultural – Encontro na Praça. O tempo para tirar o projeto do papel e fazê-lo crescer era um recorde. O desejo era fazer a primeira edição na véspera do dia das mães, algo que nos dava aproximadamente quinze dias para organizar tudo.

Eram muitas as tarefas e nos dividimos para poder cumprilas: encontrar novos expositores interessados em participar, encontrar os artistas locais que topassem se apresentar (o que ainda nem sabíamos como pagar), organizar a grade de horário das apresentações culturais, pensar e fazer circular a divulgação, resolver a questão de som e iluminação, dialogar com o poder público municipal, pensar em soluções para as mesas onde as artesãs iriam expor seus produtos e em como transportá-las...

Em seu livro “Juntos”, Richard Sennet (2019) explora a cooperação como uma habilidade. Para o autor, o ato de cooperar requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, conseguindo juntos o que não conseguiríamos sozinhos. Nós tivemos que aprender a cooperar para fazer com que a Feira não só acontecesse, mas funcionasse da forma como desejávamos.

A primeira edição da Feira aconteceu no dia treze de maio de 2017, na Praça da ncora, no cais do porto de Santa Cruz Cabralia, com artesanato, culinária e uma grade de apresentações culturais do início ao fim. Conseguimos uma parceria com o poder público municipal que nos concedeu som, iluminação, as mesas da feira livre municipal e o transporte delas, contanto que nos responsabilizássemos por coloca-las e retirá-las do caminhão. Para seguir os protocolos municipais, tivemos que pedir a cessão de uso do espaço para a secretaria do meio ambiente.

Só realizamos uma única reunião presencial antes da primeira edição da Feira, que foi justamente aquela da tarde chuvosa. O restante foi tudo discutido via grupo no whatsapp. Conforme encontrávamos mais interessados em expor e participar,

inseriríamos no grupo e tentávamos incorporar a nova ou o novo participante nas atividades que ainda restavam fazer. Foram muitos ofícios para a prefeitura, texto e arte para divulgação, encontrar uma gráfica para a impressão dos cartazes, espalhar os cartazes pela cidade, divulgação massiva nas redes sociais e whatsapp. Nosso primeiro processo de produção coletiva não foi fácil. Enfrentamos alguns abismos intergeracionais, já que uma parte do nosso coletivo Feira Cultural não tinha tanta familiaridade com as tecnologias digitais, portanto, não conseguia contribuir com as tarefas que dependiam disso. A geografia de Santa Cruz Cabralia também dificultou. Em um primeiro momento, a maior parte do nosso coletivo era da orla norte da cidade, o que as obrigava pegar ônibus ou van e ainda uma balsa que atravessa o rio João de Tiba para chegar ao centro.

A questão da divisão de tarefas foi um ponto de tensão que nos acompanhou em todas as edições da Feira. Havia um conflito sempre que algumas pessoas se davam conta de que trabalhavam mais do que outras para que a Feira acontecesse. Tentávamos exercer o diálogo e a compreensão de que cada um doava aquilo que podia, se dedicava o quanto podia, mas não foi só uma vez que o mal estar imperou durante e após a realização da Feira. Na medida em que as edições foram ocorrendo e essa situação ganhou maior evidência, o período de tempo entre uma edição e outra foi aumentando. Havia um cansaço que pairava no grupo após cada realização.

Independente do mal estar, algo sempre foi levado em consideração e discutido abertamente: conviver e produzir coletivamente é também aceitar os limites e as vontades de cada um. Portanto, para a Feira acontecer, aqueles que tivessem disposição deveriam tomar à frente. Observo assim que o nosso fazer-comum do fazer-Feira se centra antes de tudo nas práticas de interação e cuidado com o processo. Sendo tal como todo comum, um problema de ação coletiva.

Nesse sentido, Pimentel (2013), que em sua pesquisa percorre caminhos diversos para nos apresentar as genealogias do conviver, destaca justamente aquilo que observo como o que

de mais importante ocorre ao redor do comum: o estar-junto, o fazer-junto, o conviver em coletividade.

A existência em copreença é vigorosa (e virtuosa) e pode contribuir para a emergência de novas formas de resistência. Também pode contribuir para a criação de outras formas de emancipações sociais no presente. A convivência, enquanto dimensão de múltiplas temporalidades existenciais, inspira outras pedagogias do nosso tempo (PIMENTEL, 2013, p. 394).

Ao estarmos juntos e nos colocarmos em convivência, experimentamos uma condição de interdependência. Alana Moraes (2018) investigou as práticas políticas de experimentação do estar junto das mulheres acampadas do MTST e as implicações que fazer parte do movimento trazem para a gestão das vulnerabilidades individuais e coletivas. A dinâmica de troca e interação que a produção coletiva impõe, desperta, ensina e aposta em uma outra forma de viver, diferente das disputas de tempo e recurso que o capitalismo impõe. Não é incomum ouvirmos relatos de curas para sofrimentos individuais dentro da produção coletiva. Segundo Moraes (2018),

A “cura” é produzida por esses diversos deslocamentos. O primeiro tem a ver com o reconhecimento da vulnerabilidade do outro, o segundo com a nova espacialidade vivida para além da casa e do espaço doméstico e uma nova comunalidade radical, o terceiro deslocamento tem a ver com o momento de novas implicações e responsabilidades com a vida coletiva, o “tornar-se alguém que importa” porque se é capaz de “fazer funcionar” as demandas do acampamento (MORAES, 2018, p. 73)

O depoimento de dona Beth, mulher negra artesã, nos convida a pensar o quanto o fazer-comum do nosso fazer-Feira alcançava uma dimensão capaz de produzir implicações e interdependências.

Passava a semana ansiosa esperando o dia da feira. Dividia meu tempo com os afazeres de casa e a confecção dos produtos da feira. Nessa época eu administrava a cantina do Centro Cultural e aproveitava toda folga para

fazer os produtos da feira. Na festa junina os doces vendidos na feira foram feitos na cantina.

Meus sábados ficaram mais radiantes e com significado por conta dos encontros na feira. A troca de energia que prezo muito, as comidinhas deliciosas e diferenciadas que conheci na feira, a maneira cortês que cada artesã tinha com a colega na hora de desmontar a feira, sempre muita colaboração, estou achando muita falta (Dona Beth, 76 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Comigo não foi diferente. A Feira Cultural – Encontro na Praça transformou a minha relação com a cidade.

Me mudei para Santa Cruz Cabrália em 2013 e até então ainda me sentia um tanto quanto forasteira, com relações que se baseavam exclusivamente na família do meu companheiro e com uma rotina de trabalho remoto que não facilitava o entrosamento. A produção da Feira fez com que eu estabelecesse vínculos fortes e me fizesse sentir verdadeiramente parte do contexto local.

Lembro até hoje da sensação de quando vi pela primeira vez a praça, que aos sábados à noite costuma estar vazia, cheia de gente, de diferentes faixas etárias. O clima de celebração se misturava com o tanto de trabalho que durante a Feira ainda restava fazer. Era preciso controlar o tempo das atrações, coletar dinheiro de todos os expositores (para a primeira edição da Feira, cada expositor contribuiu com a taxa de dez reais que foi revertida para os artistas. Disponibilizamos uma caixinha próxima ao local das apresentações para quem quisesse contribuir também), fazer os pagamentos, fotografar... Nossa primeira edição da Feira Cultural – Encontro na Praça foi um sucesso. E desde então, já realizamos sete edições.

Para que fosse possível realizar mais edições, nos apegamos a alguns combinados, entre eles: a horizontalidade na tomada de decisões, a cooperação contínua, o cuidado com as pessoas e com os processos, e a valorização da diversidade, das artes e dos saberes locais. Mas os combinados não nos livraram dos conflitos. Inclusive eles mesmos entravam em pauta de vez em

quando. A própria forma de fazer-Feira foi questionada muitas vezes. Havia quem defendesse um formato mais vertical de tomada de decisões.

A gente, e mais algumas pessoas, pelevava para implementar um “novo” modo de fazer: com horizontalidade entre nós, com participação ativa da criação e organização. Com maior independência com a esfera da prefeitura. Já tinha uma galera que queria que a prefeitura nos adotasse, resolvesse nossas questões e não se importavam que a prefeitura tomasse decisões por nós. Isso me parece vir de uma visão paternalista e também pouco proativa e mais demandativa. Em que elas não se sentiam a vontade ou com possibilidades reais de serem protagonistas. Tinha o costume (histórico e estrutural – acho) de deixarem ser conduzidas e discordarem nos cantos. O que acho que tem bem a ver com a herança e prática política mesmo da nossa sociedade. (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural)

Nos deparávamos constantemente com outros pontos de discordância. Lembro de alguns deles.

“Aceitar que os artistas que se apresentam às 20h passem o chapéu¹ é justo com o artista que se apresentou nos primeiros horários da Feira, onde não tinha muito público ainda?”

“Deveríamos assumir essa função de passar o chapéu para então dividir o recurso entre todos os artistas?”

“Como fazer a divisão dos espaços dos expositores de forma justa? Sorteio? Quem chegar primeiro escolhe o seu lugar? Exercitar o desapego e parar de ligar para isso?”

“Artistas das cidades da região podem se apresentar na Feira, mas para expor é preciso residir em Cabrália?”

“Como lidar com os anseios de vendas das artesãs enquanto os objetivos da Feira nunca foram pautados apenas na geração de recursos, mas sim em outros valores como convivência, diversidade, cultura, promover encontros no espaço público...?”

Para David Bollier (2016), fazer-comum não é nenhuma utopia ou panaceia. Existem desacordos entre os comuneiros, existem choques de personalidades.

Lembro de algumas discussões que tomavam as reuniões e no Whatsapp [que] não era legal, os desabafos das pessoas que se sentiam desmotivadas pelo excesso de funções acabava por me desmotivar também, mas sempre houve muito diálogo dentro do grupo e quando isso acontecia todos tentavam conciliar a situação, era um espaço onde podíamos ser ouvidos. (Gabriela Medina, 22 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça).

Muitas das soluções dos problemas do nosso fazer-feira foram criadas a partir da discussão coletiva, para isso o grupo é composto por diferentes pessoas, com diferentes saberes aprendendo a conviver juntas, de forma aberta, sustentável, democrática, autogestionada. Fazer-comum exige disponibilidade para a troca e compromisso com a construção de formas de se relacionar que passem pelos princípios da cooperação, participação, inovação de baixo para cima, inclusão, equidade e transparência (BOLLIER, 2016).

Mesmo com nossos esforços, entre a terceira e quarta edição da Feira houve um movimento dissidente dentro do nosso coletivo. Após alguns desentendimentos internos, um outro grupo se formou e montou a Feirinha das Artes em outra praça da cidade, com uma proposta de organização diferente da nossa. As edições ali eram semanais, havia uma taxa mensal de participação, um número limitado de expositoras, e o foco era mais na venda de artesanato do que nas apresentações culturais. Em dezembro de 2017 conseguimos realizar uma Feira Cultural – Encontro na Praça reunindo também o grupo dissidente.

As atividades culturais eram nossa marca registrada, faziam parte da concepção original e mesmo o grupo já tendo discutido a possibilidade de reduzir o número de atrações por uma questão de recursos, esse era um ponto em que sempre voltávamos atrás e nos lembrávamos do motivo que nos fez iniciar o movimento. “A nossa ideia sempre foi dar vida à cidade, principalmente aquela parte da cidade [praça da âncora]. Ocupar o espaço

público. Acho que a arte faz bem esse papel” (Carolina Noronha, 32 anos, coletivo Feira Cultural). Sem contar que havia sempre artistas interessados em contribuir.

As apresentações culturais que já passaram pela Feira Cultural falam por si só sobre a diversidade que sempre almejamos: roda de capoeira; apresentação de rap; apresentação de mpb; dança afro; circo; mímica; ônibus biblioteca itinerante; maculelê; caça ao tesouro; lambada; bandas de reggae, rock; roda de conversa sobre racismo; sarau de encerramento de componente dos alunos do Colégio Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia; oficina de poesias; exposição de fotografias; cinema; performance artística; espaço de trocas e desapego; rifas e bingos. Ao redor de tudo isso: exposição de artesanato e culinária local.

Era um espaço lindo, que valorizava o trabalho das pessoas, seja no artesanato, comida, música, roupas, seja, na troca de experiências, na afetividade e no comércio local. Mas principalmente acredito que era um espaço que valorizava as tradições, as comidas típicas, a cultura cabraliense! (Gabriela Medina, 22 anos, coletivo Feira Cultural)

[A Feira] tinha um convite para um modelo de sociedade que a gente também queria fazer acontecer [...], ela transformava a praça em uma escola, não só em um espaço mais movimentado, com arte, com conhecimento, com encontro, com partilha, como também formas de fazer isso acontecer, formas de passar para a mão das pessoas o potencial de realizar as coisas. (Paula Pimenta, 34 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça)

Por trás do fazer-comum em nosso fazer-Feira, o intuito sempre foi mostrar que era possível realizar a partir de nós mesmas, sem a dependência do Estado ou da iniciativa privada, ainda que ambos contribuíssem para a realização das edições, com o tipo de relação que desejávamos, o que tem a ver com a permanente abertura e conexão com o outro, para em posição de contínua colaboração produzir uma praça-cidade disponível para todos.

Podemos partir agora para a análise da narrativa que coloca a cidade como comum, debate que surge no interior da discussão sobre direito à cidade e que dialoga diretamente com a experiência da Feira Cultural – Encontro na praça como veremos a seguir.

6 A CIDADE COMO COMUM

Harvey (2014) defende que é preciso reivindicar algum tipo de poder configurador sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental, pois o tipo de cidade que queremos não pode estar separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser e do tipo de relações sociais que buscamos. A liberdade de intervir em nossas cidades é, para Harvey, um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que menosprezado. E acrescentaríamos pouco conhecido.

Neste sentido, debater o comum urbano ou a cidade como comum também não é privilégio de uma nova geração de grupos ativistas, pelo contrário, talvez encontrar o comum das cidades nos faça voltar para a afirmação de Parra e Moraes (2020) que identificar o comum é uma questão de ordem de sensibilidade. Contudo, é preciso fazer uma distinção epistemológica entre a cidade como espaço diverso de muitos comuns urbanos (bens, recursos e espaços comuns) e a cidade como comum. Para Savazoni (2018), a cidade como comum

é uma cidade construída pelos seus habitantes, uma cidade que permite a governança colaborativa do que nos habituamos a chamar espaço público: as ruas, praças, parques, várzeas dos rios, rios, bosques remanescentes etc. Essa cidade do comum também permite a reversão de processos de privatização, dando lugar a novos arranjos comunitários de usufruto cidadão, como ocorre quando terrenos baldios passam a ser usados para a construção de hortas urbanas, solários ou mesmo praças autogestionadas (SAVAZONI, 2018, p. 75).

No caso, a Feira Cultural – Encontro na Praça se utilizava de um recurso urbano comum, a Praça da Inocência, mas almejava por uma cidade como comum.

A Feira tem totalmente a ver com cuidado, tem a ver com a gente cuidar de deixar vivo essa circulação, essa comunicação das pessoas. De valorizar o conhecimento cultural e tradicional também, o reconhecimento das pessoas como artistas numa cidade em que não tem tanto olhar pra isso. Tem a coisa do cuidado com o espaço público, com a vida, não só em relação à estrutura, mas no sentido dele como vivo mesmo, no sentido dele como melhor, de enfeitar lá [a praça]. [Há o] cuidado das pessoas enquanto uma comunidade, de cuidar de nós mesmas, de cuidar da comunicação, a gente tinha esse desafio de cuidar das ansiedades... A gente tinha o olhar atento para isso. (Paula Pimenta, 35 anos, coletivo Feira Cultural – Encontro na Praça).

Nesta perspectiva, a cidade como comum precisa passar obrigatoriamente por esse fazer cidade. Isso implica na participação direta dos seus moradores nas decisões que dizem respeito a ela (FOSTER e IAIONE, 2016; LEFEVBRE, 2011; DE ANGELIS e STRAVIDES, 2010; HARVEY, 2014). É assim que identificamos a forma com que o fazer-comum da Feira dialoga com o debate sobre direito à cidade e a cidade como um comum, pois ela (a Feira) funda um novo arranjo comunitário para a construção de uma cidade do desejo. Para Lefebvre (2011, p. 118), o direito à cidade “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. O direito à vida urbana é o direito “ao urbano” enquanto local de encontro, é o direito aos benefícios materiais e simbólicos que a vida urbana fornece em comparação às cidades tradicionais: direito à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. E mais, o direito à cidade é o direito de criar a cidade como uma obra coletiva de arte. A cidade, portanto, pode ser produzida através de encontros que abrem espaço para novos significados, novos valores, novos sonhos, novas experiências coletivas. E esta é realmente uma maneira de transcender a utilidade pura, uma maneira de ver o comum e as cidades para além do horizonte utilitarista. (DE ANGELIS e STAVRIDES, 2010).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscamos estabelecer, por um lado, um debate teórico sobre o comum a partir da pergunta inicial sobre o que estamos falando quando falamos sobre o comum? E, por outro lado, procuramos por intermédio da experiência prática da Feira Cultural demonstrar como uma cidade poder vir a ser uma cidade como comum. Desse modo, do ponto de vista teórico nosso intuito foi o de contribuir com a inteligibilidade do conceito diante da extensa lista do que poderia ser considerado comum. O artigo esclarece que ao longo das décadas houve uma mudança na compreensão do conceito. Se nos anos de 1960/70 ele se referia basicamente aos recursos naturais de uso compartilhado (HARDIN, 1968), na última década ele passa a ser concebido como um princípio que aponta novas formas democráticas e os estudos sobre o governo coletivo de recursos (DARDOT e LAVAL, 2016).

Nesta perspectiva, a experiência empírica da Feira Cultural ilustra o argumento teórico. Uma cidade, assim como uma praça, não é por si só um comum. Mas pode vir a ser se houver uma decisão coletiva de tornar aquele espaço um espaço comum.

Na abordagem aqui explorada, estudar o fazer-comum presente na Feira Cultural – Encontro na Praça configura um interessante instrumento para a análise do próprio conceito e das formas de resistências contemporâneas. Contribui também para um intercâmbio entre experiências sobre o comum espalhadas pelo Brasil. Tendo como base uma bibliografia que ainda se concentra majoritariamente em produções do norte global, essas experiências situadas no contexto do hemisfério sul contribuem para uma atualização do debate sobre o comum e, também, para imaginar outras formas possíveis de nos relacionarmos, de pensarmos a cidade, a vida e o mundo de uma outra perspectiva. Produzir o comum se torna uma tarefa e um desafio atual de colocar a vida em experimento, de nos colocarmos em conjunto com aqueles que estão ao nosso redor para criar algo juntos. É neste sentido que o direito à cidade se confunde com o debate sobre o comum. Todos temos direito à cidade, de criar uma cidade como uma obra coletiva de arte

(LEFEVBRE, 2011), mas se não tomarmos a decisão de fazer, de construir essa obra coletiva, a cidade permanecerá inerte como uma praça sem movimento, sem vida, sem história.

Referências

BOLLIER, David. Pensar desde los comunes: una breve introducción. Madri: Traficantes de Sueños, 2016.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a

Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.
DE ANGELIS, Massimo; STAVRIDES, Stavros. On the commons: A public interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides. An Architektur, v. 23, 2010.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. O feminismo e as políticas do comum. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

FOSTER, Sheila R.; IAIONE, Christian. The City as a Commons. YALE LAW & POLICY REVIEW, v. 34, n. 281, 2016.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. Science, New Series, Vol. 162, N. 3859, 1968. Disponível em:

https://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html
Acesso em: 15 de agosto de 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem estar comum. (Tradução de Clovis Marques). 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, kindle edition, 2016.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

LAFUENTE, A. Sentidos de um laboratório cidadão, 2017, Disponível em:

<https://pimentalab.milharal.org/2017/12/12/sentidos-de-um-laboratorio-cidadao-por-antonio-lafuente/>

LEFEBVRE, Henry. Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

MORAES, Alana. Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. arq. urb, n. 23, p. 64-81, 2018.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique ZM. Laboratórios do comum: experimentações de uma ciência implicada. Disponível em:

<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c23b1355/8dcc/4d12/8fb7/710c54c6d10b.pdf>

Acesso em 14 de outubro de 2020.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PARRA, Henrique Z.M. Laboratório tecnopolítico do Comum: protótipos, reticulação e potência da situação: Curitiba, São Carlos, volume 16, número 3, p. 111-120, julho de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/70266/39788>

PARRA, H; MORAES; A. Laboratório do Comum & Investigações Insurgentes: corpos, territórios e tecnologias. Disponível em: <https://trama.pimentalab.net/> Acesso em 31 de julho de 2020.

PIMENTEL, Álvaro. O Encontro e a Troca: ensaios de antropologias do aprender e genealogias do conviver. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAVAZONI, Rodrigo. O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições Sesc SP, kindle edition. 2018.

_____. In Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do

comum para a gestão social de territórios. 2020. 154 min. Disponível em:

<https://youtu.be/Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em 31 de julho de 2020.

SENNET, Richard. Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação. Rio de

Janeiro: Record, 2012.

Referências

BOLLIER, David. Pensar desde los comunes: una breve introducción. Madri: Traficantes de Sueños, 2016.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a

Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.
DE ANGELIS, Massimo; STAVRIDES, Stavros. On the commons: A public interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides. An Architektur, v. 23, 2010.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. O feminismo e as políticas do comum. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

FOSTER, Sheila R.; IAIONE, Christian. The City as a Commons. YALE LAW & POLICY REVIEW, v. 34, n. 281, 2016.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. Science, New Series, Vol. 162, N. 3859, 1968. Disponível em: https://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html Acesso em: 15 de agosto de 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem estar comum. (Tradução de Clovis Marques). 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, kindle edition, 2016.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

LAFUENTE, A. Sentidos de um laboratório cidadão, 2017, Disponível em: <https://pimentalab.milharal.org/2017/12/12/sentidos-de-um-laboratorio-cidadao-por-antonio-lafuente/>

LEFEBVRE, Henry. Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

MORAES, Alana. Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. arq. urb, n. 23, p. 64-81, 2018.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique ZM. Laboratórios do comum: experimentações de uma ciência implicada. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c23b1355/8dcc/4d12/8fb7/710c54c6d10b.pdf>

Acesso em 14 de outubro de 2020.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PARRA, Henrique Z.M. Laboratório tecnopolítico do Comum: protótipos, reticulação e potência da situação: Curitiba, São Carlos, volume 16, número 3, p. 111-120, julho de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/70266/39788>

PARRA, H; MORAES, A. Laboratório do Comum & Investigações Insurgentes: corpos, territórios e tecnologias. Disponível em: <https://trama.pimentalab.net/> Acesso em 31 de julho de 2020.

PIMENTEL, Álvaro. O Encontro e a Troca: ensaios de antropologias do aprender e genealogias do conviver. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAVAZONI, Rodrigo. O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições Sesc SP, kindle edition. 2018.

_____. In Futuros possíveis no limiar da pandemia: laboratórios do

comum para a gestão social de territórios. 2020. 154 min. Disponível em: <https://youtu.be/Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em 31 de julho de 2020.

SENNET, Richard. Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação. Rio de

Janeiro: Record, 2012.

TONUCCI FILHO, Joao Bosco Moura. Comum urbano: a cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 244. 2017.

Notas

¹ Passar o chapéu é uma expressão utilizada entre os artistas e significa pedir uma contribuição financeira do público pela apresentação realizada.

***Fernanda Hellmeister de Oliveira Martins** é doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Estuda sobre o comum e práticas de convivência e produção do espaço urbano. E-mail: fernandahomartins@gmail.com

Herbert Toledo Martins possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Atualmente é Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social - GPECS/CNPq. Membro Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, e membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, ambos da UFSB. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: administração de conflitos ambientais, populações de beira de estrada, recursos de uso comum e estudos sobre o comum. E-mail: herbert.ufrb@gmail.com

Campo-paisagem: transversalidades em debate

Campo-landscape: transversalities under debate

Adriana Nascimento, Isabela Freitas, Mariana Chaves, Paulo Jarbas Cardoso, Rafaella Anielly Silva, Suzana Helena Ceranto e Vitor Bauschert*

Resumo

Dentro dos debates urbanos, territoriais, ambientais, histórico-geográficos, geomorfológicos, políticos, artísticos e relacionados às distintas cosmovisões da vida, as discussões das noções de “campos”, enquanto fisionomia do Cerrado brasileiro, apresentam perspectivas complementares sobre a formação da paisagem, seja urbana, rural ou regional. A partir da construção coletiva, pretende-se neste artigo apresentar abordagens que vêm contribuindo para a revisão da compreensão territorial e cultural da noção de campo, de percepções primeiras ligadas a características próprias do lugar e aos processos amnésicos advindos de apropriações outras do território, relacionadas às questões de dominação cultural, de gestão e identidade territorial. Importante frisar neste debate que as fisionomias do Cerrado e suas relações com mudanças e diferenças nas toponímias, evidenciam transformações das paisagens em seus aspectos culturais e de poder. O trabalho fundamenta-se na experimentação metodológica, com discussões acerca da tríade toponímias-campos-território, nas cartografias históricas, a partir da revisão bibliográfica e análise artística com o recorte espacial do Cerrado, no Campo das Vertentes. As discussões, ao serem atravessadas por trabalhos de artistas que atuam na relação arte e ambiente, buscam romper a dicotomia entre natureza e cultura, impelindo uma aproximação política e social que enfatiza a importância das toponímias, como um conjunto indispensável para a compreensão do próprio território, de seus contextos em suas diferentes temporalidades. Levamos em conta os questionamentos sobre o Cerrado, contextualizando diferentes epistemologias e conceitos centrais, a partir da geografia, biologia, paisagem e intervenções artísticas, numa construção inter e transdisciplinar de diálogos e experimentações urbanas para evidenciar dinâmicas e processos.

Palavras-chave: campo, paisagem, toponímias, território, cultura.

Abstract

Within the urban, territorial, environmental, historical-geographical, geomorphological, political and artistic debates, and related to the different cosmovisions of life, the discussions of the notions of “campos”, as physiognomy of the Brazilian Cerrado, present complementary perspectives on the formation of the landscape, be it urban, rural or regional. Based on the collective construction, this article intends to present approaches that have contributed to the revision of the territorial and cultural understanding of the notion of “campo”, the first perceptions linked to the characteristics of the place and the amnesic processes arising from other appropriations of the territory, related to issues of cultural domination, management and territorial identity. It is important to emphasize in this debate that the Cerrado physiognomies and their relations with changes and differences in toponymy, show transformations of the landscapes in their cultural and power aspects. The work is based on methodological experimentation, with discussions about the triad toponymy-campos-território, in historical cartographies, from a bibliographical review and artistic analysis with the spatial cutout of the Cerrado, in Campo das Vertentes. The discussions, when crossed by the works of artists who work in the relation between art and environment, seek to break the dichotomy between nature and culture, impelling a political and social approach that emphasizes the importance of toponymy, as an indispensable set for the understanding of territory itself, of its contexts in its different temporalities. We take into account the questions about the Cerrado, contextualizing different epistemologies and central concepts, from geography, biology, landscape and artistic interventions, in an inter and transdisciplinary construction of urban dialogues and experimentations to highlight dynamics and processes.

Keywords: campos, landscape, toponymy, territory, culture.



I APRESENTAÇÃO

A relação campo-paisagem, em interface com o espaço urbano e rural, tem oferecido uma gama de questões e abordagens teóricas e instrumentais que contribuem para a compreensão conceitual de sua relevância em termos regenerativos (REED, 2007), entendimentos biodiversos que abarcam a fisionomia do Cerrado e a própria paisagem.

Dentro dos debates urbanos, territoriais, ambientais, histórico-geográficos, geomorfológicos, políticos, artísticos e inclusive relacionados às distintas cosmovisões da vida, as discussões dos “campos”, enquanto fisionomia do Cerrado, apresentam propostas complementares e complexas sobre a formação da paisagem, seja urbana, rural ou regional.

Este debate não escapa à lógica do capital e suas práticas de absorção amnésica (CANDAU, 2016) que contribuem para que os processos de reprodução, produção espacial e de compreensão territorial sejam invisibilizados e atrelados a uma falsa “sustentabilidade” (RIBEIRO, 2020).

A partir de uma construção coletiva, o que se pretende com este artigo é apresentar algumas das abordagens que vêm contribuindo para a revisão da compreensão territorial e cultural das noções de “campo”, de percepções primeiras ligadas a características próprias do lugar e aos processos amnésicos advindos de apropriações outras do território, relacionadas a questões de dominação, identidade e gestão territorial.

O que se propõe aqui é tensionar o debate a respeito dos processos de (r)urbanização (NASCIMENTO e VELHO, 2021) em suas relações interdisciplinares, compreendendo as cidades em suas múltiplas configurações em alcances municipais, urbanos e rurais. Suas produções em agriculturas e pecuárias monoculturais e extensivas têm importante papel junto aos regimes da estruturação capitalista e patriarcal que contribuem com os processos de desterritorialização (LEFEBVRE, 2001; HAESBAERT, 2002).

Este artigo se fundamenta na experimentação metodológica com discussões acerca das toponímias, das noções de “campo” e “sertão” e da dominação territorial, a partir dos levantamentos de revisão bibliográfica, análises cartográficas e artísticas com o recorte espacial do Cerrado brasileiro, na mesorregião do Campo das Vertentes. As noções de “campo” estão muitas vezes associadas às definições de Cerrado, aparecendo em cartografias históricas também com a denominação de sertão (FONSECA, 2011).

A interlocução teórica dá-se entre os diferentes campos do conhecimento, como a Antropologia, a Geografia, a Arquitetura e o Urbanismo, a Biologia, a Engenharia Ambiental, a História, as Artes, entre outros. Com relação à temática deste artigo buscamos apresentar reflexões sobre formas e conteúdos interdisciplinares que articulados contribuem para avanços epistemológicos, técnicos, científicos, culturais, vernaculares e/ ou populares a respeito da relação entre a paisagem do Cerrado e as suas transformações advindas de seus aspectos culturais, políticos, territoriais e de poder.

I CERRADO, IMPLICAÇÕES TRANSVERSAIS: RELAÇÕES ENDÊMICAS

Ao nos atermos à denominação territorial, do qual, o termo Cerrado se refere, é possível observar inúmeras características presentes no espaço e as formas de vida que ali se desenvolvem. A acepção de Cerrado aqui mobilizada se refere ao domínio fitogeográfico que se estabeleceu sobretudo, de acordo com Ab’Sáber (1983, p. 42):

[nos] (...) maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1.700 metros de altitude. As formas de terrenos são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terrenos cristalinos aplainados quanto nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos.

Além do domínio morfoclimático do Cerrado, somam-se os aspectos fitogeográficos, os de fauna e os componentes sociais humanos na conformação dessa paisagem complexa. Na maior parte de sua abrangência, as formas de vida se adaptaram à presença de duas estações bem marcadas entre seca e chuvosa (ibid.). É possível distinguir a parcela territorial do Cerrado considerando os seguintes parâmetros: classificação morfológica da paisagem, fauna e flora, microbiota e as interações entre natureza, cultura, território e sociedade.

A abrangência englobada pelo Cerrado é de aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados entre o Brasil e a Bolívia e desempenha, entre outras funções, um importante papel para o equilíbrio hidrológico de grande parte da América do Sul (DURIGAN et al, 2018; TEIXEIRA, 2020).

Sua localização o situa entre quase todas as grandes denominações de biomas do país: Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Caatinga e Pantanal. Sua posição fronteiriça é responsável pelas características áreas de transição (ecótonos) em encontro com os biomas. É desde este território que parte grande número dos principais rios que percorrem diferentes biomas, como o Rio Xingu, Araguaia, Tocantins, Paranaíba, São Francisco, Paraopeba, Grande, Jequitinhonha, Paraguai, entre inúmeros outros.

A importância hidrológica desempenhada pelo Cerrado só é possível dadas suas características próprias, entre as qualidades apresentadas pelo solo, questões climáticas e propriedades manifestadas por sua vegetação. Devido aos solos do Cerrado serem extremamente drenantes, as formações vegetais necessitam aprofundar suas raízes em busca da água precipitada pelas chuvas que infiltra rapidamente.

A vegetação compreendida pela denominação Cerrado possui grande diversidade se levadas em conta suas fitofisionomias, termo que se refere às características físicas da vegetação ou simplesmente sua forma, que são apreendidas por meio de impressões sensoriais humanas (TUAN, 1983; PASTORE e BARTALINI, 2014).

Dentro da diversidade fitofisionômica contida no Cerrado estão formações campestres, savânicas e florestais. As fitofisionomias que ocorrem em formações campestres variam entre o campo limpo, campo sujo e campos rupestres, caracterizadas enquanto formações tropicais de estrato herbáceo, constituídas por plantas de pequeno porte que não formam caules lenhosos (PASTORE e BARTALINI, 2014).

As fitofisionomias de características savânicas são denominadas como Cerrado stricto sensu - parque Cerrado, palmeiral e vereda - e se referem a formações em que a vegetação está submetida à duas estações anuais bem definidas pelo regime de chuvas, apresentando um período seco e outro úmido, com formações de cobertura herbácea abundante, mas não contínua, sendo intercalada por arbustos e árvores (ibid.).

Já as fitofisionomias florestais - cerradão, mata de galeria, mata seca e matas ciliares - são formações em que predominam árvores de grande porte e que formam uma cobertura contínua, sendo algumas vezes caracterizadas por perderem as folhas na estação seca (ibid.). As diferentes características morfológicas apresentadas pelas vegetações do Cerrado estão diretamente relacionadas à condicionantes ambientais, naturais ou antropogênicas, podendo variar tanto no decorrer do espaço, quanto do tempo.

Os fatores ambientais, como capacidade de água disponível no solo, sua profundidade e disponibilidade de nutrientes, e os distúrbios, como a frequência de geadas, fogo, pastoreio e extrativismo, variam no tempo e no espaço, e sobrepostos definem as condicionantes ambientais que influem sobre o volume de biomassa que a área estudada pode e consegue suportar. Além da influência das condicionantes ambientais sobre a flora, a própria vegetação em suas diferentes estruturas, também compõe as características do ambiente (DURIGAN et al, 2018).

Os processos hidrológicos do Cerrado estão direta e indiretamente relacionados com as fitofisionomias nativas (ibid.), sendo que esta interação é marcada pela dinamicidade da modelação do relevo segundo a atuação das forças endógenas e exógenas presentes no planeta Terra (JORGE, 2011).

Conforme apresentado, quanto mais a cobertura vegetal se assemelha à fitofisionomia de Cerradão (uma das fitofisionomias florestais do Cerrado), maior é a retenção de água pelas copas e, quanto mais árvores de grande porte, maior será a evapotranspiração de água do solo para a atmosfera, por meio das folhas.

Por sua vez, quanto mais próximo de formações de campo limpo (uma das fitofisionomias campestres do Cerrado), maior é a drenagem da água para o solo e, portanto, é também maior a proporção de água disponível em aquíferos, nascentes e rios (DURIGAN et al, 2018).

O Cerrado pode ser considerado um dos biomas que apresenta maior biodiversidade do planeta, sendo a Savana que abriga o maior número de espécies vegetais, em um total catalogado até o momento de doze mil setecentos e trinta e quatro (12.734) espécies (ibid.). Sua importância pode ser melhor compreendida quando são confrontados dados de outros biomas.

A floresta Amazônica, que figura como a maior floresta tropical do planeta, abriga um total de aproximadamente doze mil setecentos e cinquenta (12.750) espécies vegetais, um número muito próximo do atribuído ao Cerrado, dado que por si só já evidencia a sua relevância. Porém, quando comparadas suas extensões territoriais, o Cerrado com 2,01 milhões de quilômetros quadrados e a Floresta Amazônica com 4,18 milhões de quilômetros quadrados, fica evidente que o Cerrado abriga quase o mesmo número de espécies que a floresta em praticamente metade da área Amazônica (ibid.).

É possível destacar que as considerações expostas sobre o Cerrado compreendem uma análise sistêmica, a partir da relação da biodiversidade com a geodiversidade, sendo importantes conceitos para a sua preservação ambiental. As características geológicas dos ambientes naturais, sua forma de distribuição e a presença da biodiversidade numa determinada área, somados ao clima, contribuem para a sua especificidade em análise territorial (SILVA, 2008). Estas relações podem ser confirmadas segundo Silva (2008, p. 1, grifos nossos):

Devido à íntima relação entre os componentes do meio físico – geodiversidade –, ao

fornecer suporte ao desenvolvimento dos componentes bióticos (biodiversidade), deve-se encarar de maneira sistêmica as relações de estabilidade entre esses dois grandes componentes ambientais. Nos últimos tempos, veio a se ter compreensão de que as relações mantidas entre o homem (meio social) e a natureza, em seus aspectos culturais e econômicos, devem estar inseridas nas análises ambientais. Entende-se que, ao efetuarmos intervenções no território, devemos adotar uma visão a mais abrangente possível, integrando a geodiversidade (meio físico), a biodiversidade, as questões sociais, culturais e econômicas.

A relação entre a realidade do lugar, numa ampla compreensão, deveria, portanto, associar as características naturais (biológicas, geomorfológicas e climáticas) às práticas espaciais (LEFEBVRE, 2006). A estrutura ecológica do Cerrado o coloca em lugar de destaque na história do uso e ocupação do território nacional. Não é irrelevante o fato das fitofisionomias de Cerrado terem se desenvolvido em áreas de planalto.

Tanto a permeabilidade do solo, quanto a capacidade motora das árvores de trocar, transportar e traduzir substâncias contribuem para acelerar os ciclos biológicos, inclusive o da água, funcionando literalmente como uma bomba e sendo responsáveis pela dinâmica sistêmica de formação deste bioma (PRIMAVESI, 2016).

Segundo Primavesi (2016) para as plantas se estabelecerem com plenitude no território do Cerrado, precisaram desenvolver duas técnicas: 1. aprofundamento de suas raízes, para buscar água nas camadas mais profundas e impermeáveis do solo, onde, inclusive, concentram-se os minerais percolados pelas águas das chuvas, rapidamente drenadas em função da alta permeabilidade do solo; e, 2. recrudescimento ou impermeabilização com a produção de cera dos troncos, galhos e folhas para evitar a perda da água nos períodos de seca.

Essa conjunção de solo drenante, com alta diversidade de minerais, com as fitofisionomias da vegetação e o clima é o que dão ao Cerrado as características paisagísticas que buscamos compreender para analisarmos realidades e possibilidades em

uso e ocupação destes territórios.

O uso e a ocupação do território no Cerrado traz uma contradição relacionada a fitofisionomia, a geomorfologia, as urbanidades e ao agronegócio. O relevo suave e a fisionomia de campo, com grandes extensões de pastagens nativas é aparentemente perfeito para o desenvolvimento da pecuária extensiva e/ou de uma agricultura hiper tecnológica e mecanizada.

É essa aparência que tem induzido esse tipo de uso e ocupação extensiva e exploratória. A fácil mecanização e acessibilidade ao território, devido ao relevo suave, abriu caminho para o desmatamento e supressão da vegetação nativa em larga escala, substituídas por monoculturas - seja de capins exóticos como a braquiária, seja de soja, sorgo, milho, aveia. Os impactos negativos das monoculturas estão também associados ao uso abusivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que, quando dispersados por meio da irrigação, são absorvidos perigosa e degradantemente pelos lençóis freáticos e aquíferos.

O impacto negativo que o Cerrado vem sofrendo pela expansão do agronegócio e pela urbanização é profundo e corre riscos de irreversibilidade, tanto pelos efeitos nocivos já apontados, quanto por uma impermeabilização do solo devido a sua compactação pelo apisoamento do gado, hiper mecanização do cultivo e remoção da cobertura vegetal expondo o solo às intempéries, além da construção de cidades e rodovias.

A riqueza biodiversa e geomorfológica do Cerrado vem sendo ampla e rapidamente degradada, devido ao rompimento da necessária dinâmica bio-geossistêmica, expondo a fragilidade do bioma frente às ações humanas. Se observarmos em termos de escala e proporção espacial (ver figura 5), os impactos causados pelo agronegócio podem ser considerados maiores, mais abrangentes, do que das áreas urbanizadas.

É imprescindível trazer à tona que os processos de urbanização transformaram as paisagens das cidades brasileiras sendo que nelas estão presentes fatos do passado e do presente, abarcando diferentes temporalidades (SANTOS, 2003; ARENDT, 2019).

Estas paisagens à luz da tríade “estrutura-forma-função” se estruturam a partir de objetos naturais e objetos sociais (SANTOS, 2009), sendo que, muitas vezes, são renegadas das abordagens ambientais tradicionais, por se referirem “à herança das atividades humanas e do trabalho humano passado quando observadas no presente” (SOUZA e TOLEDO, 2017, p. 3).

Segundo Santos (2012), a paisagem é constituída por dois tipos de elementos denominados objetos naturais e sociais que se referem à herança das atividades e do trabalho humano passado quando observadas no presente. A paisagem revela fatos do presente e do passado (SANTOS, 2014). Seus elementos demonstram o efeito cumulativo de tempos, de diversas técnicas utilizadas fruto de “adaptações (imposições) verificadas aos níveis regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções” (SANTOS, 2014, p. 68). (ibid.)

Sob a orientação de Santos (2014), deve ser enfatizada a questão do tempo em relação à atuação humana no Cerrado. Cabe destacar a cronologia histórica de seus processos de ocupação, iniciados no século XVIII, a partir da interiorização pelos caminhos do ouro (Caminho Velho, Novo, dos Diamantes, da dita “Estrada Real”) a fim de explorar as riquezas minerais da região de Minas Gerais, passando por São Paulo e Rio de Janeiro e influenciando, neste período, sobre outros territórios interioranos como Goiás e Mato Grosso. Já em meados do século XX, há uma intensificação dos processos de urbanização e ocupação territorial pela produção urbana e da agropecuária, sofrendo maiores e mais extensos impactos.

Embora, inicialmente, a ocupação europeia brasileira tenha se concentrado majoritariamente na costa para assegurar as posses do território para a Coroa Portuguesa, aos poucos o colonizador adentrou o território rumo ao interior. O interior era tido como “sertão”, no qual, via análise cartográfica histórica, era povoado por povos indígenas e constituído por matas e campos.

A exploração dos recursos minerais de Minas Gerais ocasionou em uma complexa rede urbana no interior da colônia brasileira, devido a significativa ocupação humana ao redor das minas

de extração e ao longo dos caminhos e dos cursos hídricos, na qual promoveu uma diversidade de trocas, como as comerciais, políticas, sociais, culturais e afetivas.

Devido aos desafios impostos pela extensão territorial mineira, a Coroa optou pela divisão do território em Comarcas, que possuíam limites mais precisos em locais de disputas e interesses políticos e o emprego de elementos geomorfológicos para outros (FONSECA, 2011; NASCIMENTO, CARVALHO e RIBEIRO, 2022).

Carvalho afirma que (2015, p. 12) a rede urbana das Comarcas era constituída pela “fusão de três redes: a rede eclesial, a rede civil e a rede judicial”. Devido a isso, nos séculos XVIII e XIX, Estado e Igreja administram o território unidamente e as regras da expansão urbana na Comarca do Rio das Mortes (Comarca na qual a atual mesorregião do Campo das Vertentes está inserida).

Neste processo, as cartografias assumem importante papel na “territorialização” (colonial, exploratória e expropriatória), nos deslocamentos e nos registros desses territórios.

2 CAMPO OU SERTÃO NAS CARTOGRAFIAS HISTÓRICAS

O homem utiliza a carta cartográfica e, nas últimas décadas, o Sistema de Posicionamento Global (GPS), para registrar os conhecimentos territoriais e possibilitar os deslocamentos desejados de maneira mais consciente e certa, assim como utilizá-las como ferramenta para “às estratégias e às táticas políticas e militares, às ações e às decisões administrativas, civis e eclesiástica” (SANTOS, 2007, p. 55).

No entanto, não era raro as cartografias históricas desorientassem e confundissem os seus usuários, pois, embora houvesse um corpo técnico especializado, composto principalmente por engenheiros e cartógrafos na produção de alguns mapas, outros foram feitos por leigos, artistas, viajantes e religiosos (ADONIAS e FARIAS, s/d).

O conhecimento territorial é tão valioso para o domínio e o poder que nos séculos do Brasil Colônia [1530-1815], a Coroa

Portuguesa tornou a elaboração, uso e conservação dos documentos referentes aos territórios da América Portuguesa sigilosos e pouco acessíveis (SANTOS, 2007), eventualmente colaborando para a escassez de registros cartográficos desta época (MORAES, 2006).

É necessário frisar que os povos nativos foram os primeiros a terem conhecimentos próprios sobre os territórios e que seus conhecimentos foram apropriados (WILLIAM, 2019) pelos portugueses, sendo possível observar em diários de viagens de exploradores inúmeros registros de utilização de seus conhecimentos territoriais latino-americanos (HOLANDA, 2018).

Hoje é imprescindível uma revisão crítica e decolonial da historiografia perpetuada como história única (ADICHIE, 2019) para expormos outras narrativas, pontos de vista e atestarmos algumas outras heranças (ARENDR, 2019).

Tal como as características físicas, geográficas, naturais, os fatores políticos, econômicos e sociais são determinantes para a implantação das redes urbanas; as características naturais e os aspectos geomorfológicos são utilizados nas cartografias como referências territoriais, com destaque para ecossistemas, cadeias montanhosas e cursos hídricos (TEIXEIRA, 2012; COELHO, 2013).

As iconografias decorativas utilizadas nas margens das cartas apresentam como figurações as populações originárias, a flora e a fauna locais, segundo a visão do colonizador (MEMMI, 2007).

Após uma análise minuciosa das cartografias históricas do século XVIII das Comarcas de Minas Gerais, é possível observar que “o protagonismo está nos elementos que evidenciam o processo de ocupação europeia (vilas, paróquias, capelas, arraiais, registros, sítios e fazendas, caminhos e destacamentos de soldados)” (RIBEIRO e NASCIMENTO, 2022, p. 5).

As presenças nativas são pouco inseridas, geralmente como “localização de aldeias de gentios, alertas para os viajantes sobre existências amigas ou inimigas ou somente como elemento decorativo” (ibid.).

No caso da observação do território mineiro, os elementos

geomorfológicos foram fundamentais para marcações e delimitações, pois ao adotar as cadeias montanhosas e os cursos d'água, era possível obter um marco mais permanente e imutável. Já em locais pouco ou nada povoados, as delimitações não eram exatas, enquanto que nas áreas de disputas de interesse políticos, econômico e sociais, eram muito bem demarcadas (FONSECA, 2011; COELHO, 2013).

O termo “sertão”, advindo do período colonial, foi utilizado para designar o desconhecido interior das terras da colônia, recorrente nas representações discursivas ou cartográficas do espaço mineiro, que se estendia por outras províncias além de Minas Gerais, tais como Goiás, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco (FONSECA, 2011).

Segundo Fonseca (2011), a noção de “sertão” está associada à visão de terras desocupadas e “vazias”, por serem pouco conhecidas e pouco ou nada povoadas pelos colonizadores - o que não correspondia à realidade, já que eram habitados por fauna, flora e povos nativos.

Ao considerar determinado território como “deserto”, rotula-se que ele é abandonado, descuidado, inculto, selvagem, desabitado, pouco habitado e que é um lugar afastado, distante e pouco frequentado. Dizemos culturalmente estigmatizante, alienante e amnésico, de certo modo, muito mais por seu desconhecimento, do que por esquecimento ou esvaziamento.

O tipo de vegetação - floresta virgem, cerrado, campo ou caatinga - não era um critério decisivo para a região ser considerada “sertão” para o colonizador. Fonseca (2011), menciona observações do botânico francês Saint-Hilaire, de que o “sertão” não possui uma característica única, podendo ser um território composto por “espessas florestas” ou uma “região ‘aberta’”.

Quando uma região considerada “sertão” era colonizada, o processo iniciava-se com a nomeação, geralmente descritiva, dos elementos naturais mais marcantes, como “os rios, ribeiros, ribeirões, córregos, serras, morros, rochedos, campos e matos” conforme mencionado por Fonseca (2011, p. 75), e, em seguida, os assentamentos urbanos aos moldes europeus.

Por isso, o sertão colonial foi considerado como um espaço “bruto”, que só se tornou “território” ao longo do tempo e com os processos de urbanização e povoamento, marcados pelos processos da colonização.

As nomenclaturas e toponímias adotadas para designar os campos mineiros nas cartografias históricas, variam entre “certão inculto”, “certão ocupado”, “certão invadido”, “certão vadeado”, entre outros. Por tanto, não se referem estritamente à características biológicas ou da vegetação, mas correspondiam às lógicas de dominação e ocupação territorial do processo civilizatório colonizador, que se desenvolveu muitas vezes em domínios paisagísticos característicos dos campos, tornando estes termos comparáveis.

Aqui citamos o mapa manuscrito do século XVIII, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes” que possui a anotação “Toda esta Capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo” (BNRJ, s/d) (figuras 1 e 2).

Vale ressaltar que as cartografias históricas analisadas foram produzidas a partir do olhar do colonizador e que suas anotações informam apenas o que é de interesse e conhecimento de quem as produz.



Figura 1: Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes s/d. Disponível no Acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Adaptações dos autores/ A.T.A.-UFSJ.

Os campos distantes do mar, no interior da mata, eram representados e circulavam no imaginário europeu por meio dos viajantes que vinham para estas terras e por escritores e artistas que nunca deixaram o solo europeu, colaborando para a criação do “Mundo Novo” carregado por um espírito mítico, selvagem e misterioso que enaltece a natureza e deprecia os povos nativos (RAMINELLI, 1996).

A construção de uma suposta superioridade europeia em relação aos ameríndios foi utilizada para justificar a ocupação do território, escravização de povos indígenas e africanos, extração predatória de recursos naturais das colônias, assim como a imposição da cultura europeia sobre os colonizados (GROSFOGUEL, 2016).

Tal construção foi pautada na dicotomia entre civilizados versus selvagens, colonizadores versus colonizados, saberes científicos versus saberes populares, cultura versus natureza, modos de vida capitalistas versus o bem-viver e humanidade versus animalidade (ACOSTA, 2016; KRENAK, 2020; CASTRO, 1996).

Essas compreensões duais tem reflexos até hoje através de racismos e sexismos epistêmicos, desigualdades e o conhecimento ainda centrado em hierarquias, estruturas e instituições vigentes compostas por homens brancos ocidentalizados de potências do norte planetário, evidenciados pelo entendimento e desenvolvimento do “perspectivismo ameríndio” (CASTRO, 1996).

Essa discussão possibilitou o debate atual das cosmovisões para a construção de um “bem-viver”, presentes no mundo andino e amazônico em contraposição ao mundo da ciência europeia colonizadora.

O ponto central da discussão sobre o perspectivismo ameríndio, apresentada por Castro (1996) segundo as reflexões do antropólogo Claude Lévi-Strauss, é a presença de humanidade tanto nos animais, quanto nos humanos, a multiplicidade de representações dos mundos a partir do estudo das práticas xamânicas considerando a roupagem dos animais que ressignificam a relação entre corpo e espírito, baseado nas

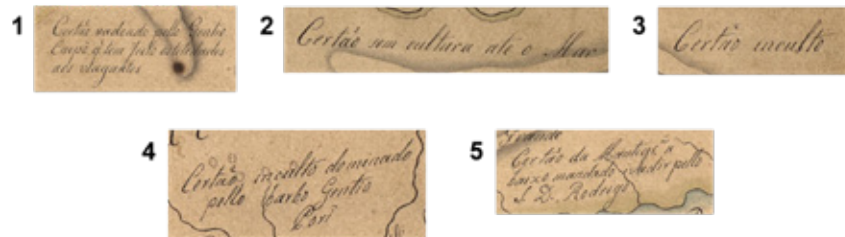


Figura 2: Trechos que aparecem a palavra “certão” no “Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes”. Mapa disponível no Acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Adaptações dos autores/A.T.A.-UFSJ.

etnografias dos povos amazônicos.

3 ESPECIFICIDADES DO CERRADO: COMPREENSÕES ARTÍSTICO-CIENTÍFICA E SUAS RELAÇÕES CULTURAIS E TOPONÍMICAS

Os debates da Ecologia das Paisagens, ao trazerem seus componentes de interação: vegetação, solo, ar, fauna, água, clima e litosfera, já se colocam em diálogo com as paisagens urbanas (RODRIGUEZ, 2007). Ao inteirar-se com as contribuições da Geografia Cultural em que se abarca a percepção da paisagem de quem habita o território, considera que toda paisagem é cultural.

A abordagem da Geografia Cultural sobre o conceito de paisagem presente nas obras de Eric Dardel, Paul Claval e revisitada por outros geógrafos brasileiros como Roberto L. Corrêa e Zeny Rosendahl evidenciam a importância de se considerar a paisagem como “uma das matrizes da cultura” (CLAVAL, 1999, p. 92), dado que abarca a sua materialidade e as suas formas simbólicas (CORRÊA, 2007) marcadas pelo ato de experienciar e vivenciar os lugares de memória e a construção dos espaços vividos.

As discussões apresentadas até aqui, ao serem também atravessadas por trabalhos de artistas que atuam na relação entre arte e ambiente, buscam romper a dicotomia entre natureza e cultura, impelindo uma aproximação política e social que enfatiza a importância da compreensão cultural das toponímias como ampliação de um conjunto indispensável para a compreensão do próprio território, de seus contextos em suas diferentes temporalidades.

É possível inferir que o aporte teórico sobre as “toponímias”, sob a perspectiva da Geografia Cultural, compreende que a nomeação dos lugares é “um traço da cultura e uma herança cultural” (CLAVAL, 2007, p. 202). Desde os primeiros assentamentos habitados pelos povos originários, como o povo Inuitat conhecidos como “esquimós de cobre”, se observaram

a relação de distinção dos lugares a partir de uma grande observação e memorização dos detalhes, uma vez que esse povo era formado por caçadores e nômades (CLAVAL, 2011).

O povo supracitado considerava a caça e a geografia dos deslocamentos como dois aspectos do mesmo saber. A partir da realização de outras etnografias com outros grupos sociais foram obtidos relatos dos quais seria por meio da diferenciação da vegetação (nuances de cores, fisionomia das árvores), da topografia, da mudança das estações, da agricultura (culturas sazonais), que se evidenciaria a construção da percepção espacial partindo da relação do corpo com a observação contínua da natureza (CLAVAL, 2007; 2014).

A geografia vernacular a partir da palavra é transmitida em estados estruturados consonantes com a organização política, econômica e social. Há que se considerar que a construção das geografias vernaculares apresentavam outras formas de transmissão dos saberes-fazeres, diferentes do discurso científico. A dificuldade em compreender e partilhar os saberes-fazeres apreendidos por meio do saber cinético, da construção de uma inteligência espacial através do corpo é que são os maiores desafios (CLAVAL, 2007; 2014).

Importante enunciar que as palavras que nomeiam lugares se relacionam diretamente com a discussão das toponímias e dos saberes geográficos, também presente na nomeação de bairros, ruas e cidades na modernidade, marcadas pela apropriação dos espaços, da construção de memórias individuais e coletivas e do sentimento de pertencimento a partir da identidade cultural, para além do poder, conforme a conceituação de Corrêa (2007): “A toponímia pode ser vista, em muitos casos, como a resultante da combinação entre linguagem, política territorial e identidade (AZARYAHU e GOLAN, 2001)” (CORRÊA, 2007, p. 11).

Com relação às toponímias em sua relação com os territórios mineiros observa-se que durante o período do Padroado (séculos XVIII-XIX), a rede urbana era formada pela fusão das redes civil, judiciária e eclesial, onde Estado e Igreja agiam conjuntamente (CARVALHO, 2015).

Ao observar a toponímia das nucleações urbanas mineiras da rede civil, judiciária e eclesical, é possível constatar o emprego de nomes indígenas, portugueses e híbridos (SANTOS, SEABRA e COSTA, 2016), certamente como estratégia amnésica para impor nomes estrangeiros em português ou religiosos, ao invés de nomes indígenas já utilizados.

Segundo Fonseca (2011, p. 75) os topônimos empregados pelos indígenas para nomeações expressam a compreensão do próprio território, de seus contextos em suas diferentes temporalidades:

A maior parte dos topônimos de origem indígena de Minas não foi criada pelos índios do lugar: a maioria vem do tupi, língua dos 'gentios' do litoral e dos índios 'domesticados' que participavam das bandeiras paulistas, ao lado dos mestiços e dos brancos.

Ao adentrar os sertões, os portugueses adotaram muitos dos referenciais espaciais e toponímias indígenas, contudo, “isso não significa que os territórios dos autóctones tenham sido reconhecidos e respeitados” (ibid., p. 52), sendo que o apagamento das memórias coletivas destes povos originários se fez de forma criminosa, autoritária e tem consequências drásticas na construção de uma identidade cultural e territorial brasileira, marcada pela diversidade de conhecimentos e saberes tradicionais de fato.

Vale destacar neste debate que, embora tenhamos muitos topônimos de origem antiga, houveram muitas mudanças nas nomeações de municípios e distritos ao longo do tempo, motivados por interesses políticos, econômicos, sociais e culturais.

Em pesquisa sobre as toponímias mineiras, foram identificados municípios e distritos no estado de Minas Gerais que possuem ou possuíam em suas denominações o termo “campo” e suas derivações (IGA-MG, 1997) (figuras 3 e 4).

<i>municípios</i>	<i>denominações anteriores</i>	<i>distritos subordinados</i>
Abre-Campo		
Andradas		Campestrinho
Astolfo Dutra		Santana do Campestre
Barbacena	Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo	
Bonfim		Santo Antônio da Vargem Alegre (ex- Campo Alegre)
Bueno Brandão	Senhor Bom Jesus do Campo Místico	
Campestre	Nossa Senhora do Carmo do Campestre	
Campina Verde	Campo Belo	
Campo Azul	Campo Belo	
Campo Belo	Bom Jesus do Campo Belo	
Campo do Meio		
Campo Florido	Campo Formoso; Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso	
Campos Altos		
Campos Gerais	Carmo do Campo Grande; Nossa Senhora do Carmo do Campo Grande	
Conceição do Rio Verde	Campina do Rio Verde	
Congonhas	Congonhas do Campo	
Congonhas do Norte	Congonhas	
Conselheiro Lafaiete	Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós	
Diamantina		Planalto de Minas; Senador Mourão (ex- Campinas)
Divinópolis		Santo Antônio dos Campos
Dores de Campos		
Ibiracatu		Campo Alegre de Minas
Itabirito	Itabira do Campo	
Lavras	Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil	
Leopoldina		Ribeiro Junqueira (ex- Campo Limpo)
Maria da Fé	Campos de Maria da Fé	
Ouro Preto		Cachoeira do Campo (ex- Nossa Senhora de Nazaré dos Campos de Minas)
Paraisópolis	Campo do Lima	
Resplendor		Campo Alegre de Minas (ex- Campo Alegre)
Rio Paranaíba	São Francisco das Chagas do Campo Grande	
São Bento Abade	São Bento do Campo Belo	
Varzelândia		Campo Redondo

Figura 3: Municípios e distritos no estado de Minas Gerais que possuem ou possuíam em suas denominações o termo “campo” e suas variações. Fonte: IGA-MG, 1997. Adaptações dos autores/ A.T.A.-UFSJ.

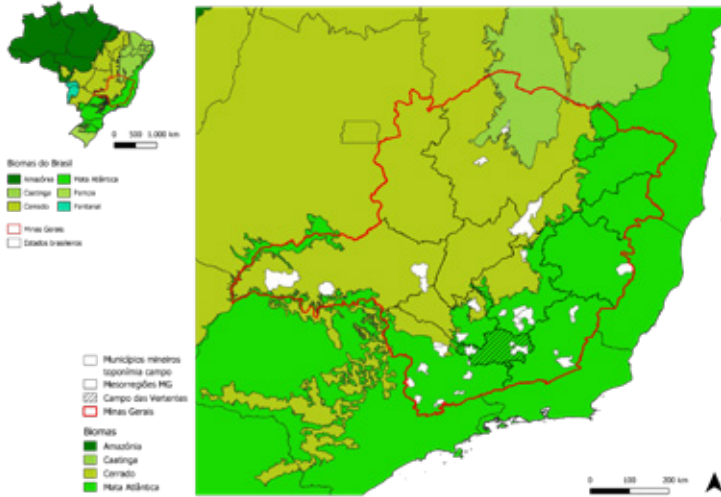


Figura 4: Municípios e distritos no estado de Minas Gerais que possuem ou possuíram em suas denominações o termo “campo” e suas variações. DATUM: SIRGAS 2000. Bases cartográficas: IBGE, 2019, 2021. Adaptações dos autores/A.T.A.-UFSJ.

Expandindo a pesquisa para além das fronteiras mineiras, no estado de São Paulo também encontramos diversos municípios e distritos com a toponímia campo, tais como: Campo Largo de Sorocaba (atual Araçoiaba da Serra), Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista (ex-Campos Novos de Paranapanema), Cunha (distrito de Campos de Cunha), Itajobi (antigo povoado Campo Alegre das Pedras), Mogi-Mirim (antigo povoado Moji dos Campos), São Bernardo do Campo, São Pedro do Turvo (ex-São Pedro de Campos Novos do Turvo).

Focalizamos a pesquisa das toponímias “campo(s)” e suas derivações no estado de Minas Gerais e mencionamos também o estado de São Paulo. O atual município de Araçai/ MG (ex-Araçá) e Araçatuba/ SP, ambos relacionados ao araçazeiro, que produz o fruto araçá, assim como os municípios de Congonhas/ MG e Congonhas do Norte/ MG, que relacionam-se à planta congonha, ambos endêmicos do Cerrado.

Outro caminho de ampliação desta pesquisa toponímica seriam demais palavras relacionadas ao Cerrado, tais como plantas e frutos endêmicos, encontradas tanto em denominações de municípios, distritos e povoados quanto em ruas, áreas e outros locais.

Com base na divisão dos biomas brasileiros (figura 4), a mesorregião do Campo das Vertentes¹, recorte espacial em aná-

lise neste trabalho e local onde a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) se encontra, está contido na área do bioma Mata Atlântica. Entretanto, a região recebe essa denominação, “Campo das Vertentes”, por características da formação dos campos de vegetação rasteira formados nos declives e vertentes das serras neste território. Para dar clareza às reflexões expostas através da discussão das toponímias e como mecanismo para exemplificar o exposto até aqui a respeito do Cerrado, apresentamos o mapa comparativo da cobertura vegetal no recorte espacial analisado (figura 5).

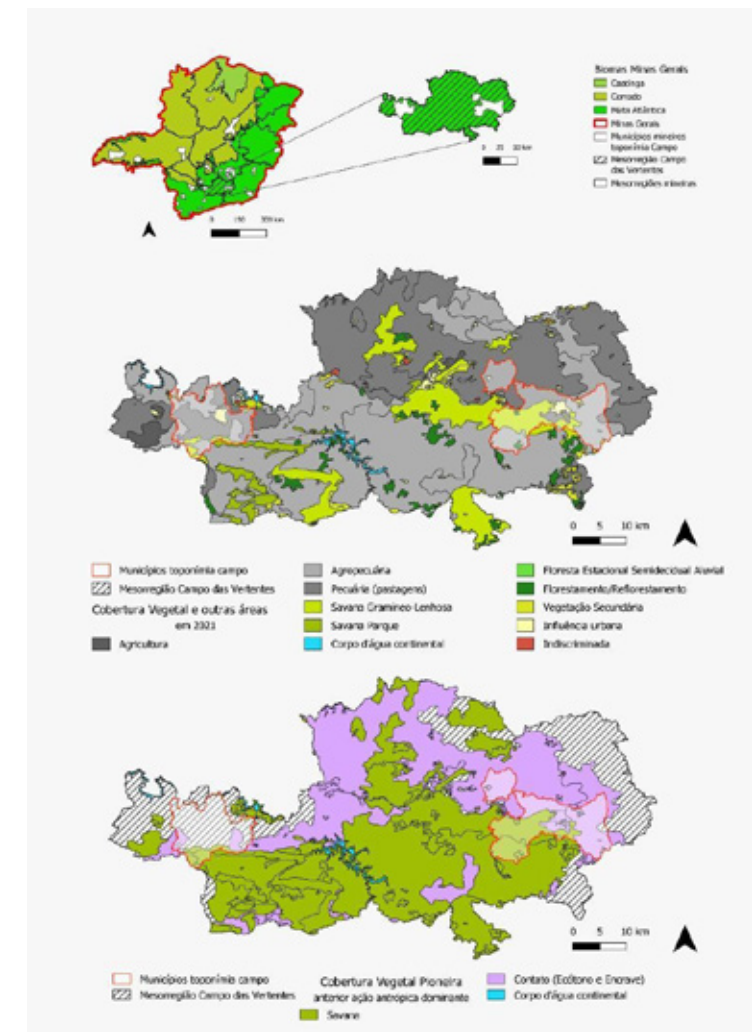


Figura 5: Cobertura vegetal e outras áreas de uso e ocupação predominantes na mesorregião do Campo das Vertentes/MG, mapa comparativo da cobertura vegetal pretérita, típicas do Cerrado e anterior às ações antrópicas dominantes, e atual uso e ocupação territorial na região. DATUM: SIRGAS 2000. Bases cartográficas: BDiA/IBGE, 2021; IBGE, 2019, 2021. Adaptações dos autores/A.T.A.-UFSJ.

Ao comparar sua cobertura vegetal atualmente (BDiA/IBGE, 2021) e da vegetação pretérita, teoricamente existente anterior à ação antrópica dominante e anterior à implantação do sistema exploratório colonial-capitalista, evidenciamos que na região do Campo das Vertentes estão presentes fisionomias do Cerrado (Savana) e também de Mata Atlântica, configurando áreas de transição entre os biomas (áreas de contato - ecótono e enclave), onde não é possível distinguir a qual bioma a cobertura vegetal pertence.

O mapa (figura 5) que apresenta a cobertura vegetal atual, evidencia a dimensão, proporção em termos de extensão territorial, do impacto ambiental da agricultura e pecuária na região, com a supressão da cobertura vegetal originária (savana), entre outros impactos anteriormente citados, incidentes na biota do Cerrado.

A partir da correlação com o campo das artes, a discussão abordada neste trabalho relaciona-se ao debate sobre o Cerrado que é central na pesquisa do artista e ativista Daniel Caballero. Com a temática “Cerrado Infinito” explicita o fato de que a cidade de São Paulo provavelmente se desenvolveu porque a fisionomia original da paisagem daquele território era de Cerrado, ou seja, um campo no altiplano, facilmente ocupável, com abundância de água e diversidade biológica, típicas do Cerrado. Por meio da coleta de plantas típicas do Cerrado encontradas na cidade de São Paulo e ações coletivas e contínuas a partir do plantio e remanejamento de plantas, Caballero busca o resgate do Cerrado, “reconstituindo simbolicamente os Campos de Piratininga” (CABALLERO, 2016; 2017).

A cidade de São Paulo que ocupou o planalto paulista, em partes altas da região, primeiramente recebeu a denominação de Santo André da Borda do Campo de Piratininga, assim como São Bernardo do Campo, Santo Amaro da Borda do Campo, entre outras já citadas, que tinham a palavra “campo” no nome, levantando a questão toponímica discutida neste trabalho.

O crescimento de São Paulo praticamente extinguiu o Cerrado fisicamente e a toponímia do município, restando apenas uma pequena área preservada, no Parque do Juquery nos municípios de Caieiras e Franco da Rocha, na Grande São Paulo.

Caballero se dedica a nos alertar sobre a questão do Cerrado como sendo a paisagem original do município de São Paulo, recuperando e mantendo uma área de Cerrado na praça Homero Silva, conhecida como a Praça da Nascente, entre os bairros Pompeia e Sumaré, que inclusive é o nome popular de uma orquídea (*Cyrtopodium flavum*) endêmica do Cerrado Paulistano.

Outra pesquisa importante a ser mencionada é o projeto da arquiteta e paisagista Mariana Siqueira denominado “Jardins do Cerrado”, realizado em Brasília. Com uma proposta paisagística tem estudado as questões ambientais juntamente com a questão dos espaços públicos urbanos.

Com a reflexão conceitual acerca das dimensões da paisagem do Cerrado, no campo das pesquisas e intervenções, é possível compreender a realidade e ainda propor maneiras de alongar outras perspectivas interdisciplinares.

As inovações são essenciais para a mudança cíclica dos processos, para o usufruto dos ambientes em sua totalidade, as características necessárias para a mudança dos conceitos, proposições de habitar o espaço em convergência com o desenvolvimento das técnicas e das dimensões do uso, em desdobramentos do pensamento crítico arquitetônico, artístico e paisagístico, corroborando para o aperfeiçoamento de outros e novos signos, ampliando possibilidades de construção em vivências e ações, permanentes ou efêmeras no espaço (NASCIMENTO, 2009).

Rosalind Krauss (2008, p. 135, grifos nossos) contribui com este debate acerca da ampliação de sentidos:

O “campo ampliado” da arte exacerba e (re) potencializa a dimensão experimental da arte, implicando redefinições generalizadas inclusive do próprio estatuto da arte, do sistema da arte e da obra de arte. No entanto, esse experimentalismo não supõe um projeto unificado, uma direção em comum, um ideal de universalidade como nas vanguardas modernas. [...] cada ação ou proposição artística envolve uma reflexão sobre os meios a serem acionados para dar conta da situação.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que intenciona a liberdade da experimentação artística, que implica diretamente numa reinterpretação dos processos de construção social do espaço, ou seja, a ampliação das possibilidades, tornando o processo artístico mais fluido e natural, se desvincilhando de uma perspectiva de comum amnésico ou alienante, como em processos de urbanização ou ruralidades sem urbanidade (RIBEIRO, 1995), oferecendo aos processos, estados de ação que interfira na dinâmica da paisagem de outros modos, cooperativos e colaborativos.

Ainda a este respeito é importante salientar que a abordagem de conceitos amplos, como o da paisagem, sempre dá lugar à incerteza das definições, sendo a dúvida, fundamental para incitar o olhar para outros horizontes. Aqui, tomaremos como norteadoras duas definições oferecidas por Zonno (2014, p. 9-10) ao argumentar sobre a perspectiva que centraliza a paisagem como um cenário de ações vividas e pulsantes:

Paisagem é o campo dos processos, o canteiro do real. Não é um modo de visão, nem imagem idealizada, é aquilo que nos afeta e envolve, mas também aquilo no qual participamos e modificamos. Portanto, não faz mais sentido continuar sustentando qualquer distinção entre natureza e cultura, dicotomia metafísica que justamente estruturalismo e desconstrutivismo colocaram em questão.

Zonno articula arquitetura, arte e paisagem, em seu livro “Lugares complexos, poéticas da complexidade: entre Arquitetura, Arte e Paisagem” (2014). Outro autor que também enaltece nesta passagem é Dardel (1952, p. 94), que justifica a criação da paisagem através das relações e dos encontros, quando define que a paisagem é: “Algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma ‘impressão’, unindo todos os elementos”.

O sentido de paisagem oferecido por este autor permite a interpretação e articulação do fazer artístico com a modificação da paisagem, dando importância e ampliando as perspectivas e os processos experimentais de manifestações artísticas que envolvam abordagens de cunho social e político.

Conforme Besse (2013, p. 45) reitera: “a diversidade das paisagens corresponde a uma outra diversidade, que é a diversidade das maneiras de habitar o mundo”.

Ao entendermos a paisagem também em sua efemeridade, seus sentidos e significados se estendem e reverberam no indivíduo como algo que permite gerar pensamentos duradouros no sentido da proposição da construção coletiva do mundo-vivido.

4 CONSIDERAÇÕES

Dos debates apresentados destacamos que as dinâmicas ecossistêmicas e os processos biológicos do Cerrado estão direta e indiretamente relacionados com a geomorfologia, a hidrologia, o clima, as fitofisionomias nativas e a biodiversidade, influenciando de forma supraregional a disponibilidade e qualidade das águas em aquíferos, nascentes e rios da América Latina.

A conservação e a regeneração ambiental apresentam-se como essenciais para a garantia do equilíbrio sistêmico das condições essenciais à permanência e ao pleno envolvimento de todas as formas de vida, ocupações humanas originárias ou não, presentes não apenas no território de abrangência do Cerrado, como também em territórios irrigados por corpos d’água ali nascentes.

Modos outros de habitar o território, como os fomentados por Acosta e Krenak, podem demonstrar caminhos à sustentabilidades verdadeiras no sentido da regeneração. Segundo Acosta (2016), não há outra maneira de chegarmos ao Bem-Viver sem considerarmos a natureza como sujeito e vivermos de fato a comunhão entre humanidade e natureza, revalorizando diversidades culturais e modos de vida suprimidos pela homogeneização imposta pelo ocidente e pelo capitalismo.

Os estudos toponímicos evidenciam os processos amnésicos em relação aos lugares e aos saberes-fazeres dos povos tradicionais, presentes na história desde o período colonial.

Esta visão contribui para a compreensão e a intervenção junto ao território, a partir das discussões oriundas da antropologia, da geografia, da arquitetura, do urbanismo e das artes, que influenciam de forma significativa a diversidade de conhecimentos empíricos dos processos de reconhecimento da formação dos núcleos urbanos.

O processo de colonização não poupou esforços no sentido de sobrepor, apagar, destruir as referências históricas, geográficas, culturais e toponímicas que mantinham a coesão entre os povos autóctones e a natureza deste território.

O projeto Cerrado Infinito do artista Daniel Caballero é uma alegoria para a memória do paraíso perdido paulistano com sua natureza riquíssima e biodiversa, um mosaico de biomas, incluindo os campos de Cerrado. O projeto do artista não deixa de ser um marco intencional à inabilidade dos sistemas de poder em evitar a destruição dos biomas e as identidades em seus vínculos com os territórios e as paisagens.

A cidade de São Paulo já foi considerada como modelo de desenvolvimento urbano no passado, porém, em sua atual forma de ocupação e uso do território pode continuar ocupando esse lugar? Esta premissa ao ser confrontada pelo debate crítico da sustentabilidade permite o desenvolvimento de reflexões sobre o modelo de desenvolvimento urbano atual que é estruturado pela lógica exploratória e expropriatória e, promove a manutenção e segregação socioespacial oriundas dos processos de urbanização.

As análises cruzadas entre as referências científicas divergentes, as toponímias, as cartografias históricas e os trabalhos dos artistas, subsidiam as reflexões sobre Campo e Cerrado e ampliam o senso crítico das atuais delimitações oficiais do bioma. Suas fronteiras fluidas, deixam vestígios das paisagens típicas do Cerrado ao longo da área estudada, podendo ser mais problematizadas em pesquisas futuras. As pesquisas e intervenções artísticas que trabalham com a paisagem, ampliam o debate do campo na cultura e na produção contemporânea.

Trazendo conceitos centrais e analisando epistemologias que

interferem nos modos de vida, na construção da paisagem e abrindo campos de reflexão sobre a construção da identidade cultural, além de evidenciar dinâmicas e processos, levamos em conta os questionamentos sobre a paisagem urbana, rural e regional, contextualizando a geografia, a paisagem e as intervenções artísticas, numa construção interdisciplinar de diálogos, debates, discussões e experimentações urbanas que visam propiciar a convivência das diferentes visões de mundo e seus seres.

Notas

¹ A divisão regional em Mesorregiões e Microrregiões (IBGE, 1989) foi atualizada, em 2017, pelas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. A nova regionalização considera, principalmente, a rede urbana, relações de dependência entre centros urbanos e deslocamentos populacionais; enquanto a regionalização anterior, a geografia, as características sociais e articulações econômicas e espaciais. No presente artigo, em função das discussões toponímicas e relações com a geografia, optou-se pelo recorte espacial da Mesorregião do Campo das Vertentes para análise da cobertura vegetal e uso e ocupação territorial.

² As informações a respeito do trabalho do artista foram levantadas durante a participação no evento “World Creativity Day”, no dia 22 de abril de 2022, no espaço Ecoe Coworking, em São Paulo.

³ Vide no site: <<https://www.cerradoinfinito.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁴ Vide na rede social do instagram @jardinsdocerrado. Acesso em: 30 abr. 2022.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. In: Revista do Serviço Público (RSP), Brasília (DF), ano 40, vol. 111, n. 4, p. 41-56, out./dez. 1983.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ADONIAS, Isa. (revisão); FARIAS, Maria Dulce (texto). A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/a-representacao-cartografica-no-brasil-colonial-na-colecao-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019, 350 p.

BDiA. Banco de Dados de Informações Ambientais: Vegetação. Instituto Brasileiro de Geociências e Estatística (IBGE), 2021. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao>. Acesso em: 18 set. 2022.

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes. Paisagem e Patrimônio. Aproximações pluridisciplinares. Editora Dafne, Porto, 2013, p. 33- 53.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Acervo Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CABALLERO, Daniel. Mapeamento Jardinagem Territorialidade: entrevista durante a roda de Projetos Jardinalidades. São Paulo, junho de 2016. Disponível em: <https://mapeamentojardinagemterritorialidade.wordpress.com/cerrado-infinito-daniel-caballero/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

_____, Daniel. Roda de Projetos Jardinalidades: Entrevista e apresentação expositiva do Projeto Cerrado Infinito. São Paulo/SP, 2017. Disponível em: <https://mapeamentojardinagemterritorialidade.files.wordpress.com/2017/06/impresso-jardinalidades1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila. Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX. Orientadora: Fernanda Borges de Moraes. 2015. 298 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro (RJ), v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 59 - 97.

_____, Paul. Epistemologia da Geografia. Florianópolis, Editora da UFSC, 2014.

_____, Paul. Geografia Cultural. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2007.

COELHO, Carlos Dias (Org.). Os Elementos Urbanos: Caderno Morfologia Urbana. Lisboa: Argumentum, 2013. 208 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço algumas considerações. In: GEOgraphia, Niterói - RJ, v. 9, n. 17, p. 7-17, 2007.

DARDEL, Eric. L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952. 133 p.

DURIGAN, Giselda et al. Plantas pequenas do Cerrado: Biodiversidade negligenciada. Secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo. 1 ed. São Paulo: SMA, 2018.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2011. 731 p.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: Sociedade e estado, Brasília (DF), v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à territorialidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 358 p.

IGA-MG_INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. 2.ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997. 230 p. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/204>. Acesso em: 30 set. 2021.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira. Geomorfologia urbana: Conceitos, metodologias e teorias. In: GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). Geomorfologia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011, p. 117 - 145.

KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. In: Arte & ensaios, v. 17, n. 17, p. 128-137, 2008.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do bem viver. Bruno Maia (Org). São Paulo: Cultura do Bem Viver, 2020. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver-ailton-krenak-2020/>. Acesso em 15 abr. 2022.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace.

4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006 [1974]

_____, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MORAES, Fernanda Borges de. A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos, 2006. 326 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Adriana. Arte e Cidade: Ação Cultural e Intervenção Efêmera. Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2009.

_____, Adriana; VELHO, Ana Carolina. Leituras (r)urbanas de Prados-MG. In: Revista Rural & Urbano, Recife, v. 6, n. 2, p. 282-299, 2021.

DURIGAN, Giselda et al. Plantas pequenas do Cerrado: Biodiversidade negligenciada. Secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo. 1 ed. São Paulo: SMA, 2018.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2011. 731 p.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: Sociedade e estado, Brasília (DF), v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à territorialidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 358 p.

IGA-MG_INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. 2.ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997. 230 p.

Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/204>. Acesso em: 30 set. 2021.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira. Geomorfologia urbana: Conceitos, metodologias e teorias. In: GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). Geomorfologia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011, p. 117 - 145.

KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. In: Arte & ensaios, v. 17, n. 17, p. 128-137, 2008.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do bem viver. Bruno Maia (Org). São Paulo: Cultura do Bem Viver, 2020. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver-ailton-krenak-2020/>. Acesso em 15 abr. 2022.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006 [1974]

_____, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MORAES, Fernanda Borges de. Rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos, 2006. 326 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Adriana. Arte e Cidade: Ação Cultural e Intervenção Efêmera. Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2009.

_____, Adriana; VELHO, Ana Carolina. Leituras (r)urbanas de Prados-MG. In: Revista Rural & Urbano, Recife, v. 6, n. 2, p. 282-299, 2021.

_____, Adriana et al. Urbanização, Caminhos e Iconografia: Recortes e Processos Mineiros. In: Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais... Belo Horizonte (MG) ON-LINE, 7, 2021. Disponível em: www.even3.com.br/

anais/arqedoc2021/395925-URBANIZACAO-CAMINHOS-E-ICONOGRAFIA--RECORTES-E-PROCESSOS-MINEIROS. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____, Adriana; CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila; RIBEIRO, Suzana Helena Ceranto. Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas. In: ENANPUR, 19., 2022, Blumenau (SC). Anais eletrônicos... Blumenau (SC): ANPUR - PPGDR/FURB, 2022.

PASTORE, Julio Barêa; BARTALINI, Vladimir. O Cerrado enquanto paisagem: a dinâmica da apropriação paisagística do território. 2014. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

PRIMAVESI, Ana. Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016, 205 p.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/12204341/IMAGENS_DA_COLONIZA%C3%87%C3%83O_a_representa%C3%A7%C3%A3o_do_%C3%ADndio_de_Caminha_a_Vieira_livro_na_%C3%ADntegra?auto=download. Acesso em: 20 set. 2021.

REED, Bill. Shifting from 'sustainability' to regeneration. In: Building Research & Information 35.6 (2007): p. 674-680.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade. In: Ensaios FEE, v. 16, n. 2, p. 556-590, 1995.

RIBEIRO, Cláudio. A crise do capital e a superação da sustentabilidade. In: Caderno SESUNILA - Ecologia e Sociedade na América Latina, n. 3, p. 12-21, jul. 2020 . Foz do Iguaçu (PR): SESUNILA/ ANDES, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/cadernosunesunila/docs/03>. Acesso em: 20 maio 2022.

RIBEIRO, Suzana Helena Ceranto; NASCIMENTO, Adriana. Relatório da Pesquisa em Iniciação Científica: Iconografia dos caminhos: Entre trajetos e narrativas sobre as formações

urbanas mineiras setecentistas e sua relação com os caminhos históricos indígenas. São João del-Rei: UFSJ, 2022.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo (Org.). Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Edições UFC, 2007, 222 p.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2007. p. 51-81.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; COSTA, Antônio Gilberto. Atlas do Patrimônio Histórico na Cartografia Histórica de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG): Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/index.html>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003, 259 p.

_____, Milton. Espaço e método. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 5ª ed., 2014, 120 p.

_____, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 90 p.

SILVA, Cassio Roberto da. Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008, 264 p.

SOUZA, Mariana Chaves Monti; TOLEDO, Márcio Roberto. A paisagem no bairro Colônia do Marçal em São João del-Rei - MG: Qualidade de vida e expansão urbana. In: II Congresso Internacional Caleidoscópio da Cidade Contemporânea: Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais, 2017, Campos dos Goytacazes - RJ. Anais 2017 II Congresso Internacional Caleidoscópio da Cidade Contemporânea. Campos dos Goytacazes - RJ: UFF, v. 1., 2017.

TEIXEIRA, Manuel António Correia. A forma da cidade de origem portuguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

TEIXEIRA, Carlos Moreira. Brasília, cidade-Cerrado. In: Vitruvius/Arquitextos, São Paulo, ano 21, n. 242.00, jul. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.242/7805>. Acesso em: maio 2022.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

WILLIAM, Rodney. Apropriação Cultural. São Paulo: Pólen, 2019. 208 p.

ZONNO, Fabiola Do Valle. Lugares Complexos, poéticas da complexidade: entre arquitetura, arte e paisagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 416

***Adriana Nascimento** é formada em Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Urbanismo, Doutora em Planejamento Urbano e Regional, é professora e pesquisadora do DAUAP/ PIPAUS/ UFSJ, líder do Grupo de Pesquisa A.T.A., integrante do MALOCA/ UNILA e do Arte, Cidade, Arquitetura/UFU desde 2010. DAUAP/PIPAUS/UFSJ

adrianan@ufs.edu.br

Isabela Freitas Cioni é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFSJ, com o Trabalho Final de Graduação intitulado “Congonhas: a paisagem como lugar, no lugar da mineração” e é integrante do Grupo de Pesquisa A.T.A. DAUAP/UFSJ

isabela.cioni@gmail.com

Mariana Chaves Monti Souza é graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UFSJ, desenvolvendo trabalho final de graduação intitulado “Vagando em verso eu vim: Construindo paisagens da Rua da Cachaça ao CMAX”. DAUAP/ UFSJ

marianacms13@aluno.ufsj.edu.br

Paulo Jarbas Cardoso da Silva é formado em Arquitetura e Urbanismo e em Engenharia Ambiental, mestrando interdisciplinar no PIPAUS/UFSJ e integrante do Grupo de Pesquisa A.T.A, ambientalista, agroecologista, pesquisador, artista experimental e ginasta. PIPAUS/UFSJ

paulinhojarbas@gmail.com

Rafaella Anielly Silva Borges é graduada em Arquitetura e Urbanismo, com o Trabalho Final de Graduação intitulado: “Grupo Teatro Construção: do backstage ao espetáculo”, foi integrante do Escritório Modelo de Arquitetura, atriz, fotógrafa, mestranda interdisciplinar no PIPAUS/ UFSJ e integrante do Grupo de Pesquisa A.T.A. PIPAUS/UFSJ

rafaellaanielly@yahoo.com.br

Suzana Helena Ceranto Ribeiro é graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UFSJ, integrante do Grupo de Pesquisa A.T.A., foi bolsista de iniciação científica PIBIC/UFSJ no projeto “Iconografia dos Caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras setecentistas e sua relação com os caminhos pré-históricos indígenas” e atualmente desenvolve seu trabalho final de graduação intitulado “Estudo decolonial territorial mineiro: Entre caminhos, centralidades, delimitações históricas e contemporâneas”. DAUAP/UFSJ

suzanahe0@aluno.ufsj.edu.br

Vitor Bauschert Braz é graduando em Arquitetura e Urbanismo na UFSJ, integrante do Grupo de Pesquisa A.T.A., foi bolsista de iniciação científica PIBIC/UFSJ no projeto “Abordagens situacionistas: alguns desdobramentos interdisciplinares no Brasil”, desenvolvendo trabalho final de graduação intitulado “Paisagem situada: relação humano - natureza e a construção de lugar em São João Del Rei”. DAUAP/UFSJ

vitor.bauschert.b@gmail.com

O direito à não-cidade: uma visão contra-hegemônica

The right to the non-city: a counter-hegemonic view

Camila Bezerra Nobre de Medeiros*

Resumo

O processo de urbanização tem avançado no mundo não apenas no sentido de que hoje a maior parte da população mundial vive nas cidades, mas também na ampliação de valores e hábitos ligados à cidade em direção ao mundo rural. Nesse processo, o urbano tende a ser visto como sinônimo de modernidade, enquanto o rural e os povos que o habitam – aqui sintetizados na expressão povos do campo, das águas e das florestas – são vistos como pertencentes ao passado, atrasados e indignos da condição de cidadãos. Buscando evidenciar a importância desses povos para a construção de outros mundos possíveis, o presente artigo levanta a discussão sobre o tema do direito à não-cidade, que abarca os territórios rurais. Nesses territórios, habitam companheiros multiespécies, que vão além da figura humana, mas englobam também a natureza e seus elementos. Assume-se que este direito não pode estar separado do seu direito irmão: o direito à cidade. Discutem-se aqui, brevemente, os agentes e processos que configuram o território rural brasileiro no século XXI para depois tentar, a partir de uma perspectiva lefebvriana, aproximar-se da ideia do direito à não-cidade. Sendo um tema ainda pouco explorado pelo campo da arquitetura e do urbanismo, o artigo pretende discuti-lo de forma preliminar, de modo a fomentar um debate que precisa ser continuado.

Palavras-chave: direito à não-cidade; territórios rurais; relação campo-cidade.

Abstract

Urbanization has progressed in the world not only in its growth in urban population, but also in the urban values and habits that move towards the rural world. In this process, the urban tends to be seen as a synonym of progress, while the rural and its people – here synthesized as countryside, waters, and forest people – are seen as belonging to the past, behind time and unworthy of the citizen condition. Aiming to highlight those people's importance to the construction of other possible worlds, this article discusses the right to the non-city, which embraces the rural territory. It assumes that this right cannot be separated from its brother right: the right to the city. Agents and processes that configure the Brazilian rural territory in 21st century are briefly discussed here in order to try, from a lefebvrian perspective, to approach the idea of the right to the non-city. Being this topic little explored by the architecture and urbanism field, this article intends to debate the theme in a preliminary way, in order to instigate a discussion that needs to be continued.

Keywords: right to the non-city; rural territories; city-countryside relationship.



I INTRODUÇÃO

Não é nenhuma novidade que a população mundial é hoje predominantemente urbana. Pode-se falar, inclusive, na existência de uma sociedade urbana, como apontam Henri Lefebvre (1968b)¹, Manuel Castells (1999) e Maria Isaura de Queiroz (1978). Tal sociedade não se restringe a um domínio edificado das cidades que concentra a maior parte da população, mas a um conjunto de práticas e valores urbanos que extrapolam os limites físicos da urbe, atingindo também o meio rural. Considerar o período em que se vive atualmente como era urbana², conforme pontua Lefebvre (1972), é compreender que o mundo passa a ser enxergado prioritariamente sob as lentes da sociedade urbana.

Nesse sentido, tudo aquilo que remete às tradições rurais e aos povos que habitam os espaços também rurais – os povos do campo, das águas e das florestas – passa a ser considerado como sinônimo de atraso, e o seu modo de vida como algo que tende a ser superado. É o que se observa, por exemplo, na caricatura do personagem Jeca Tatu, criada pelo escritor Monteiro Lobato como uma figura representativa do caipira paulista e descrita como “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”.

Ideias semelhantes se direcionam aos povos indígenas, aos quilombolas e às populações ribeirinhas, tratados em geral como indivíduos de segunda classe, aos quais não cabe o direito de serem considerados como cidadãos. Aliás, o próprio termo cidadania, como sinônimo de direito à participação na vida política, pode ser questionado, na medida em que centraliza na palavra “cidade” seu significado. Por que não pensar, por exemplo, em uma florestania como resposta a essa cidadania, a exemplo do que pontua o ativista e líder indígena Ailton Krenak³?

Compartilham a visão crítica sobre o termo cidadania como sendo exclusivo aos membros da cidade João Marcos de Almeida Lopes, Cecília Corrêa Lenzi e Amadja Henrique Borges (2016). Os autores apontam a importância dos moradores do campo, das águas e das florestas como sendo os primeiros agentes nas bases produtivas, sustentando os setores ditos “avançados”

e afirmam que tais populações também devem ser dignas de atenção por parte do Estado. Além disso, apontam a existência de populações esquecidas no campo quando afirmam que:

Assim como há os esquecidos da cidade, também o campo abriga os seus – com a diferença que estes últimos literalmente desaparecem por entre as inúmeras dobras dos lugares que habitam e que se multiplicam em suas polissêmicas formas de aparição: para além do “rural” em discussão, também estão ali, nas franjas das cidades, em diversos enclaves nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, nas comunidades quilombolas, caçaras e ribeirinhas, nos territórios ocupados pelos povos da floresta e, por fim, nas inúmeras modalidades de assentamentos chamados “de reforma agrária” – que já vêm mudando a dinâmica de diversos municípios país afora, agregando populações, da noite para o dia, por vezes maior que o contingente populacional ali originalmente instalado. (LOPES; LENZI; BORGES, 2016, p. 4).

Lopes, Lenzi e Borges (2016) ressaltam ainda que a condição de cidadão não é adquirida pelos povos do campo nem mesmo quando eles se encontram na condição de assentados assistidos pela “reforma agrária”. Para os autores, quando essa população abandona sua condição de destituídos e adquire lotes de trabalho e moradia, passa a ser enxergada especialmente como mercado consumidor e, em suas palavras, “suculenta” base eleitoral – mas nunca como sujeito político de direitos.

Reforçando ainda mais o argumento de que a população rural é desvalorizada em relação aos seus pares urbanos, Lopes, Lenzi e Borges (2016) apontam as diferenças de preço entre os programas de financiamento habitacional pertencentes ao “Minha Casa, Minha Vida” para territórios rurais e urbanos. Os autores demonstram que as verbas destinadas à habitação no campo são 55% menores que as destinadas à habitação na cidade, tornando o camponês⁴ 55% “menos cidadão”.

Sobre essa relação com o outro, aqui traduzido na figura do camponês, do indígena, do quilombola e do ribeirinho, para citar alguns exemplos, José de Souza Martins (1993) afirma que

“a nossa sociabilidade dominante é demarcada e bloqueada por enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como outro, isto é, diferente, e igual” (MARTINS, 1993, p. 11). É na busca por esse reconhecimento do outro como sujeito de direitos que o presente artigo se direciona, especialmente levando-se em consideração que, conforme pontua Martins (1993):

As interpretações partidárias e acadêmicas ainda estão muito impregnadas de uma concepção evolucionista do processo do capital, uma concepção de história por etapas, nas quais o campesinato tem um lugar no passado, mas não necessariamente no presente e menos ainda no futuro. (MARTINS, 1993, p. 135).

Assim, buscando superar essa lacuna e pensando nos direitos políticos não apenas do campesinato, mas de todos os povos que habitam e trabalham no meio rural, este artigo se ancora na expressão “direito à não-cidade”. Esta é, antes de mais nada, uma provocação, não para reforçar a dicotomia entre cidade de um lado e campo, águas e florestas do outro, mas para tentar combater uma visão urbanocêntrica que ignora existências múltiplas que perpassam o meio rural.

Sobre tais existências, cabe ressaltar que elas não se limitam simplesmente à humanidade, mas abrangem também todo o conjunto de seres e elementos que compõem a natureza, conforme defende a ideia do “bem viver”. O bem viver, segundo Alberto Acosta, “se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, 2016, p. 23), através de um regresso aos valores de uso em uma perspectiva contra-hegemônica.

Nessa filosofia, entende-se que a economia deve se submeter à ecologia, pois as atividades produtivas dependem da natureza e é ela que estabelece os seus próprios limites sobre sua capacidade de renovação. Propõe-se, dessa forma, uma desmercantilização da natureza. Entre os princípios-guia do bem viver estão a autossuficiência e a autogestão e ele compreende a existência de dois “mega-direitos”: os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza. Esses podem ser classificados em “meta-direitos”,

como o direito à água, à soberania alimentar, à biodiversidade, entre outros.

A filosofia do bem viver se volta para as tradições ameríndias e sua cosmologia, compreendendo a natureza como um sujeito de direitos. Conforme afirma Célio Turino (2016):

Para nossos irmãos indígenas do Xingu, o mundo é povoado por muitas espécies de seres, não somente dos reinos animal e vegetal, mas também os minerais, a água, o ar e a própria Terra, que contam com espírito e inteligência próprios – ou ajayu, em aymara, no Altiplano boliviano. Todos esses seres são dotados de consciência, e cada espécie vê a si mesma, e às outras espécies, a partir de sua perspectiva. Com esta sabedoria somos levados a compreender que a relação entre todos os seres do planeta deve ser encarada como uma relação social, entre sujeitos, em que cultura e natureza se fundem em Cultura Viva. (TURINO, 2016, p. 15).

No Equador, segundo Acosta (2016), a Assembleia Constituinte fez o feito inédito de reconhecer a natureza como um sujeito de direitos, o que significa superar a visão tradicional do direito a um ambiente saudável, presente nas constituições de países americanos há muito tempo. Nesse sentido, compreende-se que todos os seres vivos têm um valor intrínseco, independentemente de serem úteis à humanidade ou não.

Em uma crítica a tal visão utilitária da vida, dos seres e elementos naturais, Krenak (2020a) faz uma reflexão que complementa essa ideia do bem viver, quando afirma que: “a vida não tem utilidade nenhuma. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária” (KRENAK, 2020a, p. 108).

Essa visão de mundo, que faz parte da cosmovisão dos povos indígenas, difere substancialmente daquela do homem branco sobre a natureza e a terra. Tal distinção é evidenciada na fala do líder indígena estadunidense Chefe Seattle, aqui destacada a partir de uma obra de Carlos Minc (1986):

Há exatamente 130 anos atrás [1854], perante a pretensão do Chefe Branco de Washington de comprar uma grande extensão de terras índias, o Chefe Seattle assim respondeu, com sabedoria e poesia:

“Como se pode comprar ou vender o firmamento, ou ainda o calor da terra? Tal ideia nos é desconhecida (...) Somos parte da terra, do mesmo modo que ela é parte de nós próprios. As flores, o urso e a águia são nossos irmãos (...) Sabemos que o Homem Branco não compreende nosso modo de vida porque ele é um estranho que chega de noite e tira da terra o que ele necessita (...) trata a sua mãe, a Terra, e a seu irmão, o Firmamento, como objetos que se compram, se exploram e se vendem (...) o seu apetite devorará a terra, deixando atrás de si só o deserto (...) só de ver as vossas cidades, entristecem-se os olhos do Pele-Vermelha (...) o Homem Branco não parece estar consciente do ar que respira; como um moribundo que agoniza durante muitos dias é insensível ao mau cheiro (...) Tudo quanto acontecer à Terra acontecerá aos filhos da Terra (...) isto sabemos: a Terra não pertence ao homem; o Homem pertence à Terra”. (MINC, 1986, p. 49).

Sendo guiados por essa perspectiva de mundo que engloba todos os seres e elementos terrestres, como pensar, portanto, no direito à não-cidade? Quem são os seus sujeitos de direito? O que exatamente ele significa? Assume-se, de antemão, que o direito à não-cidade deve ser pautado pela inclusão de companheiros multiespécies. Isso significa dizer que esse direito traz para o centro do debate povos e seres não-urbanos que habitam os territórios rurais, incluindo os povos do campo, das águas e das florestas, bem como os elementos da natureza identificados em tais territórios, como defende a ideia do bem-viver.

Para tentar continuar a responder a essas questões, parte-se aqui do princípio de que o direito à não-cidade não pode ser separado do seu direito irmão: o direito à cidade. Não se pode pensar, numa sociedade que assiste ao processo de mundialização do capital, em uma separação rígida entre cidade

e campo, ainda que essa seja delimitada por linhas imaginárias nos zoneamentos das leis municipais. Pode-se afirmar, portanto, que cidade e campo se encontram nas práticas dos seus companheiros multiespécie, que se sobrepõem por vezes nos territórios urbanos e rurais.

É preciso, pois, enxergar os processos que conectam campo e cidade, sem esquecer das especificidades que configuram cada um desses espaços. Assim, o objetivo do presente artigo é discutir o direito à não-cidade como uma ideia que se opõe ao status quo e que dialoga com o direito à cidade, tendo como foco a realidade brasileira. Nesse sentido, o texto se fundamenta teoricamente, em especial, a partir de escritos de Henri Lefebvre, autor que elaborou o conceito de direito à cidade em livro homônimo publicado em 1968. Complementando a visão do autor, utilizam-se outras referências bibliográficas para dar conta da realidade brasileira, tais como José de Souza Martins (1993), Ailton Krenak (2020a, 2020b), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997), Carlos Minc (1986) e José Graziano da Silva (1997).

Assim, o texto parte primeiro do momento presente, analisando os agentes e processos que configuram o espaço rural brasileiro no século XXI, fundamentando-se em escritos principalmente dos autores brasileiros citados. Quando necessário, buscamos no passado elementos que contribuam para a compreensão desse momento presente. Essa discussão é feita na primeira seção do artigo, intitulada “O rural brasileiro no século XXI: agentes e processos”.

Em seguida, busca-se uma aproximação com a ideia do direito à não-cidade utilizando como base para a referência bibliográfica os escritos de Lefebvre (1947, 1968b), em diálogo com outros autores e mobilizando diferentes noções pertencentes ao corpus teórico do autor, para com elas construir uma breve reflexão sobre que elementos viriam a constituir esse direito. Essa aproximação resulta na seção intitulada “O direito à não-cidade: possibilidades para a construção de outros mundos”. Por fim, o artigo apresenta suas considerações finais.

2 O RURAL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: AGENTES E PROCESSOS

Afinal de contas, quando se discute o meio rural brasileiro no século XXI, quem são os agentes que o configuram? De início, a expressão “povos do campo, das águas e das florestas” vem em auxílio à uma tentativa de síntese do que seriam as populações tradicionais e comunidades que habitam e trabalham no rural. No entanto, há ainda outros agentes que por vezes entram em conflito com essas populações, como os grandes proprietários de terras, empresas e o próprio Estado. Sobre esses confrontos, José de Souza Martins (1993) afirma que:

Essas populações [indígenas e camponeses] têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. (MARTINS, 1993, p. 12)

Sobre essa perda de identidade e das relações sociais, Martins (1993) cita o exemplo dos índios Pataxó hãhãhãe, da Bahia, afirmando que eles têm de resto da sua língua apenas 129 palavras e duas frases e que, portanto, “foram roubados. Não perderam somente a terra e a luta pela terra – perderam a língua” (MARTINS, 1993, p. 35). Ailton Krenak (2020b) também se refere aos processos de expropriação dos povos originários e camponeses quando afirma que:

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2020b, p. 14).

A questão da terra é fundamental para entender esses conflitos, tendo em mente que o Brasil ainda não conseguiu efetivar

uma reforma agrária e que a demarcação das terras indígenas permanece como um desafio. Essa distribuição desigual de terras no país, que se caracteriza por uma situação de “poucos com muita terra e muitos com pouca terra” (OLIVEIRA, 1997, p. 30) remete ao período de colonização brasileiro. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997), desde esse período, a distribuição e o acesso à terra se deram de maneira desigual.

Oliveira (1997) aponta que tanto as capitâneas hereditárias quanto as sesmarias⁵ estão na origem do que hoje representa os latifúndios do país. Essa concentração de terras se agravou com a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que estabeleceu que elas só poderiam ser adquiridas mediante compra e venda, o que impediu o acesso de escravos recém-libertos, indígenas e da população empobrecida, que não possuíam recursos, a espaços para moradia e trabalho⁶.

Segundo Carlos Minc (1986), a grilagem foi um dos principais instrumentos de apropriação capitalista e latifundiária das terras do Brasil. A grilagem ocorre em terras que se valorizam com o tempo, ocupadas por camponeses, nas quais ocorre o aumento da densidade da população e a realização de benfeitorias, como a derrubada da floresta e a construção de caminhos, além da instalação de comércio, o que desperta a cobiça. Essa prática interfere inclusive no tipo de cultivo escolhido pelos produtores: sem saber se serão eles ou os grileiros que colherão sua produção, preferem espécies de ciclo curto, como o feijão e a mandioca.

A concentração fundiária no país tem apenas se agravado com o passar dos anos: segundo dados do IBGE em seu último Censo Agropecuário, o índice Gini, que mede a concentração de terras no Brasil, cresceu de 0,854 em 2006 para 0,857 em 2017⁷. Em dados gerais, tem-se que os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total, ocupando 12,8% da área recenseada; já os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares representavam 0,3% do total, ocupando 32,8% da área de estabelecimentos (IBGE, 2020).

Há distinções também no quadro regional da concentração fundiária no país. A região Centro-Oeste, por exemplo,

apresentou no último Censo Agropecuário o menor número de estabelecimentos ocupando a maior extensão de terras. Já o Nordeste foi a região que apresentou o maior número de estabelecimentos agropecuários ocupando a menor área média de hectares (IBGE, 2020).

No que tange à demarcação das terras indígenas⁸, embora ela seja garantida pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 231 e 232, pouco tem se avançado na temática. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), existem atualmente 1296 terras indígenas no Brasil, sendo 530 delas terras em que não há nenhuma providência do Estado para dar início a sua demarcação⁹. Além disso, na gestão presidencial iniciada em 2018, assistiram-se a inúmeros retrocessos, incluindo a não demarcação de nenhuma terra indígena, promessa de campanha do atual presidente, que vem sendo cumprida¹⁰.

Ademais, é importante ressaltar que, mesmo quando as terras indígenas são demarcadas, essas não ficam livres dos conflitos. O relatório de 2019 sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil, realizado pela CIMI, aponta que houve aumento na expropriação das terras indígenas no ano em questão pela grilagem, invasão e pelo loteamento. Em termos numéricos, a categoria de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” subiu de 109 casos registrados em 2018 para 256 casos em 2019 (CIMI, 2019). O estudo aponta ainda a relação dessa violência com as queimadas que assolaram o Cerrado e a Amazônia em 2019, como parte do processo de grilagem.

Tais queimadas são uma das faces da crise ambiental enfrentada no meio rural. Sobre como os povos da floresta sentem essa depredação, Krenak (2020a) afirma que:

Nós estamos, devagarzinho, desaparecendo com os mundos que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, as formigas, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. Quando alguém sai para caçar tem que andar dias para encontrar uma espécie que antes vivia ali, ao redor da aldeia,

compartilhando com os humanos aquele lugar. O mundo ao redor deles está sumindo. Quem vive na cidade não experimenta isso com a mesma intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: você estende a mão e tem uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital. (KRENAK, 2020a, p. 98-99).

Sobre essa devastação da floresta, Martins (1993) aponta que ela não destrói apenas espécies vegetais úteis ou devasta grupos sociais que diferem do modo de pensar do homem branco, mas que “destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo” (MARTINS, 1993, p. 12). Sobre a importância do conhecimento dos povos indígenas para o equilíbrio ecológico que estabelecem com a natureza, Minc (1986) ressalta que:

Os Kayapós, estudados pelo Prof. Darell Posey, viviam em verdadeiras cidades de até 70 mil habitantes e acreditavam que existia um equilíbrio entre os espíritos dos animais, dos homens e das plantas: se os homens abusassem dos recursos da floresta, a harmonia seria destruída, e chegariam a fome, os desastres e a doença. Os Kayapós conheciam muito bem a biologia dos animais, sua localização e o funcionamento dos sistemas ecológicos que os cercavam. Posey revela que os índios conheciam um número inacreditável de plantas com grande valor alimentício, das quais algumas dezenas desconhecidas da civilização branca até hoje; e o mesmo se pode dizer das plantas com propriedades medicinais. Os cientistas mostram que, ao invés de transferir, acossar, ou submeter os índios, nós deveríamos estudar e aprender muito com suas técnicas de manejo nos ecossistemas, que nossa civilização está conseguindo destruir em ritmos acelerados. (MINC, 1986, p. 50).

Opondo-se aos direitos dessas populações, figuram os poderosos que constituem a bancada ruralista no cenário político brasileiro, conhecidos por suas pautas conservadoras, por seus votos contra a agenda ambiental e de reforma agrária e em sintonia com os interesses do grande capital. Sua atuação pode ser sintetizada na expressão “passar a boiada” que foi, na verdade, cunhada pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo

Salles. São inúmeras as ações que configuram um retrocesso nas políticas rurais, incluindo propostas parlamentares que visam ampliar as possibilidades para o uso de agrotóxicos e permitir o garimpo em Terras Indígenas, por exemplo¹¹.

Não se pode deixar de mencionar também, quando se apresentam os agentes que fazem parte da realidade rural, um processo de urbanização do campo, que vem ocorrendo não apenas em âmbito nacional, mas que também se observa em outros países já desde a década de 1960, fato que se nota quando Lefebvre (1968b) reflete sobre o fenômeno da seguinte maneira:

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentracionista” das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”. Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar. (LEFEBVRE, 1968b, p. 117).

O deslocamento de cidadãos para o campo em busca de atributos que raramente são encontrados nas cidades, como a tranquilidade e a abundância de elementos naturais, ou à procura de oportunidades de lazer, tem transformado o cenário rural no país e constituído aquilo que José Graziano da Silva (1997) denomina de novo rural brasileiro. Nesse, as atividades primárias vêm perdendo gradativamente a sua importância para

as atividades do setor terciário, ligadas especialmente ao setor de lazer e turismo. Surgem também, no campo, outros tipos de ocupação como segundas residências, hotéis-fazenda, pesque-pague, que demandam outros tipos de serviços não vinculados à agricultura.

Como pontua Lefebvre (1968b), os cidadãos que se deslocam para esses espaços carregam consigo o urbano, ou seja, todo o seu conjunto de hábitos e valores advindos da cidade, mas não apenas isso, levam consigo também a materialidade urbana, sob a forma de produtos, como os automóveis que os permitem chegar até aos hotéis-fazenda ou às segundas residências, suas vestimentas, telefones celulares, feiras que são compradas nos grandes supermercados urbanos, enfim, todo um conjunto de signos que se conecta ao modo de vida urbano.

Além disso, como ressalta Paulo Roberto R. Alentejano (2003), essa “revalorização do rural” tem ocorrido de forma conservadora, uma vez que não tem por base a reforma agrária, permitindo nova sobrevivência ao latifúndio. Os hotéis-fazenda e museus-fazenda são, para o autor, exemplo de como o turismo rural tem sido incorporado pelo agronegócio.

A reforma agrária, que não está na base desses empreendimentos é, portanto, essencial para a efetivação da justiça social no campo. No Brasil, esse conceito foi estabelecido oficialmente (e contraditoriamente, visto que se vivenciava o período da ditadura militar, que reprimiu movimentos sociais do campo) no Estatuto da Terra promulgado em 1964 (Lei n. 4.504, de 20.11.1964). A reforma agrária, segundo essa lei, é entendida como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964, art. 1º § 1º).

No entanto, segundo Carlos Minc (1986), o Estatuto da Terra foi uma política desenhada com papel central do Estado, permitindo pouca participação dos sindicatos e organizações camponesas. A luta pela participação no processo de reforma agrária faz parte hoje dos movimentos sociais do campo. Para Minc (1986), a reforma agrária é “uma condição absolutamente

necessária ao aprofundamento da democracia no nosso país” (MINC, 1986, p. 24).

Minc (1986) afirma ainda que a reforma agrária pode resultar no aumento da produção de alimentos e diminuição do êxodo rural, ações que podem ser incrementadas também com a democratização do crédito agrícola e com a difusão da tecnologia agropecuária para pequenos agricultores e cooperativas. O autor aponta ainda a existência de inúmeras bandeiras de luta no campo, como a democratização do acesso à terra, salários justos e garantias de emprego, além de linhas de crédito e preços justos.

Cabe ressaltar que, para José de Souza Martins (1993), a luta no campo não é somente a luta pela terra e pela propriedade, mas desorganiza a base política das oligarquias e busca a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais. Nesse sentido, a luta pela terra pode estar associada também à luta pela educação no campo, por exemplo. Também para Martins (1993), há uma crise nas lutas pela reforma agrária que se situa não nos movimentos populares, mas nos grupos de mediação e apoio que “reduziram-na ao econômico e a uma luta estritamente econômica pela terra” (MARTINS, 1993, p. 90).

Importa lembrar também o papel da Igreja como agente nas lutas sociais no campo, que começa a tomar corpo a partir da década de 1960, por ocasião da realização da Conferência do Episcopado Latino-americano, realizado na Colômbia em 1968. Segundo Minc (1986)¹², nela, a teologia da libertação se consolida, bem como o compromisso para com os pobres e marginalizados. Retomam-se, então, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), apoiando comunidades das favelas, presos, indígenas, camponeses e operários. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), importante braço da igreja, começa a se organizar a partir de 1975.

Diante desse quadro conflituoso, em que distintos interesses se opõem e em que geralmente os grupos dominantes saem em vantagem, como pensar em uma outra forma de existência que contemple os grupos sociais que integram os territórios rurais? Como estender o direito à cidade ao campo e como tornar a cidade sensível ao direito à não-cidade? A seção seguinte

se debruça sobre essas questões, buscando uma primeira aproximação com esse tema ainda pouco discutido, mas que merece visibilidade e aprofundamento teórico e prático.

3 O DIREITO À NÃO-CIDADE: POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTROS MUNDOS

“O futuro é indígena” lia-se em uma faixa carregada por manifestantes dos mais de 7 mil indígenas que compareceram a Brasília em abril de 2022, para marchar a favor da demarcação das terras dos povos originários e contra a agenda do governo federal¹³. “Se o campo não planta, a cidade não janta” é um lema dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que sintetiza a importância da agricultura familiar para o abastecimento alimentar urbano.

Embora por vezes esquecidos e tratados como uma sub-humanidade, como aponta Krenak (2020b), os povos do campo, das águas e das florestas permanecem resistindo, de tal forma que, para Martins (1993), os indígenas e os camponeses são “as únicas forças que têm levantado barreiras e dificuldades à constituição de um modelo de capitalismo rentista no país, base de uma organização política autoritária, antidemocrática” (MARTINS, 1993, p. 71). O que os urbanos podem aprender com esses povos, cujas lutas não datam de hoje, mas remetem a eventos históricos a exemplo da organização do Quilombo dos Palmares ou da Guerra de Canudos?

Ocupando o espaço das cidades com seus corpos, esses povos demonstram a importância da articulação entre campo e cidade. Sobre esse tema, Oliveira (1997) reflete:

As greves no campo e nas cidades mostram que cidade e campo não podem ser separados: estamos diante de greves de trabalhadores do campo que são feitas nas cidades. Movimentos de trabalhadores rurais sem-terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade. (OLIVEIRA, 1997, p. 7).

Sobre essa articulação entre campo e cidade, Krenak (2020a) também faz uma importante reflexão:

Em diferentes lugares, tem gente lutando para esse planeta ter uma chance, por meio da agroecologia, da permacultura. Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando horta no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for. Elas acreditam que é possível remover o túmulo de concreto das metrópoles. Penso muito na música “Refazenda”, do Gilberto Gil, naqueles versos que dizem: “Abacateiro/ acataremos teu ato/ nós também somos do mato/ como o pato e o leão”. O tempo passou, as pessoas se concentraram em metrópoles e o planeta virou um paliteiro. Mas agora, de dentro do concreto, surge essa utopia de transformar o cemitério urbano em vida. A agrofloresta e a permacultura mostram aos povos da floresta que existem pessoas na cidade viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade do outro. (KRENAK, 2020a, p. 22-23).

A cidade precisa do campo assim como o campo precisa da cidade e ambos não sobreviveriam sem a presença da floresta. No entanto, as cidades e o urbano, adjetivo que as qualifica, parecem dominar a produção do espaço: embora ocupem um espaço diminuto em comparação com o campo e as florestas, as cidades consomem a maior parte dos recursos do planeta, bem como concentram hoje a maior parte da população mundial. Para além do sentido material, o urbano não se restringe ao domínio edificado das cidades, expandindo-se para o meio rural através de um conjunto de hábitos e valores.

Esse fenômeno é sintetizado na ideia de “tecido urbano” elaborada por Henri Lefebvre (1968b), que é entendido como suporte de um modo de viver. Segundo o autor:

Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário

“moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 1968b, p. 19).

No contexto da mundialização do capital, tais relações entre campo e cidade se tornam ainda mais estreitas. Essa racionalidade urbana de que fala Lefebvre (1968b) chega ao campo através dos meios de comunicação como a televisão, o rádio e a internet, muito embora não se possa deixar de mencionar que alguns espaços não são atendidos por tais tipos de serviços. Assim, torna-se inclusive difícil falar sobre hábitos rurais ou urbanos, uma vez que eles parecem se tornar cada vez mais homogêneos.

No entanto, isso não significa de forma alguma que o rural deixa de existir. Muito pelo contrário, para Lefebvre (1968b), atualmente a relação entre a urbanidade e a ruralidade se acentua, e o autor ressalta que, no meio do tecido urbano, resistem ainda ilhas de ruralidade. Sobre isso, o autor afirma:

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se. (LEFEBVRE, 1968b, p. 19).

Essa proximidade entre urbanidade e ruralidade pode ser percebida especialmente em áreas de transição rural-urbana, que misturam características do campo e da cidade. Eles são assim chamados por se localizarem próximos de um núcleo urbano e, segundo Livia de Miranda (2009), caracterizam-se pelo “granjismo”, ou seja, pela presença de pequenas granjas ou sítios produtivos que representam a fragmentação do latifúndio. Em geral, nesses espaços aparecem outros usos aproximados

do urbano, como loteamentos irregulares, fábricas, segundas residências e espaços de lazer ligados à natureza.

É preciso pontuar também o fato de que, por vezes, os usos rurais que permanecem nos espaços de transição rural-urbana escondem as intenções reais dos seus proprietários. Isso significa que a agricultura e a pecuária muitas vezes aparecem apenas como atividades de caráter temporário, uma vez que os proprietários estão à espera da valorização dos seus terrenos para vendê-los posteriormente. Sobre o tema, Marcelo Lopes de Souza (2003) afirma que:

O que pode confundir é que na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo da localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano. (SOUZA, 2003, p. 27-28).

Com o avanço da urbanização nos espaços periurbanos, os pequenos produtores rurais acabam sendo afetados, uma vez que, como afirma Doralice Maia (1999), nas disputas pelo solo urbano, a tendência é que as áreas agrícolas remanescentes se retirem, pois constituem o elo mais fraco nesse campo de forças. Diante dessas ameaças à perpetuação da ruralidade e de todos os conflitos que enfrentam os povos do campo, das águas e das florestas, como pensar em um futuro em que as manifestações de vida no rural estejam também em primeiro plano, seja nas políticas públicas, seja no modo de enxergar tais populações não apenas como portadoras de direitos, mas

também como dotadas de saberes inestimáveis à sobrevivência da humanidade? Lefebvre (1968b) faz perguntas que se direcionam também nesse sentido:

Será necessário (mas o que significa esse termo?) deixar que o tecido [urbano] prolifere espontaneamente? É conveniente capturar essa força, orientar essa vida estranha, selvagem e fictícia ao mesmo tempo? (...) Que fazer enfim das ilhas de ruralidade? (LEFEBVRE, 1968b, p. 20).

No Assim como na música “Refazenda”, citada por Krenak (2020a), há uma importante reflexão na canção “Um índio”, de Caetano Veloso. Nela, somos convidados a nos indagar sobre quando virá esse tempo em que, como dizem seus versos, “Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante (...) Mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias”? Ou, na verdade, será que isso já aconteceu e apenas não estamos prestando atenção o suficiente?

Acredita-se, aqui, que o ingrediente mais importante para começar essa transformação é a esperança, a grande arma política para a construção do direito à não cidade. Sabe-se que o mundo, como está posto no presente, está longe de um cenário ideal, em que a justiça social seja efetivada e em que tudo aquilo que não tenha a ver com o mercado e com o lucro possa passar para primeiro plano na vida cotidiana. Mas, por mais difícil que a realidade se apresente, é preciso “esperançar”, sonhar com outros futuros possíveis, em que a voz dos que hoje são considerados como “vencidos” seja de fato ouvida.

A esperança, conforme pontua Paulo Freire (1992), não pode ser ingênua. Ela presume a luta e momentos de choque com os interesses dominantes. Além disso, é preciso ter em mente que os outros mundos possíveis são múltiplos, como destaca Henri Lefebvre, quando afirma que “as possibilidades do homem e da Razão podem ser transformadas na mais monstruosa das realidades¹⁴” (LEFEBVRE, 1947, p. 246, tradução nossa). Portanto, assim como os povos do campo, das águas e das florestas têm a sua visão de futuro e de vida, os grupos hegemônicos também possuem e constroem seu projeto de futuro.

No entanto, tal projeto só poderá resultar em futuro nenhum, em um futuro distópico ou ainda em um futuro para poucos (que talvez sequer habitem a Terra, depois que a tiverem exaurido completamente). Conforme afirma David Harvey (2013), a realidade atual é marcada pela prevalência dos direitos à propriedade privada e à taxa de lucro sobre todas as outras noções de direito. O direito à cidade e o direito à não-cidade passam, portanto, por uma desmercantilização da vida, um retorno ao valor de uso, buscando superar a ideia de que apenas aqueles que podem pagar por determinados serviços podem ter acesso à qualidade de vida nos territórios urbanos e rurais.

Refletindo sobre o direito à cidade, Harvey (2013) aponta que esse vai muito além de um direito individual que permite o acesso aos recursos urbanos, mas reflete principalmente a oportunidade de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Além disso, o autor pontua que esse é um direito coletivo, construído em conjunto. O mesmo pode ser aplicado para o direito à não-cidade, o que significa que a participação efetiva (e não a de fachada como tem ocorrido em muitos processos ditos participativos) da população do campo, da cidade, das águas e das florestas deve ser garantida.

No horizonte de uma participação de fato se situa o caminho da autogestão, aqui entendida de acordo com a definição de Juan E. Díaz Bordenave (1994) como sendo o nível de articulação em que há o mais alto grau de participação dos envolvidos, no qual todos os membros têm poder de voz e não precisam se reportar a uma autoridade externa. Nesse sentido, cabe lembrar das diversas utopias experimentais, como sugere Lefebvre (1968b), que se manifestaram ou se manifestam no mundo rural e urbano, para com elas aprender e alimentar novas possíveis experiências. Sobre o tema, o autor afirma que:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que

interessa. (LEFEBVRE, 1968b, p. 110).

No momento presente, como não mencionar a experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como uma utopia experimental, que, mesmo com as suas contradições, vem pautando não apenas a luta pela terra no país, mas a ampliação dos direitos dos camponeses e saindo em defesa de uma prática de agricultura ecológica? Sobre essa atuação dos camponeses em defesa dos seus direitos, Martins (1993) pontua que:

Já não é mais, apenas, o camponês folclórico, o camponês das festividades populares, o camponês que simboliza e pratica o atraso. Agora é o camponês que ocupa terras desocupadas, que desafia o Conselho de Segurança Nacional, que nos questiona a todos, que invade a rígida demarcação positivista dos campos de estudo da antropologia e da sociologia. Portanto, estamos diante de sujeitos históricos que nos obrigam a repensar esquemas. (MARTINS, 1993, p. 28).

Como não mencionar também os diferentes grupos da cidade que, conforme afirma Krenak (2020a), na citação anteriormente exposta, têm realizado práticas nas cidades que se aproximam daquelas do campo? Exemplo disso são as hortas urbanas comunitárias, muitas vezes implantadas em terrenos públicos ou terrenos privados sem uso, levantando questionamentos sobre a ocupação de espaços ociosos e sobre a necessidade de cumprimento da função social da propriedade. Tais empreendimentos são mantidos através da autogestão, modo de funcionar que, como discutido, aproxima-se da ideia do direito à cidade e do que aqui se sugere como direito à não-cidade.

Pode-se falar ainda da iniciativa das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), que são uma forma de promover o escoamento da produção direto para o consumidor. Para isso, um grupo fixo de consumidores se compromete a arcar para cobrir o orçamento anual da produção agrícola por um ano. Em contrapartida, os consumidores recebem os produtos sem custos adicionais. Esses produtos são transportados pelos produtores para a sede da CSA, onde são distribuídos por e entre os seus membros.

Trata-se de uma provocação acerca do egoísmo: eu não vou me salvar sozinho de nada, estamos todos enrascados. E, quando percebo que sozinho não faço a diferença, me abro para outras perspectivas. É dessa afetação pelos outros que pode sair uma outra compreensão sobre a vida na Terra. (KRENAK, 2020a, p. 104).

Além disso, conforme pontua Lefebvre (1968b), há um elemento importante a ser resgatado da sociedade rural para a sociedade urbana: a Festa. Como ressalta o autor:

A sociedade rural foi aliás a sociedade da Festa, mas este aspecto, o melhor deles, não foi retido e é ele que é preciso ressuscitar e não os mitos e limites! Observação decisiva: a crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional. Caminham juntas e mesmo coincidem. Cabe a “nós” resolver essa dupla crise, notadamente ao criar com a nova cidade a nova vida na cidade. (LEFEBVRE, 1968b, p. 108-109).

Isso significa que não se pode, de maneira alguma, reduzir o meio rural aos seus problemas, deixando de enxergar as suas potencialidades. Como o próprio Lefebvre (1968b) menciona, a sociedade rural foi também a sociedade da Festa e esse é um dos seus melhores aspectos. Lefebvre (1947, 1968a) evidencia a origem camponesa da Festa, mostrando, especificamente em *Crítica da Vida Cotidiana*, o seu papel nas sociedades antigas. Segundo o autor, as festividades na Grécia rural estavam ligadas ao calendário das colheitas, ocorrendo geralmente no inverno. Elas consistiam em um grande banquete, para o qual cada um contribuía levando alimentos. Sobre tais festividades, o autor pontua:

Nós devemos imaginar camponeses duros, cheios de jovialidade e vitalidade e relativamente pobres. Para essas celebrações eles fazem grandes ‘sacrifícios’, no sentido prático da palavra; em um dia eles devoram todas as provisões e estoques que levaram meses para acumular. Generosamente, eles acolhem convidados e estrangeiros. É o dia do excesso¹⁵. (LEFEBVRE, 1947, p. 202, tradução nossa).

No entanto, na sociedade capitalista, mesmo a Festa tem sido domesticada e assiste-se à sua espetacularização. Como promover então um resgate à Festa no seu sentido original, no qual ela tem um fim em si própria, consistindo num dispêndio improdutivo de recursos e energia, sem que se pense no quanto se poderá lucrar com ela?

Ademais, conforme afirma Lefebvre (1968b), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1968b, p. 117-118). O mesmo raciocínio pode ser transposto para se pensar o direito à não-cidade, que não deve consistir apenas em um retorno ao rural tradicional. As tradições continuam a ter o seu espaço, mas, na contemporaneidade, não faz mais sentido pensar que há uma única maneira de ser indígena, camponês ou quilombola.

Essas populações também estão inseridas na modernidade a exemplo do que mostra o documentário do cineasta Sílvio Tandler chamado “O mundo global visto do lado de cá” ou “Encontro com Milton Santos”. Nele, revela-se como a comunidade indígena Krenak tem se utilizado da tecnologia para comunicar ao mundo suas ideias e alertar para os conflitos que vivenciam em seus territórios. Portanto, cabe pensar em como esses saberes ancestrais e tradicionais podem ajudar a formular uma nova forma de viver para a sociedade. Nesse sentido, cabe retomar novamente o pensamento de Lefebvre (1968b), para quem:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. (LEFEBVRE, 1968b, p. 113).

A partir dessa citação, cabe pensar também em como resgatar o valor de uso dos territórios rurais e como torná-los obra. Além do papel dos grupos capazes de iniciativas revolucionárias, Lefebvre reflete também sobre o papel dos especialistas. Para o autor, apenas a vida social (a práxis) tem o poder de criar as relações sociais, mas os especialistas “podem propor, tentar,

preparar formas. E também (sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência” (LEFEBVRE, 1968b, p. 109).

Entra aqui também a importância da reflexão sobre os movimentos de reforma, que se traduzem especialmente nas reformas agrária e urbana. Uma depende diretamente da outra e, para entender isso, basta pensar no fenômeno do êxodo rural causado pela falta de acesso à terra ou pelas condições precárias de trabalho no campo, que levam os trabalhadores rurais aos assentamentos precários urbanos. Da mesma maneira, pode-se pensar em como a reforma agrária proporciona alimentos de qualidade para os espaços urbanos, visto que a agricultura familiar é que de fato alimenta a população brasileira. Reforça-se, portanto, a ideia de que o direito à cidade e o direito à não-cidade só poderão ser atingidos em conjunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, acredita-se que é importante começar a pensar sobre o que viria a ser de fato esse direito à não-cidade e como ele pode ajudar a transformar a realidade. O presente artigo tentou se aproximar da temática, buscando evidenciar sua importância, mas não procurou e nem pretendeu esgotá-la e sim suscitar algumas reflexões que devem ser levadas adiante tanto no campo teórico quanto na prática.

Em se tratando do campo da arquitetura e urbanismo, poucos são os grupos e profissionais que têm se dedicado a investigar ou a atuar nos territórios rurais. Aliás, pode-se inclusive questionar se a nomenclatura urbanismo seria suficiente para contemplar também os territórios da não-cidade. No entanto, recentemente, há algumas sinalizações de que o interesse por essa temática vem crescendo, a exemplo das publicações da arquiteta londrina Carolyn Steel e da exposição organizada pelo arquiteto holandês Rem Koolhaas sobre o campo¹⁶. É

preciso pensar de que maneira esse campo disciplinar e seus profissionais podem se aproximar ainda mais desse debate.

É importante também destacar o caráter não positivista tanto do direito à cidade como do direito à não-cidade. Esses devem ser entendidos não como direitos no sentido jurídico do termo, garantido apenas pelas leis, mas como o direito de transformar o mundo, de escolher os rumos da sociedade, de participar efetivamente das decisões – com a autogestão como horizonte – de conviver em harmonia, de reconhecer que não apenas a humanidade é portadora desses direitos, mas que todos os seres vivos e elementos da natureza, ou seja, companheiros multiespécie, devem ser também contemplados por eles.

Como visto, companheiros multiespécie se encontram no território do campo e da cidade e, desses encontros, podem se desenhar novos horizontes. É o caso das greves e protestos dos trabalhadores do campo que se realizam nas cidades, ou dos cidadãos que utilizam práticas típicas do campo, como a agroecologia e a permacultura, nas cidades, evidenciando novas alianças. Ao mesmo tempo há o meio ambiente, do qual os seres humanos também fazem parte, junto com os elementos naturais, os quais que precisam ser tratados como uma unidade, afinal, não reconhecem fronteiras. Utilizar a sabedoria dos povos originários para lidar com as questões ambientais no campo e na cidade é não apenas fundamental como também urgente.

É preciso também virar a chave: se há décadas se assiste à urbanização do campo, não no melhor sentido do termo (ou seja, de dotar o campo de urbanidade), é preciso pensar em estratégias para, agora, ruralizar a cidade. Isso não passa simplesmente por ampliar e proteger os espaços de natureza nos centros urbanos ou criar áreas de produção agrícola e potencializar aquelas já existentes, embora essas iniciativas sejam fundamentais. Ruralizar a cidade deve significar especialmente lançar luz sobre outras formas de existência no mundo que não se limitam à urbana, mas que também merecem ser reconhecidas como dignas da cidadania. Afinal, se a cidade pertence a todos, não há como excluir também dessa experiência os povos do campo, das águas e das florestas.

Notas

¹ Para Lefebvre (1968), a sociedade urbana se encontra ainda em gestação.

² Segundo Lefebvre (1972), antecedem a era urbana a era agrária e a era industrial.

² Ideia apresentada por Krenak em sua fala no XV Seminário Internacional realizado pela Escola da Cidade em 4 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qS7JidpuN2s>>. Acesso em 20 de abril de 2022.

⁴ Embora haja uma discussão teórica sobre a existência ou não do camponato no Brasil, o termo “camponês” é aqui adotado para fazer referência a todos os trabalhadores do campo que se opõem, do ponto de vista de sua classe social, aos latifundiários. Portanto, faz-se aqui um uso político do termo, conforme pontua José de Souza Martins (1990). Sabe-se, ainda, que existem muitas outras denominações que serviram para fazer referência a essa classe social no Brasil, como caipira, caiçara, tabaréu e caboclo, por vezes usados com conotações pejorativas. (MARTINS, 1990).

⁵ Segundo o IBGE (2020), a sesmaria é um instituto jurídico português trazido para o Brasil em 1531, que visava estimular a ocupação e produção nas terras brasileiras.

⁶ Segundo Carlos Minc (1986), essa legislação difere da de 1822, que permitia o acesso à propriedade mediante uso continuado e produtivo da terra.

⁷ A maior concentração fundiária é aferida quando os valores do índice se aproximam de 1.

⁸ É importante destacar ainda que os povos indígenas não estão vinculados exclusivamente aos territórios rurais. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 896 mil pessoas que se declararam como indígenas, cerca de 324 mil viviam em áreas urbanas, embora a maior parte dessa população ainda resida em espaços rurais (cerca de 572 mil habitantes).

⁹ Cabe lembrar que, em 1973, com a publicação do Estatuto do Índio, havia previsão de que a demarcação deveria ocorrer num prazo

máximo de 5 anos (BRASIL, 1973, art. 65). Desde então, já se passaram quase 50 anos.

¹⁰ Em reportagem para a BBC, João Fellet (2020) elenca cinco pontos de conflito entre os indígenas e o governo atual, sendo eles: a paralisação da demarcação de terras indígenas; o aceno à permissão de mineração em terras indígenas; a expansão do agronegócio; o racismo e etnocentrismo no tratamento às culturas indígenas; e as mudanças que fragilizam os órgãos indigenistas.

¹¹ Mais sobre o tema em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/02/10/passando-a-boiada-12-das-45-prioridades-do-governo-no-congresso-sao-no-campo/>>. Acesso em 25 abr. 2022.

¹² Cabe ressaltar que, segundo Minc (1985), a Igreja não atua de forma homogênea, tendo parte de seus setores inclusive apoiado a ditadura militar e os grandes latifundiários.

¹³ Entre as pautas dessa agenda do governo, figuram o Projeto de Lei 191/2020, que permite a exploração de terras indígenas e o PL 490/2007, que inviabiliza a demarcação de terras indígenas (APIB, 2022).

¹⁴ “The possibilities of man and Reason can be transformed into the most monstrous of realities” (LEFEBVRE, 1991, p. 246).

¹⁵ “We must imagine rough peasants, full of joviality and vitality, and fairly poor. For those celebrations they make great ‘sacrifices’, in the practical sense of the word; in one day they devour all the provisions and stocks it has taken months to accumulate. Generously, they welcome guests and strangers. It is the day of excess” (LEFEBVRE, 1946, p. 202).

¹⁶ Caroly Steel publicou os livros “Hungry City: How Food Shapes Our Lives” (2013) e “Sitopia: How Food Can Save the World” (2020), ambos ainda sem tradução para o português. Já Rem Koolhaas escreveu um livro chamado “Countryside: a report” e organizou, junto a uma equipe, uma exposição intitulada “Countryside, The Future” no Museu Solomon Guggenheim em Nova York.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.

APIB (ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL). Indígenas de todo o país marcham em defesa da demarcação dos territórios, em Brasília. APIB, abr. 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2022/04/07/indigenas-de-todo-o-pais-marcham-em-defesa-da-demarcacao-dos-territorios-em-brasilia/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: 1964.

_____. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: 1973.

_____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: 1850.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)

CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019. CIMI, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. Terras indígenas. Disponível em: <<https://cimi.org.br/terras-indigenas/>>. Acesso em 25 abr. 2022.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FELLET, João. Os 5 principais pontos de conflito entre governo Bolsonaro e indígenas. BBC News Brasil, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51229884>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Piauí. São Paulo, Edição 82, julho de 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991a. [1968a]

_____. Critique of everyday life. Volume I: Introduction. Nova York: Verso, 1991b. [1947]

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. [1972]

_____. O direito à cidade. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001. [1968b]

LOPES, João Marcos de Almeida; LENZI, Cecília Corrêa; BORGES, Amadja Henrique. O HABITAT da “NÃO CIDADE” como um problema para a Arquitetura e urbanismo. Paranoá, Brasília, n. 17, 2016. p. 1-9.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho De Lima. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214 – 220.

MARTINS, José de Souza. A chega do estranho. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MINC, Carlos. A reconquista da terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7(1), p. 43-81, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 13-17.

Camila Bezerra Nobre de Medeiros é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) e Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFRN. Atualmente, é doutoranda do mesmo Programa de Pós-Graduação e investiga as possibilidades de perpetuação das áreas de agricultura dos espaços periurbanos da Região Administrativa Norte de Natal. É pesquisadora colaboradora do grupo ECOHabitat/UFRN.

cabnob@gmail.com

ISTO AQUI NÃO É (SÓ) UMA PLACA

Este ensaio visual apresenta “Sobre o rio”, intervenção urbana permanente na cidade de Belo Horizonte, que consiste na instalação de placas de sinalização que indicam a presença de córregos, afluentes do Ribeirão Arrudas, invisibilizados sob as ruas da cidade. “Sobre o rio” é fruto de uma reflexão poética sobre as relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo, tendo como ponto de partida a relação que Belo Horizonte estabeleceu desde sua fundação e estabelece ainda hoje com os rios e córregos presentes em seu território. Alguns dos elementos a serem destacados são o caráter público e permanente da obra, seu entendimento enquanto um monumento para a cidade, e as características do processo de criação, construção e instalação que levam a uma diluição da fronteira entre a obra de arte e a ação do poder público municipal.

“Sobre o rio” é uma intervenção urbana permanente, composta por aproximadamente 230 placas de esquina, instaladas dentro do perímetro da Avenida do Contorno, que indicam a presença de córregos canalizados que subterraneamente percorrem as ruas de Belo Horizonte: Leitão, Serra, Acaba-Mundo, Mendonça, Zoológico, Barro Preto e Afluente Serra, todos integrantes da Bacia do Ribeirão Arrudas. “Sobre o rio” é um monumento pulverizado, espacialmente desconcentrado, e integrado à paisagem da cidade.

Este trabalho é fruto de uma reflexão sobre relação entre espaço urbano, meio ambiente e indivíduo, particularmente no que se refere à invisibilização dos córregos na cidade de Belo Horizonte. O ponto de partida para a elaboração do trabalho foi a percepção de que os córregos, mesmo quando não visíveis, são parte integrante da cidade e estão ainda presentes no imaginário e na memória de parte da população. Representam, assim, importante patrimônio para a comunidade. Além disso, se fazem fisicamente presentes em momentos críticos, quando as soluções urbanísticas adotadas para conter a força das águas se mostram claramente inadequadas.

O objetivo de “Sobre o rio” foi o de trazer à luz poeticamente a presença dos córregos invisibilizados na área central de Belo Horizonte. Busca-se, com isso, motivar uma mudança cultural na relação que a cidade estabelece com seus cursos d’água,

admitindo que promover o reconhecimento concreto da existência dos córregos junto às instâncias da administração municipal e ao cidadão comum representa o primeiro passo para garantir a preservação desses córregos e para incorporar sua presença nas políticas urbanas.

Entende-se que o impacto mais fundamental de “Sobre o rio” está na mudança de percepção dos indivíduos em relação ao seu entorno, em relação aos espaços urbanos que frequentamos cotidianamente. Os córregos urbanos, uma vez trazidos à luz pelo processo de identificação e sinalização, passam a ser referências geográficas na cidade, e interferem em nossa noção espacial, nossas estratégias de localização e nossa percepção do ambiente. Assim, “Sobre o rio” é um trabalho de arte contemporânea que revela o corpo d’água da cidade e reinsere os córregos na paisagem urbana.

